

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

Thiago Alves Torres

**A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHETER DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

**Santa Maria, RS
2017**

Thiago Alves Torres

**A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHTEIHER DURANTE A DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Rosa Borin

**Santa Maria, RS
2017**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alves Torres, Thiago
A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) / Thiago
Alves Torres.- 2017.
189 p. ; 30 cm

Orientador: Marta Rosa Borin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2017

1. Religião 2. Ditadura Civil-Militar 3. Dom José Ivo
Lorscheiter I. Rosa Borin, Marta II. Título.

**DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER: ATUAÇÃO DURANTE A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História.**

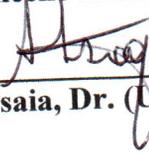
Aprovado em 13 de março de 2017:



Marta Rosa Borin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Glauca Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)
(Coorientadora)

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)



Artur Cesar Isaia, Dr. (UFSC/UNILASSALE)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Sempre é tempo e oportunidade de agradecer!

Agradeço ao mistério criador, Deus Pai-Mãe, que me chamou à vida, presenteou-me com uma família, amigos, colegas de trabalho e alunos, que no cotidiano, por meio das alegrias e adversidades, contribuem para que eu possa amadurecer e desafiar-me a “Ser Mais”!

- Aos meus familiares próximos: avós maternos: Adão (*in memrian*) e Eva; pais, Daniel e Neuza; irmãos, Daiane, Tatiele, Dayely e Matheus; e sobrinhos Emanuely, Maria Eduarda, Daniély, Gabryell, Fabyélly, Emanuell e Isabelly

Um agradecimento especial às professoras Dr.^a Marta Rosa Borin, minha orientadora, e Dr.^a Glauca Vieira Ramos Konrad, coorientadora, pelos anos de companheirismo, paciência e dedicação na condução da minha pesquisa.

Também agradeço à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, e à Coordenação e Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em História – PPGH, pela amizade, provocações e inquietações acadêmicas, pelo incentivo e críticas que possibilitaram a concretização da investigação que ora se apresenta.

Agradeço à CAPES pela dispensa de bolsa de estudo que, pelo período de um ano, possibilitou a compra de livros e facilitou a realização de viagens para que fontes fossem obtidas para a estruturação desta dissertação. Ao mesmo tempo, ficarei na torcida para que os futuros governantes da Nação reconheçam a importância da pesquisa acadêmica e não deixem de dispensar os recursos necessários para que novos pesquisadores possam apresentar novas contribuições teóricas à sociedade.

Estendo um abraço de agradecimento aos colegas que ingressaram comigo no Mestrado em História, no primeiro semestre de 2015, e que, ao longo de dois anos, compartilharam suas investigações, inquietações, temores e alegrias e, certamente, já são importantes historiadores pelas pesquisas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento.

Às redes municipais de ensino de Caçapava do Sul e Júlio de Castilhos, por meio de seus gestores, agradeço pela redução de minha carga horária profissional que, sem sombra de dúvidas, possibilitaram minha frequência às aulas, participação de eventos acadêmicos e visitas a arquivos. Igualmente, agradeço às equipes gestoras, colegas professores e estudantes das escolas municipais Augusto Vitor Costa e Nossa Senhora das Graças, ambas em Caçapava do Sul, RS, e Élio Salles, em Júlio de Castilhos, RS, pelo incentivo, paciência e contribuições para que eu pudesse cursar e concluir curso de mestrado em história.

Também sinto o dever de agradecer aos colegas educadores do Movimento Brasileiro de Educadores Cristãos – MOBREC, pelos anos de companheirismo. Tenham certeza de que se tive coragem em ingressar em um curso de mestrado, foi devido ao incentivo de cada um de vocês.

À Paróquia da Catedral Metropolitana de Santa Maria, comunidade onde vivo e amadureço minha fé, particularmente o amigo padre Antonio Bonini, e aos amigos do Grupo de Jovens da Catedral, gente bonita e inteligente, que sempre foram presença e motivação: muito obrigado!

*“[...] E disse-lhes Jesus:
Entendestes todas estas coisas?
Disseram-lhe eles:
Sim, Senhor.
E Ele disse-lhes:
Por isso, todo o escriba instruído acerca do
Reino dos Céus é semelhante a um pai de
família, que tira de seu tesouro **coisas novas e
velhas**”.*

(Mateus 13, 51-52)

RESUMO

A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHETER DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

AUTOR: Thiago Alves Torres
ORIENTADORA: Marta Rosa Borin
COORIENTADORA: Glauca Vieira Ramos Konrad

Este trabalho apresenta um estudo acerca da atuação do bispo católico dom José Ivo Lorscheiter durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Por meio deste, busca-se ressaltar o protagonismo assumido pelo religioso na defesa dos direitos humanos. A pesquisa parte de uma recuperação bibliográfica sobre a presença da Igreja católica no Brasil, a partir da Proclamação da República, influenciada pelos encaminhamentos do Concílio Vaticano I (1869-1870). Em seguida, procuramos apresentar a manifestação do Magistério eclesiástico e a repercussão do mesmo para a formação religiosa de José Ivo Lorscheiter, o qual manifestou por meio de sua Tese de Doutorado, defendida na Universidade Gregoriana, em Roma. Em seguida, realizamos uma contextualização historiográfica acerca de dois eventos eclesiásticos que influenciaram a prática pastoral e a trajetória do prelado investigado, a saber, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que possibilitou que a Igreja católica se atualizasse frente às mudanças teóricas e estruturais do novo século; e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín, na Colômbia (1968), que procurou atualizar as conclusões Conciliares para a realidade da América Latina, continente que estava sofrendo com diversos modelos autoritários, e que exigia da Igreja católica uma postura voltada à defesa dos direitos humanos. Além disso, a segunda metade do século XX foi marcada por um golpe civil-militar no Brasil, que resultou em vinte e um anos de uma ditadura civil-militar, e que contou com o apoio de setores empresariais, militares e eclesiásticos. Por fim, aprofundamos nossa investigação acerca da atuação do prelado após assumir cargos de destaque nacional e internacional, junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), primeiramente como secretário geral e, posteriormente, como presidente da entidade, em ambas as situações, por dois mandatos consecutivos. Para a realização deste trabalho, foram abordados referenciais teóricos pertinentes a ditadura civil-militar brasileira e a participação da Igreja católica no pré-golpe civil-militar e, posteriormente, na ditadura civil-militar. Entendemos que a temática exige novas pesquisas, pois o protagonismo de dom José Ivo Lorscheiter ainda foi pouco pesquisado na historiografia eclesiástica contemporânea.

Palavras-chave: Religião. Ditadura Civil-Militar. Dom José Ivo Lorscheiter.

ABSTRACT

THE PERFORMANCE OF DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER DURING THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

AUTHOR: Thiago Alves Torres
ADVISOR: Marta Rosa Borin
CO-ADVISOR: Glaucia Vieira Ramos Konrad

This work presents a study about the performance of the Catholic bishop Dom José Ivo Lorscheiter during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). Through this, it is searched to emphasize the protagonism assumed by the religious in the defense of human rights. The research is based on a bibliographical data of the presence of the Catholic Church in Brazil, starting with the Proclamation of the Republic and with the historiographical contextualization of two ecclesiastical events that influenced the pastoral practice and the trajectory of Dom José Ivo Lorscheiter, the Vatican Ecumenical Council II, held in Vatican (1962-1965), and the Second General Conference of the Latin American Episcopate, held in Medellín, in Colombia (1968), events that provoked theoretical and structural changes for the Church in Latin America, and demand from the Catholic Church a position focused on the defense of human rights. Our investigation is centered on the role of the prelate after assuming prominent positions at the Brazilian National Bishops' Conference (CNBB), first as general secretary, and then as president of the organization in both situations for two consecutive terms when we inquire about the position of the prelate in the period of the Brazilian civil-military dictatorship and the participation of the Catholic Church in the civil-military pre-coup and, later, in the civil-military dictatorship. With the help of Michel Foucault, we can say that the political discourse adopted by the religious is a consequence of his first pastoral and then social practice. Together with the CNBB, he had to make himself present and express himself as a result of situations that affected laymen and clerics, regarding the violation of human rights. To do so, we search subsidies in newspaper sources, magazines and documents deposited in archives. In addition, by appropriating the contributions of Pierre Bourdieu, we seek to understand the ideological function of religions. In our investigation, we focused on analysis in Catholicism, which sought, especially in the period before the Second Vatican Council, to absolutize dogmas and impose principles that became unquestionable and opposed to temporal changes, and which were defended by members of the Church's leadership Prior to the Second Vatican Council. In both the post-Vatican I and post-Vatican II period and the Medellin Conference, the Catholic Church sought to form its members, first, in the unrestricted view of self-preservation, and years later, while remaining in the vicinity of the people who were suffering from the most diverse forms of rape and marginalization.

Key words: Religion. Civil-Military Dictatorship. Bishop Dom José Ivo Lorscheiter.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
AIB	Ação Integralista Brasileira
AI-5	Ato Institucional número 5
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano
CM	Conferência de Medellín
CO	Círculos Operários
CP	Conferência de Puebla
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEV II	Concílio Ecumênico Vaticano II
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
JOC	Juventude Operária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
TL	Teologia da Libertação
TFP	Movimento Tradição, Família e Propriedade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 RELAÇÕES ENTRE IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E O ESTADO REPUBLICANO BRASILEIRO	21
1.1 A IGREJA CATÓLICA NOS PRIMEIROS ANOS DO BRASIL REPUBLICANO	22
1.2 A ATUAÇÃO DOS PAPAS CATÓLICOS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: IMPLICAÇÕES DO CONCÍLIO VATICANO I	25
1.3 O FORTALECIMENTO DO PAPEL POLÍTICO DOS PAPAS A PARTIR DOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX	31
1.5 AS ESTRATÉGIAS E A EXECUÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	61
2 DOM JOSÉ IVO LORSCHETER E O INÍCIO DE SEU EPISCOPADO: UM NOVO IMPULSO POR MEIO DAS CONCLUSÕES DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II	73
2.1 O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965) E SUAS CONCLUSÕES PARA A IGREJA CATÓLICA	80
2.2 DOM JOSÉ IVO LORSCHETER E O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II	91
2.3 AS PROVOCAÇÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, EM MEDELLÍN, PARA A TRAJETÓRIA DE DOM JOSÉ IVO LORSCHETER	103
3 A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHETER DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)	115
3.1 TENSÕES ENTRE O ESTADO AUTORITÁRIO E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: ASPECTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO	115
3.2 OS PRIMEIROS ANOS DE EPISCOPADO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHETER FRENTE À DITADURA INSTALADA NO BRASIL	119
3.3 IGREJA CATÓLICA E ESTADO BRASILEIRO: CONFLITOS E TENTATIVA DE DIÁLOGO	127
3.4 A COMISSÃO BIPARTITE E A PARTICIPAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHETER	129
3.5 DOM JOSÉ IVO LORSCHETER: SECRETÁRIO GERAL E PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)	135
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

No mês de agosto de 2014, tive a oportunidade de concluir o curso de Licenciatura em História, ofertado na Universidade Federal de Santa Maria, por meio da Plataforma Freire (PARFOR), sistema implantado pelo governo federal, por meio do qual, professores da rede pública da educação básica, puderam ampliar sua formação acadêmica de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), visto que o objetivo era ofertar cursos de licenciatura plena para aqueles que somente possuíam formação em Cursos Normais, Licenciaturas Curtas e/ou que atuavam em disciplinas das quais não possuíam formação correspondente. Minha primeira graduação foi em filosofia, contudo, devido a escassez de professores nas escolas de Educação Básica onde atuo, precisei ministrar aulas em outras áreas do conhecimento, como História, habilitação que obtive pelo PARFOR/UFSM 2014.

Além disso, desde o início dos anos 2000, tenho me dedicado a pesquisa historiográfica, centrando minhas investigações sobre a história da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, no município de Cacequi, RS. Como resultado dessas pesquisas, no ano de 2010, quando a referida paróquia completou setenta e cinco anos de sua criação, lancei um livro com parte dos resultados obtidos. Porém, após o ingresso no curso de graduação em História, percebi a fragilidade teórico-metodológica do trabalho apresentado e senti a necessidade de dar continuação à minha formação enquanto professor-pesquisador para, posteriormente, publicar um novo trabalho sobre esta paróquia, visto que já possuo novas fontes sobre este objeto. Pelo fato de ter vivido boa parte da minha infância e juventude em Cacequi, possuo fortes vínculos afetivos com esta comunidade religiosa.

Além disso, desde minha retomada à academia para a realização da segunda graduação, sempre obtive apoio e incentivo dos professores do programa de licenciatura e bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Maria.

Entretanto, ao ingressar no mestrado acadêmico em História, na UFSM, sob a orientação da Professora Doutora Marta Rosa Borin, fui desafiado a investigar sobre a atuação de dom José Ivo Lorscheiter durante os difíceis anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), visto que eu vinha guardando registros sobre ele. Este religioso residiu por muitos anos em Santa Maria, RS, e é reconhecido pela historiografia eclesiástica, em âmbito nacional e internacional, como um defensor dos direitos humanos.

Órgãos de imprensa, lideranças eclesiásticas e leigas da Igreja católica, bem como representantes políticos, se referem a dom José Ivo como um religioso que, aliado a outros eclesiásticos progressistas, na segunda metade do século XX, destacou-se pela oposição que

realizou frente aos abusos cometidos no período da ditadura civil-militar do Brasil. Porém, constatamos que, até o presente momento, academicamente, não existem trabalhos sistematizados acerca da trajetória e atuação do prelado neste período, o que nos motivou a protagonizar tal reflexão.

Ao nos debruçarmos sobre as relações entre a Igreja católica e os governantes do Brasil, percebemos que o clero católico procurou manter-se aliado aos detentores do poder, no período colonial e imperial, particularmente por meio do regime de Padroado, e também no período republicano, sobretudo a partir dos anos de 1930. A busca pela manutenção do poder sempre esteve presente nos interesses da Igreja católica e, conforme Bourdieu (1989, p. 7-8), o mesmo só “pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Contudo, com a promulgação da primeira Constituição Republicana, a Igreja católica foi, oficialmente, colocada em segundo plano, exigindo que as lideranças religiosas se organizassem para que a mesma reassumisse o prestígio e status que mantinha. Para Santos e Gonçalves (2016, p. 161):

A instituição Igreja, apesar de seus preceitos gerais, atua também de acordo com os interesses e disputas de poderes locais, obviamente no sentido de manutenção da “ordem” da qual faz parte como hegemônica. [...] Com relação à classe dominante, a Igreja como instituição estabelece uma relação de troca de favores, já com a classe dominada ela se apresenta como salvadora e recebedora de serviços.

Para manter privilégios que a mantiveram secularmente no Brasil, a Igreja precisou, nas primeiras décadas do século XX, buscar uma reaproximação com as lideranças políticas brasileiras que, em grande medida, professavam a fé no catolicismo, ao menos teoricamente. Sendo assim, sob o governo de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro retomou sua aproximação com a Igreja católica, em virtude de interesses políticos, sociais, econômicos, e, até mesmo, educacionais, etc. Lideranças políticas e militares ganharam lugar de destaque em atos religiosos, e, em contrapartida, eclesiásticos passaram a ser anunciados em eventos de caráter político, principalmente nas comemorações nacionais. Fica evidente que “o campo religioso-eclesiástico é fortemente pressionado a se organizar de tal forma que se ajuste aos interesses das classes hegemônicas mediante vários tipos de estratégias econômicas, jurídico-políticas, culturais e até repressivas” (BOFF, 2010, p. 232).

Historicamente, a Igreja preocupou-se em manter sua Tradição, seus Dogmas, suas liturgias, convencendo-se, e como uma maneira de convencer seus adeptos que, na manutenção e preservação de tais, se obteria o reconhecimento de Deus. Estes, de acordo como Bourdieu (2007, p. 58), seriam os bens de salvação, “um monopólio mais ou menos total de um capital

de graça institucional ou sacramental”. Sendo assim, os religiosos procuraram penetrar a subjetividade dos crentes de forma a naturalizar este poder. Para Oliveira (2011, p. 181), “a religião só é socialmente eficaz quando seus esquemas de pensamento se inscrevem nas consciências individuais e nelas se incorporam como se naturais fossem”. Contudo, aliada a essas práticas de auto-manutenção, a Igreja procurou uma aproximação com os poderes temporais, visto que, em determinadas regiões, a mesma tornou-se dependente financeiramente de governos.

Sendo assim, busca-se compreender o papel da religião, em nosso caso, expressa por meio da atuação de um líder religioso da Igreja católica, pois ao longo dos séculos, sua presença no mundo se dá por meio de pessoas que assumem um papel de liderança, não somente os eclesiásticos, mas também pelos membros que são subordinados e/ou assistidos em atos religiosos, os leigos. Esse conjunto de eclesiásticos e leigos, além de outros sujeitos como profetas, beatos, santos, formam o que Bourdieu (2004, p.120) denominou *campo religioso*. Nestes espaços “os agentes [...] lutam pela imposição da definição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso”. No *campo religioso* há, necessariamente, dominação de classes inferiores visando a legitimação de quem tem função de destaque junto a religião. Para Oliveria (2011, p. 184), o “campo religioso [...] compreende o conjunto das relações que os agentes religiosos mantêm entre si no atendimento à demanda dos ‘leigos’”. Porém, impulsionados pela modernidade, outros “campos simbólicos” configuraram-se e buscaram espaço frente ao monopólio religioso católico, como, por exemplo, o secularismo. Assim, criou-se um “campo de lutas”, que permanece até nossos dias, em que os diferentes campos simbólicos, sob a condução de “novos clérigos”, permanecem em confronto, cada qual buscando manter seus interesses a partir da “manipulação simbólica”. Sendo assim, Bourdieu (2004, p. 122), adverte que ocorre uma “redefinição dos limites do campo religioso, à dissolução do religioso em um campo mais amplo, que se acompanha de uma perda do monopólio da cura das almas no sentido antigo”. Para este autor, os agentes do campo religioso exercem uma ação simbólica, são pessoas que manipulam as palavras e as visões de mundo:

Todos fazem parte de um novo campo de lutas pela manipulação simbólica da condução da vida privada e a orientação da visão de mundo, e todos colocam em prática na sua ação definições concorrentes antagônicas, da saúde, do tratamento, da cura dos corpos e das almas. Os agentes que estão em concorrência no campo de manipulação simbólica têm em comum o fato de exercerem uma ação simbólica. São pessoas que se esforçam para manipular as visões de mundo (e, desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), manipulando as palavras, e, através delas, os princípios da construção da

realidade social [...] Todas essas pessoas que lutam para dizer como se deve ver o mundo são profissionais de uma forma de ação mágica, que, mediante palavras capazes de falar ao corpo, de “tocar”, fazem com que se veja e se acredite, obtendo desse modo efeitos totalmente reais, ações (BOURDIEU, 2004, p. 121-122).

No Brasil, sob as orientações da Igreja católica, manifestada por meio dos documentos pontifícios, é possível identificar personagens, o sacerdote¹ e o leigo, que atuam no *campo religioso*, com funções distintas e que “cumpre a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 11). A interpretação de Oliveira (2011, p. 187), sobre o ofício do sacerdote corrobora com a de Pierre Bourdieu:

O sacerdote é, por excelência, o agente da religião estabelecida, aquele que reproduz e pereniza um sistema de crenças e ritos sagrados, inserindo-os na rotina social, de modo que a religião se incorpore a cada membro dessa sociedade e torne-se um hábito que ninguém questiona. [...] Posto que as instituições de tipo igreja visam alcançar o máximo possível de pessoas, trazendo para elas leigos de todas as classes sociais e tornando-os consumidores dos seus bens simbólicos, há profunda afinidade eletiva entre sacerdote e igreja. O sacerdote é portanto um agente religioso marcado pela rotina dos ritos [...] e das crenças [...] Está, portanto, predisposto a atuar em defesa da ordem simbólica e social.

Com relação aos leigos dentro da Igreja, no entendimento de Oliveira (2011, p. 189), são “as classes dominadas”, que devem buscar a salvação e a mesma passa para o atendimento fiel ao que os “sacerdotes” determinam. Essa compreensão de leigos também foi influenciada pela separação que a Igreja manteve por séculos, de que corpo e alma são elementos distintos. Ao clérigo cabe seu cuidado de cura das almas, em oposição ao corpo. Essa perspectiva passou a perder força no interior da Igreja, particularmente na América Latina, sob influência da Teologia da Libertação (TL) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

Para Santos e Gonçalves (2016, p. 166), “a Igreja estabelece um ‘poder simbólico’, que é um poder de dominação”. Para tanto, é necessário uma organização para que ocorra o funcionamento quisto pela Igreja, no sentido de manter sob sua custódia a fidelidade dos leigos. Para Bourdieu (2007, p. 65-66):

A lógica do funcionamento da Igreja, a prática sacerdotal e, ao mesmo tempo, a forma e o conteúdo da mensagem que ela impõe e inculca, são a resultante da ação conjugada

¹ Pierre Bourdieu, em suas reflexões, ampliou a perspectiva acerca da definição e função do clérigo, normalmente vinculada a figura do “padre” católico, “como mandatário de um corpo sacerdotal que, enquanto tal, é detentor do monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação e que delega a seus membros, tenham eles carisma ou não, o direito de gerir o sagrado”. Para o autor, hoje existem “novos clérigos” e “novas formas de luta pelo monopólio do exercício da competência legítima”. Contudo, em nosso trabalho, utilizaremos a visão de clérigo/sacerdote numa perspectiva católica, para o entendimento das funções dos líderes católicos que se notabilizaram no recorte temporal ora abordado (BOURDIEU, P. A dissolução do religioso. In: BORDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 120).

de *coerções internas*, inerentes ao funcionamento de uma burocracia que reivindica com êxito mais ou menos total do monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão de bens e salvação, e de *forças externas* que assumem pesos desiguais de acordo com a conjuntura histórica. As coerções internas surgem como *imperativo da economia de carisma* que deseja confiar o exercício do sacerdócio, atividade necessariamente “banal” por ser cotidiana e repetitiva, a funcionários intercambiáveis do culto e dotados de uma qualificação profissional homogênea adquirida por um processo de aprendizagem específica, e aparelhados com instrumentos homogêneos capazes de possibilitar uma ação homogênea e homogeneizante.

Neste sentido, um exemplo que podemos citar, no início do século XX, está relacionado ao poder simbólico do comunismo quando, em âmbito mundial e local, intensificaram-se os alardes acerca de sua proliferação e expansão, principalmente a partir das Revoluções Russa (1917) e Cubana (1959), exigindo do clero católico ações anticomunistas, visto que o “comunismo nega a Deus, ao destino sobrenatural do homem e a divindade de Cristo e de sua Igreja” (RODHEGUERO, 1998, p. 25). Este conflito entre poderes simbólicos visava impor uma visão de mundo, onde o inimigo da religião seria também inimigo da humanidade e do Estado. Coube aos eclesiásticos difundirem entre os leigos a ideia de que era necessário combater o perigo da instalação do comunismo em pátrias com maioria da população católica. Tendo presente que representantes políticos deste período manifestavam-se teoricamente como católicos, alguns deles apoiaram a posição da Igreja e procuraram tornar o Brasil um país distante de tal perigo, inspirados pelos alertas de encíclicas papais e da manifestação pública de eclesiásticos brasileiros.

A partir da década de 1960, sob o governo do presidente João Goulart e sua investida política expressa nas reformas de base que almejavam realizar mudanças em âmbitos como o agrário, administrativo, bancário, eleitoral, entre outras, impulsionaram representantes das elites da sociedade brasileira, liderados pela classe dominante², segmentos militares, eclesiásticos e leigos da Igreja católica, empresariado, governo norte-americano entre outros, a realizar eventos que visavam a troca de governo, pois intensificava-se o receio de que as propostas de Goulart, na verdade, resultariam na facilitação e concretização da instalação do comunismo no Brasil. Consequentemente, o Presidente Goulart é deposto por um golpe civil-

² Para Bourdieu: “A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominados por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação” (BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 12).

militar, dando brechas à futura ditadura civil-militar brasileira que, aparentemente, seria rápida e transitória, porém, que estendeu-se por vinte e um anos.

Frente a este contexto, dom José Ivo Lorscheiter, um eclesiástico brasileiro, se tornou objeto desta investigação, especificamente por sua atuação durante os anos de ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Descendente de imigrantes alemães, ainda em tenra idade ingressou na vida religiosa. Seus estudos primários, secundários e filosóficos foram realizados no Brasil. Já os estudos teológicos, exigência eclesial para a ordenação sacerdotal, bem como o posterior doutoramento, foram realizados em Roma. Após seu retorno, já como sacerdote, exerceu as funções de reitor de seminários e professor universitário, até ter sido nomeado bispo auxiliar da arquidiocese de Porto Alegre, por solicitação de dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo metropolitano da capital gaúcha. Se alguns bispos se investiam da função eclesiástica para aliar-se aos presidentes ditatoriais e suas estratégias políticas, dom José Ivo irá apropriar-se de seu prestígio para realizar sua oposição, sob o impulso do Concílio Ecumênico Vaticano II (CEV II) e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano.

O ato de consagração ao episcopado investiu dom José Ivo de um “poder simbólico” que se manifesta a partir do seu capital cultural que, como religioso lhe confere poder de cumprir e transmitir os bens de salvação, como também o poder de administrar os grupos e associações de igreja. Na prática, dom José Ivo não foi responsável por formar, entre seus pares, um grupo de oposição veemente a ditadura civil-militar brasileira, porém, aliou-se aos prelados que já compactuavam com a ideia de mudança do plano governamental do país. Outro evento que lhe conferiu poder simbólico refere-se a sua eleição³ aos cargos de secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, posteriormente, presidente da mesma entidade. Além de reconhecimento e prestígio internacional, este cargo investiu-o do poder de impor às outras mentes e grupos a visão oficial, da Igreja e do Estado, sobre o comunismo. Assim, o “capital simbólico” seria uma espécie de “crédito, é o poder atribuído àqueles que

³ Sobre a investidura em um cargo, encontramos essa análise de Pierre Bourdieu: “A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a investidura – acto propriamente mágico de instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político [...]. Não é por acaso que as igrejas, como os partidos, põem frequentemente oblatos à sua testa. A lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode enunciar-se assim: a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos, pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem. Em resumo, a instituição investe aqueles que *investiram* na instituição: o investimento consiste não só em serviços prestados, frequentemente tanto mais raros e preciosos quanto mais custosos são psicologicamente [...], ou mesmo em obediência às instruções ou na conformidade às exigências da instituição” (BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 192-193).

obtiveram reconhecimento suficiente”, e neste caso, dom José Ivo representaria um forte capital simbólico, se considerarmos as funções que exerceu por dois mandatos, perfazendo um total de quinze anos a frente da principal entidade católica do Brasil.

Entende-se que dom José Ivo Lorscheiter apropriou-se, com propriedade e autoridade, destes cargos, pois sua atuação foi para além do campo religioso, atingindo o campo político, “entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas” (BOURDIEU, 1989, p. 163-164). Ou seja, dom José Ivo, além de um agente religioso, tornou-se um agente político, investido de “capital político que é uma forma de capital simbólico” dentro da conferência que congrega o episcopado brasileiro e em diálogo com os governos ditatoriais brasileiros, principalmente por sua atuação junto a Comissão Bipartite. Nesta, foi estabelecido, implicitamente, o “jogo político”, pois permitiu que os políticos militares previssem as posições de outros agentes políticos, no caso, os bispos, particularmente dom José Ivo, seus interesses e investidas no jogo, pois, Bourdieu (1989, p. 172-173), adverte que: “nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo [...], investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é condição do funcionamento do jogo”.

Tendo em vista a atuação de dom José Ivo Lorscheiter, a partir da década de 1970, seus posicionamentos e pronunciamentos passaram a confundir-se com o próprio discurso da Igreja católica no Brasil, mesmo que não houvesse o consentimento da totalidade dos prelados brasileiros.

Na segunda metade do século XX, nas relações entre Igreja católica e Estado brasileiro, a situação não foi diferente. Contudo, em virtude do agravamento da situação política bem como da violação dos direitos humanos, a CNBB, com uma presidência identificada como “progressista”, passou a adotar um discurso que rompia com a normalidade histórica da instituição religiosa. A Igreja passou a questionar e se manifestar publicamente sobre os excessos cometidos pelos ditadores. Essas manifestações se deram por meio de comunicação oral, mas também por documentos publicados. Na obra *A ordem do Discurso*, Michel Foucault (1999, p. 8-9) alertou que em toda a sociedade, independente do tempo, “a produção de discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos e [...] esquivar sua temível materialidade”. Para o autor, é no campo político que os discursos, que não são neutros, exercem um dos seus modos mais privilegiados, contudo, temível de atuação e manifestação do poder (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Para Foucault (2008, p. 133), discurso é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Além disso, segundo Azevedo (2013, p. 155-156):

O discurso é uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. A palavra discurso tem em si a ideia de percurso de movimento, o objeto da análise do discurso é estudar a língua em função de sentido. Cada sociedade tem seus propósitos culturalmente estabelecidos na ordem de diferentes discursos sempre serão políticos. As instituições introjetam as regras de controle de forma a consolidar as leis gerais.

Inicialmente, a postura e o discurso de José Ivo Lorscheiter foi de aceitação ao golpe civil-militar, pois o mesmo compactuava com a primeira manifestação da CNBB. Porém, ao assumir funções de relevância junto a entidade bem como se aproximar de situações graves de violação da dignidade humana, temática que passou a ganhar força após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín (CM), o prelado adotou não apenas um novo discurso como, também, uma nova prática de atuação político-religiosa. No entendimento de Foucault (1999), existem procedimentos de controle e delimitação dos discursos de forma externa, mas, também, interna. Externamente, na prática, dom José Ivo precisou silenciar acerca de situações que exigiam uma manifestação eminente durante a ditadura civil-militar, particularmente enquanto participou das reuniões da Comissão Bipartite, pois aquele era o espaço em que o setor ditatorial e representantes da Igreja católica discutiam e buscavam o entendimento e a resolução de conflitos. De forma interna, o prelado, mesmo após o término da ditadura civil-militar, optou por explicitar detalhes acerca da defesa de presos e perseguidos políticos, bem como sobre a atuação de religiosos conservadores e aliados aos militares.

Nossa investigação no curso de Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), insere-se na linha de pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho”. Essa pesquisa objetiva compreender a atuação de dom José Ivo Lorscheiter durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), identificando o protagonismo do prelado num dos períodos mais difíceis da história recente do Brasil.

Salientamos que, no período de um ano (agosto de 2015 a agosto de 2016), as atividades de investigação contaram com o suporte financeiro proporcionado por uma bolsa de estudo ofertada pela Capes – Demanda Social (CAPES-DS), que foi de suma importância para a realização de viagens para pesquisa e aquisição de materiais bibliográficos.

Consideramos relevante para o entendimento da temática ora analisada e apresentada, detalhar a estrutura da dissertação.

O primeiro capítulo objetiva uma recuperação historiográfica sobre as relações que envolveram a Igreja católica e o Estado brasileiro, com ênfase para o início do período republicano. Além disso, procuramos identificar a posição eclesiástica, manifestada por meio de documentos pontifícios e do Concílio Vaticano I (1869-1870), sobre a preocupação acerca da modernidade, do secularismo e da laicização, elementos que se somam ao risco da instalação do comunismo em países com identificação católica. Apresentamos a atuação de dom Sebastião Leme Cintra na Igreja no Brasil no período em que a instituição ainda não contava com uma organização representativa de cunho nacional, bem como as alianças estabelecidas pela Igreja na luta contra o comunismo. Por fim, abordamos a contribuição de setores e personagens eclesiásticos na elaboração de estratégias que resultaram na instalação do golpe civil-militar.

No segundo capítulo, a partir de um aprofundamento bibliográfico, realizamos uma explanação sobre aspectos da trajetória episcopal de dom José Ivo, tendo como vetores a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), sua rápida participação no evento, e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín (1968).

O terceiro e último capítulo parte de uma análise bibliográfica e de fontes documentais com destaque para a atuação direta de dom José Ivo frente aos vinte e um anos de ditadura civil-militar no Brasil. Para tanto, procuramos demonstrar que o fato do prelado ter assumido funções de destaque junto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, juntamente com outros bispos de atuação progressista, contribuiu para seu protagonismo de caráter político-religioso.

1 RELAÇÕES ENTRE IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E O ESTADO REPUBLICANO BRASILEIRO

Em âmbito mundial, o século XX foi marcado por momentos de intensas agitações políticas, crises econômicas, guerras e as mais truculentas e improváveis formas de violação de direitos humanos, entre os quais, as guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), cujas consequências afetaram a vida de milhões de pessoas, impulsionando as imigrações ilegais ou clandestinas. Outras formas de violações foram os golpes de Estado que resultaram em modelos governamentais ditatoriais, alguns conduzidos especificamente por militares e outros com a participação direta e efetiva de setores da sociedade civil organizada.

Restringindo nosso olhar à América Latina, nos deparamos com diversos governos ditatoriais, a partir da década de 1950, como, por exemplo, no Paraguai e na Guatemala (1954), no Brasil (1964), na Argentina (1962), no Uruguai e Chile (1973), no Peru (1968), entre outros.

As ditaduras civis-militares resultaram de estruturas e das tramas de relações e jogos de interesses que visavam o benefício de grupos restritos, normalmente formado por políticos, setores militares e outros grupos hegemônicos de determinada sociedade, em detrimento aos interesses e necessidades da maioria da população, geralmente empobrecida, consequência de graves crises econômicas. Na América Latina, os engendrados de golpes políticos receberam diretamente o apoio internacional, particularmente dos Estados Unidos da América, pois estes viam o território latino-americano e, particularmente, o brasileiro, como um potencial para seus interesses de monopólio econômico e manutenção e fortalecimento do capitalismo.

No Brasil, o golpe civil-militar executado em 31 de março de 1964, contou com a participação de pessoas de diversos grupos e organizações da sociedade, entre eles, a classe empresarial, os latifundiários, lideranças políticas e, setores da hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana⁴ (ICAR), mesmo que, de forma não homogênea, deram o apoio inicial às reivindicações dos movimentos que pleiteavam um novo ordenamento político para o país, em oposição ao modelo governamental vigente. Mesmo que a ICAR tivesse perdido seu status de religião oficial a partir do modelo republicano, ainda mantinha estreita relação com o Estado brasileiro, nos anos de 1960, pois buscava manter-se alinhada aos interesses dos detentores do

⁴ Neste trabalho, ao nos referirmos à expressão “hierarquia da Igreja Católica”, entendemos como sendo um grupo de clérigos que ocupam cargos de destaque dentro da instituição, como Cardeais, colaboradores diretos do Papa; Arcebispos, responsáveis por regiões denominadas como provinciais eclesiais ou áreas metropolitanas e que abarcam um grupo de dioceses; bispos, responsáveis por dioceses; e padres, normalmente alocados em paróquias e/ou outros serviços dentro da instituição religiosa, de acordo com as necessidades ou interesses da mesma.

poder, fossem eles políticos e/ou econômicos, com o objetivo de obter privilégios e uma atenção diferenciada quando da solicitação de alguma demanda.

1.1 A IGREJA CATÓLICA NOS PRIMEIROS ANOS DO BRASIL REPUBLICANO

A crise que se estabeleceu após o surgimento da República e que afetou os interesses e regalias da ICAR ganhou novo rumo principalmente após o decreto de 7 de janeiro de 1890⁵, onde por meio deste, o Governo Provisório proibiu a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, assim como foi reconhecida e respaldada a plena liberdade de cultos e extinguindo o Padroado⁶. Assim, quando da promulgação da primeira Constituição Republicana, em 1891, a lei acrescentou que o Estado deveria respeitar as crenças e manifestações religiosas, pois, conforme o artigo 5º, parágrafo VI, passou a ser “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”⁷. Para Alves (1979, p 33):

As novas leis levaram os bispos a exprimir, na sua pastoral coletiva de 1890, a teoria da neutralidade da igreja face aos regimes políticos, o que lhe permitia aceitar a República sem problemas. Como contrapartida desta neutralidade reclamavam a boa vontade do Estado para com a religião.

Com a separação oficial, a Igreja católica no Brasil precisou se reunir, enquanto instituição, para planejar sua nova situação no país. Como não havia um órgão representativo nacional da instituição, em março de 1890, o bispo de Belém no Pará, dom Antônio de Macedo Costa, foi o responsável por liderar uma “primeira reunião do episcopado brasileiro [...] e traçar diretrizes sobre a atuação da Igreja dentro do novo contexto. Desse encontro surgiram iniciativas que conduziram à Primeira Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro” (BARROS, 2003, p. 18). Posteriormente, dom Antônio de Macedo Costa, conduzido ao cargo de arcebispo de São Salvador, no estado da Bahia e, concomitantemente, primaz da ICAR no Brasil,

⁵ BRASIL. Decreto N° 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o Padroado e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm> Acesso em: 2 set. 2016.

⁶ Para o entendimento do regime do Padroado e as conseqüentes mudanças para a Igreja católica no Brasil, indicamos a leitura de: BESEN, J. A. A Igreja no Regime de Padroado, da Capitania à Província. In: _____ **História de Nossa Senhora do Desterro na Ilha de Santa Catarina: 1713-2013**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, 2013, p. 87-100.

⁷ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 2 set. 2016.

coordenou uma segunda reunião que envolveu um pequeno número de bispos brasileiros, mas que teve o “objetivo de traçar o plano de um futuro Concílio dos bispos brasileiros” (BARROS, 2003, p. 18). A partir da recuperação exposta por Barros (2003), consideramos esses dois eventos como o início de uma estruturação formal de uma organização representativa da ICAR no Brasil.

Tal abandono legal e oficial do catolicismo romano no Brasil, na estruturação como Estado republicano, não foi um fator isolado, mas demonstrou o avanço das concepções oriundas da Modernidade, por meio de seus ideais Positivistas⁸ e Liberais⁹ e que resultavam em um laicismo¹⁰ exacerbado, como já havia ocorrido na Europa, e que chegou também no Brasil, trazidas especialmente por membros das elites brasileiras que foram estudar em universidades europeias e as tinham como viáveis e necessárias à implantação no território brasileiro. Enquanto as ideias de racionalização, as novas concepções filosóficas e a busca pelo cientificismo ganhavam espaço, agora não apenas na Europa, a ICAR buscou se defender, com o objetivo de resguardar e perpetuar sua tradição milenar. Essas mudanças, particularmente de concepções, geraram fortes crises entre os Estados e a ICAR, visto que a sociedade ocidental passou por um processo de Secularização, o qual é definido por Berger (1985, p. 119):

Por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos

⁸ O representante mais famoso das concepções Positivistas é Auguste Comte (1789-1857), porém, outros pensadores internalizaram esta forma de pensar, tais como Stuart Mill (1806-1873), Herbert Spencer (1820-1903) e Saint Simon (1760-1825) (TAMBARA, E. Educação e Positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, H. C. (Organizadoras). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 166). Para Fonseca, “dentre as diferenças mais marcantes entre o Positivismo e a Doutrina Cristã está em o primeiro defender o primado da ciência e do homem (“a humanidade”) sobre a religião e Deus. O positivismo nega a metafísica e a filosofia, entendendo-as como fases ultrapassadas pela evolução social, quando justamente estas eram as bases doutrinárias cristãs, através do aristotélico-tomismo” (FONSECA, P. C. D. **Pensamento e obra**. [S.l.]: [s.n.], [19-], p. 42. Disponível em: <file:///D:/user/Desktop/pensamento_e_obra.pdf> Acesso em: 1 out. 2016).

⁹ Segundo Fonseca, “o aparecimento deste, no contexto europeu, significou a derrocada do feudalismo e do poder clerical, com a instalação da ordem capitalista. A posição crítica da Igreja, neste sentido, assumiu ares de saudade de um passado que não mais voltaria. [...] A tese básica é de que o liberalismo, ao gerar uma massa despossuída de maltrapilhos e proletários, a pretexto de intensificar a taxa de lucro e a acumulação, fomenta a luta de classes. Mas, ao contrário do marxismo, que pretende, através da práxis, extinguir a propriedade, lançando mão da luta de classes, a posição cristã tradicional condena o acirramento dos conflitos, propondo amenizá-los ou suprimi-los através de leis que assegurem distribuição mais justa da renda e da riqueza. Aceita-se, assim, a propriedade, mas não o capitalismo liberal, e o lucro é tolerado em certos limites, mas não sua transformação em mola-mestra da ordem econômica. Ataca-se, com isto, a própria lógica do capital, que é acumular por acumular, num processo sem limites, a não ser os ditados pelo próprio capital. Para a Doutrina Cristã, dois limites aparecem bem delineados: a busca do lucro deve ser compatível com a garantia dos direitos essenciais do homem e com as exigências do bem-comum” (FONSECA, P. C. D. **Pensamento e obra**. [S.l.]: [s.n.], [19-], p. 45-46. Disponível em: <file:///D:/user/Desktop/pensamento_e_obra.pdf> Acesso em: 1 out. 2016).

¹⁰ Para um aprofundamento acerca do laicismo, isto é, o gradativo distanciamento entre o pensamento político da modernidade e as questões religiosas marcadas pela dependência do clericalismo e que foram sustentadas secularmente nas sociedades ocidentais, indicamos: CATROGA, F. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). **Análise Social**, v. XXIV (100), p. 211-271, 1988 (1º). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029596W8bRF8ng3Ap22XN2.pdf> Acesso em: 2 dez. 2016.

sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle e influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico [...]. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo. Mas ainda, subentende-se aqui que a secularização também tem um lado subjetivo. Assim como há uma secularização da sociedade e da cultura, também há uma secularização da consciência.

Fortalecendo esta concepção de mudança de referencial, a saber, do transcendente para o imanente, do espiritual para o material, da fé para a racionalização, dos dogmas à comprovação científica, Libanio (2000) elenca uma série de críticas levantadas por alguns pensadores do período moderno, onde os quais problematizavam a estrutura da ICAR, seus pares, bem como a dependência de uma pessoa à uma religião e os riscos que corria. Começa o autor trazendo a figura de Erasmo de Rotterdam (1467-1536), onde em sua obra *Elogio da Loucura*, criticou posturas de arrogância e aparência mantidas pela Igreja e que mais se aproximavam do poder temporal. O pensador Rotterdam, conforme Libanio (2000, p. 17), “ridiculariza as vestes e ornamentos episcopais, cardinalícios, que deveriam ter um sentido evangélico e revelam simplesmente honraria e desejo de dinheiro”. Libanio (2000, p. 20) também faz menção às ideias de Voltaire (1694-1778), principalmente por ter movido uma “terrível guerra contra o ‘sobrenatural’ que era a espinha dorsal do ensinamento e pregação da ICAR, afirmando com todas as forças o valor do conhecimento histórico e o caráter imanente, terrestre, natural da modernidade”. Por fim, elenca sucintamente uma provocação feita por Karl Marx (1818-1883), segundo o qual teria afirmado “de que a religião é produto do próprio ser humano e o mantém alienado da verdadeira realidade” (LIBANIO, 2000, p. 23).

A partir da nova estruturação político-administrativa do Brasil, isto é, a República, ficou mais fácil àqueles que compactuavam com os ideais oriundos da Modernidade, com liberalismo e positivismo, fazerem oposição à ICAR:

As elites afastam-se rapidamente da Igreja, encontrando no liberalismo, no protestantismo e no positivismo o substituto para a visão de mundo proposta pelo catolicismo. [...] A Igreja não é mais vista como uma fonte possível de legitimação do poder do Estado mas ‘como força política contrária aos interesses do Estado e da sociedade. A tendência é de rejeitar a Igreja como instituição social’. [...] o Estado perde o interesse em reformar e modificar a Igreja, passando muito mais a lutar para diminuir sua influência e afastá-la dos negócios do Estado. Para liberais e positivistas ‘a Igreja é uma instituição anticientífica e por isso irracional, contrária ao progresso e à modernização’ (BEOZZO, 2004, p. 276-277).

Também no século XIX, a ICAR realizou o Concílio Vaticano I (1869-1870), que reuniu representantes da hierarquia católica espalhados por diversas partes do mundo. Foi um evento

em que, entre diversos objetivos, a instituição buscou consolidar uma “nova orientação teológica e política” para a Cúria Romana (BIASOLI, 2010, p. 18), onde, por meio do Ultramontanismo¹¹, buscou manter e intensificar o convencimento da população para adesão ao catolicismo romano, tentando “mostrar que a fé é superior à razão” e reforçando “o primado e a infalibilidade do papa” (RODEGHERO, 1998, p. 46). Por meio deste evento, a autoridade papal ganhou um novo patamar de reconhecimento e de atuação, pois com o dogma da infalibilidade papal, a figura e as determinações feitas pelos papas passaram a ser reconhecidas como infalíveis (ALVES, 1979, p. 34). Na verdade, foi mais uma tentativa de recuperar o prestígio e os espaços que a ICAR já havia ou estava perdendo em virtude das novas concepções trazidas com a Modernidade, pois evidencia-se que o objetivo da instituição religiosa em âmbito mundial, mas, particularmente na realidade brasileira, era de buscar meios que garantissem sua continuidade e sobrevivência. Como afirma Dias (1996, p. 48):

A mentalidade moderna ameaçava a unidade visível da instituição eclesial e destruía sua soberania à medida que recusava qualquer tutela sobre a razão e sobre o ordenamento social. Daí a intolerância diante dessa mentalidade e o rigoroso zelo doutrinal, que resultou numa concepção excessivamente instrumental da Igreja com perigosas repercussões na religiosidade. Diante dos indivíduos que experimentavam a liberdade, a Igreja se antepunha como um freio e um instrumento disciplinador.

O Concílio Vaticano I foi um acontecimento que fez a ICAR mudar não apenas práticas religiosas mas, acima de tudo, seu papel enquanto organização política, visto que o papa, figura agora central e primordial para as decisões católicas, também passou a interferir em assuntos que fugiam a alçada meramente institucional e eclesiástica.

1.2 A ATUAÇÃO DOS PAPAS CATÓLICOS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: IMPLICAÇÕES DO CONCÍLIO VATICANO I

Um fator que consideramos importante pela forma analítica a qual estamos nos propondo, é buscar perceber o posicionamento da ICAR frente à Modernidade, e, para isso, buscamos apresentar as determinações dos Papas que governaram a Igreja¹², particularmente

¹¹ O ultramontanismo significava a adesão à Santa Sé, a fidelidade à ortodoxia religiosa, a confiança na autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina, fenômeno que ficou conhecido como romanização da Igreja no Brasil. É uma doutrina e política de um catolicismo tradicionalista que reconhecia no liberalismo um caminho para a decadência moral. Não bastava ser batizado, era preciso ser católico romano (Cf. AZZI, R.. **O altar unido ao trono**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 114-126 e 151; RAMBO, A. B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, M. N. (Org.). **Populações rio-grandense e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998).

¹² Iremos utilizar para os Papas que serão apresentados a data de início e final de Pontificado.

no final do século XIX, pois as mesmas terão decisiva implicação na ICAR no Brasil. Assim, destacamos os trinta e um anos de pontificado do Papa Pio IX (1846- 1878), que na Carta Encíclica *Quanta Cura* condenou veemente o mundo moderno, apontando para a urgência de mudanças na estrutura da ICAR, bem como, foi incisivo no combate ao secularismo que, conforme a visão da instituição, colocava-a em risco. Esta mesma encíclica é uma das primeiras a mencionar e condenar o comunismo e o socialismo, pois atribuía a ambos o fato do abandono da religião pelas famílias tradicionais, resultando no avanço do laicismo e da secularização. Rodeghero (1998, p. 47), reitera que “o comunismo, segundo a encíclica, defende que é somente da lei civil que emanam e dependem os direitos dos pais sobre os filhos e o direito de instrução e educação”.

Além disso, Pio IX escreveu um documento chamado de *Syllabus Errorum*¹³, dividido em oitenta artigos, em que apresentou os principais erros da época, conforme o Magistério eclesiástico, e que já haviam sido citados em outros documentos deste mesmo Pontífice. Outra contribuição do pontificado de Pio IX foi a criação de organizações de cristãos leigos, um significativo número de pessoas da sociedade civil que não se tornavam sacerdotes, bispos, frades ou freiras, mas que se propunham a defender a Igreja Católica dos ataques do liberalismo e da expansão da secularização (BARROS, 2003, p. 14).

Além de se destacar como um defensor da ICAR em virtude do risco do crescimento do laicismo e da secularização, o Papa Pio IX também procurou combater com veemência a tendência liberal que se alastrava, e assim:

O catolicismo, agora totalmente intransigente, recusando qualquer acomodação com as forças do progresso, industrialização e liberalismo, tornou-se uma força muito mais poderosa depois do Concílio do Vaticano de 1870 do que antes, mas ao custo de abandonar muito de seu terreno aos adversários (HOBSBAWM, 2007, p. 382)

Com a saída do Papa Pio IX, assumiu a Cátedra Petrina o Papa Leão XIII (1878-1903). Considerado por alguns como um religioso provocador e renovador, visto que seu papado “ficou marcado desde o início pelas tentativas de construção de novas relações entre a Igreja e a modernidade” (GOMES, 2014, p. 25), diferenciou-se de seu predecessor pelo fato de se predispor a um olhar mais próximo das realidades dos fiéis, particularmente do mundo operário, que sofria devido às consequências da industrialização, como o desemprego e,

¹³ IGREJA CATÓLICA. Papa (1792-1878: Pio IX). **Carta Encíclica Syllabus Errorum**: contendo os principais erros da nossa época, Notados nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/>> Acesso em: 3 set. 2016.

consequentemente, a fome e o empobrecimento em massa. O pontífice deu início ao que configuraríamos de catolicismo social. Contudo, sua atuação mantinha-se impregnada dos referenciais eclesiais do século XIX, já que “reforçava a postura escolástica e conservadora da Igreja, ainda que em meio às sonoridades de ‘para o bem da sociedade’ e ‘progresso de todas as ciências’” (MORAIS, 1982, p. 24). Para Gomes (2014, p. 25-26), Leão XIII “estabeleceu um limite entre os direitos da Igreja e os do Estado, em que este último poderia ter ação autônoma, fora da influência eclesial. [...] A Igreja não teria mais autoridade direta sobre o Estado, mas agiria sobre este através de seus fiéis”.

No governo do Papa Leão XIII, destacou-se a Encíclica *Rerum Novarum*, “considerada a base da Doutrina Social da Igreja” (CARLETTI, 2012, p. 90), pois:

Propunha uma transformação social que pusesse a Igreja como consciência moral do mundo. A sociedade deveria reconhecer e legitimar o catolicismo como a verdadeira modernidade. A Igreja expunha a necessidade de sair do âmbito da metafísica e adentrar na realidade de seu tempo, caso contrário corria o risco de ser atingida pelo socialismo que penetrava em seu rebanho (GOMES, 2014, p. 27).

Na *Rerum Novarum*, o Papa também deu maior visibilidade e ampliou a defesa da ICAR com relação ao perigo do comunismo¹⁴, considerado como “uma doutrina *antinatural*” (RODEGHERO, 1998, p. 25, grifo do autor), e, sendo assim, era necessário que a voz da autoridade máxima da Igreja justificasse os motivos para tal compreensão. Para Leão XIII, “a propriedade particular e pessoal é para o homem, de direito natural” (IGREJA CATÓLICA, 1976, p. 12), sendo assim, entendia que “o direito natural é aquele que precede a organização do Estado” (RODEGHERO, 1998, p. 26), isto porque “o Estado é posterior ao homem e antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger a sua existência” (IGREJA CATÓLICA, 1976, p. 14). Ao longo de toda a encíclica o Papa Leão XIII procurou defender valores que eram caros para a ICAR e que o comunismo colocaria em risco: a integridade da instituição e dos fiéis. Entre as defesas feitas, focou no consentimento à propriedade privada, no “direito natural e primordial de todo homem ao casamento”, isto é, no entendimento de família como uma sociedade, a “autoridade paterna” (IGREJA CATÓLICA, 1976, p. 14-19).

Conforme Rodeghero (1998, p. 48), a *Rerum Novarum*:

¹⁴ A reflexão acerca do comunismo e seus riscos para a sociedade e à Igreja não se deram somente na encíclica *Rerum Novarum* (1891), mas também se fizeram presente nas encíclicas *Quod Apostolici Muneris* (1878) e na encíclica *Diuturnum Illud* (1881).

Coloca-se contra a luta de classes e, em seu lugar, propõe a colaboração entre patrões e empregados; faz uma distinção entre a posse (particular) da riqueza e o seu uso (universal); chama a atenção para o dever do Estado na proteção dos direitos de todos, ao mesmo tempo em que alerta para os limites dessa intervenção.

No entendimento de Carletti (2012, p. 90), tal encíclica:

Representa a resposta do papado a uma realidade social caracterizada no Ocidente pelo desenvolvimento do capitalismo e da industrialização e que estava provocando profundas transformações sociais. Nessa encíclica ele condenou a ideologia baseada na exaltação do dinheiro, do progresso, da ciência, da técnica, e que esquecia o princípio essencial do cristianismo: o respeito do ser humano e sua dignidade.

Seu sucessor, o Papa Pio X (1903-1914), que governou a ICAR por onze anos, foi o responsável por levá-la a intensificar sua busca por uma interiorização, isto é, um olhar atento para o interior da instituição e, a partir desta observação, buscar a sua renovação. Adotou como seu programa pastoral o entendimento de que “todas as coisas deverão ser restauradas em Cristo, para evitar que a humanidade continue caminhando para a ruína” (DIAS, 1996, p. 45). Este pontífice foi o responsável, entre outros feitos, pela reforma na administração da Cúria Romana, criando departamentos chamados de dicastérios, divididos por competências administrativas (CARLETTI, 2012, p. 94), e mandou que se fizesse uma revisão do Código de Direito Canônico¹⁵, que foi colocada em vigor por seu sucessor. Além disso, “endureceu o posicionamento da Igreja com respeito às suas relações com a sociedade moderna liberal, organizando uma frente contra o denominado *modernismo*, que qualificou como ‘síntese de todas as heresias’” (BARROS, 2003, p. 15, grifo do autor). E, assim como seu sucessor, entendia que a atuação dos leigos era fundamental para que a sociedade não perdesse os valores cristãos, mas em estrita observância e obediência à hierarquia da Igreja.

No incipiente Brasil republicano, estas mudanças da ICAR, por meio de seus líderes maiores que são os Papas, foram contundentes, pois fortaleceram a oposição da instituição religiosa aos interesses dos intelectuais e políticos detentores do poder no país, resultando, como vimos acima, de um novo ordenamento legal para a ICAR na República.

¹⁵ A reforma do Código visava reforçar o papel da Igreja como sujeito jurídico autônomo separado do poder civil, tendo personalidade jurídica internacional e igual soberania assim como os outros Estados. O efeito colateral foi a centralização do poder da Igreja de Roma em relação às outras Igrejas ligadas muitas vezes aos poderes políticos dos Estados onde elas estavam localizadas. [...] Sem a reforma operada por Pio X, que universalizou o direito da Igreja, não teria sido possível para a Santa Sé se posicionar no mesmo nível que os outros Estados e abrir a importante fase das concordatas dos anos 1920 e 1930 (CARLETTI, A. **O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial**: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias. Brasília: FUNAG, 2012, p. 93-94).

1.2.1 Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e seu protagonismo para a Igreja Católica no Brasil

No pontificado de Pio X, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra¹⁶ (1882-1942) foi elevado ao cargo de bispo auxiliar da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1910, sendo posteriormente designado à função de arcebispo de Olinda e Recife. Para Alves (1979, p. 36), dom Leme era “um líder” que falava, amplamente, em nome da ICAR no Brasil, já que a instituição ainda não contava com uma organização colegial de âmbito nacional, o que só ocorreria em 1952, com a criação da CNBB. Essa configuração de dom Leme a uma referência eclesial para a ICAR no Brasil se confirma pelos elementos citados em sua primeira Carta Pastoral, publicada tão logo assumiu a Sé de Olinda e Recife, onde, entre outras coisas, referiu-se às contradições da situação religiosa brasileira:

O país era católico, enquanto a Igreja dispunha de pouca influência no povo e, sobretudo, na elite intelectual, tocada pelo agnosticismo, pelo secularismo, pelo positivismo. Atribuía a “descatolicização” desta elite à falta de formação doutrinária, que ele verificava mesmo entre os que se diziam crentes. Propunha como solução dinamizar o ensino religioso, a participação no poder civil e a instrumentalização dos seus recursos para difundir a religião (ALVES, 1979, p. 36).

Também foi por meio das provocações de dom Leme que o episcopado brasileiro ampliou o número de sacerdotes que foram enviados para estudar na Europa, continente para onde já iam com regularidade os filhos dos membros das elites brasileiras. Além disso, incentivou a vinda de congregações e ordens religiosas da Europa com a finalidade de se estabelecerem nas dioceses brasileiras. O clero local ainda era “mal formado e inapto para enfrentar as mudanças políticas e sociais” (DIAS, 1996, p. 24). Assim, após o período de formação acadêmica, por meio do contato com novos pensadores e literaturas, ao regressarem ao Brasil, carregavam não apenas uma expressiva bagagem intelectual a que se tinham proposto a obter, mas, também, os princípios difundidos pelo positivismo e o liberalismo. Com a formação de sacerdotes na Europa, principalmente junto a Santa Sé, tais religiosos teriam uma preparação mais ampla, qualificada e combativa com relação às investidas da Modernidade que

¹⁶ D. Leme foi o terceiro arcebispo do Rio de Janeiro e o segundo cardeal brasileiro. Nasceu em Espírito Santo do Pinhal (SP), no dia 20 de janeiro de 1882, e faleceu no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1942. Coursou o seminário maior em Roma e se ordenou padre a 28 de outubro de 1904. ‘D. Sebastião Leme foi sagrado em Roma, pelo Cardeal Arcoverde. Contava vinte e nove anos de idade. Em 1921, D. Leme foi transferido de Olinda para o Rio de Janeiro, sendo designado como bispo auxiliar com direito à sucessão do Cardeal Arcoverde (DIAS, R. **Imagens de Ordem:** a Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 52).

estavam, no entendimento da ICAR no Brasil, desestruturando a instituição. Contudo, além dos embates entre ICAR e Estado, com o retorno dos primeiros sacerdotes europeizados em sua formação teológica e prática pastoral, começou um novo atrito, agora dentro da própria instituição religiosa. Beozzo (2004, p. 279-280) esclarece:

Se as elites tornam-se ‘estrangeiras’ na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja. Esta nova religião entra em conflito com os costumes do povo e nos santuários tradicionais trava-se uma luta surda entre os missionários vindos da Europa e a prática do povo rotulada de ignorância e superstição, quando não de fanatismo. [...] O ganho deste catolicismo europeizado, mais intelectual e racionalista, vai se dar justamente no seio das elites também europeizadas, e é entre elas [...] que a Igreja vai colher uma série importante de conversões de homens de letras, homens de Estado, diplomatas e científicos.

Essa ruptura interna que ocorreu na ICAR no Brasil foi definida por Beozzo (2004, p. 280), como uma separação entre o “aparelho eclesiástico” e o “aparelho religioso”. O “aparelho eclesiástico” ficou configurado por meio da hierarquia católica, agora com uma formação intelectual mais ampla, que visava o fortalecimento da instituição e o combate a secularização, isto é, “da perda progressiva dos valores religiosos (cristãos) na vida humana” (SCHIERA, 1986, p. 3 apud RODEGHERO, 1998, p. 45). No oposto, o “aparelho religioso” era formado principalmente por cristãos leigos, com pouca ou nenhuma instrução educacional, mas que buscavam manter suas devoções tradicionais permeadas de simplicidade.

Ao longo de sua atuação episcopal, dom Leme ampliou seu campo de atuação, visto que fora nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro (1920), com direito à sucessão, vindo a assumir oficialmente a Sé do Rio de Janeiro em 1930, com a morte do cardeal arcebispo dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Além disso, procurou manter os princípios católicos sustentados pela Santa Sé bem como buscou se aproximar, com contundência, do presidente Getúlio Vargas e, pelo qual, era bem visto. Barros (2003, p. 19), apresenta alguns elementos que nortearam o trabalho pastoral, social e político de dom Leme:

A centralidade do mistério de Cristo; a eucaristia como ápice da vida da Igreja; a evangelização das elites, sobretudo dos intelectuais; a evangelização do povo por meio de grandes movimentos de massa, para uma superação da religiosidade popular de cunho barroco e promoção de uma vida cristã, centrada em Cristo e no mistério eucarístico, sob a proteção de Maria. Mais tarde, já sob o pontificado de Pio XI, este prelado assumiu vigorosamente a organização e dinamização da Ação Católica Brasileira¹⁷.

¹⁷ A Ação Católica nasceu e se firmou na Itália, na década de 1920, no pontificado de Pio XI, quando também nascia na Bélgica em torno da classe operária. A Ação Católica significava a ação apostólica dos leigos cristãos, organizados e integrados em Movimentos reconhecidos oficialmente pela Igreja, ou seja, era a colaboração dos

Dom Leme também foi o responsável não apenas por converter intelectuais com referenciais positivistas ao catolicismo, que se tornavam colaboradores não apenas do prelado, mas da ICAR no Brasil, mas contribuiu para que tais convertidos fundassem dois órgãos que buscaram a restauração do pensamento católico, a saber, a revista *A Ordem*¹⁸ e o *Centro Dom Vital*¹⁹, fundado em 1922, ano do Centenário da Independência do Brasil, por Jackson de Figueiredo.

Para Dias (1996, p. 54), dom Leme se destacou no campo político como um “notável estrategista, criador de formas de convivência como o novo regime e de apoio mútuo entre Igreja e Estado”, o que contribuiu para que a instituição religiosa, nas primeiras décadas do século XX, recuperasse alguns prestígios retirados com a implantação da República.

1.3 O FORTALECIMENTO DO PAPEL POLÍTICO DOS PAPAS A PARTIR DOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

Com a morte de Pio X, foi eleito pelo Colégio Cardinalício para o governo da ICAR o Papa Bento XV (1914-1922), um religioso “muitas vezes definido como um papa político, para sublinhar o contraste com seu predecessor” (CARLETTI, 2012, p. 96), assumiu a condução da

leigos no apostolado hierárquico da Igreja. A Ação Católica teve, em cada país, sua história e suas realizações originais. A Ação Católica Brasileira é oficialmente instituída com base nos Mandamentos dos Bispos do Brasil, de 09 de junho de 1935, inspirados nos Estatutos da Ação Católica Italiana. Foi organizada para homens e mulheres maiores de 30 anos e casados de qualquer idade. Também foi organizada para a juventude masculina (JCB – Juventude Católica Brasileira) e juventude feminina (JFC – Juventude Feminina Católica), na faixa etária de 14 a 30 anos. Havia sessões diferenciadas para a juventude: Juventude Estudantil Católica (JEC), para jovens de nível secundário; Juventude Universitária Católica (JUC), para universitários e Juventude Operária Católica (JOC), para jovens operários (Cf. KHOURY, Y. A. (Coord.). Guia da Central de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” – CEDIC - PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1995, p. 43 e 44. In: BORIN, M. R. **Por um Brasil Católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. 2010. 369 f. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: RS, 2010, p. 195-196).

¹⁸ Tendo seu primeiro número publicado em 1921, *A Ordem* torna-se o mais importante órgão de divulgação do pensamento católico nessa etapa histórica. Durante as primeiras décadas é também ela marcada por uma posição conservadora. [...] A partir de meados dos anos 1940 ela começa a assumir paulatinamente uma orientação mais democrática, graças sobretudo à postura assumida por Alceu Amoroso Lima” (AZZI, R. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 455). Doutrinar e combater era a tarefa assumida por ela. O combate tinha como alvo os inimigos externos à Igreja e os internos, os próprios católicos que se haviam deixado impregnar pelo ‘espírito acomodaticio’. Para enfrentá-los, muniram-se da doutrina católica, juravam permanecer fiéis à autoridade ao mesmo tempo que postulavam autonomia nessa luta (DIAS, R. **Imagens de Ordem: a Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 93).

¹⁹ Fundado no Rio de Janeiro em 1922, o Centro Dom Vital destinava-se à recatolização da intelectualidade brasileira. Nele se reunia importante grupo de leigos, emergindo como figuras de primeira grandeza Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção. De famílias católicas, os três voltara à prática religiosa já adultos. [...] Foram criadas filiais do Centro Dom Vital em diversas cidades” (AZZI, R. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 81-482).

instituição religiosa num dos momentos de maior temor e instabilidade internacional, a saber, o início e o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, que envolveu milhões de católicos. Falando em nome da ICAR, Bento XV procurou provocar uma conciliação entre as potências que se trucidavam em Guerra, porém, suas investidas foram limitadas e insuficientes, pois não obtiveram êxito, visto que, de um lado, a Igreja não condenou com veemência a morte de muitos civis católicos, apenas permaneceu nas manifestações discursivas, por outro lado, não mediou esforços para aliviar a dor e o sofrimento dos feridos na guerra²⁰.

Para Sondhaus ([19--], p. 248), o Papa Bento XV “deixou claro, desde o início, que o Vaticano preferia que a Itália permanecesse neutra, e suas convicções definiram os pontos de vista de muitos italianos católicos e conservadores”. Essa neutralidade por parte da Santa Sé é entendida pelo fato de que a mesma “está a serviço de todos os seres humanos prezando por aquilo que une os homens, a comum ligação da fé, e não as razões de cada uma das partes” (CARLETTI, 2012, p. 97). Assim, o Papa não ficava vulnerável a nenhuma das partes e quando a mesma cessasse, o representante da Santa Sé poderia buscar o estabelecimento do diálogo com a parte vencedora. Essa postura de neutralidade resultou em insultos e escraço por parte das potências internacionais, bem como dos cristãos diretamente atingidos pela violência bélica.

O sucessor do Papa Bento XV foi Pio XI (1922-1939). Durante seu pontificado as relações entre o Vaticano e o governo italiano se intensificaram, resultando na oficialização do Estado da Cidade do Vaticano, onde o Papa, conseqüentemente, tornou-se também Chefe de Estado (CARLETTI, 2012, p. 103-104). Assim, o chefe da ICAR não era somente um líder religioso, e como Chefe de Estado, seus pronunciamentos ganharam uma repercussão mais abrangente, no sentido de que atingia diversas partes do mundo, bem como passou a gerar desconforto em muitos de seus interlocutores.

Seu pontificado, entre vários aspectos, destacou-se pela busca de um maior envolvimento dos cristãos leigos no seio da instituição religiosa, vindo a ser o promotor da Ação Católica (AC) (BARROS, 2003, p. 25). Para Pio XI, por meio dessa organização, a ICAR buscou restaurar-se dentro da sociedade moderna, e os cristãos leigos seriam uma ferramenta importante para o alcance de tal objetivo, pois passariam a se empenhar no combate do

²⁰ O esforço pela paz exigia grandes qualidades diplomáticas, paciência, a força moral necessária para enfrentar eventuais insucessos e, de qualquer modo, críticas e acusações de todos os lados. A condenação da guerra constitui um *leit-motiv* do magistério de Bento XV naqueles amargos anos, 1914-1918. Ele não se cansa de reafirmar em cartas abertas a cada um dos personagens, em alocuções, em encíclicas, a sua dor, a sua indignação, a sua incurável amargura. A guerra lhe parece não só e não tanto um ‘inútil massacre’ (1º de agosto de 1917), como ‘o suicídio da Europa civil’ (4 de março de 1916), a ‘mais tenebrosa tragédia da loucura humana’ (4 de dezembro de 1916). [...] expressava o seu horror e a sua amargura pela guerra que fazia ‘a Europa se avermelhar de sangue cristão’ (DIAS, R. **Imagens de Ordem: a Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 134).

laicismo, disseminado pelo espírito de secularização que permeava a sociedade, e, assim, os leigos organizados “fora e acima dos partidos”, iriam contribuir para “o estabelecimento do reino universal de Cristo” (BEOZZO, 2004, p. 322).

Para Dias (1996, p. 63), Pio XI identificou o laicismo como o “agregado de todas as heresias” e “aquele que prepara a via para o comunismo, o qual oferece aos homens esperanças mentirosas ao dizer que estes marcham para a independência e que a humanidade está em permanente progresso”. Praticamente todo o empenho pastoral e social de Pio XI circulava em torno de sua compreensão de que ainda era possível, em pleno século XX, “a realização de um Estado católico, ou, em outros termos, pensava poder salvar ou reconstruir a *crístandade*, há muito tempo desaparecida” (MARTINA, 1997, p. 142, grifo do autor).

A Ação Católica obteve destaque e expansão internacional, vindo a também ser fundada no Brasil como Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, sob a liderança do Cardeal Leme, visto que a ICAR adotou o entendimento de que era necessário aproximar-se e poder contar com a colaboração dos cristãos leigos, contudo, necessariamente, essas novas lideranças precisavam estar preparados, evidentemente de acordo com as orientações da hierarquia eclesial.

Na final da década de 1920²¹, o Estado brasileiro viveu momentos de agitação política, que culminaram com a *Revolução de 1930*, também conhecida como *Revolução de Outubro*, resultando na deposição do presidente Washington Luiz e na ascensão ao poder executivo por Getúlio Vargas, então presidente da província do Rio Grande do Sul. Beozzo (2004) relata como foram os últimos momentos do presidente Washington Luiz e a importante intervenção da ICAR, na pessoa do Cardeal Leme, para que vidas fossem poupadas e espaços públicos não fossem bombardeados e invadidos:

As gestões de Dom Leme junto a Washington Luiz foram infrutíferas e só quando as fortalezas decidem bombardear o Palácio Guanabara, já cercado por tropas insurretas, consegue o Cardeal um acordo ‘in extremis’ com os chefes militares, visando apenas salvar a vida do presidente e de seus auxiliares. Este sai do Palácio, acompanhado

²¹ Para Beozzo, acrescenta-se nesse período histórico o declínio dos “movimentos grevistas liderados pelos anarquistas. De 1922 a 1924 longa luta opõe anarquistas e comunistas, dividindo a liderança operária. Os anos seguintes são de ascensão do Partido Comunista, mas com a Revolução de 1930 o PCB entra em crise, com muitos de seus quadros e militantes bandeando-se para o lado da revolução de outubro (BEOZZO, J. O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: PIERUCCI, A. F. O., et. al. **O Brasil republicano**, v. 4: economia e cultura (1930-1945). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 309). Segundo Petersen, o período de 1912 a 1916 foi assinalado por inúmeras greves em vários municípios gaúchos envolvendo diversas categorias. De 1917 a 1920, os grandes centros do País são marcados por uma onda de movimentos grevistas que foram reprimidos pelo Estado, influenciados pela Revolução Russa de 1917 que irá inspirar também a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922 (PETERSEN, S. R. F. **“Que a união operária seja nossa pátria!”**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001, p. 296-360).

pelo Cardeal sob o apuro e as ameaças da multidão e mesmo da tropa, sendo conduzido prisioneiro para o Forte de Copacabana ao anoitecer de 24 de outubro. A primeira República, que iniciara sua história estabelecendo a separação entre a Igreja e o Estado e excluindo a Igreja da nova ordem liberal positivista, sai paradoxalmente de cena, 40 anos depois, pelas mãos de um membro da hierarquia da Igreja (BEOZZO, 2004, p. 289-290).

Frente a instabilidade instaurada no país neste período, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, dom João Becker, por entender e querer que o presidente da província gaúcha pudesse assumir o governo da nação, não mediu esforços para apresentar junto aos fieis seu desejo. José Oscar Beozzo (2004) recuperou trechos de homilia de dom João Becker em que o religioso exalta Getúlio Vargas e suplica a Deus que o conduza ao alto posto de direção da nação:

Falta-nos na suprema direção da Pátria um novo Moisés que tenha a audácia cívica de escolher a N. Senhor Jesus Cristo, para guia da Nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade brasileira. Quem o será? Como todos os Estados o RS tem o direito inconcusso de apresentar seu candidato, como o fez. Eu quisera, como todos os presentes o desejam, que este Moisés regenerador da República surgisse do meio do heroico povo gaúcho, que partisse do alto das nossas coxilhas verdejantes e, sob as bênçãos da Igreja e as aclamações de todos os rio-grandenses e todos os brasileiros, realizasse esse sublime ideal da grandeza e felicidade do Brasil (BECKER apud BEOZZO, 2004, p. 287-288).

O desejo de dom João Becker era tão efusivo para que Vargas assumisse a condução do país, que o religioso, diante das agitações, procurou-o e lhe ofereceu sacerdotes da arquidiocese de Porto Alegre que se disponibilizavam a acompanhar as tropas militares até a estabilidade total da nação. O primeiro candidato que se prontificou a acompanhar as tropas militares foi o próprio secretário do arcebispo, o então padre Alfredo Vicente Scherer que, anos mais tarde, se tornaria arcebispo metropolitano de Porto Alegre (BEOZZO, 2004, p. 288).

Quando oficialmente Vargas assumiu o poder, dom João Becker não hesitou e prontamente encaminhou um telegrama ao novo presidente:

Aceite V. Ex^a minhas calorosas congratulações e cumprimentos fulgurante triunfo. Meus votos se realizaram. Regenerador República surgiu do meio nosso heroico povo gaúcho. Partiu do alto de nossas coxilhas verdejantes. Chegou Rio sob as bênçãos de Deus e aplausos delirantes da Nação (BECKER apud BEOZZO, 2004, p. 289).

No momento em que Vargas assumiu o poder, o país estava enfrentando os reflexos de uma instabilidade econômica internacional, causada pela *Crise de 1929*, e que também se refletiu no Brasil. Como havia proposto em sua campanha, tão logo fora empossado, procurou investir na diversificação de produção, e a esse seu interesse acrescenta-se o fato de Vargas ser

natural do Rio Grande do Sul, uma região que já se destacava pela produção agrícola e pela pecuária, e, somando-se a esses produtos, a também expressiva cultura cafeeira, tanto em São Paulo como em Minas Gerais, e que já geravam o interesse do mercado internacional aos produtos.

Vargas sempre se destacou como um político popular, isto é, seu nome circulava entre todas as camadas da população, mas, também, populista, cheio de promessas para contentar e ludibriar os menos favorecidos e, deles, obter votos. Além disso, era um exímio estrategista político, buscava aproximar-se de pessoas ou entidades das quais percebia que poderia obter alguma vantagem, não tanto de cunho pessoal, mas que favorecesse seu governo. Portanto, no momento em que se tornou presidente, buscou fortalecer contatos e parcerias com grupos tradicionais com atitudes de proximidade ao Estado ou, então, que poderiam se reaproximar. Nesse caso, a ICAR não perdeu tempo, pois, pelo fato de representantes da hierarquia eclesiástica nacional conhecerem Vargas, principalmente os religiosos do sul do país, apropriou-se de tais informações e, por meio do Cardeal Leme, epíscopo respeitado no cenário eclesial do Brasil, foi buscando uma reaproximação institucional. Essa retomada de contato, entre outros aspectos, visou atender as indicações da Santa Sé e que já estavam sendo disseminadas pelo mundo inteiro, a saber, a necessidade de uma recristianização²². Numa forma de pressionar o apoio da ICAR ao governo de Vargas, o Cardeal Leme, durante a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, na presença de grande número de fiéis, membros do alto escalão do governo e do próprio presidente, falou:

E haverá ainda quem acredite ser lícito à república fingir que pode ignorar as crenças religiosas do povo? Não, senhores! Depois de tantas afirmações da consciência religiosa do povo brasileiro, o agnosticismo do Estado seria uma mentira solene a aviltar o bom senso dos legisladores. O nome de Deus está cristalizado na alma do povo brasileiro. Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado (LEME apud AZZI, 2008, P. 228).

Portanto, diante desses fatos, nos é possível entender de que forma se reestabeleceu um novo jogo de interesses, um contato maior entre ambas as instituições. Os dez principais pontos que a ICAR buscava alcançar e que queria fossem contemplados na nova Constituição Federal foram publicados pela cúria metropolitana do Rio de Janeiro, no dia 16 de fevereiro de 1934

²² “A recristianização da sociedade brasileira poderia ser realizada, a seu ver, cumprindo-se as seguintes etapas: trabalhar, polir e modelar a consciência católica; fazer que os princípios de obediência e respeito à autoridade predominem na ação social do indivíduo, o que, finalmente, se desdobraria numa atividade coletiva. Assim, a obra recristianizadora conclamava todos os católicos a afirmarem o credo salvador do Brasil: a disciplina e a reforma das consciências com trabalho e paciência” (DIAS, R. **Imagens de Ordem: a Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 77).

(AZZI, 2008, p. 230), e amplamente defendidos pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Entre os aspectos defendidos, dava-se ênfase para que os cristãos votassem em candidatos que publicamente defenderiam os interesses religiosos junto ao governo.

Assim, para Serbin (2001, p. 82), “a Igreja recuperou seus privilégios, e líderes nacionais reconheciam nela um baluarte de estabilidade social. Com Getúlio, a Igreja e o Estado estabeleceram um pacto informal de cooperação”. O temporal volta a comungar com o espiritual. Entretanto, essa informalidade não significou, na prática, um distanciamento, mas, indiretamente, a ICAR ganhou status de religião oficial do Estado, ainda que não declarada publicamente em nenhum documento.

Fica claro que, por parte da Igreja, os atos indiretos de contato com o Estado, nada mais eram do que manobras para obter um reconhecimento maior do governo e, se possível, retomar benesses e regalias perdidas com a Proclamação da República. Dias (1996, p. 75), afirma que “a Igreja Católica assumiu uma atitude ofensiva implementando a recristianização da sociedade por meio da reconquista de seus direitos em face do Estado; esta luta foi simultaneamente um bem para a sociedade e para a Igreja”.

O Papa Pio XI, em 1931, publicou a encíclica *Quadragesimo Anno*, para comemorar os quarenta anos da encíclica *Rerum Novarum*. Contudo, esse novo documento do Magistério da Igreja faz uma análise acerca de alguns movimentos que, segundo o pontífice, se modificaram ao longo dos anos, porém, mereciam um olhar atento dos líderes eclesiásticos e dos cristãos leigos, a saber, a economia, o socialismo e os costumes. Para Beozzo (2004, p. 311), “a economia denuncia a concentração e a monopolização do capital”; com relação ao socialismo, “constata sua evolução depois de Leão XIII em duas frações, a do comunismo e a do socialismo mitigado que professa abster-se da violência e abranda e limita a luta de classes e a proposta de extinção de toda a propriedade privada”. Assim, com maior ênfase, passou a crescer no Brasil um movimento anticomunista, tendo a ICAR como um dos seus maiores aliados.

Impulsionados pela necessidade de defender os ideais cristãos, especialmente dos operários que se deparavam com a expansão das propostas comunistas, sob inspiração do Padre Leopoldo Brentano, no Rio Grande do Sul, foi criado, em 1930, os Círculos Operários²³ (CO), tendo como alicerces elementos que já eram resguardados nas cartas encíclicas *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno*, ou seja, “defender a fé e os interesses básicos dos trabalhadores”, bem como repudiar o comunismo e a luta de classes, a defesa do direito natural de propriedade, “a necessidade da intervenção do Estado na questão social e a colaboração com outros

²³ Para o aprofundamento acerca dos Círculos Operários, indicamos: SOUZA, J. J. V. **Círculos Operários: a Igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

trabalhadores em organizações similares” (BEOZZO, 2004, p. 314). A ideia do padre jesuíta Leopoldo Brentano com a fundação dos Círculos Operários, bem como sua função social, caiu nas graças de Getúlio Vargas, que viu na organização uma forma de aproximar-se, principalmente da classe trabalhadora, em oposição aos modelos considerados de esquerda e que se afastavam dos princípios defendidos pela ICAR. Mais uma vez os interesses do Estado se sobrepujam aos interesses gerais da população, da mesma forma, os interesses da ICAR em combater o comunismo e conservar a Tradição se distanciavam dos interesses dos fieis.

Outro elemento que merece destaque e que se materializou na década de 1930 foi a criação da LEC²⁴, que teve seus primeiros encaminhamentos numa reunião com vários bispos brasileiros, em 1931, no Rio de Janeiro²⁵, onde também os preladados procuraram avaliar os efeitos e as consequências da *Revolução de 1930*. Porém, antes da concretização da LEC, e com impulso, logo nos primeiros anos da República, alguns membros da elite católica chegaram a tencionar fundar um partido católico. Contudo, foi uma ideia que não obteve êxito, mais ainda depois que o Cardeal Leme se posicionou contrário, afirmando que “‘partido’ e ‘católico’ são duas denominações que se repelem, são dois termos em completa antítese. Partido quer dizer ‘fração’, ‘parte’, católico quer dizer ‘universal’” (LEME apud BEOZZO, 2004, p. 303-304). A posição do Cardeal não era descontextualizada, mas seguia o cunho pastoral de Pio XI, que “joga todo o peso da estratégia da Igreja, não em partidos, mas numa nova associação de leigos destinada ao combate religioso, social e mesmo político, sem ser um partido e sob estrito controle da hierarquia eclesiástica, a Ação Católica” (BEOZZO, 2004, p. 303).

A LEC foi organizada em quatro frentes:

A nacional, que “atuava como grupo decisório em assuntos de política nacional, de publicidade e de direcionamento dos esforços e atividades da organização”; as estaduais, cuja “função era tornar públicas as decisões da instância superior no tocante aos partidos e candidatos aprovados pela LEC”; as regionais, para informar sobre as decisões das juntas estaduais e resolver os conflitos regionais; e as juntas locais, que arrematavam “os votos dos católicos, com o auxílio dos padres”, facilitavam o

²⁴ No campo político a Igreja assumiu uma posição nitidamente apartidária, buscando apenas eleger políticos comprometidos com a promoção dos princípios éticos e padrões morais propugnados pelo Magistério Eclesiástico, qualquer que fosse o seu partido. Assim, liderados pelo cardeal Leme, o episcopado brasileiro resistiu à iniciativa de Jackson de Figueiredo, que propunha a criação de um partido católico. Apoiou, porém, e fomentou a criação e operação da Liga Eleitoral Católica – LEC, responsável pela orientação dos fiéis na escolha dos políticos, que se candidatavam a cargos eletivos” (BARROS, R. C. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 155).

²⁵ Ainda no ano de 1930, o Papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil. Porém, a oficialização do ato religioso deu-se apenas no dia 12 de outubro de 1931, não em São Paulo, estado onde se situa o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, mas, por exceção, o evento foi realizado no Rio de Janeiro, com a presidente de Getúlio Vargas (BARROS, R. C. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 23).

registro dos eleitores na LEC, divulgavam e explicavam o programa (DIAS, 1996, p. 97).

Para Beozzo (2004, p. 304), a LEC tinha dois grandes objetivos e que, claramente, não vinham ao encontro das necessidades da população, mas dos interesses da Igreja católica, visto que a LEC visava “instruir, congregar, alistar o eleitorado católico” e “assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte”.

A partir dessa perspectiva, a LEC contribuiu para que nas eleições de 1934 fossem eleitos diversos militantes católicos, entre eles, “Plínio Correa de Oliveira, que viria a ser o fundador do movimento denominado de Tradição, Família e Propriedade (TFP), a mais famosa organização da extrema-direita católica depois do golpe de Estado militar de 1964” (ALVES, 1979, p. 37), além de “Luís Sucupira, Adroaldo Mesquita, Furtado de Menezes, Arruda Câmara e Anes Dias” (AZZI, 2008, p. 230), sendo que os eleitos com o voto dos católicos deveriam defender os interesses da instituição religiosa. Assim, a LEC ganhava projeção:

Uma associação nacional de caráter civil que se tornou o braço político da ACB e cujo objetivo era orientar o voto dos católicos para a promoção dos candidatos que defendessem os ideais eclesiásticos. A LEC era um movimento suprapartidário e acabou ganhando muito prestígio no sistema eleitoral (GOMES, 2014, p. 32).

Objetivamente, Beozzo (2004, p. 304-306) apresenta alguns aspectos da missão da LEC:

1) A estratégia de mobilização em relação aos eleitores e aos partidos. Uma primeira batalha a ser ganha era a de alistar o maior número de eleitores católicos, instruindo-os ao mesmo tempo sobre a questão política em si e sobre as chamadas reivindicações católicas [...]. 2) O voto feminino. As eleições de 1933 serão as primeiras em que a mulher irá votar no Brasil. [...] A Igreja, através da Confederação Católica do Rio de Janeiro, batalha pela extensão do voto feminino a todas as mulheres. Era fundamental o voto feminino na estratégia da Igreja pois ali poderia encontrar seu maior apoio quanto à legislação familiar e escolar e quanto ao fim do laicismo na Constituição. [...] O programa da LEC estava resumido em dez pontos: “1º) Promulgação da Constituição em nome de Deus. 2º) Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso. 3º) Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios. 4º) Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais etc. 5º) Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros. 6º) Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar. 7º) Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã. 8º) Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual. 9º) Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis. 10º)

Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.

Assim, a Igreja no Brasil buscava expandir seu espaço de influência e conquistar novos adeptos, pois os mesmos eram importantes, não apenas para serem evangelizados, mas para a manutenção financeira da instituição que deixou de receber os recursos do governo republicano.

Em 1937, uma nova agitação foi estabelecida nas relações institucionais entre ICAR e Estado brasileiro, visto que o presidente Getúlio Vargas, de forma arbitrária e autoritária, permaneceu no governo por meio de posturas ditatoriais, configurado pela “decretação do estado de emergência, dissolução do Congresso Nacional, controle total do país pelo governo central, que passou a governar por decretos-lei (BARROS, 2003, p. 155). Além disso, todas as consideradas “conquistas”, por parte da ICAR, por meio da Constituição de 1934, foram eliminadas, com exceção do ensino religioso escolar, porém, com uma menor abrangência. Para Azzi (2008, p. 324), o estado retoma um caráter legalmente laico, pois:

Desaparece o nome de Deus do preâmbulo da Constituição, a faculdade de prestar assistência religiosa as Forças Armadas, silencia-se sobre a representação diplomática junto à Santa Sé e não se cogita o casamento civil ou religioso. Reintroduz-se o princípio da secularização dos cemitérios, sem resolver o caso dos cemitérios de religiosos e de irmandades.

Como Vargas e dom Leme mantinham uma relação amistosa, o presidente golpista enviou um aviso ao Cardeal comunicando-o que, na prática, as relações não seriam abaladas e que a ICAR poderia continuar contanto com os préstimos do Estado. Assim, a Igreja passou a adequar-se ao novo modelo de governança estabelecido na nação. No discurso de Vargas, em 1939, o presidente falou sobre o equilíbrio que permaneceu entre ambas as instituições, mesmo após a extinção de pontos caros à instituição religiosa, que constavam na Constituição de 1934:

Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se; auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina portanto, os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história (VARGAS, 1939, p. 289-290 apud BEOZZO, 2004, p. 324-325).

Ao ouvir o pronunciamento de Vargas, dom Augusto Álvaro da Silva, primaz do Brasil, respondeu-o, demonstrando o quanto a ICAR já estava adequada ao novo governo ditatorial, visto que o Estado procurou atender algumas de suas necessidades:

Queremos transmitir os nossos agradecimentos e, com eles, a afirmação e a garantia de que o Governo poderá contar com a nossa colaboração na grande obra de elevação nacional. [...] Repetidas vezes, V. Ex.^a no seu Governo tem dado provas inequívocas de quanto estima esta cooperação benfazeja e de quanto deseja conciliar sempre, numa harmonia leal, os interesses do Estado, com os direitos imprescritíveis da Igreja. Fazemos votos que estas relações se estreitem, certos de que a Pátria comum será a grande beneficiária (SILVA, 1939, p. 321-322 apud BEOZZO, 2004, p. 325).

Quando Vargas completou seu primeiro decênio de governo (1930-1940), dividido claramente em duas fases, a saber, um governo democrático e outro período marcado por posturas ditatoriais, uma missa foi celebrada. O amigo do presidente, o Cardeal Leme, encontrava-se enfermo. Assim, conduziu o rito religioso o bispo dom Joaquim Mamede da Silva Leite, que residia no Rio de Janeiro, mas não possuía titularidade em nenhuma diocese, cabendo a pregação a dom Francisco de Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, o qual enalteceu o que considerava “a posição positiva de Getúlio Vargas”, bem como “dever-se-ia agradecer a Deus por ‘um governo tão forte quão tolerante’”, e enfatizou que “a Igreja se apresenta ‘prestigiada pelo chefe da República, que não somente mantém com ela as melhores relações de cordialidade, senão que timbra mesmo em evocar as tradições cristãs da nossa história” (AZZI, 2008, p. 233). E assim, durante todo o Estado Novo²⁶, que iniciou em 10 de novembro de 1937, por meio da Promulgação da Nova Constituição que expurgou a Carta Magna de 1934, e se estendeu até 29 de outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas, as relações entre a ICAR e o Estado republicano foram se costurando conforme os interesses das partes, porém, sem o caráter de oficialidade da Igreja como fora garantido na Constituição defendida pela LEC e promulgada em 1934.

Com o falecimento de Pio XI, em 1939, assumiu a Cátedra de Roma o Papa Pio XII (1939-1958), religioso que já era considerado por alguns membros da hierarquia, pela forma como agia, particularmente em questões diplomáticas, como “um vice-papa” (CARLETTI, 2012, p. 111). Contudo, apesar da troca de liderança, um aspecto permaneceu inalterável, isto é, a Igreja no Brasil se propôs a continuar obedecendo irrestritamente ao Papa e tendo suas palavras, expressas oralmente ou pelos documentos pontifícios, como verdades absolutas e

²⁶ Para saber mais: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; e PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

irrestritas. Para Azzi (2008, p. 598), “a palavra do Papa é considerada a expressão da vontade divina, não admitindo-se, portanto, qualquer possibilidade de discussão”. O presidente Vargas, objetivando continuar agradando, mas, principalmente, mantendo o apoio da ICAR, continuou alinhando-se a esta posição, que caracterizamos e denominamos de pseudo-sujeição, ou, construção de uma estratégia política.

1.4 A IGREJA CATÓLICA E SEUS ALIADOS PELO ANTICOMUNISMO

Durante o pontificado de Pio XII, a ICAR foi desafiada a se posicionar frente a dois grandes eventos internacionais: a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Em ambos, combateu ao avanço das ideias comunistas.

Foi em 1943, com o avanço das brutalidades encampadas pelo conflito internacional, que a tensão entre Pio XII e a Alemanha de Hitler se acentuaram, exigindo do Papa decisões pontuais, como, por exemplo, acolher os refugiados de guerra no Vaticano disfarçados de membros da Cúria Romana, ou facilitando as fugas para os Estados Unidos:

O período de ocupação nazista da capital italiana foi um período crítico para o Vaticano. Hitler ameaçou ocupar a Cidade do Vaticano. Seu plano era capturar o papa e os bispos da Cúria Romana para deportá-los nos campos de concentração. Pio XII aconselhou os membros do Colégio Romano a se refugiarem fora da capital. Ele, porém, decidiu ficar e concentrou-se em ajudar como podia o povo romano. No inverno de 1944, no Vaticano, foram distribuídas 100 mil sopas por dia. A residência de verão do papa, nos arredores de Roma, hospedou milhares de refugiados. No próprio Vaticano, em Roma, muitos refugiados políticos encontraram asilo. Muitos deles foram alistados no exército papal como forma de escapar da caçada nazista. Nos mosteiros e conventos as regras de clausura foram temporariamente suspensas para abrigar refugiados políticos e judeus (CARLETTI, 2012, p. 117).

Com a chegada do exército norte-americano, as investidas de Hitler fracassaram, vindo a Segunda Guerra Mundial ser concluída em 5 de junho de 1944.

A partir da intervenção dos Estados Unidos e sua interferência militar e bélica decisiva para o fim da Segunda Guerra Mundial, o Papa Pio XII, ainda mais temeroso com a possibilidade do avanço do comunismo pelo fato de que muitos cristãos se aproximaram de ideias de esquerda para vencerem as concepções totalitárias, principalmente defendidas pelo nazismo, dirigiu-se ao governo norte-americano com o intuito de criar uma “nova ordem internacional baseada numa cruzada anticomunista”, dando início a Guerra Fria (CARLETTI, 2012, p. 121).

Um dos pontos defendidos por Pio XII era a necessidade de envolver cristãos que combateram os ideais totalitários da Segunda Guerra Mundial para que passassem a lutar politicamente, em partidos políticos, para o reordenamento da Itália. Somente de forma

organizada e com a doutrina da Igreja como referencial seria possível impedir o avanço do comunismo. Em 1949, por meio de um decreto assinado em 13 de julho, da Congregação do Santo Ofício, o Papa Pio XII ameaçou a “excomungar os católicos que teriam abraçado a doutrina comunista ou propaga-la, ou afiliar-se ao partido Comunista” (CARLETTI, 2012, p. 123). Esse decreto não apenas agradou os membros da cúpula da ICAR, mas foi alentador para os Estados Unidos, que viam como uma importante orientação que favoreceria o crescimento dos interesses norte-americanos no mundo. Para tanto, o governo dos Estados Unidos “recompensou com uma forte soma de dinheiro que o Papa empregou durante o Ano Santo proclamado pelo Papa Pio XII e que viu a afluência de milhares de católicos do mundo inteiro na capital italiana (1950)” (CARLETTI, 2012, p. 123).

A Igreja no Brasil sentiu diretamente a influência de Pio XII para os seus encaminhamentos pastorais e sociais. Como vimos, na década de 1940, o Brasil estava submetido a um governo ditatorial e que foi diretamente contrário aos interesses da ICAR, apesar da boa relação entre Getúlio Vargas e o Cardeal Leme, o qual se protagonizou como um importante interlocutor entre Igreja e Estado. Porém, dom Leme morreu em 1942, e a Igreja no Brasil, ainda sem uma organização eclesiástica de abrangência nacional que possibilitasse um elo de unidade para sua atuação, viu-se obrigada a continuar ouvindo a posição isolada do episcopado e, em situações especiais, por meio de notas conjuntas.

Ainda, na década de 1940, o jovem sacerdote Agnelo Rossi²⁷ que, posteriormente, foi nomeado bispo de Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro, já era um clérigo empenhado em combater o comunismo. Lançou um livro intitulado *A filosofia do comunismo*²⁸, muito difundido entre os eclesiásticos da época. Nesta obra, buscou apresentar os referenciais histórico-filosóficos que sustentavam aquela ideologia. Em 1958, o livro foi reeditado, devido a grande aceitação por parte da ICAR. Na historiografia eclesiástica, dom Agnelo Rossi é reconhecido como um bispo de posicionamento conservador, o que provavelmente contribuiu para sua transferência à Roma, com a finalidade de assumir importantes encargos junto à Santa Sé.

No combate ao comunismo, dom Agnelo Rossi (1958, p. 65-72) apresenta possíveis limitações e/ou empecilhos, utopias, a fim de convencer os cristãos católicos a não seguirem tal ideologia: a ideia de “igualdade de todos os homens”; a eliminação das classes sociais, dos

²⁷ Dom Agnelo Rossi posteriormente foi arcebispo de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo e, mais tarde, arcebispo metropolitano de São Paulo.

²⁸ ROSSI, D. A. **A filosofia do comunismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1958.

privilégios para quem quer que seja, pois “nivelar todos os homens ao mesmo padrão seria ir contra a natureza e as suas tendências”, visto que “a igualdade [...] que o comunismo quer implantar é a de que todos fiquem operários, camaradas”; a ideia de que “no comunismo tudo é comum: casa, terras, etc.” é uma falsidade; advertia que o “sistema comunista nega a existência de Deus, a espiritualidade e imortalidade da alma humana, a diferença entre a virtude e o vício, a existência de uma vida futura”; considerava que “o sistema comunista não só não promove o trabalho, mas chega a impedir o progresso das artes e das ciências”. E corroborando com o Papa Leão XIII, dom Rossi (1958, p. 73) afirma:

O comunismo, longe de melhorar a condição do operário, torna-a mais miserável. No sistema da propriedade particular, o operário pode dispor, livre e exclusivamente, do salário, e se fizer algumas economias, pode comprar terrenos e assim melhorar a sua situação; e este caso dá-se com todos os operários honestos e laboriosos, que enriquecem, adquirindo bens, que não são outra coisa senão o salário transformado. Ora, no sistema comunista, que suprime a propriedade privada particular, o operário não pode melhorar sua condição, não pode de trabalhador se tornar proprietário; pois só pode gastar o seu salário em objetos de consumo, em alimentos, em vestidos, em divertimentos, fontes perenes de desmoralização e de miséria. Brevemente: no sistema da propriedade particular o operário pode se transformar em proprietário. No sistema comunista, o indivíduo nasce, cresce, vive e morre... sempre operário. Eis o amor dos comunistas aos operários!

Para dom Rossi (1958, p. 8-11 e 75), a implantação do comunismo no Brasil é a investida para uma “ditadura do proletariado”, ou melhor, “uma ditadura sobre o proletariado”. Além disso, tal movimento marxista atraía com facilidade os jovens “pelo fato de que eles se apegam a fatos sensíveis, imediatos, a programas mínimos de reivindicações, a aspectos sentimentais”.

Com a morte de dom Leme, em outubro de 1942, o Papa Pio XII nomeou dom Jaime de Barros Câmara como novo arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1943, sendo que, três anos depois, em 1946, dom Jaime foi agraciado com o título cardinalício.

Neste período, também é de relevante importância para a ICAR a atuação de dom Helder Câmara²⁹. Helder Camara foi ordenado sacerdote em 1931, com apenas vinte e dois anos de

²⁹ Nasceu na cidade de Fortaleza, em 1909, e foi ordenado padre em 1931. Desde o início de sua carreira, envolveu-se com movimentos sociais, principalmente com a causa trabalhista. Fundou, em 1931, a Legião Cearense do Trabalho e, dois anos depois, a Sindicalização Operária Católica Feminina. Também foi responsável pela organização da JUC naquele estado. Curiosamente, o religioso, que ficaria marcado pela trajetória de luta pela justiça social e pelos direitos humanos, havia participado, na juventude, da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento conservador com laivos fascizantes (GOMES, P. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 34). Além disso, Helder e seus colegas receberam no Seminário uma formação do catolicismo oficial suscitada pelo Concílio de Trento e pelo Vaticano I, onde eram abominados o iluminismo filosófico, a Revolução Francesa, o liberalismo, o comunismo, o movimento tenentista e o PCB (criado em 1922). A impressão era a de que o mundo estava se dividindo em dois: comunismo e capitalismo. O comunismo era o mal dos males pois eliminava a religião (Deus) e a propriedade

idade. O início de seu trabalho pastoral foi diretamente próximo a questões sociais, primeiro como coordenador de Círculos Operários, depois, participando da fundação da Legião Cearense do Trabalho, organização que se declarava “anticapitalista, antiburguesa e anticomunista” (RAMPON, 2013, p. 49). Além disso, foi o fundador da Juventude Operária Católica (JOC) e do Movimento da Sindicalização Operária Católica Feminina, que tinha como objetivo “reunir e promover a alfabetização de lavadeiras, passadeiras, domésticas, cozinheiras e camareiras da cidade” (RAMPON, 2013, p. 50).

Concomitante aos primeiros anos de seu sacerdócio, foi fundado em São Paulo, em 1932, por iniciativa de Plínio Salgado, um movimento que deu início a Ação Integralista Brasileira (AIB), que rapidamente chegou ao Ceará, e com o qual o padre Helder envolveu-se diretamente. Rampon (2013, p. 51), que pesquisou em seu doutoramento aspectos da vida espiritual e política de Helder Camara, recuperou algumas características da AIB, e que foram assumidas pelo jovem padre cearense:

O movimento pregava a valorização da pátria mediante um nacionalismo exagerado; defendia a tradição, a família, os valores militares; combatia o capitalismo internacional – dominado por banqueiros judeus – e o comunismo soviético. Salgado pensava que ao Brasil estava reservado um grande futuro de nação organizada, uma, indivisível, forte potente, rica e feliz com sua cultura, civilidade e um modo de viver genuinamente brasileiro. Para tal, não deveria haver luta de classes e, sim, um Estado forte capaz de defender a nação e impor a harmonia das classes..

Outro importante detalhe sobre a atuação do padre Helder junto a AIB é recuperado por Beozzo (2004, p. 317):

Esta forte militância política da Igreja no seio do integralismo local fará com que o Ceará seja o único Estado em que a liga Eleitoral Católica perca o seu caráter estritamente suprapartidário para se envolver como um partido, aliado ao integralismo e aos coronéis do interior para disputar as eleições de 1933, ganhas finalmente pela própria LEC.

Tendo como estandarte o tríplice lema: “Deus, Pátria e Família” (BEOZZO, 2004, p. 320), valores caros à ICAR e, por diversas vezes, defendidos pelos Papas e membros da cúpula eclesiástica, padre Helder foi ganhando influência junto à AIB tornando-se responsável por criar grupos integralistas, organizar palestras e publicar textos com o objetivo de expandir os

privada. Defender o capitalismo tornava-se meta (inevitável). Bispos e intelectuais católicos ensinavam que o comunismo dissolvia as famílias, pregava o ‘amor-livre’, o divórcio e o controle de natalidade (aborto). Contra a ideia do proletariado internacional era preciso defender a pátria; enfim, defender o povo brasileiro desse grande perigo “vermelho” (RAMPON, I. A. **O caminho espiritual de Dom Helder**. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 42).

propósitos integralistas, particularmente no Ceará. Em 1933, quando o padre Helder comemorou dois anos de sua ordenação sacerdotal, foi publicado um artigo, recuperado por RAMPON (2013, p. 52), no qual o sacerdote e sua ação religiosa foram exaltados: “[...] fez da batina sacerdotal um apostolado fecundo de fé e civismo. Ele é sacerdote de Cristo, mas também apóstolo de sua geração, do Brasil novo! Ah! como o Brasil está precisando de sacerdotes assim cheios de fé e patriotismo”.

No ano de 1936, o jovem padre Helder passou a residir no Rio de Janeiro³⁰, sendo logo recebido pelo Cardeal Leme que, entre outras coisas, pediu que o sacerdote não se envolvesse em questões políticas. Começou, assim, o fim da relação entre padre Helder e a AIB. Conforme Rampon (2013), padre Helder passou por um processo de desilusão com a AIB e pretendia afastar-se do movimento, porém, não estava encontrando o caminho. Com a solicitação de dom Leme, o jovem padre poderia argumentar que seu afastamento estava se dando por solicitação de ordem superior. Essa posição do Cardeal foi decisiva para a guinada de vida sócio-político-pastoral de padre Helder, já que dom Leme lhe teria dito: “O senhor entrou no integralismo a pedido do seu Bispo. Mas agora o seu Bispo sou eu. E o seu Bispo pede que renuncie a sua vida de partido” (LEME apud RAMPON, 2013, p. 67). Anos mais tarde, o já arcebispo Helder Camara, referindo-se à sua participação no integralismo, disse que: “foi pecado de juventude. Tinha vinte e cinco anos. Era um ingênuo [...]. Mas ainda muito jovem, percebi o grande equívoco daquela visão simplista do mundo” (CAMARA apud RAMPON, 2013, p. 51). Esse descontentamento de padre Helder não é fruto de um momento ou uma única ação mas, pelo contrário, foi se fortalecendo conforme sua vida ia experimentando as situações mais diferentes possíveis, principalmente no cunho social. Além disso, por solicitação do Cardeal Leme, Helder Camara também lecionou na universidade, o que o fez ter contato com debates e intelectuais que problematizavam o modelo de catolicismo vigente. O jovem padre percebeu que o catolicismo conservador que aprendeu no seminário precisava passar por processos de atualização, ou iria se distanciar ainda mais dos fieis.

Ainda na perspectiva anticomunista, no estado do Rio Grande do Sul, as alocuções proferidas pelo arcebispo de Porto Alegre dom Alfredo Vicente Scherer se somavam aos demais discursos que circulavam não apenas entre a população em geral, mas, também, entre os membros da cúpula da ICAR. Como o território sul-riograndense ainda estava sob sua

³⁰ Além de trabalhar como Assistente-Técnico em Educação, no Instituto de Educação do Distrito Federal, juntamente com Lourenço Filho, o Cardeal Leme o designou para o Conselho Arquidiocesano de Ensino Religioso (RAMPON, I. A. **O caminho espiritual de Dom Helder**. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 66).

jurisprudência, pelo fato de existir uma única sede metropolitana no estado, o prelado alertava os gaúchos sobre os riscos e as consequências da instalação do comunismo no país, porém, entendia que o mesmo tinha grande repercussão, sobretudo entre os operários. Rodeghero (1998, p. 67) aponta que dom Vicente pretendia “alertar seus ouvintes a respeito das pessoas que estariam preparando o caminho e facilitando a vitória do comunismo”³¹. Para o arcebispo gaúcho, “quanto mais se laiciza e descristianiza a vida, mais caem as barreiras diante da impetuosa avançada das forças do mal, unidas sob a bandeira sinistra do comunismo” (SCHERER, 1956, p. 94 apud RODEGHERO, 1998, p. 70).

Na década de 1950, a ACB adotou uma postura mais especializada, conforme o modelo belga, visando contemplar, não apenas pessoas de diferentes faixas etárias mas, principalmente, cristãos leigos presentes nas mais diversas classes sociais.

Segundo Alves (1979, p. 123), a expansão da AC foi uma estratégia da ICAR para ocupar espaços que, até então, lhe eram distantes. Obviamente que, no começo, a ACB e suas ramificações contemplaram diretamente os anseios da instituição religiosa, pois se propunham a manter com fidelidade os rumos ditados pelo Papa e demais membros da cúpula eclesiástica, respeitando estritamente a verticalidade da relação institucional. Porém, aos poucos, esses grupos começaram a ampliar suas reflexões, particularmente devido a situação do contexto nacional, apresentadas num evento que envolvia todos os seguimentos, denominada *Semana Nacional da Ação Católica*, cuja primeira edição ocorreu em 1948. Membros do episcopado entenderam que a ACB, apesar de uma postura mais social, não deixava de estar cumprindo os direcionamentos do Magistério eclesial. Contudo, alguns outros entendiam que a mesma estava adotando uma postura mais independente.

A postura da Ação Católica especializada passou a ser vista como dissonante de suas raízes originárias. Grupos católicos e membros da cúpula da hierarquia eclesiástica, de caráter mais conservador, alegavam que esta nova forma de fazer a AC, por meio de suas especificidades, voltava-se mais para os aspectos terrenos do que para a perspectiva espiritual, transcendental. É nesse período, final da década de 1940 e início da década de 1950, que a ICAR começou a mudar seu foco de atuação e influência, e passou a procurar com maior vigor as populações das camadas mais populares da sociedade³².

³¹ No Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, entre as centenas de cópias de correspondências, enviadas por dom Alfredo Vicente, a temática do comunismo é recorrente. A Revista *Unitas*, órgão oficial de comunicação da Arquidiocese de Porto Alegre preserva as notas e artigos de dom Alfredo Vicente, bem como os temas apresentados em seus programas radiofônicos já foram transformados em livro. Porém, como dom Alfredo Vicente e seu anticomunismo não são o foco central desta investigação, não aprofundamos os relatos.

³² Durante a ditadura militar brasileira, a Ação Católica Brasileira e suas subdivisões perderam apoio social e eclesial, bem como espaço para atuação, por terem sido consideradas, pelo governo militar, como ferramentas que

Nesse cenário de Brasil, em que os aspectos sociais e políticos influenciavam diretamente a ICAR, ganhou mais ênfase o argumento de que era necessário surgir uma organização mais ampla que a ACB, sendo que esta nova organização deveria ser a responsável por dar uma unidade eclesial, particularmente atingindo o episcopado brasileiro. A sociedade passava por transformações grandiosas que exigiam um posicionamento cada vez mais rápido por parte da Igreja no Brasil e no mundo. Os meios de comunicação se ampliavam e passavam a ter uma abrangência e rapidez cada vez maiores, e a ICAR não poderia permanecer numa inércia frente a estes avanços. Os bispos do Brasil realizaram reuniões por regiões territoriais do país, e a ideia da fundação de um órgão representativo ganhava peso. Em 1948, o Núncio Apostólico³³ no Brasil, dom Carlo Chiaro, convidou padre Helder Camara para trabalhar com ele na Nunciatura Apostólica, no Rio de Janeiro. Apesar do desafio e dos novos encargos que a função lhe impôs, o sacerdote viu a possibilidade de arriscar numa organização que objetivasse a unidade da Igreja no Brasil.

Em 1950, padre Helder foi enviado pelo Núncio Apostólico a Roma, onde reuniu-se com o monsenhor Giovanni Battista Montini³⁴, subsecretário de Estado do Papa Pio XII, a quem entregou propostas da ACB, mas argumentou que as mesmas só teriam eficácia se no Brasil fosse fundada uma Assembleia de Bispos para animar e impulsionar a pastoral do país (RAMPON, 2013, p. 86). Em outubro de 1951, padre Helder foi novamente recebido por monsenhor Montini, que concordou que fosse criada uma entidade aglutinadora dos Bispos do Brasil. Porém, antes da fundação oficial do órgão, padre Helder Camara foi nomeado pelo Papa Pio XII, por indicação do arcebispo do Rio de Janeiro dom Jaime Câmara, bispo auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo ordenado epíscopo no dia 20 de abril do mesmo ano (RAMPON, 2013, p. 89).

contribuíam à formação do caráter subversivo. Porém, a organização “serviu como um destacado instrumento de organização da Igreja e foi, em grande medida, responsável pela adequação da instituição à nova conjuntura histórica” (GOMES, P. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 32).

³³ “O Núncio desenvolve o trabalho diplomático junto ao governo do país onde está estabelecido, representando a Santa Sé. Além desta função, diferentemente de outras representações diplomáticas, a Nunciatura guarda em si outras responsabilidades, próprias da especificidade do Estado que representa: ela é a ligação entre a Igreja local e a Cúria Romana. Ao mesmo tempo em que representa diplomaticamente a Santa Sé junto ao governo brasileiro, tendo a responsabilidade de reportar ao Secretário Geral de Estado de Sua Santidade todos os assuntos relativos à política interna e externa do país onde está instalado, também cabe ao Núncio, concomitantemente, a responsabilidade de representar a Santa Sé junto à Igreja local. Ao Núncio interessa todos os assuntos da Igreja: o cotidiano, o desenvolvimento da sua missão religiosa, a manutenção da liberdade de religião e de consciência, os direitos humanos, ou seja, tudo que estiver na pauta de interesses da Santa Sé” (ROSA, L. R. O. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011. 286 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2011, p. 34).

³⁴ Tornou-se o Papa Paulo VI.

Assim, no dia 14 de outubro de 1952, no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, foi fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assumindo um “papel político importante – o de porta-voz da hierarquia” (ALVES, 1979, p. 67). A primeira composição da nova organização ficou assim constituída:

Para a Comissão Permanente foram eleitos Dom Vicente Scherer, Dom Mário Miranda Vilas Boas e Dom Antônio Moraes de Almeida Júnior e os dois Cardeais, membros por direito. Os dois cargos mais importantes ficaram com o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e Dom Helder Camara, respectivamente, Presidente e Secretário da nova entidade. Faziam parte do Secretariado Geral os Secretariados Nacionais para a Educação, Ação Social, ensino Religioso, Seminário e Vocações Sacerdotais, Apostolado Leigo e a Liga Eleitoral Católica (RAMPON, 2013, p. 91).

Mantendo a velha prática de busca de apoio do Estado, tão logo a entidade foi fundada, os bispos presentes realizaram uma visita de apresentação e cortesia ao presidente Getúlio Vargas, de quem receberam longos elogios acerca da importância da ICAR para o andamento do país, bem como foi forte ao afirmar que “gostaria de continuar mantendo a harmonia dos poderes temporal e espiritual como nos tempos do Cardeal Leme” (RAMPON, 2013, p. 92).

Para entendermos melhor a contribuição da CNBB para a unidade político-pastoral no país, nos deslocamos à análise de Alves (1979, p. 67):

Desde a sua fundação, as cartas pastorais isoladas começaram a tornar-se raras e foram quase totalmente substituídas por declarações coletivas. Hoje em dia os bispos só publicam pastorais individuais quando querem defender uma posição de tal forma minoritária que não têm esperança de conseguir fazer que os seus colegas dos regionais ou da assembleia geral a apoiem. A CNBB estabeleceu, além do mais, um novo modelo de organização, que foi rapidamente imitado pelas ordens religiosas e, o que é mais importante para a evolução política dos católicos, pelos movimentos de ação católica.

Com a fundação dessa entidade católica, percebemos que a ICAR passou por um processo de descentralização de comando de atividades. Porém, isso não significava que a mesma estava abandonando a busca pelo monopólio do poder. Contudo, essa fragmentação de atuação do episcopado tinha como meta final, no entendimento de dom Helder, o alcance das camadas mais populares e um aprofundamento em questões sociais consideradas como problemáticas e que afligiam a vida social da população. Nesse sentido, Rampon (2013) recupera uma reflexão do sacerdote José Comblin (1983), teólogo de destaque nacional:

Dom Helder quis a CNBB, porque queria bispos engajados nos problemas sociais do Brasil. Sabia que os bispos, isolados em comunhão bilateral somente com a Santa Sé, nunca teriam condições para tomarem posições firmes e claras diante das situações da sociedade brasileira (COMBLIN, 1983, p. 27-28 apud RAMPON, 2013, p. 93).

Se de 1920 até 1940, a ICAR ainda não possuía uma organização que a representasse oficialmente no Brasil, contando com a referência eclesiástica do Cardeal Leme, que assumiu o papel de um verdadeiro porta-voz institucional, e focando sua atuação no fortalecimento da instituição, fragilizada primeiramente pelo abandono do país a uma religião oficial e, posteriormente, pelo golpe político efetuado por Getúlio Vargas, o qual retirou da Constituição de 1934 aspectos considerados como novas conquistas para a ICAR. A partir de 1950, também sob o protagonismo do jovem padre Helder Camara, elevado ao episcopado, tornando-se figura de destaque no corpo hierárquico da instituição religiosa, a ICAR buscou aproximar-se de contextos até então ignorados e/ou não reconhecidos pela grande maioria dos membros eclesiásticos, mas isso não significa dizer que a ICAR não estivesse nesses espaços, pelo contrário, ela lá estava por meio da ACB e seus demais segmentos. Assim:

Em primeiro lugar, a Igreja passou a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar melhor os problemas sociais, detectando suas causas e consequências; em segundo lugar, realizou um esforço significativo para adequar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de poder continuar a exercer influência sobre a mesma sociedade. Simultaneamente, dispôs-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar maior bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados (AZZI, 2008, p. 620-621).

Neste novo processo organizacional da Igreja no Brasil, por meio da criação da CNBB, a instituição passou a assumir a defesa de diversas causas, sendo que muitas delas voltavam-se a aspectos de cunho social e político. Entretanto, não houve unanimidade acerca da nova postura eclesiástica brasileira, pois alguns bispos se posicionavam contrários à alteração como, por exemplo, o apoio a realização da reforma agrária, ao que entendiam que se distanciavam da comunhão papal. Contudo, um grupo de bispos, “com visão aberta, detectando a injustiça social e a conseqüente necessidade de transformação da sociedade” (CALIMAN, 2003, p. 408), tornaram-se os protagonistas de uma CNBB atuante e voltada à realidade dos fieis da Igreja, particularmente, os excluídos socialmente e empobrecidos materialmente. Um exemplo desse processo é recuperado por Poletto (2003, p. 334), quando afirma que:

Na década de 1950 e início de 1960, a CNBB apoiou a realização da reforma agrária como uma das políticas indispensáveis para gerar o desenvolvimento do País. Ela fazia parte do elenco de *reformas de base* (grifo do autor), debatidas e exigidas pela sociedade e assumidas como propostas de estratégias políticas pelo governo.

Ainda que a fundação da CNBB não tivesse contado com o apoio integral da cúpula católica brasileira, essa postura adotada pela ICAR no país revelava um novo período na história do catolicismo romano no Brasil, isto é, uma nova consciência, fruto de um processo lento e gradual, que se deu porque ocorreram mudanças significativas entre os membros da hierarquia católica, a saber, os novos bispos entendiam que a ICAR precisava participar efetivamente da vida de seus membros, se posicionar frente às questões políticas e conflitos sociais, além disso, percebiam que a instituição estava perdendo privilégios diante do Estado. Para Caliman (2003, p. 408):

Não foi a Igreja unicamente que tomou a iniciativa de mudar. São as mudanças na sociedade que provocaram a Igreja para um novo processo de renovação. Não foi a simples existência da miséria na sociedade que estimulou a uma nova atitude perante a realidade. A miséria vem de longe, sempre esteve presente na sociedade brasileira. Mas os seus sujeitos estavam “ausentes” da sociedade, como que fora do conflito social. A Igreja como instituição ainda não tinha percebido a alcance desse fato.

Um aspecto que, em nosso entendimento e a partir das referências consultadas, contribuiu decisivamente para que a Igreja no Brasil, por meio da CNBB, se aproximasse das realidades até então não percebidas e/ou negligenciadas pela hierarquia, foi o fato de que dom Helder Camara, que esteve a frente da CNBB nos seus primeiros dez anos de existência, passou a creditar confiança no papel dos cristãos leigos, principalmente dos que já estavam vinculados a organizações eclesiais existentes, como, por exemplo, a ACB, fazendo com que a instituição rompesse com a “rigidez e o imobilismo das posições da instituição católica” (AZZI, 2008, p. 623). E ainda sobre as contribuições dos leigos atuantes na ACB, Azzi (2008, p. 623) acrescenta:

Pode-se dizer que a mesma (Ação Católica Brasileira) teve uma influência sobre a CNBB em dois sentidos. Em primeiro lugar, permitindo aos bispos que atuassem mais diretamente na organização e direção dessa entidade, estabelecendo um contato mais direto com o laicato, e dessa forma tornando-se mais sensíveis à vida concreta da sociedade brasileira. Abriam-se, desse modo, brechas nos muros institucionais dentro dos quais os prelados viviam enclausurados. Em segundo lugar, e como consequência direta desse aspecto, os prelados passaram a ter maior interesse pelas questões sociais, sentindo necessidade de ter um conhecimento mais adequado da realidade do país.

Apesar dos novos rumos a que a ICAR se propôs trilhar após a fundação da CNBB, aspectos considerados essenciais para a instituição religiosa não foram abandonados, principalmente no que diz respeito à Doutrina, a Tradição e ao Magistério. Nos primeiros anos da CNBB, os temas mais debatidos foram sobre o crescimento do espiritismo, o risco do avanço e infiltração do comunismo no país e a colaboração com o poder público (AZZI, 2008, p. 627-

628). Ou seja, era necessário refletir sobre a conjuntura para que a ICAR não perdesse fieis e os mesmos pudessem permanecer firmes nas verdades defendidas pelo Magistério eclesiástico.

Em âmbito das relações Igreja e Estado, entre 1952 e 1954, primeiros anos da CNBB, estava à frente do país, novamente, o gaúcho Getúlio Vargas, que tinha assumido a presidência em 1951. Uma primeira demonstração da busca de proximidade entre poder espiritual e poder temporal, já descrevemos acima e retomamos, a saber, a visita da primeira equipe presidencial da CNBB ao presidente da república, oportunidade em que a ICAR, por meio do episcopado, afirmou que pretendia continuar colaborando com o país, de acordo com seus princípios doutrinários e institucionais. Contudo, a ICAR, em busca de acolhimento aos seus interesses, aproximou-se novamente do governo presidencial, principalmente quando o Rio de Janeiro foi designado para sediar o Congresso Eucarístico Internacional³⁵, que aconteceria somente em 1955, mas que necessitava de uma série de apoio para as prévias do evento. Destacou-se na mediação do diálogo entre Igreja e Estado, novamente, a figura de dom Helder Camara.

No dia 4 de agosto de 1954, ocorreu um atentado contra Carlos Lacerda³⁶, político opositor a Getúlio Vargas, no mesmo dia, o assassinato de Rubens Florentino Vaz, major

³⁵ Os Congressos Eucarísticos Internacionais são eventos que existem até os dias atuais. Já ocorreram em diversos países e tem como objetivos reunir membros da hierarquia católica e fieis leigos para adorarem e reafirmarem a fé na presença real de Jesus Cristo na hóstia consagrada. O Congresso de 1955 foi o trigésimo sexto.

³⁶ Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 1914, no Rio de Janeiro. Era neto de Sebastião Lacerda, prestigiado representante da oligarquia fluminense, era filho de Maurício de Lacerda, político com destacada atuação na luta pelos direitos dos operários, e sobrinho de Fernando e Paulo Lacerda, líderes do Partido Comunista Brasileiro. Seu nome era uma homenagem a Karl Marx e Friedrich Engels. Em 1934, abandonou o curso de direito para se dedicar inteiramente à militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que reunia a oposição de esquerda ao governo Vargas. A violenta repressão ao movimento comunista de novembro de 1935 o levou à clandestinidade até 1938, quando foi trabalhar na revista *O Observador Econômico e Financeiro*. Um artigo seu, publicado na edição de janeiro de 1939, foi considerado prejudicial ao PCB e provocou sua “expulsão” do partido, do qual, aliás, nunca fora membro. Em plena ditadura do Estado Novo, obrigado a abandonar o círculo intelectual e político da esquerda, associou então, ao antigetulismo trazido da juventude, um forte anticomunismo. [...] Filiado à União Democrática Nacional, foi o candidato mais votado na eleição de 1947 para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A experiência parlamentar durou apenas um ano, já que renunciou ao mandato por discordar da Lei Orgânica do DF, que dava aos senadores, e não aos vereadores, o poder de examinar os vetos do prefeito carioca, o qual, por sua vez, era indicado pelo presidente da República. Deixando de lado a vida parlamentar, Lacerda decidiu, no final de 1949, fundar seu próprio jornal, *a Tribuna da Imprensa*, de onde iria comandar uma campanha implacável contra Getúlio Vargas, eleito em 1950 para presidir o país. [...]. Na eleição de 3 de outubro, foi o deputado federal mais votado no Distrito Federal com uma diferença de quase 40 mil votos sobre o segundo colocado, Lutero Vargas. [...] Na Câmara dos Deputados, onde permaneceu de 1955 a 1960 – em 1958, foi, mais uma vez, o recordista de votos para a bancada do Distrito Federal –, Lacerda foi o tribuno implacável, dono de uma oratória que, segundo contemporâneos, “cortava os ares como rajadas de fogo”. A transformação da cidade do Rio de Janeiro em estado da Guanabara, devido à transferência da capital para Brasília em abril de 1960, abriu uma nova perspectiva para a sua carreira política: ser o primeiro governante do Rio eleito diretamente pelos cariocas. Logo no início da campanha, Lacerda recebeu um precioso conselho: o momento não era de demolir, e sim de construir. Ganharia a eleição o candidato que se mostrasse mais capaz de conciliar a construção da nova Guanabara com a manutenção de um lugar privilegiado para o Rio de Janeiro na federação, como ex-capital. Em 1960, o eleitorado foi às urnas para eleger não só o governador do estado, mas também o sucessor de JK na presidência da República. [...] Morreu subitamente em 27 de maio de 1977” (MOTTA, M. Carlos Lacerda: de demolidor de presidente a construtor de estado. In: **Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 19,

da aeronáutica, o responsável por fazer a segurança de Lacerda. A oposição passou a acusar Vargas de ter sido o mandante de tais atentados, o que gerou manifestações em diversas partes do país, aumentando significativamente a oposição ao presidente.

Como dom Helder mantinha relações de amizade tanto com Lacerda³⁷, que teria se convertido³⁸ ao catolicismo em 1948 (PAIVA, 2001, p. 2), quanto com Vargas, na missa de sétimo dia de Florentino Vaz, dom Helder e o cardeal Jaime de Barros Câmara presidiram a celebração. No dia seguinte, em visita ao presidente, teriam ficado preocupados:

Getúlio Vargas estava retraído e com óculos escuros. Bastou o Cardeal dizer que julgou seu dever fazer a visita que o Presidente começou a desabafar por trinta minutos, dizendo que agradecia de coração, que não era um homem de ódio, que os falsos amigos haviam fugido, que o palácio estava deserto... Ao sair do palácio, Dom Helder comentou com o Cardeal que sentiu Vargas à beira da morte, a um palmo do suicídio (RAMPON, 2013, p. 95).

Suicídio ou assassinato? Independentemente das versões que ainda se levantam sobre a morte de Getúlio Vargas ocorrida no dia 24 de agosto de 1954, o que nos propomos é apresentar a aproximação de líderes religiosos dos detentores do poder ou possíveis detentores, percebida por meio das atuações políticas. Esta percepção se fortalece por meio da presença de dom Helder e dom Jaime no ato de aval ao novo presidente que assumiu, o até então vice-presidente João Fernandes Campos Café Filho (RAMPON, 2013, p. 96).

Outro acontecimento que pode atestar a aproximação Igreja católica e Estado neste período foi o apoio direto do Estado ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, em 1955, por meio da designação de Coelho Lisboa, por ordem de Getúlio Vargas, como Embaixador no Congresso, tendo como finalidade “conseguir de todos os ministros o necessário em prol do

p. 1-5, maio 2005. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1677.pdf> Acesso em: 9 ago. 2016).

³⁷ A partir de 1955, a amizade entre dom Helder e Carlos Lacerda começou a se fragilizar, a partir da eleição de 1955, visto que Lacerda começou a difamar amigos de dom Helder que votaram em Juscelino Kubitschek e João Goulart. Além disso, Lacerda planejou um golpe contra o governo eleito, porém, sua investida foi fracassada, tendo que fugir para os Estados Unidos. O contato entre dom Helder e o exilado Lacerda permaneceu por algum tempo, por meio de cartas. Contudo, dom Helder optou pelo distanciamento, por considerar que Lacerda “se revelara um indivíduo cheio de ódio” (RAMPON, I. A. **O caminho espiritual de Dom Helder**. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 97).

³⁸ Carlos Lacerda teria se adentrado no cristianismo por alguns motivos, entre uma das causas de sua conversão foi a experiência mal sucedida com o Partido Comunista.[...] o momento mais crítico com os comunistas teria ocorrido quando foi publicado um artigo, de sua autoria, na revista Observador Econômico e Financeiro, em 1939. Esse artigo teria sido encomendado pelo governo Vargas e criticava duramente o PCB e seus líderes. Por causa dessa reportagem, o Partido ordenou aos seus membros que se afastassem de Lacerda, acusando-o de ter causado perseguições ao partido e aos seus militantes. O jornalista afirmou durante toda a sua vida que a reportagem foi escrita por ele com a autorização da direção do Partido, para evitar que outro jornalista, verdadeiramente anticomunista, o fizesse e causasse mais prejuízos. Esse e outros episódios, e uma certa crise espiritual, o levaram, dessa forma, à conversão (PAIVA, A. G. Religião e política na trajetória de Carlos Lacerda. **Cadernos da Fael**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2001, p. 3).

Congresso, que daria visualização do Brasil para o mundo. Também se comprometeu em apressar o aterramento da parte da baía de Guanabara, onde estaria o altar” (RAMPON, 2013, p. 97-98). O presidente Café Filho deu continuidade as obras e apoio à realização do Congresso.

O modelo de gestão de Café Filho foi centralizado na contenção de gastos para manter o equilíbrio das contas e de diálogo com o mercado internacional, para atrair investidores. Porém, tais práticas geraram insatisfação. Considerando este governo como de transição, pelo curto tempo e pelas práticas políticas e econômicas adotadas, suas consequências ainda foram melhor sentidas pelos grandes produtores agrícolas e pela indústria.

No que diz respeito à atuação da Igreja no Brasil, neste período, destaca-se a figura de dom Helder Camara, devido ao êxito do Congresso Eucarístico Internacional, pois ele ganhou notoriedade nacional e reconhecido internacional. Contudo, o próprio bispo se inquietou com a grandiosidade do evento religioso, com a quantidade de recursos recebidos, não apenas pelo governo, mas pelos fieis, e pelo fato de o evento ter sido extremamente oneroso e realizado num contexto de grande pobreza, que eram as favelas do Rio de Janeiro. Assim dom Helder atinge o ápice de um processo que podemos chamar de *conversão*, isto é, estava convencido da necessidade de mudança frente as questões políticas e conseqüentemente sociais. Se ainda pudesse existir em sua vida marcas do integralismo, essas foram desaparecendo com as constantes visitas que o prelado passou a fazer às periferias da cidade. Para Rampon (2013, p. 106), “aquele que antes frequentava a casa dos ricos agora começava a frequentar o ambiente dos pobres”.

Uma das primeiras ações de dom Helder, após o Congresso Eucarístico Internacional, foi buscar meios para solucionar o problema habitacional que havia no Rio de Janeiro. O empreendimento era muito grande e contando apenas com o apoio da Ação Católica demoraria muito tempo para atingir suas metas. Para começo, o cardeal dom Jaime de Barros Câmara doou para dom Helder as sobras de madeira que foram utilizadas no Congresso. Como dom Helder possuía uma circulação bastante reconhecida entre os membros da elite carioca, conseguiu por meio de Roberto Marinho que o presidente Café Filho o recebesse, o qual passou a apoiar a iniciativa do jovem bispo e “ainda na sua curta gestão, gostaria de ver urbanizada a primeira favela do país” (RAMPON, 2013, p. 106).

Assim, no dia 29 de outubro de 1955, foi fundada a Cruzada de São Sebastião que teve como objetivo dar uma solução humana e cristã aos problemas das favelas no Rio de Janeiro para, posteriormente, servir como modelo para outras partes do país. Conforme Rampon (2013 p. 107):

As favelas seria substituídas por prédios a serem construídos no mesmo local, ou seja, no Leblon, lugar que exibia o extremo da desigualdade social. Para dom Helder, seria a ocasião de superar a chamada “lutas de classes”, aproximando pobres e ricos, morando os trabalhadores vizinhos aos patrões, não obstante as reclamações da burguesia. Era a tentativa de integrar as favelas na estrutura socioeconômica da cidade.

Para Café Filho, a proposta era interessante, não apenas por buscar solucionar um dos problemas mais graves da capital do país naquele período, mas porque, se houvesse o apoio governamental, a população permaneceria aliada aos propósitos do presidente, em seus futuros projetos. Contudo, como o governo de Café Filho foi curto, o mesmo não conseguiu dar o apoio financeiro necessário ao projeto da Igreja, representada neste empreendimento por dom Helder. Rampon (2013, p. 107-108) dá detalhes da tentativa de investimento para a Cruzada de São Sebastião:

A intenção do presidente Café Filho era liberar 50 milhões de cruzeiros para construir 10 edifícios com 910 apartamentos, mas, quando enviou uma mensagem ao Congresso, no dia 26 de outubro de 1955, este estava no final do mandato, sem tempo e sem interesse para aprovar o projeto solicitado pelo Presidente, que logo deixaria o cargo. A conjuntura política foi desastrosa para o início da Cruzada, e o dinheiro prometido só foi liberado em 1957, embora, em janeiro do mesmo ano, algumas famílias tivessem ido morar em apartamentos, graças ao empréstimo que dom Helder fizera no Banco do Brasil por influência do Presidente Juscelino.

Com o final do mandato de Café Filho, assumiu como novo presidente, em 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que foi o impulsionador e responsável pela fundação de Brasília, que se tornou a nova Capital Federal. Semelhantemente o que seus sucessores fizeram, Juscelino alinhou-se aos Estados Unidos (FICO, 2015, p. 34), o que tornou o país ainda mais dependente de ações e recursos oriundos do país norte-americano. Contudo, o que realmente estava em jogo, era a “política de barganha face aos Estados Unidos, atitude motivada pelas necessidades do projeto de desenvolvimento industrial por substituição de importações” (VISENTINI, 2004, p. 9). Essa aproximação com os Estados Unidos e, posteriormente, com o mundo europeu pós-guerra, foi definida por Visentini (2004, p.10), como processo de mundialização:

Multilateralização das relações exteriores (que) entende-se a busca de novos espaços, regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica da diplomacia brasileira. Este processo de mundialização permite, na perspectiva da diplomacia brasileira, contornar uma dependência exclusiva face aos Estados Unidos, exercida no plano hemisférico.

Inegavelmente, essa aproximação multilateralizada contribuiu para o crescimento econômico do país. Porém, alinhado a isso, deu margem para que os Estados Unidos buscassem meios de maior interferência no sistema político e econômico brasileiro e, como veremos em seguida, a partir dessa interferência e pelo fato dos Estados Unidos temerem uma nova revolução, tal qual ocorrida em Cuba (1959), irão desencadear a “Operação Brother Sam” (FICO, 2014, p. 29).

Para fazer o Brasil crescer econômica e estruturalmente, o presidente Juscelino propôs o “Plano de Metas” (FICO, 2015, p. 35), o qual deveria ser executado até o término de seu mandato e, através dele, acreditava que o país poderia crescer e ganhar maior autonomia.

Atento ao crescimento da pobreza e miserabilidade no Brasil, Juscelino propôs ao governo norte-americano a “Operação Pan-americana (OPA), segundo à qual os Estados Unidos da América deveriam liderar programa de investimentos tendo em vista a erradicação da pobreza na América Latina” (FICO, 2015, p. 38). Para os Estados Unidos, a proposição do presidente brasileiro foi positiva, visto que os interesses norte-americanos se prolongaram para toda a América Latina, resultando na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (1959).

Frente a esse contexto econômico, o final da década de 1950, também se destacou como um período em que movimentos de trabalhadores, estudantes e, até mesmo, segmentos militares, se posicionaram de forma a garantir que direitos adquiridos fossem preservados. Ocorreram algumas greves de trabalhadores, porém, sem atos de violência para a contenção das mesmas, mesmo que algumas posturas autoritárias do presidente se destacassem, como a sustentação da ilegalidade do Partido Comunista e a não aceitação de movimentos sindicais autônomos (DREIFUSS, 1981, p. 36). Começou a ganhar força uma crise de populismo, pois Juscelino já não conseguia dar conta de todas as promessas e benesses feitas à população, particularmente com o intuito de se aproximar das camadas populares mais pobres.

Voltando nosso olhar para as relações entre a Igreja católica e o Estado, agora sob a presidência de Juscelino, pontuaremos alguns aspectos: 1) a permanente proximidade estre ambas as instituições, sempre permeadas de interesses; 2) criação de novas paróquias e capelas na nova Capital, Brasília, para o atendimento religioso e social dos candangos e suas famílias, pois, vendo que a sede do governo deixaria o Rio de Janeiro, era necessário também criar uma diocese próxima à nova sede, pois o território da nova Capital Federal pertencia, na divisão geográfica eclesiástica, à diocese de Goiânia. Com isso, no dia 16 de janeiro de 1960³⁹, poucos

³⁹ Disponível em: <<http://arquiocesedebrasil.org.br/semanamissionaria/>> Acesso em: 25 Ago. 2016.

meses antes da inauguração da nova Capital, foi criada a Diocese de Brasília, pelo Papa João XXIII. Sua ereção canônica ocorreu no dia 21 de abril, sendo elevada à categoria de Arquidiocese. A cúpula da instituição religiosa estava próxima da sede do governo temporal da nação; 3) outro acontecimento da relação Igreja e Estado durante o governo de Juscelino, foi a Cruzada de São Sebastião, no Rio de Janeiro, projeto que tinha como objetivo resolver os problemas habitacionais da, até então, Capital Federal. Rampon (2013, p. 108), descreve o contato de dom Helder com o presidente, na tentativa de conseguir recursos para a Cruzada, sendo que “obteve, com o apoio do Presidente Juscelino, terrenos facilmente inundáveis, às margens da Avenida Brasil, para serem aterrados, urbanizados e vendidos em pequenos lotes”. Contudo, as classes média e alta, impulsionados pelo então deputado Carlos Lacerda, que foi forte opositor de Vargas e manteve-se como opositor do presidente Juscelino, também tinha se tornado um crítico de dom Helder, por entender que o projeto da Cruzada visava ampliar também a popularidade do presidente, passaram a procurar o governador para que as favelas fossem transferidas para bem longe do centro (RAMPON, 2013, p. 112). Essa crítica de Lacerda ganhou ainda mais força a partir da visita de dom Giovanni Battista Montini, arcebispo de Milão, em junho de 1960, pois este prelado foi recebido no aeroporto com honras pelo presidente Juscelino, e um dos principais objetivos da visita era conhecer o projeto de urbanização das favelas cariocas, por meio da Cruzada de São Sebastião (RAMPON, 2013, p. 113); 4) mais um aspecto que demonstra a proximidade entre Igreja e Estado, neste período, foi a criação do Banco da Providência⁴⁰, no Rio de Janeiro. De acordo com Rampon (2013, p. 116), o objetivo dessa entidade era conseguir recolher, não somente entre os ricos, mas também entre os pobres, entre organizações internacionais e junto ao governo do Brasil, donativos para os mais miseráveis. O presidente Juscelino também assumiu este projeto de dom Helder, e designou membros do governo para contribuírem com o Banco, pois era uma nova modalidade de instituição assistencial:

O Banco não deveria apenas fazer “caridade” e, sim, “justiça”. Por isso, não surgiu apenas como mais uma instituição para atender às necessidades dos empobrecidos, mas, fundamentalmente, como uma nova forma de criar relações entre as pessoas, de modo a gerar como consequência a construção de um mundo justo, solidário e fraterno. O Banco quebrou o paradigma tradicional das instituições assistenciais da década de 1950, pelo menos em quatro aspectos: 1) o trabalho era feito pela sociedade civil organizada; 2) o empresariado não devia apenas fazer doações, mas assumir a sua responsabilidade social; 3) o projeto devia ser autossustentável; e, 4) ser um celeiro de voluntariado. [...] As pessoas podiam ajudar com dinheiro, material de

⁴⁰ Consideramos relevante citar a criação do Banco da Providência pelo fato de que dom José Ivo Lorscheiter, objeto de nossa investigação e de nossa dissertação, sob a inspiração do Banco da Providência, criou uma entidade semelhante em Santa Maria/RS, enquanto bispo desta diocese, com o nome de Banco da Esperança.

construção, bolsas de estudos, objetos novos e usados, roupas e calçados, uniformes e materiais escolares, serviços médicos e odontológicos, cadeiras, assistência jurídica, etc. [...] Com as verbas, o Banco ajudou também na formação profissional em mecânica, agricultura, artesanato, culinária, etc. (RAMPON, 2013, p. 115-117).

Com os projetos encabeçados por dom Helder, mencionados acima, além do envolvimento de outros membros do episcopado brasileiro em questões sociais, percebe-se a mudança de atuação da Igreja católica no Brasil, certamente impulsionada pela criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Igreja passa a romper o limite de suas paredes e buscou alcançar as periferias sociais e existenciais dos fieis, ainda que de forma assistencialista, mas que ganhou novo impulso crítico na década de 1960, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Contudo, a vinculação e a proximidade com o Estado também permaneceram.

A relação entre o presidente Juscelino e dom Helder era de muita cordialidade e respeito mútuo. Rampon (2013, p. 120) acrescenta outros aspectos de tal proximidade:

Juscelino tentou fazer dom Helder Ministro da Educação, mas este refutou veemente, dizendo ao Presidente que preferia continuar sendo o seu amigo e simples conselheiro, podendo dizer-lhe com sinceridade o que pensava, ao invés de ser um colaborador com o dever de obedecê-lo. Quando o PDS e o PTB, partidos que davam sustentação ao Governo no Congresso, lançaram, em 1959, a candidatura do general Teixeira Lott para a Presidência da República, dom Helder chegou a ser sondado para vice. Juscelino também tentou convencê-lo a ser candidato a Prefeito do Rio de Janeiro.

Quando Jânio Quadro lançou sua candidatura para Presidente da República, também buscou apoio da Igreja, e pediu que dom Helder Camara aceitasse ser o seu vice. Porém, este não aceitou, alegando que “era um ‘homem de Igreja’, sempre disposto a servir ao povo, mas aquilo que poderia fazer como Bispo nunca realizaria se aceitasse entrar em uma ótica de partido” (RAMPON, 2013, p. 121).

Apesar de Juscelino se esforçar em manter um discurso de tranquilidade econômica e política para o Brasil, em 1961, assumiu como novo presidente, Jânio da Silva Quadros, que encontrou um cenário bem diferente daquele apresentado por seu antecessor. Como vice-presidente, continuou no cargo o gaúcho João Belchior Marques Goulart, que já havia assumido o mesmo posto quando da presidência de Juscelino. A relação entre o presidente e seu vice-presidente serão difíceis, isso porque Goulart não era o candidato que estava nas intenções de Jânio Quadros e seus apoiadores, pois ambos não compunham uma chapa única, mas foram eleitos individualmente, já que o regramento eleitoral do período assim conduzia. Na real, Goulart era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de oposição a Jânio, que pertencia ao Partido Democrata Cristão (PDC).

Sobre a candidatura e campanha eleitoral de Jânio Quadros, Botelho (2015, p. 6) apresenta a relação que já estava sendo estabelecida entre o aspirante a presidente e a Igreja católica:

Durante a campanha presidencial de Jânio, o pensamento religioso interagiu com duas principais esferas. Havia uma atmosfera política muito intensa, estando em jogo dois projetos diferentes. De um lado, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, Militares Nacionalistas, Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), PCB e “católicos progressistas”. Esse lado almejava reformas sociais e econômicas para superar o subdesenvolvimento. Em outra posição, encontrava-se a Escola Superior de Guerra (ESG), os latifundiários, setores do empresariado nacional, UDN, segmentos da classe média e “conservadores” da Igreja Católica. Esses tinham um programa de desenvolvimento econômico arrojado, direcionado para a implantação da indústria de ponta e também para a preservação da estrutura agrária do país.

Como a dependência econômica do Brasil junto aos Estados Unidos era significativa, o novo presidente eleito enfrentou um período de instabilidade econômica, mas da mesma forma que seu antecessor, procurou manter o aparente controle sócio-político-econômico. A política econômica desenvolvida por Juscelino favoreceu que houvesse um crescimento do setor industrial e um rápido processo de urbanização. Em contraposição, o setor agrícola passa por uma diminuição de ritmo e a vida na zona rural era deixada para segundo plano, já que as cidades, principalmente as grandes, eram atrativas em suas possibilidades e promessas.

Visentini (2004, p. 23), apresenta alguns dos compromissos de Jânio Quadros durante sua campanha eleitoral: “governar acima dos partidos, [...] aos humildes prometia reformas, à classe média, moralidade administrativa e austeridade, e à burguesia, saneamento financeiro na linha do FMI”. Além disso, segundo Fico (2014, p. 14), inspirado na simbologia da vassoura, objeto utilizado para retirar sujeiras, tanto de espaço particulares, como das residências, e de espaços públicos, prefeituras, calçadas e avenidas, o presidente afirmava que iria “varrer” a corrupção que estava instalada no país e já naturalizada pelos órgãos do governo. Esse discurso encantou a população nos primeiros dias de seu governo.

Jânio Quadros procurou agradar todos os segmentos, dando ao mercado externo a confiança de que a economia nacional passava por um processo de estabilização. Às camadas populares do país, prometeu reformas estruturais que iriam favorecer suas vidas e aumentaria o mercado de trabalho.

Naturalmente, a pressão sobre Jânio ganhou uma proporcionalidade violenta. Neste momento, o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ganhou destaque por ter assumido com energia uma postura de oposição. O medo acerca da instalação do comunismo em virtude da proximidade do presidente, tanto com Cuba quanto com a China, favoreceu que

Lacerda acirrasse os ânimos de militares e da população que já sustentavam o discurso anticomunista.

No dia 23 de agosto de 1961, Carlos Lacerda, jornalista de profissão e dono do jornal *A Tribuna da Imprensa*⁴¹, criado na década de 1940, com o incentivo de membros da Igreja Católica (PAIVA, 2001, p. 4), numa tentativa de acirrar ainda mais os ânimos dos opositores de Jânio Quadros e de seu modelo político, procurou mostrar que a política externa do presidente já não contava com o apoio da população. Segundo Delgado (2006, p. 112, grifo do autor), a “política externa independente de Jânio Quadros revoltou setores da Igreja Católica, militares anticomunistas e grupos *lacerdistas*, que tinham o anticomunismo como uma de suas principais bandeiras”. Além disso, por sua adesão ao catolicismo, e no desejo de manter-se alinhado a membros da Igreja católica⁴² que se destacavam pelos efusivos discursos anticomunistas, Lacerda apropriou-se de seu jornal para deturpar ainda mais a imagem de Jânio Quadros, identificando-o como apoiador de comunismo e referindo-se a este como “a fraternidade sem paternidade, a fé sem Deus, o paraíso na terra, eis o que o comunismo promete aos que se afastaram de Deus para procurar o paraíso artificial do progresso ilimitado [...]” (LACERDA apud PAIVA, 2001, p. 8).

Contraditoriamente, a Igreja católica, representada por sua entidade máxima no Brasil, procurou manter relações amistosas no curto mandato de Jânio Quadros. Apesar da insistência de que o presidente estava alinhado aos interesses do comunismo, a Igreja se sentia contemplada com a atitude do presidente em baixar decretos morais⁴³, que compactuavam com os ensinamentos católicos (BOTELHO, 2014, p. 86).

No dia seguinte, Carlos Lacerda foi até Brasília, onde se encontrou com o presidente que, conforme Lacerda, o teria incitado a participar de um golpe que suspenderia o Congresso Nacional (DELGADO, 2006, p. 113). Opondo-se à solicitação, Lacerda apoderando-se do

⁴¹ Com esse veículo de imprensa a seu dispor, Lacerda pôde defender as suas opiniões acerca dos mais variados assuntos, fossem eles políticos, sociais, econômicos ou religiosos. Quanto a este último aspecto, é possível perceber a sua defesa de ideias católicas. Duas questões em especial justificam essa qualificação, além do fato de que o primeiro número do recém-lançado jornal afirmava, sem rodeios, o seu compromisso com o cristianismo: em primeiro lugar, observamos a defesa de uma postura anticomunista inspirada no catolicismo norte-americano; em segundo lugar, os ataques direcionados à proposta da lei a favor do divórcio, debatida no Congresso Nacional durante o ano de 1951 (PAIVA, A. G. *Religião e política na trajetória de Carlos Lacerda. Cadernos da Fael*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2001, p. 5).

⁴² Essa busca de proximidade de Lacerda com membros da Igreja Católica sofreu uma ruptura, principalmente a partir de 1964, tendo em vista a postura de bispos, sacerdotes e leigos se oporem ao modelo ditatorial que passou a vigorar, considerados apoiadores de grupos de esquerda (PAIVA, A. G. *Religião e política na trajetória de Carlos Lacerda. Cadernos da Fael*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2001, p. 20).

⁴³ Para conhecer melhor os decretos morais de Jânio Quadros, que iam ao encontro dos interesses da Igreja Católica no Brasil, indicamos: BOTELHO, M. A. *A censura moral de Jânio Quadros nas representações da imprensa católica do Estado da Guanabara em 1961. Boletim Historiar*, Sergipe, n. 8, p. 3-18, mar./abr., 2015, p. 3-18).

cargo que ocupava e apropriando-se de horário televisivo, de alcance nacional, acusou Jânio Quadros de tê-lo convidado para dar um golpe no país (FELIZARDO, 2003, p. 21). Como resultado, entre outros fatores, da denúncia de Lacerda e de seu desgaste pessoal e político, o presidente renunciou ao seu mandato, transcorridos pouco mais de sete meses de governo, no dia 25 de agosto de 1961. Esta atitude gerou uma agitação política, tanto em âmbito nacional como internacional.

Autores como Visentini (2004) e Fico (2014), são unânimes em afirmar que a renúncia de Jânio foi uma tentativa de golpe, para que ele pudesse receber “poderes excepcionais”, caso o Congresso Nacional não aceitasse, para voltar ao posto e poder continuar governando sem a fiscalização do Congresso. A comoção da população esperada por Jânio não ocorreu, ainda que a atitude do presidente tomasse a todos de surpresa e, até nossos dias, buscam-se novas interpretações para o ato. Interpretado como populista, “sucumbiu ante as frustrações provocadas pelas suas atitudes. Era um líder esvaziado e sem respaldo partidário, que deixava o povo frustrado pelo mau uso do voto” (FELIZARDO, 2003, p. 22).

Como a comoção com a renúncia também não chegou aos parlamentares, os mesmos aceitaram a decisão de Jânio e, na ausência de João Goulart, que estava em viagem oficial a China, “como chefe da missão econômica” (BRAGA et. al., 2004, p. 62), assumiu como presidente da República o presidente do Congresso Nacional, deputado Pascoal Rainieri Mazzilli, referenciado na historiografia “como um fantoche inexpressivo” (FICO, 2014, p. 16).

A crise política do país, além de agravada pela renúncia presidencial, ganhou impulso pelo fato do vice-presidente estar realizando viagem a um país comunista, no caso, a República Popular da China, sendo que Jânio já havia recebido sérias críticas por sua aproximação com tais modelos ideológicos, políticos e econômicos. Inaugurou-se, assim, a reivindicação, por parte de ministros militares com aproximação das Forças Armadas, de que era necessário impedir que o vice-presidente assumisse o cargo, pois sustentavam a ideia de que ele estaria articulando a infiltração das ideias marxistas no território nacional. O historiador Carlos Fico (2014, p. 17-18), recupera trechos de carta onde os ministros do Brasil justificam o motivo da não permissão de regresso de Goulart ao Brasil bem como da investidura do cargo de presidente:

Mostrara ‘suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras’. [...] nomeara esquerdistas para cargos importantes nos ministérios, ‘ativos conhecidos agentes do comunismo internacional’.

Assim, frente a toda a instabilidade nacional, inclusive com a ameaça de uma guerra civil (BRAGA et. al., 2004, p. 63), e encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel de Moura Brizola, cunhado de João Goulart, iniciou-se um movimento que ficou conhecido como Rede da Legalidade⁴⁴, que buscava a “defesa da democracia e da normalidade constitucional” (BRANDALISE; HARRES, 2014, p. 28). Estruturalmente, a Rede da Legalidade era uma:

Rede de emissoras de rádio que passaram a transmitir do Palácio Piratini, onde o governador Brizola e outras autoridades faziam pronunciamentos e divulgavam informações de forma permanente em defesa da posse do Vice-Presidente como sucessor legal do Presidente que renunciara (BRAGA et. al., 2004, p. 63).

Como vitória desse movimento pela Legalidade, instalou-se no país um modelo governamental parlamentarista, possibilitando que Goulart regressasse ao país e assumisse a presidência, no dia 7 de setembro de 1961. Esse modelo de governança perdurou até a realização de um plebiscito que aprovou o retorno do modelo presidencialista para o Brasil, em 1963.

Para Fico, a renúncia de Jânio Quadros e a instabilidade política que dificultou a posse de João Goulart são as situações que gestaram o golpe civil-militar de 1964 e a posterior ditadura civil-militar brasileira (FICO, 2014, p. 35). A articulação de setores das Forças Armadas com outros seguintes da elite da sociedade brasileira, com apoio dos grandes grupos midiáticos da época, particularmente o grupo Globo, serão os responsáveis pelos anos mais difíceis da história recente do Brasil.

1.5 AS ESTRATÉGIAS E A EXECUÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Como vimos até aqui, o início da década de 1960, no Brasil, é perpassado por momentos de intensa instabilidade, tanto política quanto de cunho econômico, sem contar a desconfiança que permeou os poderes militares, particularmente resultado da renúncia do presidente legitimamente eleito Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961. Dreifuss (1981, p. 125) denominou este contexto da história recente do país de “conjuntura crítica”.

O Congresso Nacional, pressionado pela Rede da Legalidade, tendo a frente o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, procurou manter a legitimidade e

⁴⁴ Irei utilizar a terminologia “Rede da Legalidade”, partindo das interpretações de Braga (et.al., 2004) e Fico (2014).

legalidade institucional⁴⁵, sob forte resistência de altos setores das Forças Armadas, e, com isso, permitiu que Goulart⁴⁶ tomasse posse como novo presidente do Brasil, em meio às comemorações da Independência do país, no dia 7 de setembro de 1961, quando fez seu juramento perante o Congresso. Porém, o retorno de Goulart para o Brasil não aconteceu rapidamente, mas passou por um processo de negociação:

Jango voltava com demoradas escalas dando tempo a que os políticos, em Brasília, encontrassem uma solução conciliatória. Jango, que ao sair de Cingapura foi a Paris e depois a Nova York, dia 31 de agosto estava em Montevidéu para encontro com Tancredo Neves, o deputado do PSD responsável pelos entendimentos em curso no Brasil. A reunião foi no dia seguinte e Tancredo apresentou a Jango a proposta de adoção de um regime parlamentarista. Consultado por telefone, Brizola disse que era contra e sugeriu a Jango que só tomasse sua decisão em Porto Alegre. [...] só voltando no dia 1º de setembro, sendo recebido diante do Palácio Piratini por uma multidão calculada em 100 mil pessoas (BRAGA et. al., 2004, p. 64-65).

⁴⁵ Defensor da posse de João Goulart, mas impossibilitado de se comunicar com o povo por meio de um veículo de grande alcance, o governador Leonel Brizola ordena, por ofício, que a Brigada Militar ocupe os transmissores da rádio Guaíba, de propriedade do jornalista Breno Caldas. Com a iminência de um golpe militar, os microfones da rádio Guaíba, naquele momento à sua disposição, inclusive com funcionários requisitados pelo estado para operarem a emissora, Brizola transforma o movimento que antes era em defesa do retorno de Jânio à presidência da República em uma campanha pela legalidade da posse de João Goulart. A Cadeia da Legalidade, o grupo de emissoras de rádio espalhadas por todo o território nacional, chegando, inclusive, a alguns países estrangeiros, já somava 104 (SILVA, I. A. A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio. **Revista Alceu**, v. 13, n. 25, p. 37-49, jul./dez., 2012, p. 44).

⁴⁶ João Goulart, que se tornou presidente do Brasil em 1961, é filho de Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart. Nasceu no dia 1º de março de 1919, no interior do município de São Borja, atualmente, município de Itacurubi, região fronteira-oeste do estado do Rio Grande do Sul. Teve mais sete irmãos, porém, um deles não chegou a conhecer, pois o mesmo morreu ainda em tenra idade. Seus primeiros anos escolares foram vividos em Itaquí, numa escola de freiras que, a época, não permitiam que meninos dormissem nas suas dependências, precisando João pernoitar na casa de amigos da família. Posteriormente, deu continuidade a seus estudos, parte no colégio dos Irmãos Maristas, de Uruguaiana, outra com os Padres Jesuítas, em Porto Alegre e, como não obteve aprovação, precisou retornar para Uruguaiana para concluir o curso médio. Como seus pais possuíam bons recursos financeiros, não era impedimento deslocar o filho para cidades maiores para poder receber melhor formação intelectual. Atendendo o desejo do pai, João retornou a Porto Alegre, onde ingressou na faculdade de Direito, concluindo o curso em 1939. Regressando para São Borja, até a morte do pai aprendeu as habilidades próprias de um fazendeiro, com ênfase para a venda de gado. Com o óbito do pai, João tornou-se um dos mais ricos fazendeiros da região. Politicamente, sua vida inicia com seu engajamento em organizar o Partido trabalhista Brasileiro (PTB) em seu município, mesmo que anteriormente tivesse recebido o convite para ser um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), ao que não aceitou. Foi o primeiro presidente do PTB, em São Borja, sendo, anos mais tarde, presidente regional e nacional do mesmo grupo político. Getúlio Vargas que, após 1945, regressou para São Borja, sob o pretexto de sair do cenário nacional, manteve diversos momentos de conversa com João, o que, certamente, influenciou a caminhada política do jovem fazendeiro e advogado. Em meio a sua popularidade entre os munícipes de São Borja e arredores, foi eleito, em 1947, ao cargo de deputado estadual para a Assembleia Constituinte. Sua ascensão política foi rápida pois, em apenas dezessete anos, assumiu os cargos de deputado estadual, deputado federal, secretário estadual, Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, em 1953, Vice-presidente da República pela chapa PTB/PSB, em 1955 e em 1960 com o apoio da UDN, e, por fim, Presidente do Brasil, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, cargo que não chegou a concluir, devido ao golpe civil-militar de 1964. Casou-se com Maria Thereza Fontella, com quem teve um casal de filhos. Após o golpe, exilou-se no Uruguai. Morreu no dia 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina (BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C.; BONES, E. (Coords.). **João Goulart: perfil, discursos e depoimentos (1919-2013)**. 2. ed. ampliada Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004).

Assim, no dia 2 de setembro de 1961, foi instalado no Brasil o modelo parlamentarista de governo, que só foi revogado em 1963, após a realização de um plebiscito e no qual venceu o retorno ao presidencialismo, e o país novamente adotou os parâmetros da Constituição de 1946. No parlamentarismo, Goulart “não tinha poder em virtude do sistema [...] mas era responsabilizado como se o sistema fosse presidencialista. [...] nem propor reformas ao Congresso podia” (FELIZARDO, 2003, p. 68). Assim, à luz do presidencialismo, coube ao presidente reorganizar seu ministério, o qual tentou agregar políticos tanto de esquerda, quanto de centro e direita, visando facilitar a aplicabilidade das reformas de base. Porém, a primeira composição ministerial da gestão presidencialista, com Goulart, durou seis meses, e uma nova reorganização precisou ser realizada para superar as dificuldades ainda existentes.

Também contribuiu de forma agressiva e incisiva para a tentativa de impedimento da tomada do poder por parte de Goulart o argumento de que, assim como Jânio, o mesmo estava fortemente vinculado à doutrina comunista, ainda que não tenha se autodeclarado adepto de tal ideologia.

O modelo comunista foi duramente criticado, e um de seus maiores inimigos foi o governo norte-americano, que temia a sua instauração no Brasil e em outros países da América Latina, tal qual já havia ocorrido com a Revolução Cubana, em 1959. Para barrar tal expansão patrocinaram financeiramente, por meio do seu empresariado, campanhas anticomunistas, por meio de anúncios midiáticos veiculados em canais de televisão, jornais impressos, rádios, folhetos, etc. (WASSERMAN, 2004, p. 33). Aliou-se a esse discurso de terror anticomunista uma grande parte das lideranças da Igreja Católica no Brasil, representadas por vários bispos que compunham a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Carla Simone Rodeghero (1998), ao pesquisar sobre a perspectiva e propagação das ideias comunistas, destacou a necessidade da criação e fortalecimento do pensamento anticomunista para a manutenção da ordem nacional e social, a partir da ótica da Igreja católica e de setores militares. Pois, o entendimento que circulava e se expandia era de que o comunismo se opunha às doutrinas eclesiais pelo fato de valorizar a modernização, estimular a laicização e, conseqüentemente, resultar numa secularização, isto é, a desvalorização do discurso religioso, visto que a Igreja católica, ainda sob influência do Concílio Vaticano I (1869-1870), procurava manter os fieis sob a observância rígida de sua tradição milenar, em obediência irrestrita às orientações dos clérigos e vinculada, quase que umbilicalmente, ao Vaticano, sede oficial do catolicismo romano, como forma de não se corromper e/ou pecar. Assim, inegavelmente, a Igreja buscou apresentar como suas doutrinas eram totalmente opostas aos

ideais comunistas, apresentando-se como a detentora da verdade e os comunistas como seus “inimigos” (RODEGHERO, 1998, p. 24).

Corroborando a essa ideia de necessidade de difusão de uma perspectiva anticomunista, o cardeal primaz do Brasil, dom Augusto Álvaro da Silva, em dezembro de 1963, numa demonstração do pensamento de boa parte do episcopado brasileiro, emitindo uma dura Carta Pastoral com a qual se dirigiu aos seus diocesanos, mas que também servia à Igreja Católica do Brasil como um todo, em virtude do seu cargo⁴⁷. Logo no início do texto, já se referiu, de forma afirmativa, ao momento de crise a que o país estava submetido, mas ainda conseguia sobreviver, pois “come o faminto, o pão da ‘Caritas’ vizinha”, em referência ao apoio dos Estados Unidos ao país (SILVA, 1964, p. 63).

O temor com relação ao comunismo era tão acentuado que o cardeal a ele se refere com o seguinte teor: “tanto vem alçando, enfim, na Pátria estremecida, o malfadado comunismo ateu!”, e que seu martelo já está reduzindo ao pó a Igreja e o Cristianismo, bem como sua foice afiada já vislumbra as vidas que serão ceifadas (SILVA, 1964, p. 63-64).

Além disso, o primaz utilizou-se do status e poder eclesiástico que possuía para alertar aos fieis que já detinha informações de que o comunismo teria se infiltrado no governo, e que João Goulart estaria se submetendo aos ditames do inimigo. Porém, não cita nomes nem dá exemplos claros de como isso estaria ocorrendo e se materializando.

Além disso, o bispo publicou em sua Carta Pastoral cenários de extremo horror que, provavelmente, gerou medo aos seus diocesanos e demais leitores, pois sustentou que pelo fato do comunismo pregar o ateísmo, tudo o que envolvia o Sagrado seria profanado e como nesse período a grande maioria da população se declarava católica, o terror deve ter sido geral:

Finjamos que vem a Baía e o resto do Brasil [...] Entrarão por esta cidade com fúria de vencedores e de hereges: não perdoarão a estado, sexo, nem idade; com os fios da mesma foice medirão a todos; chorarão as mulheres, vendo que se não guarda o decôro à sua modéstia; chorarão os velhos, vendo que se não guarda respeito a suas cãs; chorarão os nobres, vendo que se não guarda cortesia à sua qualidade; chorarão finalmente todos e entre todos mais lamentosamente os inocentes porque nem a êstes perdoará (como em outras ocasiões não perdoou) a desumanidade herética. Entrarão os hereges nesta Igreja (a do Senhor do Bonfim e nas demais); arrebatarão a custódia em que estais. Ó Senhor! adorado dos anjos: tomarão os cálices e vasos sagrados; aplicá-los-ão às suas nefandas embriaguezes; derrubarão dos altares os vultos e estátuas dos santos; deformá-las-ão a cutiladas e metê-las-ão no fogo; e não perdoarão, as mãos furiosas e sacrílegas, nem as imagens tremendas do Cristo Crucificado nem as da Virgem Maria. Só isso? Não. Antes, muito mais ainda. [...] “Intrinsecamente mau”, êle fará no Brasil o que já fêz em corrupção, abominação, desolação, nos outros

⁴⁷ Para esclarecer a função de um bispo/cardeal prelado, indico o artigo do professor Dr. Sérgio Ricardo Coutinho (UnB), intitulado *O novo Primaz do Brasil e mais um movimento no tabuleiro*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/39976-o-novo-primaz-do-brasil-e-mais-um-movimento-no-tabuleiro>> Acesso em: 4 Jun. 2016.

países que conseguiu dominar. Não são conhecidos os “expurgos” de tantos chamados “camaradas” até mesmo gente de prol entre eles, na Rússia Soviética? Não é sabido que o comunismo ali “já fêz morrer a fome, e de mil outros modos, mais de 20.000 criaturas humanas? Stalim não sacrificou mais de 16 milhões em campos de concentração? Não foram mais de 46.000 as vidas por êle sacrificadas? Na China já não foram mortos, pelo comunismo chinês, mais 50.000? Na Espanha, não foram martirizados 11 bispos, 16.000 sacerdotes e religiosos e inúmeras famílias só por serem fiéis à Igreja? Na Iugoslávia não torturaram e mataram, os comunistas, 1 cardeal, 5 bispos, inúmeros padres e religiosos e 12.000 jovens católicos espanhóis e 250.000 alemães? Etc. [...] Se triunfar no Brasil, que fará de nós! “Intrinsecamente mau”: assassinará sacerdotes, incendiará Igrejas, arrasará conventos, violará religiosas, fuzilará líderes católicos, atacará famílias, confiscará propriedades, ferirá, matará, martirizará com requintes de barbaridade e fereza bestial; renovará os “tiros na nuca”, as “lavagens de cérebro”, os “paredões” de fuzilamento, os “campos de concentração”? E pensar que essa é a ameaça que pesa sobre nós! (SILVA, 1964, p. 64-65).

Outro elemento que demonstra a continuidade da aproximação das relações de interesse da Igreja católica com o Estado, por meio dos deputados e da assinatura presidencial de Goulart, foi a aprovação da Lei que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴⁸, tendo como articulistas dom Helder Camara e os deputados Armando Falcão e Santiago Dantas:

Eles elaboraram um projeto mais moderado do que aquele de Carlos Lacerda e dom Jaime e, dessa forma, conseguiram garantir os interesses católicos, a saber, a equivalência de diplomas entre escolas públicas e privadas, a educação religiosa como componente do currículo das escolas públicas, o direito de as escolas privadas receberem subvenções públicas e a presença da Igreja Católica no corpo decisório do Ministério da Educação. [...] A partir de então, Dom Helder fez parte do corpo de decisões do Ministério da Educação (1962-1964) sendo, no entanto, Alceu Amoroso Lima o representante mais ativo (RAMPON, 2013, p. 124).

Uma ação que surgiu dentro da Igreja católica no Brasil, ainda no governo de Jânio Quadros (AZZI, 2008, p. 323), mas que ganhou renovado impulso na gestão de Goulart foi o Movimento de Educação de Base (MEB)⁴⁹, que, inicialmente, utilizava rádios católicas para promover a educação entre a população, visto que, neste período, eram elevados os índices de analfabetismo. Tal projeto contou com o apoio do Ministério da Educação, não apenas devido a presença de dom Helder junto a este órgão, mas porque o governo via o projeto como um braço auxiliar para atingir as camadas mais pobres e uma ferramenta para retirar o rótulo que fora impregnado em Goulart de apoiador do comunismo, já que o programa tinha como

⁴⁸ BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> - Acesso em: 2 out. 2016.

⁴⁹ Além disso, “Dom Távora argumentava que as propostas do MEB não se fundamentavam no comunismo, mas nos documentos pontifícios, de Leão XIII a Paulo VI, os quais defendem a vida justa para as populações humanas” (RAMPON, I. A. **O caminho espiritual de Dom Helder**. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 132). Desse conflito que se estabeleceu, particularmente alimentado por Carlos Lacerda, ocorreu uma dificuldade na relação entre dom Jaime e dom Helder, o que contribuiu para que dom Helder recebesse sua transferência para o nordeste, anunciada no dia 14 de março de 1964, um dia após o discurso de João Goulart na Central do Brasil.

finalidade “preparar o povo para a indispensável transformação das regiões subdesenvolvidas, ajudando-o a defender-se contra as ideologias que são incompatíveis com a ideia cristã de nação” (AZZI, 2008, p. 324).

A partir de 1964, o MEB passou a receber duras críticas e disseminou-se a ideia de que o MEB suscitava e fomentava o espírito revolucionário das massas. O slogan *Viver é Lutar* foi taxado de comunista e, segundo os opositores, na cartilha do MEB até o Pai Eterno fazia propaganda comunista. Certamente, o objetivo de tais acusações conservadoras era ferir as pessoas e os projetos mais arrojados que visavam o respeito aos Direitos Humanos e à reforma agrária. Em fevereiro de 1964, a polícia prendeu na tipografia, por ordem do governador Carlos Lacerda, três mil cartilhas alegando que ensinavam a subversão. O Presidente do MEB, dom José Távora, o vice-presidente, padre Hilário Pandolfo e a secretária Marina Bandeira foram tratados como criminosos. No entanto, outras 47 mil cartilhas já haviam partido para as respectivas destinações. O gesto provocou uma tempestade de opiniões: alguns acusaram a polícia e Lacerda de ‘intolerância e arbítrio’ e outros aplaudiram o governador que desmascarava a ‘armadilha psicológica’ dos Bispos. *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* (ligada a Lacerda) acusaram o MEB de ‘comunismo’. A maioria da imprensa, no entanto, apoiou dom Távora. O governador Lacerda, no entanto, disse com orgulho que contava com a aprovação do cardeal Câmara. Além disso, dom Távora argumentava que as propostas do MEB não se fundamentavam no comunismo, longe disso, mas se fundamentavam nos documentos publicados pelos sumos pontífices, de Leão XIII a Paulo VI, os quais longamente defenderam a vida justa para as populações humanas, com ênfase nos mais empobrecidos e sofredores (RAMPON, 2013, p. 128-132).

Rampon (2013, p. 127), acrescenta que o método do MEB ajudava os participantes a refletir sobre a sua condição de vida e a lutar para transformar a sociedade por meio de ações comunitárias dos trabalhadores:

O MEB partia da alfabetização por meio de programas de rádio e buscava abrir os olhos do povo para os Direitos Humanos, os abusos perpetrados às pessoas e indicava os meios para se obter a justiça. Seus adeptos sabiam que a sua missão não era somente alfabetizar o trabalhador rural, mas oferecer uma educação integral que desenvolvesse a consciência política, social e religiosa dos participantes, valorizando o saber dos adultos – o código oral e a cultura popular. O método do MEB ajudava os participantes a interpretar a sua condição de vida como resultado de injustiças existentes na estrutura da sociedade brasileira. O passo seguinte era lutar para transformar a sociedade por meio de ações comunitárias dos trabalhadores.

O mandato de João Goulart como presidente do Brasil durou menos de três anos. Porém, foi um período em que as forças oposicionistas não sossegaram, com o objetivo de disseminar

a ideia de que o presidente era um comunista infiltrado e que suas ideias eram repassadas por informantes de países comunistas. A crise de governança foi tão acentuada que Felizardo (2003, p. 67) afirma: Goulart foi “o rei que reina e não governa”. Seus maiores opositores foram os políticos da UDN e os meios de comunicação, particularmente os jornais *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, além de segmentos militares e membros da Igreja católica, clérigos e leigos, entre outros, sendo que alguns, financiados pelos Estados Unidos, já gestavam a tentativa de um novo golpe de Estado (FICO, 2014, p. 20), visto que o anterior, impetrado para impedir a posse de Goulart, fracassou.

A situação político-econômica do país se agravou, o governo não conseguia encabeçar as prometidas e defendidas reformas de base, vistas pelas classes dominantes como “revolucionárias” (BRAGA et. al., 2004, p. 71), as camadas de brasileiros em estado de miséria e pobreza ampliavam-se e não havia meios para a solução da crise, tampouco possibilitar a ampliação do modelo desenvolvimentista, iniciado pelo presidente Juscelino e assumido por João Goulart. Frente a essa instabilidade e já premeditando maneiras de como se aproveitar dessa situação de precariedade, o governo dos Estados Unidos resolveu ajudar com grandes volumes financeiros para a superação das dificuldades econômicas a curto prazo. Mas, a assistência norte-americana tinha um preço:

A contrapartida para a ajuda financeira que viria dos fundos da Aliança para o Progresso era o reforço naquilo que os Estados Unidos passaram a considerar como fundamental na sua relação com a América Latina, o problema da segurança do ocidente, através da constituição de um Sistema Interamericano Permanente (WASSERMAN, 2004, p. 29).

Esse Sistema Interamericano Permanente tinha um foco: evitar grupos e ações subversivas, isto é, a infiltração de comunistas na América Latina. Como a pobreza se acentuava não apenas no Brasil, mas em boa parte do território latino-americano, e vendo que esta situação era a “menina dos olhos” dos socialistas, rapidamente os Estados Unidos procuraram se organizar para dar a assistência econômica necessária ao Brasil e, com isso, ditar normas a partir de seus interesses, principalmente visando impedir a consolidação de uma nova Cuba, agora, na América do Sul (FICO, 2014, p. 26). Para Celso Furtado (apud FICO, 2014, p. 28), a arrogância do governo dos Estados Unidos ficou tão acentuada que “as autoridades norte-americanas se consideravam com o direito de contrapor-se e sobrepor-se às autoridades brasileiras [...] para alcançar seu objetivo de ‘deter a subversão no hemisfério’”.

Aliado a esse objetivo, foi estruturada a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, para poder subsistir, foi fortalecida por cursos oferecidos em escolas militares que foram

fundadas justamente para conter o avanço do comunismo. Essa organização, que reuniu diversas pessoas e segmentos da sociedade com uma mesma meta e formadas sobre os mesmos conceitos e dogmas, é o que Wasserman (2003, p. 30) tenta identificar como a construção de um “*corpus ideológico*”, que ganhou ainda mais força após o golpe civil-militar de 1964.

Mesmo que a experiência parlamentarista tenha sido um fracasso (FICO, 2014, p. 22), o retorno ao modelo presidencialista de governo não significou, na prática, que João Goulart passou a governar com total liberdade e autonomia. Ao mesmo tempo em que as camadas populares e trabalhadoras cobravam do presidente, por meio de grandes greves, reformas de base que perpassassem diversos aspectos do corpo nacional, setores conservadores eram, particularmente no Congresso, o empecilho que retrancaram as suas ações, resultando numa “crescente paralisia do governo” (VISENTINI, 2004, p. 23).

A presidência dos Estados Unidos, observando que o governo de João Goulart, além de ser um opositor de suas demandas, estava definhando, e como isso lhe era conveniente, passou a incentivar empresários a patrocinarem setores militares e organizações civis e conservadoras para fortalecer a oposição ao presidente. Alves (2004, p. 138) cita alguns beneficiários: “o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁵⁰, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁵¹ – ao menos até a sua extinção, pouco antes do golpe - e a Escola Superior de Guerra”⁵². Porém, esses grupos se contrapunham àqueles que ainda apoiavam o governo, e eram encabeçados pelos sindicatos, estudantes e organizações populares (BRAGA et. al., 2004, p. 75). Ou seja, com a posse presidencial de João Goulart, dois movimentos passam a ser executados quase que de maneira uníssona, e serão os responsáveis por sua deposição: a tentativa de desestabilização do governo, planejada e executada de forma bem organizada e com pouca inferência de setores militares e que buscaram o enfraquecimento de sua imagem política a partir do discurso anticomunista, visto que, em 1962, ocorreriam eleições e candidatos anti-Goulart precisavam se fortalecer na disputa, com apoio financeiro dos Estados Unidos

⁵⁰ O IPES existia desde 1961 e centrava suas atividades em palestras, cursos, publicações e coisas do gênero. Apoiava a atuação de outros grupos contrários a Goulart, como a Campanha da Mulher pela Democracia e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Vários de seus membros integravam a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (FICO, C. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 45).

⁵¹ O IBAD teve suas atividades suspensas pelo governo depois que uma Comissão Parlamentar de Inquérito comprovou que a organização atuou de forma irregular (prática de corrupção) na campanha eleitoral de 1962 (BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C.; BONES, E. (Coords.). **João Goulart: perfil, discursos e depoimentos (1919-2013)**. 2. ed. ampliada Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004, p. 75).

⁵² A Escola Superior de Guerra era o “ninho dos oficiais anticomunistas e pró-americanos, cujo ideólogo-chefe era o coronel Golbery do Couto e Silva. Esses oficiais formaram o núcleo da trama que derrubou o democraticamente eleito presidente João Goulart (SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 22).

(WASSERMAN, 2014, p. 52); e um processo de conspiração, esse sim, com significativo contributo dos militares que, desorganizadamente, somaram-se aos interesses da Casa Branca (FICO, 2014).

Nesse turbilhão de desestabilização, Goulart procurou executar as Reformas de Base. Porém, deparou-se com um grupo conservador que não concordava com as demandas apresentadas, ainda que elas estivessem bem definidas, tanto na sua apresentação como em sua possível execução. Destacamos como contrários as Reformas de Goulart sujeitos oriundos das classes média e alta, a saber: fazendeiros, empresários, setores de altos escalões de segmentos militares, a grande mídia existente na época e que já estava corrompida pelo patrocínio dos anunciantes, muitos deles do exterior, setores conservadores da Igreja católica e lideranças políticas, principalmente vinculados a União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD) (GONZALEZ, 2014, p. 99).

No dia 13 de março de 1964, numa estratégia de sensibilização do Congresso Nacional e com a pretensão de ser o primeiro grande ato público entre outros, tendo como palco a Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e convocada por movimentos e sindicatos de trabalhadores, ocorreu um dos momentos mais decisivos para os atos que se seguiriam no Brasil: o presidente João Goulart proferiu um de seus mais célebres e, até hoje, analisados discursos, e que ganhou repercussão nacional e internacional, dando o ânimo necessário para que seus opositores pudessem também se organizar e ir às ruas em repúdio aos seus propósitos e gestão. Diante de duzentas mil pessoas, evocando sentimentos cristãos e fazendo referência aos “Santos Papas”, particularmente João XXIII, bem como criticando o movimento denominado Cruzada do Rosário, em que mulheres se reuniam para rezar o rosário contra a possível instalação do modelo comunista no país, Goulart fez questão de enaltecer o regime democrático existente no país que possibilitava e, além do mais, permitia, mesmo aos opositores do governo, a manifestação e a possibilidade de reivindicarem por melhores condições de vida. Contudo, alertou que interesses contrários aos trabalhadores estavam tentando fragilizar seu governo e impedir que as Reformas necessárias pudessem se concretizar. Relembrou o lema de seu governo: *“Progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade”*. Defendeu a necessidade de uma revisão da Constituição da República, visto que a mesma já não estava mais contemplando os interesses de uma significativa parcela da população. E defendeu a necessidade de outras reformas estruturais como a agrária, eleitoral, universitária (GOULART apud BRAGA et. al., 2004, p. 228-235). Esse discurso foi o estopim que acirrou os ânimos de seus opositores e peça determinante para sua deposição.

Com relação ao discurso de Goulart, o cardeal dom Jaime demonstrou seu descontentamento com o governo:

Declarando-se contra o projeto de expropriação da propriedade privada para fins de reforma agrária. Justificou sua posição dizendo que a exigência da justiça não poderia tirar a terra dos proprietários para dar a quarenta milhões de analfabetos e que os que citavam a *Mater et Magistra* de João XXIII, para sustentar a tese da expropriação, deveriam antes fixar a atenção nos outros problemas aos quais o documento atribuía urgência prioritária (RAMPON, 2013, p. 141)

Como resposta à provocação de João Goulart, no dia 19 de março, foi realizado um dos maiores eventos oposicionistas ao presidente: a *Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade*, da qual participaram muitos cristãos leigos e eclesiásticos, mas que também contou com a oposição do cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, presidente da CNBB, dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico, e dom Helder Camara, secretário da CNBB (RAMPON, 2013, p. 141). Os meios de comunicação divulgaram que esta primeira Marcha reuniu nas ruas de São Paulo mais de quinhentas mil pessoas. Porém, essa não foi a única, visto que outras se sucederam, sendo que também merece destaque a Marcha que ocorreu no dia 2 de abril de 1964, após a queda do presidente, no Rio de Janeiro, como forma de agradecer a Deus pela vitória obtida. Para Gomes (2014, p. 41-42), as Marchas incitavam a população contra o governo:

A população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos, evidenciavam a articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, o que culminou no golpe que derrubou João Goulart. As marchas funcionavam como expressão da Igreja Católica – ao lados de políticos conservadores, da elite empresarial e de movimentos de mulheres de classe média – a respeito do descontentamento com a proporção que as demandas populares vinham alcançando.

O clima nacional era tenso. A Igreja católica, por meio do secretário da CNBB, passa a entender que tudo está se encaminhando para um golpe de Estado, sob o respaldo dos militares. Nesse sentido, dom Helder telefonou para o cardeal Motta afim de criarem uma estratégia para que o presidente João Goulart se conscientizasse do que estava por acontecer. Assim que se articularam, ligaram para o presidente, que os convidou para um almoço. O presidente foi alertado pelos episcopos que um golpe estava em curso, porém, Goulart refutou afirmando que, mesmo que isso ocorresse, ele contaria com a proteção e apoio dos militares. Rampon (2013, p. 142), em sua abordagem, recupera a reflexão que dom Helder fez ao presidente Goulart:

Presidente, vamos partir para uma ditadura militar. [...] Os Estados Unidos estarão atrás, dando cobertura. Os Estados Unidos não podem permitir uma vitória da

esquerda nesse país. O Brasil é a chave para a América Latina inteira. Vamos ter ditadura militar no duro. E o senhor será responsável em grande parte.

Esses agravantes apresentados e defendidos por lideranças da Igreja católica contribuíram de sobremaneira para que entre os fiéis o discurso de proteção da nação se fortalecesse. Como consequência da desestabilização e conspiração contra o presidente João Goulart, com importante apoio de setores da Igreja católica, no dia 31 de março de 1964 ocorreu o golpe civil-militar que foi sucedido por vinte e um anos de ditadura civil-militar, onde as mais graves e violentas formas de violação aos direitos humanos foram executadas e que, não demoraria, seria repudiada por uma grande maioria de lideranças e segmentos da Igreja católica, a mesma que havia apoiado o golpe.

2 DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER E O INÍCIO DE SEU EPISCOPADO: UM NOVO IMPULSO POR MEIO DAS CONCLUSÕES DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

A Igreja católica no Brasil republicano destacou-se pelo fato de poder contar com a presença e o trabalho de eclesiásticos que, ao longo do período, ganharam notoriedade por suas diversas atuações, ora contemplando os interesses da própria instituição religiosa, ora os interesses do governo temporal. Podemos citar alguns, entre eles: Cardeal Sebastião Leme, dom Helder Camara, dom Agnelo Rossi, dom Alfredo Vicente Scherer, dom Pedro Casaldáliga, dom Aloísio Lorscheider, dom Waldyr Calheiros, dom Adriano Hypólito, dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, dom José Ivo Lorscheiter, entre outros. Devido a sua atuação política, nossa pesquisa procurou se debruçar na atuação deste último religioso, dom José Ivo Lorscheiter.

Filho dos pequenos agricultores, Francisco Lorscheiter e Maria Mohr, residiam na localidade de São José do Hortêncio, que, na época, era segundo distrito de São Sebastião do Caí, José Ivo Lorscheiter nasceu no dia 7 de dezembro de 1927, juntamente com sua irmã gêmea, Lúcia Lorscheiter. Além dela, teve mais cinco irmãos, sendo que o primogênito, Vendelino Lorscheiter, também optou pelo seguimento da vida religiosa (MOMBACH, 2002, p. 19).

Em sua infância, recebeu forte influência religiosa, tanto católica quanto luterana⁵³. Seus pais eram católicos praticantes, mas muitos de seus vizinhos praticavam a fé a partir das orientações de Martinho Lutero, visto que a maioria da população da comunidade era descendente de alemães e, mesmo assim, “viviam em unidade religiosa e social” (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 11). Vendelino Lorscheiter, o mais velho entre os irmãos, ingressou no Seminário São José, localizado em Gravataí, que pertencia à Arquidiocese de Porto Alegre, pois era exigência para quem quisesse se tornar padre residir em casas formativas que tinham tal finalidade. Ao ver o exemplo do irmão, José Ivo sentiu igual motivação, e expressou-a aos pais. Como, porém, ainda não tinha idade para

⁵³ Durante seu episcopado, dom José Ivo manteve um diálogo ecumênico intenso e reconhecido por lideranças de outras expressões religiosas, assumindo, inclusive, tal função junto à CNBB. A esta tranquilidade e respeito para o diálogo ecumênico, atribuiu à sua infância e vida comunitária (BELMONTE, S. A.; BARICHELLO, E. M. R. (Org.). **Dom José Ivo Lorscheiter, o bispo da esperança:** sobre o passado, o presente e o futuro da Igreja. Santa Maria: Pallotti, 2004, p. 17). Para outras referências sobre a atuação ecumênica de dom José Ivo, sugerimos o texto do bispo anglicano dom Naudal Alves Gomes, intitulado “Dom Ivo, autêntico líder ecumênico” (GOMES, N. A. Dom Ivo, autêntico líder ecumênico. In: MOMBACH, I. O. **Dom José Ivo Lorscheiter:** Bispo de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 2002, p. 86-96).

ingressar no seminário, e pelo fato de que ele precisava frequentar a escola regular para obter os requisitos básicos necessários para, no futuro, seguir os passos do irmão, a família permitiu que ele passasse a residir na casa paroquial de São José do Hortêncio, atuando como auxiliar das atividades religiosas, sob a tutela do padre João Miguel Royer (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 14).

Após concluir os estudos oferecidos em São José do Hortêncio, ingressou no Seminário Menor São José, de onde, posteriormente, partiu para o Seminário Central de São Leopoldo, onde iniciou sua carreira acadêmica, na faculdade de Filosofia. Por solicitação do arcebispo metropolitano de Porto Alegre, dom Alfredo Vicente Scherer, o seminarista José Ivo foi convidado a concluir seu curso seminarístico, agora, com a faculdade de Teologia, em Roma, estudando na Universidade Gregoriana, para onde partiu em 1949 (QUAINI, 2002, p. 14). Nas palavras de José Ivo, tal convite foi recebido com alegria mas também muita insegurança, pelo fato de que era oriundo de uma família simples, porém, com muita proximidade afetiva, e isso lhes custaria. Contudo, em obediência ao prelado, característica muito valorizada para quem almejava o seguimento na carreira eclesiástica, aceitou o desafio (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 18-19). Tão logo o curso de Teologia foi concluído, José Ivo recebeu a ordenação sacerdotal, no dia 20 de dezembro de 1952.

Após a ordenação sacerdotal, por indicação do arcebispo de Porto Alegre, padre José Ivo permaneceu em Roma, onde deu continuidade aos estudos acadêmicos, agora, no curso de doutorado em Teologia, o qual concluiu em 1954, defendendo a Tese *Traditio et Magisterium Doctrina de mutua eorum relatione a Concilio Vaticano usque ad hodiernos dies*⁵⁴. Neste período, a Igreja católica está sob o comando do Papa Pio XII, sendo sustentada pelos princípios defendidos por meio do Concílio Vaticano I, e num permanente combate ao secularismo e ao laicismo, estava preocupada em resguardar a sua História, suas Doutrinas e a Tradição. A Igreja Católica, após a Segunda Guerra Mundial, de forma geral, procurou manter-se fiel aos seus princípios, e intensificou o combate ao comunismo e todas as possíveis intervenções que distanciavam os fiéis da Tradição católica, apresentadas e sustentadas pelo Magistério eclesiástico. A obediência irrestrita ao Papa e ao Colégio dos Bispos fazia com que os estudos

⁵⁴ No dia 20 de julho de 2016, após contato via e-mail, visitei a Universidade Gregoriana para ter acesso à Tese de Doutorado de Dom José Ivo, após tratativas com o setor responsável, na pessoa do senhor Renato Bernacchia. Porém, não obtive autorização para fazer fotografias ou cópias xerocadas de nenhuma página, sendo que apenas foi permitido copiar o título, o nome do Moderador, Padre Josepho Filagrassi, S.J., e o sumário. Nas páginas a seguir, procuramos analisar os temas desenvolvidos na Tese de dom José Ivo e de que forma sua trajetória eclesiástica foi alterando-se, gradativamente. Os títulos dos capítulos da Tese foram escritos em latim, língua utilizada pela Universidade Gregoriana para produção dos trabalhos acadêmicos antes do Concílio Vaticano II, e a tradução dos mesmos foi realizada pelo sacerdote Daniel Boscaglia que, atualmente, cursa doutorado em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Urbaniana, em Roma.

teológicos fossem sempre direcionados numa única linha, a saber, tudo aquilo que, por ventura, desse algum tipo de abertura à atuação da Igreja ou procurasse fazê-la dialogar com outros grupos ou realidades, categoricamente não era aceito, como, por exemplo, a proximidade das ciências no campo religioso. Contudo, internamente, um grupo de teólogos franceses passou a sustentar uma nova perspectiva teológica, que reconhecia como positivos alguns elementos da modernidade, e esses teólogos se permitiram dialogar com as ciências, ficando esse movimento teológico reconhecido na história como Nova Teologia (LIBANIO, 2000, p. 37), que, na realidade, buscou atualizar a teologia para os tempos presentes da Igreja. Para Marins (2015, p. 15), esse novo modo de teologizar partia de uma teologia “que falava às situações presentes, dentro de uma sociedade secularizada, recuperando inteligente e criadoramente o passado. [...] Interrogava as fontes da fé cristã com perguntas do tempo atual”.

Opondo-se a esse grupo de franceses, teólogos romanos passaram a defender a Igreja na situação que historicamente se manteve isso, porque, no entendimento dos membros da cúpula, expresso por Pio XII, “os teólogos católicos [...] têm o grave encargo de defender e imprimir nas almas dos homens as verdades divinas e humanas” (IGREJA CATÓLICA, 1950, n. 9).

Libanio (2000, p. 38-39) elenca uma série de aspectos defendidos pelos teólogos da Nova Teologia:

Recorrem aos novos métodos crítico-históricos para a interpretação da Escritura. [...] Permanecem abertos ao diálogo com as ciências, reformulando suas afirmações teológicas em resposta aos novos questionamentos vindos delas. Têm olhar mais otimista a respeito das realidades terrestres a partir de melhor percepção da presença e ação de Deus nelas. Buscam uma compreensão histórica e processual das verdades da fé. Assim entendem que os dogmas católicos podem sofrer uma evolução e não estão condenados ao fixismo e formalismo de sua letra. Propugnam uma abordagem de Deus mais próxima da sua realidade de mistério tripessoal em oposição a uma visão abstrata e estática da essência divina. Dirigem uma atenção mais explícita e respeitosa às exigências da existência e da vida concreta dos homens e mulheres. A salvação é trabalhada numa perspectiva comunitária.

Em oposição aos teólogos⁵⁵ da Nova Teologia, ironicamente denominados de “amigos da novidade” (IGREJA CATÓLICA, 1950, n. 18), os teólogos romanos sustentavam diversos argumentos para não aceitarem as mudanças oriundas do que denominavam de Modernidade e

⁵⁵ Esses teólogos e outros que foram seguindo no mesmo sendeiro não se apresentavam como um movimento ou uma escola teológica. Sendo de várias universidades e congregações religiosas. Não constituíram um grupo formal de afiliados à nova maneira de fazer teologia. Pode-se dizer que dois aspectos davam como que a unidade teológica entre eles: - A teologia deve referir-se às situações de vida presente. A neoescolástica não havia sido capaz de acompanhar os tempos modernos (MARINS, J. **Fomos a um Concílio: a surpresa do Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p. 13).

que se aproximavam da Igreja, e buscavam manter a instituição numa perspectiva conservadora e tradicional. Eis alguns pontos defendidos pelos opositores:

Suspeitam do uso das ciências históricas e literárias na interpretação da revelação. Pois tais métodos são, em grande parte, desenvolvidos fora dos muros acadêmicos das instituições católicas. Vêm nas ciências modernas, elaboradas em absoluta autonomia, perigo para a fé. Preferem posição de reserva e de rejeição das afirmações científicas que soem em conflito com as formulações teológicas tradicionais. Permanecem firmes na compreensão de uma Igreja jurídica e centralizada em torno do papa e dos organismos romanos. Mantém uma concepção fixista e imutável das verdades dogmáticas, resistindo a qualquer reelaboração. Habitam o mundo dualista, mantendo o paralelismo entre as realidades humanas, terrestres, naturais e as realidades religiosas, celestes e sobrenaturais (LIBANIO, 2000, p. 40-41).

A Nova Teologia apresentou-se de forma tão envolvente, pois “não tratava somente de contemplar o mundo, mas de transformá-lo” (MARINS, 2015, p. 16), que exigiu do Papa Pio XII a publicação de um documento pontifício que demonstrasse a postura da Igreja frente ao novo movimento⁵⁶. Neste sentido, foi publicada a Carta Encíclica *Humani generis*, em 1950, na qual o Papa apresentou o que considerava como distorções e riscos para os fieis, bem como procurou adverti-los e os impulsionou a combatê-los, numa tentativa de deter a Nova Teologia, isso porque:

Como nos tempos apostólicos, amando a novidade mais do que o devido e também temendo que os tenham por ignorantes dos progressos da ciência, intentam subtrair-se à direção do sagrado Magistério e, por esse motivo, acham-se no perigo de apartar-se insensivelmente da verdade revelada e fazer cair a outros consigo no erro (IGREJA CATÓLICA, 1950, n. 10).

Para Pio XII, “As dissensões e erros do gênero humano em questões religiosas e morais têm sido sempre fonte e causa de intensa dor para todas as pessoas de boa vontade e, principalmente, para os filhos fiéis e sinceros da Igreja” (IGREJA CATÓLICA, 1950, n. 1). Na Carta Encíclica *Humani generis*, elencou “erros humanos”, alguns que também eram

⁵⁶ A repercussão acerca da Nova Teologia foi tão devastadora, que exigiu o silenciamento de alguns teólogos que defendiam esta nova corrente teológica, entre eles, Yves Marie Congar, Henri de Lubac, Jean Daniélou, Marie-Dominique Chenu, entre outros (LIBANIO, J. B. **Igreja contemporânea: encontro com a modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 41). Porém, muitos do que foram censurados, retornaram ao cenário eclesial na década de 1960 e se protagonizaram quando da realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, já que suas ideias contribuíram para as conclusões e renovação da Igreja em âmbito mundial, tais como, Yves Congar, em 1963, 1964 e 1965 (BEOZZO, J. O. Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 127-134), Henri de Lubac, em 1963, 1964 e 1965 (BEOZZO, J. O. Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 129-133), Jean Daniélou, em 1964 e 1965 (BEOZZO, J. O. Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 131-133).

defendidos pelos teólogos que aderiam à Nova Teologia, mesmo que em sua Carta não tenha se referido a este movimento, mas que no entendimento do Magistério da Igreja não podiam ser admitidos, tais como: “o sistema evolucionista” (n. 5); a “pseudo-filosofia denominada existencialismo, porque nega as essências imutáveis das coisas e não se preocupa mais senão com a ‘existência’ de cada uma delas” (n. 6); o “falso historicismo, que se atém só aos acontecimentos da vida humana e, tanto no campo da filosofia como no dos dogmas cristãos, destrói os fundamentos de toda verdade e lei absoluta” (n. 7); ressalta o retorno de alguns fieis que haviam adentrado no campo do racionalismo, porém, o abandonaram, contudo, esses mesmos, “quanto mais entusiasticamente enaltecem a autoridade de Deus revelador, tanto mais asperamente desprezam o magistério da Igreja, instituído por nosso Senhor Jesus Cristo para defender e interpretar as verdades reveladas” (n. 8); a tentativa de “diminuir o significado dos dogmas e libertá-los da maneira de exprimi-los já tradicional na Igreja” (n. 14), resultando num “relativismo dogmático” (n. 16); o “desprezo da teologia escolástica [...] e do próprio magistério da Igreja” e “apresentam este Magistério como empecilho ao progresso e obstáculo à ciência” (n. 18); a diminuição “a autoridade divina da Sagrada Escritura. Pois atrevem-se a adulterar o sentido das palavras com que o Concílio Vaticano define que Deus é o autor da Sagrada Escritura” (n. 22); entre outros.

Dentro desse contexto eclesiológico mundial, está inserido o jovem doutorando padre José Ivo Lorscheiter, numa das mais importantes universidades católicas do mundo: a Universidade Gregoriana. Nesse sentido, definiu como temática central para a elaboração de sua Tese em Teologia Dogmática a relação entre Tradição e Magistério, sendo que o trabalho recebeu como título: *Traditio et Magisterium Doctrina de mutua eorum relatione a Concilio Vaticano usque ad hodiernos dies.*

No dia 20 de julho de 2016, visitamos a Universidade Gregoriana e o setor responsável por conservar as diversas teses de doutorado que foram defendidas naquele estabelecimento acadêmico. Contudo, tendo em vista que o autor não a publicou como livro, as normas da instituição impendem qualquer tipo de reprodução, tanto de parte como a íntegra do trabalho, mas possibilita apenas consulta local, com o acompanhamento de um funcionário e por tempo limitado. Contudo, após uma certa insistência, fui autorizado a copiar manualmente o sumário da tese. Sendo assim, por meio dos títulos dos capítulos e subcapítulos, foi possível identificar a preocupação de padre José Ivo para o momento eclesial. Primeiramente, faz uma recuperação histórica do Concílio Vaticano I e os documentos que se originaram dos debates conciliares,

como a Constituição Dogmática *Dei Filius*⁵⁷, que se referiu a fé católica e a Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*⁵⁸, sobre a infalibilidade papal. Além disso, procurou analisar uma das mais conhecidas, no campo eclesiástico, frases do Papa Pio IX: “A Tradição sou eu”, que expressa um modo de pensar e de agir na Igreja do século XIX (SESBOÛÉ; THEOBALD, 2006, p. 189). Em seguida, passou a refletir sobre a crise da Modernidade, identificando quem eram os modernistas e observando a opinião de teólogos, bem como analisou o Decreto *Lamentabili*⁵⁹, do Papa Pio X, em que o pontífice apontou o que denominou de erro dos modernistas; a Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*⁶⁰, do mesmo Papa, sobre as doutrinas modernistas; e *O Motu Proprio Sacrorum Antistitum*⁶¹, também de Pio X, documento que apresentava teses de como rechaçar e impedir a infiltração do modernismo na Igreja católica.

Posteriormente, padre José Ivo, em sua tese, procurou mostrar o movimento e as relações entre a crise do modernismo e as controvérsias que surgiam com o movimento da Nova Teologia, bem como analisou autores que versavam sobre a crise do modernismo. Além disso, no capítulo terceiro, refletiu sobre a Encíclica de Pio XI denominada *Mortalium Animos*⁶², sobre a promoção da verdadeira unidade de religião, ainda que o Papa tenha defendido neste documento que “a única religião revelada é a católica” e “depositária infalível da verdade”. Além disso, Pio XI considerou os adeptos do modernismo como pessoas “infectadas”, e tal maleficência estava prejudicando a Igreja católica, por meio da tentativa de um movimento ecumênico que não foi aceito. No capítulo quarto aprofundou-se nas discussões sobre a Nova Teologia, partindo de uma abordagem geral e da compreensão da terminologia. Além disso, procurou compreender o problema teológico que estaria por detrás do novo movimento teológico que ganhava força na metade do século XX, isto é, a Nova Teologia, e os pontos de oposição à teologia tradicional, o que exigia um retorno às fontes, às origens. A seguir, o sumário nos indica que padre José Ivo abordou documentos do Magistério da Igreja de oposição à Nova Teologia, tais como Decretos do Santo Ofício, Discursos do Santo Padre, determinações

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/concilio-ecumenico-vaticano-i/constituicao-dogmatica-dei-filius-24-04-1870/>> Acesso em: 23 set. 2016

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/concilio-ecumenico-vaticano-i/constituicao-dogmatica-pastor-aeternus-18-07-1870/>> Acesso em: 23 set. 2016.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/lamentabili/>> Acesso em: 12 out. 2016.

⁶⁰ Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html> Acesso em 12 out. 2016.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.statveritas.com.ar/Magisterio%20de%20la%20Iglesia/Magisterio%20de%20los%20Papas/Magisterio%20de%20San%20Pio%20X/Sacrorum%20Antistitum.htm>> Acesso em 12 out. 2016.

⁶² Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html> Acesso em 13 out. 2016.

da Santa Sé para os seminários de formação ao sacerdócio e às universidades católicas e a Encíclica *Humani Generis*, já abordada acima.

No capítulo quinto padre José Ivo tratou de abordar aspectos referentes ao dogma católico da Assunção de Maria ao céu, promulgado em 1950, por Pio XII, por meio da Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*⁶³, partindo das primeiras reflexões sobre este possível acontecimento religioso, a forma como ele se adentrou nos debates durante o Concílio Vaticano I e as posteriores reflexões teológicas que fortaleceriam a necessidade da Igreja declarar como verdade de fé este acontecimento. Por fim, no sexto e último capítulo da tese, o padre José Ivo apresentou os recentes escritos teológicos, bem como os documentos do Magistério da Igreja, dando ênfase a Carta Encíclica *Fulgens Corona*⁶⁴, do Papa Pio XII, documento pontifício que convocava a Igreja católica para um ano mariano, em preparação ao centenário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, pelo Papa Pio IX. O Papa Pio XII justificou o motivo da convocação para este ano jubilar, frente ao contexto de instabilidade que a Igreja católica enfrentava na metade do século XX:

Os homens de hoje têm grande necessidade dessas exortações e convites para que voltem para Cristo e se conformem diligente e eficazmente com seus ensinamentos, quando tantos tentam desarraigar da sua alma a fé cristã, ora astuciosamente e com insídias ocultas, ora com uma propaganda e exaltação clara e obstinada de seus erros, propalados com tanta ostentação como se fossem glória do progresso e do esplendor deste século (IGREJA CATÓLICA, 1953, n. 20).

Além disso, o pontífice elencou uma série de pedidos que os católicos deveriam fazer à Maria, no ano jubilar, sendo um deles para que “a juventude generosa e pujante cresça sã e pura e não permita se contamine com o ar corrompido do século” (IGREJA CATÓLICA, 1953, n. 33). Por fim, a tese apresentou alguns discursos que foram proferidos pelo reitor da Universidade Gregoriana e pelo Papa Pio XII.

Pelo sumário do trabalho final de doutorado do padre José Ivo Lorscheiter, podemos perceber uma dupla preocupação: entender o contexto atual do mundo em que a Igreja católica estava inserida, com todas as suas contradições, sem, com isso, abandonar o que, institucionalmente, lhe era essencial, isto é, a preservação da memória, da Tradição, dos Dogmas e verdades da fé, expostos por meio do Magistério eclesial. Sobre sua tese, o já bispo dom José Ivo, cinquenta anos após tê-la defendido, entendeu que “foi uma pesquisa

⁶³ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html> Acesso em: 12 out. 2016.

⁶⁴ Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091953_fulgens-corona.html> Acesso em 10 out. 2016.

interessante, onde, no fim, cheguei às conclusões de que devemos conservar e cultivar o bíblico mas também o magistério vivo da Igreja que se cristaliza na tradição” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 20).

Após concluir o doutoramento, o padre José Ivo regressou ao Brasil, para a arquidiocese de Porto Alegre, sendo nomeado reitor do Seminário Maior de Viamão, onde eram preparados os jovens que se tornariam os novos padres, bem como passou a atuar como professor universitário na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ministrando aulas de Cultura Religiosa (CLEMENTE apud QUAINI, 2002, p. 17), Ética Filosófica e Teologia (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 22). Esse período de magistério, certamente foi permeado por reflexões que partiam dos debates teológicos que circulavam o mundo, particularmente acerca da Nova Teologia. Para padre José Ivo, era um “tempo de contestações não só na França, na Europa, mas aqui no Brasil também” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 23). O jovem professor precisava de prudência, pois era sua responsabilidade preparar os novos padres não conforme os interesses pessoais, mas como a Igreja católica esperava, a saber, defensores da Tradição e respeitadores irrestritos ao Magistério eclesial.

A década de 1960 será importante para a trajetória de José Ivo Lorscheiter, pois nela ocorreram mudanças radicais em sua vida e no seu ministério eclesial, bem como estava inserido no cenário político e social brasileiro que passou por profundas alterações e instabilidades. Em âmbito de Igreja católica, na segunda metade do século XX, ocorreram: a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, a nomeação episcopal de padre José Ivo para a função de bispo auxiliar de Porto Alegre e o segundo grande encontro do Episcopado Latino-americano, realizado em Medellín, na Colômbia. Em se tratando do Estado brasileiro, a instauração de um golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, seguido de um modelo ditatorial que estendeu-se por vinte e um anos e a promulgação de Atos Institucionais, particularmente o número 5 (AI-5), serão acontecimentos que certamente fizeram o jovem bispo gaúcho refletir e tomar posição.

2.1 O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965) E SUAS CONCLUSÕES PARA A IGREJA CATÓLICA

Com a morte do papa Pio XII, os cardeais reuniram-se na Capela Sistina para cumprir o ritual religioso que tinha como consequência escolher, além do Vigário de Cristo (na perspectiva religiosa), o novo chefe do Estado do Vaticano (no que tange à função política de

Chefe de Estado que é atribuída ao Papa), ambas funções desempenhadas por uma única pessoa. Assim, o colégio cardinalício elegeu Angelo Giuseppe Roncali (1958-1963), o qual se atribuiu o nome de João XXIII. Primeiramente, fez referência que escolhera o nome João por se tratar do mesmo nome do pai. Posteriormente, argumentou que fora o nome de grandes personagens da história do cristianismo e da Igreja (AGASSO, 2013, p. 7), visto que outros vinte e dois Papas já haviam tido o nome de João.

Assim que a fumaça branca invadiu os céus de Roma, a expectativa que envolvia os presentes na Praça de São Pedro era saber, além do nome, quem fora o cardeal eleito. Primeiramente, muitos católicos entenderam que o novo papa fora escolhido para dar continuidade à maneira como a instituição religiosa estava organizada, pois, por se tratar de um ancião, com setenta e sete anos, acreditava-se que dificilmente ele poderia propor mudanças significativas à instituição. As condições físicas limitadas, consequência da idade avançada, poderiam ser o empecilho que garantiria o *status quo* da Igreja católica. Além da idade, assim que o nome do escolhido foi publicado, muitas agências de notícias passaram a investigar sobre a vida do novo pontífice, e logo chamou a atenção e repercutiu nos meios de comunicação internacionais o fato de o mesmo não ser um grande intelectual, mas ter tido uma vida religiosa modesta e com encargos mais simples, apesar de ter sido Núncio Apostólico na França, um dos postos mais importantes para a diplomacia do Vaticano (ZINHOBLE, 2006, p. 295). Quando de sua escolha, exercia a função de Cardeal Patriarca de Veneza.

Tão logo iniciou seu pontificado, o Papa João XXIII tomou uma atitude que chamou a atenção não apenas dos sujeitos envolvidos no cotidiano religioso, mas do mundo como um todo, que já olhava para a Igreja com atenção e expectativa, pelo fato da mesma não estar correspondendo às necessidades do período temporal. Assim, convocou a Igreja a realizar o Concílio Ecumênico Vaticano II, menos de cem anos após a realização do concílio anterior, o Concílio Vaticano I (1869-1870). O cenário eclesial desse período convocatório pelo Papa é descrito por Marins (2015, p. 5-6):

A Instituição Católica, nos últimos 150 anos, se havia enveredado por um conservadorismo oficial (de Gregório XVI, Pio IX, Pio X). Nos 19 anos do Pontificado de Pio XII (1939-1958), os grandes teólogos da Igreja Católica foram sistematicamente destituídos de suas cátedras, proibidos de ensinar, e alguns obrigados a sair do próprio país, como Yves Congar, OP; Chenu, OP; Daniélou, SJ; Teilhard de Chardin, SJ; e outros. A Missão Operária francesa, mesmo apoiada pelo cardeal Suhard, de Paris, e o episcopado francês, terminou condenada. Igual sorte tocou à 'Nova Teologia'.

A Igreja católica ainda respirava os ares de Pio XII e de suas propostas e defesas teológicas. A possibilidade de uma renovação eclesial já havia ocorrido com a repressão feita aos teólogos da Nova Teologia por parte da cúpula eclesiástica. A busca pela preservação da Tradição, dos Dogmas, particularmente o que foi promulgado no Vaticano I no qual definiu a infalibilidade papal, e a obediência irrestrita ao Magistério eclesial fortaleciam o conservadorismo e o fechamento institucional. Neste sentido, Marins (2015), teólogo que participou das sessões conciliares e que é reconhecido no cenário eclesiástico brasileiro como um padre que se opõe aos discursos e práticas conservadoras na Igreja católica, elenca empecilhos que impediam a renovação da Igreja pré-concílio Vaticano II:

- A Cúria Romana havia se constituído no maior organismo de poder entre o Papa e o Episcopado mundial.
- a língua oficial e única da Igreja, o latim (língua morta) não era usado no dia a dia das igrejas locais. A maioria dos bispos não dominava a língua oficial e precisava, portanto, da ajuda de assessores.
- o mundo católico contava, na época, com cerca de 900 milhões de pessoas, em mais de 120 nações, nas quais se falavam milhares de línguas e dialetos. A liderança eclesial quase absoluta se encontrava no Ocidente e concretamente na Europa.
- a Igreja mantinha um sistema de governo monárquico, totalmente centralizado, absolutista e com maioria de agentes ocidentais.
- o modelo eclesial uniforme era masculino, patriarcal, centralizador, medieval, de Cristandade, sem participação significativa de leigos e menos ainda de mulheres.
- [...]
- por ocasião da convocação para o Vaticano II, com exceção da América Latina, não existia organismo de conferências episcopais educando os bispos na prática de trabalhar juntos (MARINS, 2015, p. 6-7).

O Papa João XXIII, ao convocar o Concílio, além de buscar uma readaptação da Igreja católica, optou por fazê-la a partir do conhecimento das mais diversas realidades onde a mesma estava presente. Para isso, na metade do ano de 1959, enviou correspondência a todos os bispos, faculdades de teologia, universidades católicas, etc., com questionários para serem respondidos, fazendo acontecer assim a fase preparatória ao evento propriamente dito. Esta fase pré-concílio estendeu-se por três anos e foi um período que, para João XIII, serviria para “indagar ampla e profundamente as condições modernas da fé e da prática religiosa, e de modo especial da vitalidade cristã e católica” (IGREJA CATÓLICA, 1962, n. 9). As respostas aos questionários retornaram ao Vaticano e foram importantes para as reflexões durante o evento. Porém, tais respostas foram sistematizadas e organizadas por comissões preparatórias, “decididamente conservadoras” (MARINS, 2015, p. 24), o que foi motivo de discussões acaloradas já na primeira sessão conciliar.

O papa João XXIII, que fora eleito para ser um “pontífice de transição”, tornou-se o responsável por ser o “papa da transição” (LIBANIO, 2000, p. 64). Isto é, por meio do Concílio,

a Igreja passou por mudanças significativas em sua organização e opções pastorais. Assim, claramente se pode vislumbrar uma estrutura de Igreja católica antes do Concílio Vaticano II e uma posterior, ainda que muitas lacunas não tenham sido preenchidas e algumas falhas não fossem superadas.

O Concílio estendeu-se por três anos, sendo dividido em quatro sessões. Sua primeira sessão teve início no dia 11 de outubro de 1962, a qual foi concluída no dia 8 de dezembro do mesmo ano, com a participação de 2.540 bispos e, destes, 243 eram brasileiros (MARINS, 2015, p. 21). Em seu pronunciamento inicial, o Papa João XXIII fez questão de salientar o histórico gesto da Igreja de realizar, sempre que necessário, concílios ecumênicos, regionais e locais (IGREJA CATÓLICA, 1962, n. 1), que buscavam dar um reordenamento institucional, além de encorajar os participantes a não ter medo do novo que ora se apresentava. Sendo assim, sua atitude “pretendeu afirmar [...] a continuidade do magistério eclesiástico, para o apresentar, em forma excepcional, a todos os homens do nosso tempo, tendo em conta os desvios, as exigências e possibilidade deste nosso tempo (IGREJA CATÓLICA, 1962, n. 2).

Contudo, apesar da ação corajosa do Papa, o mesmo procurou, em seu discurso, manter uma aproximação com aqueles, religiosos ou não, que olhavam com desconfiança para o evento. João XXIII disse que:

O concílio quer transmitir pura e íntegra doutrina, sem atenuações nem subterfúgios”, pois “é nosso dever não só conservar este tesouro precioso [...] mas também dedicarnos com vontade pronta e sem temor àquele trabalho hoje exigido, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos (IGREJA CATÓLICA, 1962, n. 26-27).

Por fim, quis transmitir ares de esperança, não apenas aos fieis que ficaram aguardando os resultados conciliares, mas aos participantes ativos, isto é, os bispos e peritos, que enfrentariam longas sessões de estudo, planejamento, elaboração de relatórios, debates acirrados, discordâncias, etc. A eles e ao povo em geral, João XXIII afirmou que “o Concílio, que agora começa, surge na Igreja como dia que promete a luz mais brilhante. Estamos apenas na aurora: mas já o primeiro anúncio do dia que nasce de quanta suavidade não enche o nosso coração” (IGREJA CATÓLICA, 1962, n. 38). Libanio (2000, p. 70), resumiu o discurso inaugural do Concílio proferido por João XXIII da seguinte forma: “desse [...] discurso, ecoaram fortemente duas palavras de ordem: abrir a doutrina tradicional ao pensamento moderno e promover a unidade da família cristã e humana”.

Para Marins (2015, p. 23), “desde seu começo, o Concílio se propôs uma atitude de auto conversão e de diálogo com o mundo contemporâneo”. Contudo, essa iniciativa à abertura da

instituição não foi aceita por unanimidade por parte dos bispos participantes do evento, visto que os prelados acabaram se dividindo, por suas convicções, em grupos mais desejosos em manter a Tradição eclesiástica sem alterações e outros que entendiam ser a hora de aproximar a Igreja do mundo tal qual ele se apresentava e com seus desafios. Para Libanio, a mentalidade mais “tradicionalista” estava “ligada à burocracia eclesiástica” e era composta por um grupo pequeno de bispos que queriam sustentar e continuar implantando, por meio deste Concílio, as ideias de Pio XII (LIBANIO, 2000, p. 70). Além disso:

A corrente conservadora queria manter o poder de vigilância da cúria, temerosa de que o mundo moderno viesse corroer a fé e a prática cristãs. Considerava aquele momento do concílio como apto para reafirmar a reforma iniciada por Trento que ainda não cumprira totalmente seu papel (LIBANIO, 2000, p. 72).

Porém, também ganhou destaque, não apenas pelo elevado número, mas pelas redes estabelecidas durante as sessões conciliares, o chamado grupo de “cunho inovador” (LIBANIO, 2000, p. 72) ou “renovador” (MARINS, 2015, p. 25). Esse grupo de bispos, formado pela ampla maioria dos padres conciliares, “se alimentava especialmente das experiências pastorais dos bispos do mundo inteiro e da teologia moderna que queria instaurar profícuo diálogo com o mundo moderno e com as Igrejas da Reforma” (LIBANIO, 2000, p. 72).

A atuação do grupo renovador foi decisiva pelas várias contribuições dadas ao evento. Porém, fazemos questão de mencionar dois aspectos que consideramos cruciais: primeiro, quando iniciou a primeira sessão, os participantes receberam as sistematizações dos questionados pré-conciliares, contudo, os mesmos foram organizados por clérigos com uma visão conservadora da/para a Igreja. Assim, tais relatórios não foram aceitos pelo plenário e precisaram ser novamente tabelados, porém, agora, por bispos participantes do Concílio⁶⁵ que, inclusive, alterou a forma da composição das comissões conciliares, retirando o predomínio de poder das mãos dos membros da cúria romana e compartilhando entre os padres conciliares (MARINS, 2015, p. 24); e, segundo, tendo presente entre os participantes uma perspectiva mais renovadora para a Igreja católica, alguns desses padres conciliares, conhecedores dos escritos dos teólogos da Nova Teologia⁶⁶, irão indicar que alguns deles proferissem as conferências

⁶⁵ Para maiores esclarecimento sobre a nova forma adotada para a composição das comissões conciliares, inclusive com a atuação do bispo brasileiro dom Helder Camara, sugerimos a leitura de: (RAMPON, I. A. **O caminho espiritual de Dom Helder**. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 196-200).

⁶⁶ O Papa João Paulo II, durante seu pontificado, nomeou alguns teólogos que se destacaram com a Nova Teologia ao cargo de cardeais. Entre eles, De Lubac, Congar, Daniélou (MARINS, J. **Fomos a um Concílio: a surpresa do Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p. 17).

conciliares ou que os instruísem em palestras fora das sessões. Resumindo este aspecto, “o fato é que a Nova Teologia acabou tendo uma influência capital no Concílio. Seus principais teólogos foram chamados por João XXIII para ser assessores do Vaticano II” (MARINS, 2015, p. 17).

Na prática, o Concílio não acontecia apenas durante as sessões conciliares. Seria muito leviano de nossa parte pensar que todas as decisões tomadas durante as sessões eram oriundas do debate *in loco*. Mas, como os participantes, ao chegarem em Roma, permaneciam diversos meses e, normalmente, eram acomodados por suas línguas vernáculas, os bispos e peritos passaram a criar espaços de encontro, reflexão, debate e encaminhamentos a serem apresentados durante os eventos conciliares⁶⁷. No que diz respeito ao episcopado brasileiro, Beozzo (2003, p. 80), elencou o que denominou de “redes de relações”, dividindo-as em dois grupos e, cada grupo, em quatro subgrupos. São eles: Redes preexistentes, formadas pela Rede nacional: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Rede latino-americana: a Conferência Latino-americana dos bispos (CELAM); a Rede por famílias religiosas, nacionalidade e língua; e a Rede dos bispos ligados a movimentos leigos; e as Redes constituídas durante o Concílio, sendo elas a do ecumenismo; o *Coetus Internationalis Patrum*; a Igreja dos pobres; e pertencças múltiplas e diversificadas.

Essas “redes de relações” foram importantes para os encaminhamentos durante o Concílio bem como para sua posterior implementação no território brasileiro. Durante a primeira sessão conciliar, a CNBB ainda era um órgão em processo de amadurecimento, e dependia muito do protagonismo de dom Helder Camara, que exercia a função de secretário geral da instituição. Para Beozzo (2003, p. 96), “o peso da Conferência residia no seu secretariado e, mais concretamente, na pessoa do seu fundador e secretário geral por doze anos”. Dom Helder foi o responsável por articular a CNBB e também o CELAM, visto que ocupava o cargo de vice-presidente, em grupos informais, tais como “o Ecumênico, Igreja dos Pobres e *Opus Angeli*” (RAMPON, 2013, p. 194). Conforme dom Clemente Isnar (apud RAMPON 2013, p. 195), bispo que participou do Concílio Vaticano II, dom Helder “foi o Secretário providencial na CNBB, sendo eficaz na coordenação da boa participação do Episcopado Brasileiro no Concílio Vaticano II”.

⁶⁷ A grande maioria do episcopado brasileiro ficou hospedada na sede da Ação Católica Feminina Italiana, denominada de *Domus Mariae*. Casa ampla, com um auditório espaçoso e próxima ao Colégio Pio Brasileiro, que serviu como ponto de apoio, visto que era a casa onde um grande número de estudantes residia e muitos dos bispos participantes do Concílio ali também já haviam residido (BEOZZO, J. O. O. Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003).

É preciso recuperar que, no Brasil, em 1955, foi fundado o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), tendo como vice-presidentes dom Manuel Larraín, bispo de Talca, no Chile, e dom Helder Camara, que permaneceram nesta função por quase uma década. Este conselho recebeu forte impulso e influência da CNBB. A partir de então, a proximidade entre os episcopados da América Latina contribuiu para um conhecimento mais amplo da realidade latino-americana. Além disso, graças a esta proximidade entre os episcopados, é que resultou na alteração da indicação das comissões conciliares, não adotando os moldes propostos pela cúria romana⁶⁸.

Uma terceira rede de relações já existente e que se fortaleceu durante os anos do Concílio foi a composta por membros de famílias religiosas, isto é, membros de uma mesma congregação ou ordem religiosa, visto que, muitas dessas agremiações eclesíásticas possuíam suas sedes gerais em Roma, nacionalidade e língua. Assim, aconteceu que alguns bispos brasileiros ou que atuavam no Brasil não permaneceram hospedados na casa *Domus Mariae*, mas foram para as casas de suas respectivas famílias religiosas. Essa aproximação entre religiosos de uma mesma congregação, porém, em lugares diferentes do mundo, além de favorecer um espaço para a partilha das experiências, reencontro e fortalecimento do carisma da fundação, permitia que, entre eles, se analisasse as demandas necessárias e que poderiam favorecer a ordem. É inegável que por detrás desse aparente encontro familiar também estivesse interesses institucionais em jogo.

E, por último, na análise de Beozzo (2003, p. 104), o outro grupo preexistente durante o Concílio era o formado pela rede de bispos ligados aos movimentos leigos, entre eles, os preladados que atuavam com a Juventude Operária Católica (JOC), com a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e do Movimento Internacional Católico da Juventude Agrária.

Porém, no entendimento de Beozzo (2003), além dos grupos preexistentes e que se fortaleceram durante os anos de realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, outros se formaram, como resultado da organização e aproximação de bispos que tinham ideais e opiniões semelhantes. Para Beozzo, surgiram as redes denominadas de “Ecumênico”, o “*Coetus Internationalis Patrum*”, a rede denominada de “Igreja dos pobres” e, por fim, a rede formada por pertencas múltiplas e diversificadas.

⁶⁸ Para entender, rapidamente, a proposta de alterações na forma de condução do Concílio, encabeçada pelo episcopado latino-americano, sugerimos a leitura de: BEOZZO, J. O. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II**, de Medellín a Santo Domingos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 76-78.

Um dos principais protagonistas da rede de relações denominada de “Ecumênico”⁶⁹ foi o então secretário geral da CNBB, dom Helder Camara. Esse religioso, durante todo o Concílio, se destacou pela constante busca de aproximação e exercício da colegialidade episcopal, inclusive com os participantes que se opunham severamente às suas propostas. A principal atividade desse grupo foi ampliar o horizonte da Igreja, primeiramente, por meio do contato com bispos de realidades totalmente diferentes das dos prelados brasileiros e latino-americanos. Com o apoio do secretário da conferência episcopal francesa e com a participação ativa de Leo Joseph Suenens, que participava como um dos moderadores do Concílio, tal grupo “passou a reunir representantes das conferências episcopais da Europa, Ásia, África, Oceania e Américas. Essas reuniões influenciaram a agenda, as votações e os conteúdos do Concílio” (MARINS, 2015, p. 25). Para entender a escolha do nome “Ecumênico”, investigamos em Rampon (2013, p. 204), autor que possui uma importante obra sobre a vida espiritual de dom Helder, e encontramos que este nome fora dado no segundo encontro de bispos dos diversos continentes, um encontro “do grupo fraterno do mundo inteiro”. Além disso, corroborando com Marins (2015), Rampon (2013, p. 204) afirmou que:

O Ecumênico teve papel insubstituível na agilização dos trabalhos do Concílio, permitindo a participação mais efetiva dos Padres Conciliares na elaboração dos Documentos, além de ser o melhor mecanismo de troca de pontos de vista entre os membros do Episcopado mundial. [...] Acrescenta-se que a convivência informal dos cinco continentes permitiu um melhor conhecimento das diferentes culturas e das preocupações e anseios, o que levou ao enriquecimento mútuo e ao fortalecimento da Igreja Universal.

Os bispos brasileiros que compuseram a rede denominada de Ecumênico foram os que, anos mais tarde, adotaram posturas mais progressistas e de enfrentamento ao modelo autoritário que passou a vigorar no país com a instalação do modelo ditatorial. O próprio dom Helder Camara que, primeiramente, entendeu que era necessário impedir que o comunismo se instalasse no Brasil e, por isso, foi favorável ao golpe, inicialmente denominada de “Revolução”, foi um dos mais perseguidos religiosos brasileiros, sendo que seu nome, por um bom período, não pode ser divulgado na imprensa nacional, e suas manifestações ganhavam maior repercussão quando realizadas no exterior.

⁶⁹ O coletivo do ‘Ecumênico’ reunia-se na *Domus Mariae*, local de residência do episcopado brasileiro, e tinha secretaria geral no Colégio Francês, assegurada por mons. Roger Etchegaray, secretário do episcopado francês (BEOZZO, J. O. Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 106).

Uma segunda rede de relações e interesses que surgiu durante o Concílio foi a denominada de *Coetus Internationalis Patrum*. Embora composta por um número bem inferior ao “Ecumênico”, mais precisamente pela “minoría” que se opunha aos possíveis avanços conciliares (ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1052), inegavelmente se reconhece que sua atuação impediu que o Concílio avançasse em alguns pontos, visto que seus participantes primeiramente se apresentavam como “um grupo de estudo, à luz da doutrina tradicional da Igreja” (BEOZZO, 2003, p. 106), mas que, porém, se destacaram como um grupo formado por Padres Conciliares conservadores, que se concebiam como responsáveis por manter a Tradição milenar da Igreja de forma perpétua e inviolável. Era formado pelos que combatiam “as ideias progressistas” para a Igreja (CAMARA apud BEOZZO, 2003, p. 107). Entre os participantes desse grupo, merecem destaque o francês Marcel Lefebvre, e o brasileiro, bispo de Diamantina/MG, dom Geraldo de Proença Sigaud (BEOZZO, 2003, p. 106). Dom Geraldo Sigaud foi um religioso que, no período da ditadura civil-militar brasileira, insistiu para que a CNBB mantivesse uma postura de proximidade permanente ao governo militar, bem como não era favorável ao caráter progressista que a CNBB adquiriu, particularmente com as eleições de dom Aloísio e dom José Ivo Lorscheiter, na década de 1970.

Como esse grupo era formado por um pequeno número de participantes, era necessário, após os primeiros contatos, convidar outros bispos e peritos para se agregarem. Assim, logo foi formada uma comissão de teólogos que ficou responsável por analisar os esquemas conciliares, redigir os posicionamentos orais e por escrito dos bispos que tinham direito a se manifestarem durante o Concílio, de acordo com os interesses defendidos pelo *Coetus* (ROY-LYSENCOURT 2015, p. 1060-1061).

Outra característica desse grupo conservador, baseada na postura tradicional da Igreja, particularmente no século XIX e primeira metade do século XX, foi o combate ao comunismo. Assim, os membros do *Coetus* redigiram, em 1963, uma petição, pedindo que o Concílio se manifestasse publicamente no combate e condenação ao comunismo. Essa petição foi assinada por dom Geraldo Sigaud e outros bispos que já se reuniam para fazer a oposição ao Concílio, porém, a mesma não é assinada oficialmente como *Coetus Internatiolanis Patrum*. Tal foi a postura combativa ao comunismo que um dos esquemas conciliares, denominado de “Esquema XIII”, que abordava as relações da Igreja católica com o mundo, e que já estava prestes a se tornar um documento oficial, foi duramente questionado, pois, no entendimento dos prelados conservadores, o mesmo omitia a palavra “comunismo na parte em que se fala do ateísmo” (BEOZZO, 2003, p. 109). Porém, o texto foi aprovado, demonstrando que o grupo dos Padres Conciliares que formavam o *Coetus*, mesmo com suas estratégias de articulação, não conseguiu

frear radicalmente o Concílio. Roy-Lysencourt (2015) resume como foi o enfrentamento para esta aprovação:

O *Coetus* gastou muita energia para lutar contra o esquema sobre as relações da Igreja com o mundo. Os membros do grupo estimavam que o esquema estava repleto de erros, que era ambíguo e contraditório e que se opunha à doutrina tradicional da Igreja. Eles opuseram-se ao documento até o fim [...]. Em relação à segunda parte, eles encorajaram os Padres conciliares a votar *non placet* em todos os escrutínios. Depois de ter recebido o texto revisado e o *expressio modorum*, não tendo conseguido modificar substancialmente o esquema, o *Coetus Internationalis Patrum* (CIP) dirigiu-se aos Padres conciliares por meio de uma carta circular, pedindo-lhes que votassem *non placet*. O CIP, no entanto, não foi capaz de impedir a unanimidade moral. Todavia, de modo semelhante aos outros esquemas, o *Coetus* conseguiu acrescentar certos incisos, modificar certas proposições e a suavizar certas opiniões (ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1072).

Contudo, outros pontos também foram combatidos pelos membros e/ou adeptos do pensamento do *Coetus*, tais como os aspectos litúrgicos, como a implantação da língua vernácula nas celebrações e “à concessão de competências litúrgicas às conferências episcopais, à comunhão nas duas espécies, à concelebração [...] e ainda às mudanças referentes aos sacramentos”; a questão do ecumenismo, partindo do argumento de que “a Igreja Católica Romana [...] é a única via ordinária de salvação e que, conseqüentemente, o ecumenismo só poderia ser concebido visando o retorno dos cristãos separados da própria Igreja”; além disso, defenderam “o primado absoluto do Papa e sua total liberdade no exercício de seu poder, a unidade do governo diocesano, e, sobretudo, eles se posicionaram contra a noção de colegialidade”; “defenderam o caráter hierárquico e monárquico da Igreja” e “afirmaram que o Papa era o único chefe da Igreja, e que a plenitude do poder residia somente em sua pessoa” (ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1069-1071).

O terceiro grupo de interesses e relações que se formou durante as sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II foi denominado de “A Igreja dos pobres”. Historicamente, a Igreja católica esteve próxima daqueles que detinham poderes temporais, fossem eles reis, imperadores, ministros, presidentes, etc. Contudo, e principalmente após as provocações oriundas da Nova Teologia, alguns bispos passaram a entender a real necessidade da instituição milenar se aproximar concretamente daquelas pessoas que sempre foram pouco importantes ou ignoradas por ela. Um dos prelados brasileiros que se notabilizou na organização e reunião dos bispos que adotavam esse ideal de mudança de posição foi dom Helder Camara. Esse grupo de eclesiásticos não era formado apenas por brasileiros, mas “reunia bispos dos vários continentes preocupados com o compromisso da Igreja com os pobres e com suas lutas para superar os

males da pobreza e da miséria, por meio de maior justiça e de um desenvolvimento integral que atingisse a todos” (MARINS, 2015, p. 26).

A temática acerca dos pobres não foi uma das mais exaustivas discussões conciliares. Pelo contrário, a mesma só realmente deslanchou quando os Padres Conciliares passaram a redigir o documento *Luz das Nações*, mas não numa abordagem sociológica e antropológica que possibilitasse o entendimento acerca da origem da pobreza e as causas para sua manutenção, mas apenas a partir de uma “formulação cristológica” (BEOZZO, 1996, p. 96). Contudo, nas páginas a seguir, veremos que o tema acerca da pobreza e de suas causas ganhou um impulso concreto para a Igreja na América Latina por meio das Conferências do Episcopado Latino-americano, com maior ênfase as que foram realizadas em Medellín (1968) e em Puebla (1979).

Como elaboração final do grupo da Igreja dos pobres, no dia 16 de novembro de 1965, ano da última sessão conciliar, um grupo de bispos se reuniu na Catacumba de Santa Domitila⁷⁰, em Roma, onde aconteceu uma missa, presidida por dom Charles-Marie Himmer e, ao final, os quarenta e dois bispos presentes (BEOZZO, 2015, p. 53), assinaram um compromisso⁷¹, denominado de Pacto das Catacumbas, pelo qual se comprometiam de, enquanto bispos e representantes de realidades transcendentais, não se afastarem ou distanciarem das realidades concretas onde estavam atuando, de seu povo e de suas dificuldades, e optar pela vida de pobreza com os pobres. Além disso, rechaçavam “todos os símbolos e privilégios do poder, colocando os pobres no centro do seu ministério pastoral” (MARINS, 2015, p. 84). Para Beozzo (2015, p. 27), este foi um “Pacto da Igreja servidora e pobre”, um compromisso desafiador de mudança de opção por parte dos signatários. Em suma, para Beozzo (2015, p. 9):

Aqueles bispos, pouco mais de quarenta, aos quais se somaram, nos dias seguintes, outros quinhentos, assumem o Concílio como um caminho de conversão e de compromisso pessoal com os pobres, seus sofrimentos, suas necessidades, suas lutas e esperanças. Não pregam para os outros, mas examinam a si mesmos e à sua Igreja. Assumem o propósito de ser pastores identificados com seu rebanho e querem que sua *Igreja seja servidora e pobre* (BEOZZO, 2015, p. 9, grifo do autor).

⁷⁰ Essas catacumbas estão entre as mais extensas que foram encontradas em Roma e abrigam uma basílica subterrânea construída do final do século IV, durante o Pontificado do Papa Damaso (366-384). Foram dedicadas aos mártires Nereu e Aquileu, cujos túmulos estão localizados sob o altar da Basílica, ao lado do túmulo de Santa Petronília. Nos seus 17 quilômetros de galerias, em quatro andares, há mais de 150.000 sepulturas escavadas nas paredes dos corredores. Encontram-se ali símbolos e afrescos que testemunham a fé profunda dos cristãos daquelas primeiras comunidades romanas e sua veneração pelos mártires ali sepultados (BEOZZO, J. O. **Pacto das Catacumbas**: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015, p. 25-26).

⁷¹ Esse compromisso foi posteriormente assumido por 500 padres conciliares (BEOZZO, J. O. **Pacto das Catacumbas**: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015, p. 28).

Por fim, na grande teia de relações pré-estabelecidas ou que se estabeleceram durante os anos da realização do Concílio, uma menor, mas não menos importante, foi a rede estabelecida entre bispos que atuavam em outros países, fora de seus territórios de origem, bem como por vínculos de amizades que se formaram ou se fortaleceram no transcurso do evento (BEOZZO, 2003, p. 113-115).

Toda a mudança traz consigo sentimentos de insegurança, medo e gera instabilidade. Com a realização do Concílio e, posteriormente, com a aplicação de suas conclusões na Igreja universal, tais sentimentos também foram sentidos, isso porque entre os participantes conciliares, vale ressaltar, não havia uma homogeneidade de pensamento. Os desafios que se apresentavam à Igreja no século XX exigiram da instituição, por meio de seus líderes, uma guinada radical. Para Caliman (2003, p. 408):

Não foi a Igreja unicamente que tomou a iniciativa de mudar. São as mudanças na sociedade que provocaram a Igreja para um novo processo de renovação. Não foi a simples existência da miséria na sociedade que estimulou a uma nova atitude perante a realidade. A miséria vem de longe, sempre esteve presente na sociedade brasileira. Mas os seus sujeitos estavam “ausentes” da sociedade, como que fora do conflito social.

A Igreja no Brasil esperava, com ansiedade, o retorno definitivo dos bispos após a última sessão conciliar, encerrada em 1965. O país vivia os primeiros meses de uma ditadura civil-militar, onde medidas autoritárias já estavam legitimadas. Ao mesmo tempo, a Igreja precisava se adequar ao novo modelo político implantado por meio de um golpe, bem como fazer chegar às comunidades católicas espalhadas por todo território nacional as conclusões do Concílio.

2.2 DOM JOSÉ IVO LORSCHHEITER E O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

A década de 1960, tanto no aspecto político quanto eclesial, no Brasil, foi um período de transformações. Enquanto Igreja, foi o momento do Plano de Emergência⁷², do Movimento

⁷² A partir da eleição de João XXIII, a Igreja católica foi desafiada a se aproximar de realidades até então pouco ou nada conhecidas e/ou atendidas. Vigorava entre os católicos o entendimento de pertença eclesial somente no âmbito de circulação interna na instituição. Porém, o novo pontífice desafiou a Igreja no Brasil e na América Latina a passar pelo processo de adequação institucional, que exigia um planejamento pastoral global coordenado e que levasse em consideração aspectos técnicos. Assim, em abril de 1962, no aniversário de primeira década da fundação da CNBB, 135 bispos presentes na V Assembleia Geral Ordinária da CNBB, aprovaram o Plano de Emergência para toda a Igreja no Brasil. Como o próprio nome propunha o plano era de emergência e deveria perdurar por um tempo, até que as dioceses e católicos mudassem sua prática pastoral. Ou seja, não bastava mais apenas salvar as almas dos católicos, mas entender e procurar mudanças frente às dificuldades que se apresentavam no mundo, na segunda metade do século XX: o comunismo, que ganhou fôlego com a Revolução Cubana em 1959; a desestruturação dos grupos familiares, segmento caro para a Igreja pois, destes locais, saíam os novos eclesiásticos; o laicismo que se apresentava em práticas de governantes; e a corrida acelerada pelo lucro, imposto

de Educação de Base (MEB)⁷³, da implementação das conclusões do Concílio Vaticano II, da troca de gestão da CNBB para um grupo formado por bispos com características e adesões conservadoras, do combate ao comunismo por meio da Marcha com Deus pela Família e a Liberdade, da participação de bispos na Conferência de Medellín (1968). No que diz respeito ao Estado brasileiro, foi o período da renúncia do presidente Jânio Quadros, da pressão política sobre João Goulart e que resultou em sua deposição e na instalação de uma ditadura civil-militar, marcada pela repressão, tortura, sequestros e violação dos direitos humanos, contra civis e religiosos, e que se prolongou no país por vinte e um anos.

José Ivo Lorscheiter, na década de 1960, também vivenciou experiências completamente diferentes e que foram determinantes para toda a sua trajetória de vida e, conseqüentemente, trabalho eclesial. No início da década de 1960, padre José Ivo trabalhava como formador de novos padres da arquidiocese de Porto Alegre, atuando no Seminário Maior de Viamão e, concomitantemente, colaborando em outras atividades religiosas, conforme as determinações do arcebispo, dom Alfredo Vicente Scherer. Assim, em 1960, o arcebispo de Porto Alegre concedeu-lhe o título honorário de cônego e a função de diretor da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Conceição, do seminário de Viamão⁷⁴. Após dois anos à frente de tais encargos, dom Alfredo Vicente enviou uma correspondência ao primo do cônego José Ivo, monsenhor Aloísio Lorscheider, que recentemente havia sido nomeado primeiro bispo da diocese de Santo Ângelo, na qual o arcebispo enfatizou alguns aspectos: “Con. Ivo vai muito bem na reitoria do Seminário de Viamão. É um posto difícil. Também a educação da mocidade levítica apresenta problemas muito sérios que V. Exa. certamente teve ocasião de conhecer” (DOM ALFREDO VICENTE SCHERER, 1962, p. 1).

No dia 8 de novembro de 1962, o arcebispo dom Alfredo Vicente encaminhou, de Roma, onde se encontrava participando da primeira sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma correspondência ao bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Edmundo Luís Kunz, comunicando que já havia encaminhado ofício à Nunciatura Apostólica no Brasil, pelo qual solicitava que alguns sacerdotes de Porto Alegre recebessem o título honorífico de monsenhores⁷⁵, como

pelo capitalismo. Para maior compreensão do Plano de Emergência, indicamos: CNBB. **Plano de Emergência para a Igreja do Brasil**. Caderno CNBB, nº 1. Rio de Janeiro: Liv. Dom Bosco, 1963, p. 6.

⁷³ No capítulo terceiro desta dissertação traremos mais detalhes sobre o Movimento de Educação de Base.

⁷⁴ DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Portaria de dom Alfredo Vicente Scherer**. Porto Alegre, RS, 1960.

⁷⁵ Em carta enviada ao monsenhor José Ivo Lorscheiter, no dia 12 de novembro de 1962, dom Alfredo Vicente Scherer atribui um adjetivo à função do monsenhor, a saber, “camareiros secretos” (DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de 12 de novembro de 1962**. Carta de dom Alfredo Vicente Scherer ao sr. Mons. Ivo Lorscheiter, reitor do Seminário de Viamão. Porto Alegre, RS, 1962, 1 p.).

forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por tais religiosos. Entre os agraciados, constava o nome do cônego José Ivo (DOM ALFREDO VICENTE SCHERER, 1962, p. 1). Esse título eclesiástico somente é concedido pelo Papa, de acordo com a solicitação do bispo local, e tal reconhecimento chegou até os agraciados por meio de uma carta enviada pelo arcebispo, com o seguinte teor:

Com grande satisfação comunico a V. Revma. que a Santa Sé concedeu a V. Revma. o título de MONSENHOR. Receba os meus cordiais parabéns. É uma pequena demonstração da profunda estima em que tenho o seu esforço pela fidelidade ao ideal sacerdotal na vida pessoal e em incansável atividade em variados setores. *Ad multos anos!* Avisarei a s. exa. Dom Edmundo para que faça a publicação. Com amistosas saudações e bênçãos (DOM ALFREDO VICENTE SCHERER, 1962, p. 1).

Com a concessão do título honorífico, dom Alfredo Vicente demonstrou não somente a estima que tinha por José Ivo Lorscheiter, por seu trabalho e fidelidade à Igreja católica, mas concedeu-lhe prestígio e poder diante dos eclesiásticos. Porém, tal reconhecimento não parou por aí. Menos de um ano após a concessão do título honorífico ao monsenhor José Ivo Lorscheiter, o arcebispo de Porto Alegre encaminhou uma nova carta ao Núncio Apostólico no Brasil, dom Armando Lombardi, apresentando dados biográficos de monsenhor José Ivo Lorscheiter e pedindo que o mesmo fosse nomeado como bispo auxiliar de Porto Alegre⁷⁶. Eis alguns trechos da carta:

Por meio da presente, após longa reflexão, peço a V. Exa. que, feito o devido processo, solicite à Santa Sé a nomeação de Mons. José Ivo Lorscheiter como bispo auxiliar de Pôrto Alegre, ao lado de D. Edmundo Kinz. Já tenho sessenta anos feitos e há dezessete anos completos dirijo a arquidiocese, primeiro, durante seis meses, como vigário capitular. Não estou doente mas tenho grande receio de que, com a natural diminuição do espírito de iniciativa, resultado do avanço dos anos, prejudique o desenvolvimento da vida religiosa nesta vasta arquidiocese. Com o crescimento constante das atividades apostólicas, graças à admirável operosidade do clero e dos leigos, aumenta também sempre a tarefa que se espera da autoridade eclesiástica. D. Edmundo é incansável, mas não tem saúde perfeita e penso que alguns setores lucrariam com a presença de um segundo bispo auxiliar, além da dinamização geral que seria de esperar. Acresce que Mons. José Ivo Lorscheiter parece reunir um conjunto raro de qualidades. Se não me "*decipit assensio vel fallit affectio*", depois de um tempo mais ou menos longo poderia êle aqui assumir ainda maiores responsabilidades. Mons. José Ivo Lorscheiter nasceu nesta arquidiocese em 7-12-1927, fez os estudos ginasiais no Seminário de Gravataí, o curso de filosofia em São

⁷⁶ Os tramites eclesiásticos para a nomeação de um bispo normalmente são demorados. Após a nunciatura receber a solicitação do bispo local, no caso, que pedia que fosse nomeado um bispo auxiliar, são realizadas diversas entrevistas com outros bispos, sacerdotes, religiosos e leigos para sondar perfis que mais se aproximam da realidade a ser contemplada. Tudo deve ocorrer sob sigilo, ainda que, em muitas ocasiões, informações acabam sendo vazadas, normalmente por pessoas que foram consultadas e ligadas com a instituição religiosa. Depois das entrevistas e análise de perfis, o nome escolhido é encaminhado à Santa Sé para que obtenha a assinatura de consentimento do Pontífice. Após os tramites legais, o nome é anunciado oficialmente e prepara-se o ritual de ordenação. Com monsenhor José Ivo não foi diferente.

Leopoldo, e a teologia em Roma, onde defendeu tese, na Universidade Gregoriana, em teologia, sobre assunto do tratado *De Ecclesia*. Foi professor do Seminário de Viamão, depois reitor do Seminário de Gravataí e agora é reitor do Seminário de Viamão. Goza de grande simpatia e respeito do clero, fala bem e com facilidade, escreve corretamente, é bondoso e firme nas decisões. Tem qualidades de ativo e seguro administrador, é criterioso no falar e revela profunda piedade sacerdotal. Já o teria recomendado antes para o mesmo cargo de meu bispo auxiliar, se não fosse o temor de não lhe encontrar substituto no Seminário de Viamão. Penso que agora o Seminário vai realmente bem, havendo certamente problemas, inevitáveis onde quasi 300 jovens convivem, provindos de ambientes e Seminários os mais diversos. Serei profundamente agradecido a V. Exa. por mais esta prova de benevolência e compreensão. Valho-me do ensejo para reafirmar nossos sentimentos de dedicação filial e sincera amizade (DOM ALFREDO VICENTE SCHERER, 1963, p. 1).

A carta de solicitação foi enviada à Nunciatura Apostólica em julho de 1963, porém, a nomeação episcopal só ocorreu em novembro de 1965, isto é, dois anos após o pedido.

Em nossa investigação não tivemos acesso a outras fontes que pudessem justificar, de outra maneira, a demora da nomeação de monsenhor José Ivo ao cargo de bispo auxiliar de Porto Alegre. Contudo, temos a possibilidade de identificar no cenário eclesiástico e político do país no interstício que vai do pedido de nomeação por dom Alfredo Vicente Scherer até o ato de nomeação de monsenhor José Ivo Lorscheiter, pelo Papa Paulo VI, dois fatores importantes e decisivos para a trajetória do futuro bispo: a realização das sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II, que deu as novas diretrizes para a Igreja católica; e o golpe civil-militar que resultou em longos anos de uma ditadura civil-militar no Brasil, e que contou com o apoio decisivo de setores da Igreja do Brasil.

Monsenhor José Ivo tinha acesso direto aos encaminhamentos oriundos do Concílio Vaticano II, por meio de seu contato com dom Alfredo Vicente que, além de participar das sessões ordinárias conciliares, era membro da comissão teológica do Concílio, e mais vezes ao ano precisava se deslocar até o Vaticano para reuniões (BEOZZO, 2003, p. 75). Além disso, destacamos outro aspecto do arcebispo de Porto Alegre: ele foi alguém que escreveu muito a respeito do concílio, e seus escritos eram em forma de cartas às quais eram enviadas de Roma para o bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Edmundo Kunz, mas, também, para outros sacerdotes, como monsenhor José Ivo⁷⁷. Nessas cartas, o arcebispo falava sobre como estavam ocorrendo as sessões conciliares, os avanços, as limitações e outros aspectos que considerava pertinente. Assim, de certa forma, mantinha seus diocesanos a par do que estava acontecendo no centro do catolicismo e que, mais cedo ou mais tarde, atingiria todos os católicos romanos presentes no mundo inteiro.

⁷⁷ O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre guarda um rico acervo de cópias das cartas que dom Alfredo Vicente Scherer escrevia e que, atualmente, é possível ter acesso às mesmas.

No aspecto político, o Estado brasileiro, na década de 1960, enfrentou um golpe que resultou em vinte e um anos de uma agressiva e intolerante ditadura civil-militar. Alguns bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, temerosos pelo discurso aterrorizante de que o “perigo vermelho” (GOMES, 2014, p. 38), isto é, o comunismo, estava se instalando no Brasil, por meio das decisões do presidente João Goulart, sentiram a necessidade de reivindicar que o atual presidente deixasse o cargo e passaram a apoiar a instalação de um novo modelo governamental. Assim, “o poder militar assumiu o governo e as Forças Armadas constituíram, na prática, o único partido capaz de influenciar os rumos da nação e exercer as funções de Grande Eleitor, cujo voto decisivo e incontestável não admitia apelação” (BARROS, 2003, p. 149).

Para Barros (2003, p. 171), algumas razões levaram significativa parcela do episcopado a apoiar o novo governo que se instalou no país, tendo à frente setores militares, e que, por muitos, era denominado de governo “revolucionário”, a saber, “mobilização da opinião pública [...] sobre a iminência de um golpe comunista e o trabalho [...] que os movimentos financiados por capital estrangeiro [...] haviam efetuado junto a membros do episcopado”. Enfim, em 1964, quando os militares definitivamente conseguiram depor João Goulart, deixaram claro à população brasileira quais seriam seus pontos fundamentais: “Segurança Nacional e a necessidade de um programa de purificação ideológica e ética, afastando definitivamente do cenário político os elementos corruptos e subversivos” (BARROS, 2003, p. 159).

Tão logo o presidente João Goulart fora deposto e o primeiro presidente militar assumiu o posto alto do governo do país, em maio de 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborou e publicou um documento oficial em que demonstrou apoio ao golpe. Esse documento foi assinado por vinte e seis bispos, espalhados em diversas partes do país, e objetivava demonstrar que o episcopado era unânime no apoio aos setores militares que assumiam o poder, mesmo que o número de signatários fosse irrisório, diante do já significativo número de prelados e dioceses no Brasil. Contudo, a historiografia demonstrou que esse número de assinaturas era muito limitado, pois o pensamento acerca dos atos políticos que ocorriam no Brasil era heterogêneo. No documento publicado pela CNBB, “os bispos agradeciam aos militares por ‘salvarem’ o país do perigo iminente do comunismo” (GOMES, 2014, p. 43) e, assim, conscientemente, legitimavam o golpe. Entre outros aspectos, dizia o documento da CNBB:

Atendendo à geral e ansiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa

terra. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação (DECLARAÇÃO DA CNBB, 1964 apud GOMES, 2014, p. 43).

No momento da explosão do Golpe civil-militar, monsenhor José Ivo estava participando de uma reunião de bispos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no Seminário de Viamão, onde o mesmo desempenhava a função de Reitor. Tão logo os preladados souberam do que tinha acontecido, encerraram a reunião e deslocaram-se para suas sedes diocesanas, a fim de acompanhar os encaminhamentos seguintes. José Ivo Lorscheiter reconheceu que uma significativa parcela de lideranças católicas apoiava a tomada de poder por parte dos militares, mas procurou justificar tal adesão alegando que:

A declaração inicial dos militares era de que o golpe era para barrar a corrupção e a subversão. E na verdade não se podia e nem se pode tolerar abusos de corrupção e subversão que se traduz na falta de seriedade para com o trato da coisa pública. Na verdade nós também não queríamos esses elementos. Mas não que com isso iríamos louvar o golpe, mas aquilo (de corrupção e subversão) nós também não iríamos tolerar. Isso, porém, não se falou em público, no entanto havia nas nossas consciências esses dois aspectos que mereciam realmente grandes reparos (LORSCHHEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 38).

Para José Ivo Lorscheiter, bem como no entendimento de preladados brasileiros, o país estava sofrendo com uma crescente onda de corrupção institucionalizada, e os membros da Igreja entendiam que o presidente não estava preocupado em solucionar a problemática. Além disso, o tema da subversão foi muito recorrente no campo eclesial quanto político, na segunda metade do século XX. No âmbito religioso, o subversivo era aquele que compactuava com a Modernidade e, conseqüentemente, se deixava levar pelo laicismo, ignorando os preceitos da instituição, seus dogmas e Tradição. Já no campo político, os subversivos foram identificados como aqueles que, de alguma forma, se manifestassem contrários aos encaminhamentos governamentais, particularmente dos presidentes ditatoriais. A subversão era vista como uma consequência própria do comunismo. Sendo assim, entendia-se que os comunistas eram os subversivos e vice-e-versa.

Neste cenário político, o arcebispo de Porto Alegre, dom Alfredo Vicente, reconhecido como um prelado “conservador” (GOMES, 2014, p. 47), pois apoiou a deposição do presidente João Goulart, no evento religioso denominado *Te Deum*, um dos atos litúrgicos mais solenes utilizados pela Igreja católica para render reconhecimento a Deus por graças especiais alcançadas, agradeceram a Deus pela deposição do presidente João Goulart e, com ele, a

possível eliminação do comunismo. Assim, no dia 30 de março de 1965, ou seja, um ano após o golpe, proferiu o arcebispo de Porto Alegre o seguinte discurso:

Parece plenamente justificada e até obrigatória a oração que viestes fazer no primeiro aniversário da revolução de 31 de março de 1964 para agradecer a Deus os benefícios recebidos desde aquela data como efeito da instalação de um novo governo em nosso país. A própria substituição das supremas autoridades por uma revolução, que movimentou a totalidade das forças armadas e se estendeu por todo o território nacional, sem derramamento de sangue não obstante os dispositivos militares de segurança estabelecidos anteriormente, deve ser interpretada como insigne favor do alto. Embora a Igreja, oficialmente, pela sua hierarquia, não tenha participado da articulação e da execução do movimento revolucionário, e nem poderia fazê-lo, cumpre destacar que víamos com as mais sérias apreensões a agitação demagógica e subversiva que, tolerada ou promovida por altas autoridades, se fazia em todos os quadrantes do país (SCHERER, 1965, p. 95).

O arcebispo, em seu discurso, enfatizou que era louvável que os católicos se reunissem para louvar a Deus pelo primeiro aniversário do que denominou “Revolução”, pois, por meio dela, um novo governo fora instalado no país, bem como extirpou-se qualquer possibilidade de facilitação para que o comunismo adentrasse no país. Além disso, para o arcebispo, o fato de não ter ocorrido “derramamento de sangue” demonstrava o quanto Deus se agradava do que tinha ocorrido. No mesmo discurso, o arcebispo de Porto Alegre declara sua amizade com alguns dirigentes da nação e as advertências que fizera sobre o afluxo das ideias comunistas, bem como a reação do governo contra seu posicionamento:

Numerosas vozes de advertência e censura se levantaram, com maior ou menor repercussão, e tôdas sem efeito perceptível. Pessoalmente, mantinha relações amistosas, fundadas em sentimentos que ainda hoje não tenho razão de suprimir, com alguns responsáveis pelo destino da nação. Por isso mesmo, me julguei autorizado e obrigado por mais este motivo a chamar a atenção, repetida e às vezes insistentemente, sobre os perigos a que se estava submetendo a sobrevivência das instituições democráticas e a ameaça cada vez mais iminente de anarquia e de caos social, último estágio para o triunfo dos audazes fautores do comunismo internacional (SCHERER, 1965, p. 95).

A convicção do arcebispo sobre o prejuízo à nação e, sobretudo, à juventude e movimentos de reivindicação social com a possibilidade de adesão à ideologia comunista pelo governo foi reiterada várias vezes em entrevistas concedidas à jornais, como a *Folha da Tarde*, em 5 de outubro de 1961, poucas semanas após a renúncia do presidente João Goulart e um mês após a instalação do governo:

Não compreendo porque elementos do governo, ao menos aparentemente, favorecem uma agitação que cada vez mais assume a forma de uma verdadeira mobilização subversiva de caráter comunista, a exemplo do que ocorreu na China e em outros lugares, para a conquista do poder. Só se ilude quem quer”. A reação do então governador foi violenta e desabrida, acusando-me êle publicamente, por causa das

declarações feitas, de inimigo do Rio Grande e culpado do desinterêsse do capital estrangeiro em inversões neste Estado (SCHERER, 1965, p. 95).

O arcebispo fazia uma alocução semanal num programa denominado *A Voz do Pastor*, onde fazia comentários sobre “a infiltração comunista” e seu “calculado envenenamento ideológico da juventude brasileira pela ação marxista”, que acreditava estar desvirtuando as associações com uma “campanha de agitação demagógica” que só prejudicaria a sociedade brasileira:

No Brasil inteiro, as fôrças de orientação esquerdista, confundidas com os marxistas, promovem por todos os meios êste espírito de revolta, de guerra, de revolução, social ou armada, contra a organização econômica em que vivemos. Pergunta-se: Que pretendem fazer? Quais os princípios fundamentais do nôvo regime e da planejada organização que têm em mente? Existe o receio fundado e inafastável de que, subvertida a ordem atual, com todos os seus lados positivos e suas deficiências ou vícios, assaltado o poder, instalados os novos governantes, suprimam eles as liberdades públicas e os direitos individuais e, sem programa definido e comprovado de reconstrução, submetem o povo e o país à escravidão comunista, adotando seus métodos e ideologia. Destruído o atual capitalismo, que se acha temperado e controlado no seu funcionamento por intocáveis leis protetoras do trabalho contra explorações, o substituiriam pelo capitalismo todo poderoso e irrefreável do Estado, mais cruel, mais opressor e mais injusto que o outro (SCHERER, 1965, p. 96).

E, na sequência da reprodução do discurso do metropolitano, publicado na revista *Unitas*, este órgão oficial da imprensa católica reitera o apoio da Igreja frente ao golpe civil-militar, estimulando a passividade e compreensão da população frente a crise socioeconômica, a partir da publicação do discurso:

A revolução de março fêz cessar todo êste clima de intranqüilidade e de ataque sistemático às próprias bases da organização jurídica e democrática da Nação. Iniciou-se a fase, que vai completar um ano, de restauração econômica e de retorno ao caminho da planejada reconstrução com as corajosas reformas que as estruturas desatualizadas estão exigindo. Importante tarefa já tem sido realizada nos doze meses passados e longo caminho ainda resta percorrer. Nenhum país atinge adiantado grau de desenvolvimento e prepara condições satisfatórias de trabalho e de vida para seus filhos sem um gigantesco e coordenado esforço coletivo e sem a prestação de pesada quota de sacrifícios de toda a população. O progresso e o bem-estar geral custam o elevado preço de fadigas diurnas e noturnas e de perseverante colaboração de todos os cidadãos para os objetivos comuns. O processo de desenvolvimento do país necessariamente se estende por longo período, porque impõe e exige a instrução do povo em todos os níveis do ensino e o aproveitamento, sabiamente planejado, de todas as disponibilidades de recursos materiais do país, tratando-se, como no nosso caso, de uma população de quase oitenta milhões de habitantes disseminados por uma área de dimensões continentais. Precisa e merece, pois, o govêrno estabelecido a confiança e a ajuda de todos, não obstante legítimas divergências de ordem política e partidária. Causar deliberadamente entraves à ação governamental, caracteriza-se como atitude suicida. O funcionamento dos órgãos administrativos oficiais e o desdobramento da iniciativa particular necessariamente se conjugam em esforço pertinaz e sincronizado, capaz de criar com duros sacrifícios e sem excessiva demora, uma situação de prosperidade e de bem-estar para o Brasil e todos os seus filhos. Os sabotadores das obras e empreendimentos públicos e particulares, os usufrutuários da desgraça

coletiva também acabariam afinal sepultados debaixo dos escombros do edifício social aluído e desmoronado por sua ação subversiva e demolidora. Todos os patriotas honestos e até mesmo os inconformados de boa fé desejam que o interesse nacional, a grandeza do Brasil e o bem-estar de toda a população prevaleçam sobre as ambições desmedidas, as vaidades insatisfeitas e os planos contrariados de grupos desviados da estrada, certamente íngreme e pedregosa, que conduz à prosperidade coletiva e à grandeza da Nação. A presente solenidade de agradecimento à Providência que velou por nós, completa-se, por isso, com uma ardente súplica pelo conagraçamento geral e a mobilização dos espíritos para a ingente tarefa da reorganização e do desenvolvimento do país, em clima de fraterna união nacional, de respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e de infatigável operosidade ao serviço dos interesses comuns. O chefe da república, marechal Castelo Branco, em doze meses de govêrno, por meio de medidas legislativas oportunas se revelou um estadista clarividente, um político hábil e um administrador seguro, justificando a esperança e a certeza de que conduzirá os destinos da Nação às metas ambicionadas de redenção econômica, de justiça sem ódios e de paz social. Deus lhe conceda luzes abundantes e ânimo forte para a progressiva realização das finalidades que inspiram o movimento revolucionário, cujo primeiro aniversário comemoramos. Agradecendo os benefícios recebidos, rezamos pela grandeza do Brasil e a felicidade de todos os brasileiros (SCHERER, 1965, p. 96-97).

Outro fato explícito de apoio de dom Alfredo Vicente ao golpe civil-militar foi quando políticos ligados a Rede da Legalidade foram até o Seminário de Viamão e solicitaram ao Reitor, monsenhor José Ivo, o empréstimo do caminhão que servia para o abastecimento do seminário, para dar apoio às tropas gaúchas num possível confronto com os militares que tomaram o poder. Monsenhor José Ivo poderia, se realmente quisesse, autorizar o empréstimo de tal veículo. Porém, diante dos tão eloquentes discursos, preferiu aconselhar-se com o arcebispo metropolitano, o qual lhe respondeu: “o senhor não deve ceder este caminhão porque é de uso do seminário” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 37). O próprio dom José Ivo, anos mais tarde, procurou defender o arcebispo de Porto Alegre, primeiramente afirmando que o que ocorria era que dom Alfredo Vicente apenas tinha “algum pensamento diferente” e que o mesmo não foi “um conservador” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 27-28). No entanto, o seu discurso não corrobora com esta afirmação.

No ano de 1965, dom Alfredo Vicente viajou novamente para Roma, onde participou da última sessão do Concílio Vaticano II. Porém, a arquidiocese de Porto Alegre permaneceu ativa, tanto nos encaminhamentos pastorais por meio do bispo auxiliar dom Edmundo, quanto dos membros do clero, como monsenhor José Ivo Lorscheiter. Contudo, no dia 12 de novembro de 1965, o Papa Paulo VI, atendendo a solicitação feita por dom Alfredo Vicente, nomeou monsenhor José Ivo Lorscheiter à função de bispo auxiliar da arquidiocese de Porto Alegre e

bispo Titular de Tamada⁷⁸, por meio da Bula de Nomeação, devido ao acúmulo de trabalho na arquidiocese.

Com este ato, monsenhor José Ivo ganhou, além do reconhecimento da Santa Sé, de suas capacidades e fidelidade aos ensinamentos e doutrinas da Igreja católica, passou a adquirir também um destaque no cenário religioso do Rio Grande do Sul.

Tão logo fora anunciada sua nomeação, o arcebispo de Porto Alegre, que estava participando da última sessão do Concílio Vaticano II, telefonou para monsenhor José Ivo e solicitou que o mesmo viajasse urgentemente para Roma, mesmo ainda não tendo recebido a ordenação episcopal, que levaria alguns meses após a nomeação para ocorrer, e se juntasse ao grupo de bispos que estavam participando do evento.

Sobre a participação de monsenhor José Ivo nas últimas reuniões conciliares encontramos uma contradição: em 2004, após entrevista gravada e que se tornou o livro *Dom José Ivo Lorscheiter, o bispo da esperança: sobre o passado, o presente e o futuro da Igreja*⁷⁹, o bispo afirmou que “votou os últimos documentos” (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 24); porém, em 2001, o padre José Oscar Beozzo, se referiu à participação de dom José Ivo na última sessão conciliar, em 1965, contudo, não afirmou que dom José Ivo teria votado algum tema durante o Concílio Vaticano II, mas que o mesmo foi elevado ao episcopado “a tempo apenas de assinar as atas dos últimos documentos conciliares. Seu nome figura, aliás, como o último da lista dos padres conciliares investidos da dignidade episcopal e que apuseram sua assinatura nas atas conciliares” (BEOZZO, 2001, p. 31). Além disso, tendo presente o curto período em que monsenhor José Ivo esteve em Roma, durante o Concílio Vaticano II, o mesmo não se aproximou de nenhuma rede explícita de relações, que estava formada desde 1962, e que permeava os debates conciliares. No máximo, manteve contato com os demais bispos brasileiros, particularmente os do Rio Grande do Sul.

Cumprindo as formalidades que uma nomeação episcopal exige, o futuro bispo auxiliar precisava definir, além de um brasão de armas, um lema que expressasse seus propósitos eclesiais, e o fato da presença de José Ivo Lorscheiter na sessão de encerramento do evento o levou a perceber a necessidade de adaptação às novas propostas. Segundo dom José Ivo:

E por isso escolhi daquela frase do Evangelho de Mateus, quando Jesus disse que *um homem sábio tira de seu baú coisas novas e velhas* o meu lema episcopal. E pedi a

⁷⁸ A íntegra da Bula de Nomeação de dom José Ivo Lorscheiter, ocorrida no dia 12 de novembro de 1965, pode ser consultada em: ATOS DA SANTA SÉ. Bula de Nomeação de Dom José Ivo Lorscheiter, Bispo Titular de Tamada, e Auxiliar do Arcebispo de Pôrto Alegre. **UNITAS**. Porto Alegre, ano LV, Fasc. 1, 1966, p. 64-65.

⁷⁹ BELMONTE, S. A.; BARICHELLO, E. M. R. (Org.). **Dom José Ivo Lorscheiter, o bispo da esperança: sobre o passado, o presente e o futuro da Igreja**. Santa Maria: Pallotti, 2004.

Deus que ele me ajudasse a fazer uma síntese entre o novo e o velho (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 25, grifo do autor).

E continua: “esse lema significa o nosso empenho de fidelidade em conservar e defender as verdades e normas que não podem mudar, por serem intocáveis legados de Cristo, ou irreformáveis afirmações da Igreja, ou sábias heranças da humanidade” (LORSCHETER apud MOMBACH, 2002, p. 42). Assim, o lema do novo bispo procurou demonstrar que, ainda que a Igreja católica estivesse disposta a avançar em áreas que, até então, não fazia parte de seu cotidiano, como o protagonismo dos leigos, as reformas litúrgicas, a instituição precisava manter-se firme na sua milenar História, preservando a Tradição.

No dia 6 de março de 1966, período em que a população brasileira ainda estava se adaptando a nova forma de governar imposta pelo presidente militar, tendo como local a Catedral Metropolitana de Porto Alegre, dom José Ivo Lorscheiter foi sagrado bispo auxiliar da capital gaúcha por dom Alfredo Vicente Scherer, dom Aloísio Lorscheider (seu primo e bispo da diocese de Santo Ângelo) e dom Edmundo Luís Kunz (bispo auxiliar de Porto Alegre). Além disso, “foram paraninfos da sacração os srs. Egídio Reinehr, prefeito do município de Feliz e Dr. Marcelo C. D’Azevedo, do Movimento Familiar Cristão” (A REGISTRAR, 1966, p. 121). No mesmo dia, o arcebispo o nomeou Vigário-geral do arcebispado (SCHERER, 1966, p. 87).

Para a Igreja católica no Brasil, ainda existiam, neste período, muitas dúvidas e desconfianças por parte de leigos e clérigos. Dom José Ivo precisou ampliar seus estudos nos documentos que já tinham sido publicados e direcionar sua prática religiosa a partir dos mesmos.

Diferentemente de outros Concílios, particularmente o Concílio Vaticano I (1869-1870), em que os participantes dedicaram-se a, basicamente, refletir sobre aspectos dogmáticos e teológicos, o Concílio Vaticano II tomou um viés realmente novo: foi um Concílio sobre a Igreja. Isso fez com que a instituição ampliasse não apenas sua visão, até então restrita para o interior da instituição, mas expandisse para além de sua própria organização, e foi justamente esta proposição que acirrou os ânimos dos prelados que participaram das sessões conciliares. O grupo de bispos conservadores defendeu que, aos fieis leigos, bastaria a frequência junto aos templos em celebrações religiosas e a obediência inquestionável às determinações e manifestações dos líderes eclesiais, pois frequentando rotineiramente os ritos litúrgicos no interior das construções físicas e ali ouvindo os textos bíblicos e documentos papais, os clérigos se responsabilizariam por interpretá-los e os direcionariam para a vida dos participantes. Contudo, o grupo oposto, formado por bispos progressistas, ampliou a visão acerca da Igreja, definindo que a mesma não se reduz aos templos, mas que Igreja é o “Povo de Deus”

(CONCÍLIO VATICANO II, 2002, p. 80-82). Assim, a instituição Igreja, que vai além das estruturas materiais é formada por pessoas concretas, em realidades bem definidas e específicas, e precisaria ouvir as necessidades dos fieis e, a partir das mesmas juntamente com os interessados e necessitados, procurar alternativas para auxiliá-los para as mudanças necessárias. Foi uma mudança de paradigma, além de ter sido uma tentativa de abandonar a visão reducionista de Igreja que historicamente havia perpetuado na manutenção da estrutura hierárquica sua razão final de existência, para a construção de uma visão de Igreja em que todos os fieis tem espaço junto a instituição, cabendo a cada um perceber onde melhor pode se inserir, visto que todos participam do “sacerdócio comum” de Jesus Cristo (CONCÍLIO VATICANO II, 2002, p. 110).

Assim, dom José Ivo entendeu que a partir do Concílio Vaticano II nascia para a instituição uma nova maneira de todos os fieis batizados se inserirem e serem reconhecidos como importantes. Diz o prelado:

Todos os batizados são membros da própria Igreja e são a mesma Igreja! A Igreja é povo unido e participativo. A Igreja não pode ser feita de membros que estão lá só de nome mas conscientes na missão e tarefa que lhes é peculiar. [...] Portanto, não pode haver membros da Igreja que não sejam ativos, participativos (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 56-57).

Neste período, dom José Ivo ainda não manifestava-se fortemente, nem de forma favorável, ou como oposição aos governo ditatorial vigente. Ele é um bispo que procurava acompanhar a linha de pensamento de dom Alfredo Vicente, que era seu arcebispo e que fora quem o indicou para o episcopado.

Em 1968, o arcebispo dom Alfredo Vicente nomeou dom José Ivo para o cargo de secretário regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, a época, abrangia os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (DESPACHOS, 1968, p. 25), denominado Regional Sul 2⁸⁰. Primeiramente, a coordenação do Regional Sul 2 ficou a cargo de sacerdotes,

⁸⁰ Sobre a organização da Igreja no sul do Brasil, até 1962 a CNBB, fundada em 1952, era constituída de um só bloco, coordenada pelo presidente e um secretário executivo. Desde a sua fundação, entrou numa articulação de corajosas iniciativas, em busca de colegialidade entre bispos e dioceses, visando chegar a um planejamento de pastoral de conjunto. Em Assembleia Geral, realizada no Rio de Janeiro em 1962, a CNBB decidiu criar ‘Secretariados Regionais’, sediados nas seguintes cidades: a) Belém – para o Norte; b) Natal – para o Nordeste; c) Goiânia – para Goiás e Mato Grosso; d) Belo Horizonte – para Minas Gerais e Espírito Santo; e) Rio de Janeiro – para o estado do Rio; f) São Paulo – para os estados de São Paulo e Paraná; g) Porto Alegre – para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. [...] A decisão de se criar Secretariados Regionais tinha por objetivo possibilitar um trabalho mais eficiente, atendendo melhor às necessidades das regiões, levando-as a participar de planejamentos participativos e possibilitando planos regionais com resultados mais concretos (ALMEIDA, H. P. O rosto da Igreja do Centro-Oeste. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 269-270).

particularmente os padres Affonso Gregory e Orestes Stragliotto. Tais religiosos entenderam bem o objetivo da criação do regional e tornaram o organismo muito dinâmico. Contudo, desde o início, o próprio arcebispo de Porto Alegre não foi muito favorável a tal divisão (STRAGLIOTTO, 2003, p. 313), e outros prelados dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina começaram a criar alguns conflitos, e pediram ao arcebispo que um bispo tomasse a frente do Regional Sul 2. Por meio desta nomeação, o arcebispo metropolitano deixava evidenciado o potencial de seu bispo auxiliar, bem como podemos imaginar a obediência de dom José Ivo às determinações do arcebispo de Porto Alegre. Corrobora com esta nossa constatação a afirmação de Stragliotto (2003, p. 324), quando diz que:

Dom Ivo não tinha ideias claras sobre o Regional. Era reitor do Seminário de Viamão e pouco se envolvia em nossas aventuras. [...] De repente, dei-me conta do espanto de dom Ivo diante de tudo o que precisava fazer, além dos compromissos de bispo auxiliar de Porto Alegre.

Além desse novo encargo, dom José Ivo foi novamente nomeado reitor do Seminário de Viamão (DESPACHOS, 1968, p. 299). Para Balém (1969, p. 21), o fato de dom José Ivo retornar à reitoria do Seminário de Viamão tinha como objetivo “imprimir aos futuros levitas do Senhor, maior adesão às diretivas do Concílio, e assim torna-los sempre mais eficientes para as lides da Vinha do Senhor”. Ou seja, havia uma preocupação para que os futuros sacerdotes já saíssem preparados e dispostos a colocar na sua prática pastoral o que resultou dos três anos de realização do Concílio Vaticano II. E, neste caso, dom Alfredo Vicente percebia que seu bispo auxiliar, dom José Ivo, tinha o perfil e as características necessárias para tal empreendimento.

2.3 AS PROVOCAÇÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, EM MEDELLÍN, PARA A TRAJETÓRIA DE DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER

Inegavelmente, o Concílio Ecumênico Vaticano II foi um divisor de águas para a Igreja católica, não apenas pelo fato de seus debates e documentos conclusivos terem apresentado mudanças na liturgia, em rituais, mas, principalmente, porque procurou aproximar-se de todos os católicos, rompendo com o espírito de conservadorismo e de defesa da hierarquia. Agora, a Igreja passou a ser vista e entendida pelo clero como “Povo de Deus”, um grupo formado pelos membros hierárquicos mas, também, por todos os batizados.

Contudo, após o encerramento deste evento religioso, foi necessário que as conclusões chegassem em todas as dioceses do mundo inteiro, cada qual procurando a melhor maneira de assumi-las. Diversos países da América Latina estavam sob a dependência de governos ditatoriais, e a Igreja, passou a entender que era necessário se posicionar na busca pela dignidade humana.

Porém, a maioria dos bispos presentes ao Concílio Vaticano II eram provenientes do continente europeu. Os prelados brasileiros e demais latino-americanos formaram “uma presença contínua e maciça, constituindo com seus quase 600 membros uma parte ponderável da Assembleia Conciliar” (BEOZZO, 1996, p. 116-117), mas que não tiveram todas as suas demandas e propostas aceitas pela maioria dos participantes conciliares. Assim, a Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM)⁸¹, entendeu, em reuniões iniciadas ainda em 1965, ano do término do Concílio, que era necessário adaptar o Concílio Vaticano II para a realidade da América Latina, isto é, torná-lo acessível ao território totalmente diferente do continente europeu. Para podermos compreender o processo de construção da II Conferência do Episcopado Latino-americano, nos aportamos na recuperação histórica realizada por Boaventura Kloppenburg (1968, p. 623):

A idéia desta II Conferência Geral do Episcopado da América Latina surgiu em 1965, em Roma, quando cessavam os últimos acordos do concílio Vaticano II. Dom Manuel Larraín, então presidente do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), sentia que era chegada à hora de reunir a Igreja da América Latina para adaptá-la mais concretamente ao espírito e às decisões do Concílio e, também, às novas situações sociais, econômicas e religiosas do Continente. Na reunião de novembro de 1967, em Lima, o CELAM determinou mais claramente o tema central da Conferência: *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Em janeiro de 1968, em Bogotá, reuniram-se bispos e peritos especialmente convidados para um primeiro estudo mais aprofundado do tema e a elaboração de um documento de base preliminar.

No Brasil, coube a CNBB abrir o debate e criar espaços de divulgação dos documentos conciliares, bem como buscar sua aplicabilidade. Pelo fato do Brasil ser um país com uma enorme extensão territorial, a divisão da CNBB em Regionais facilitou o acesso e os espaços de formação, não apenas para os clérigos, como para os leigos que participavam das comunidades. Dessa forma, a CNBB encaminhou aos seus regionais, e estes às dioceses,

⁸¹ A origem mais remota do CELAM está ligada a uma iniciativa do Papa Leão XIII que convocou com a Carta Apostólica *Cum diuturnum*, de 25 de dezembro de 1898, um Concílio Plenário da América Latina. Este Concílio foi realizado em Roma, no período de 28 de maio a 9 de julho de 1899. Essa iniciativa inaugurou ações que permitiriam ao episcopado latino-americano alcançar maior integração e organização Colegial (FONSECA, D. A. O surgimento do CELAM na América Latina. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>> Acesso em: 13 set. 2016, p. 3).

documentos preparatórios ao evento que aconteceria em 1968. Dom José Ivo não foi um dos bispos eleitos para representar o episcopado brasileiro e participar da Conferência, em Medellín, mas foi um dos responsáveis para tornar o conhecimento das conclusões de Medellín acessível às dioceses, bem como por fazer o contato com as dioceses gaúchas acerca dos questionários e textos preparatórios.

Assim, “o evento mais importante na década de 60 para o salto qualitativo da Igreja da América Latina numa linha social, deixando seu ranço conservador é a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano” (LIBANIO, 2000, p. 126), que se realizou de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, sob o tema “A Igreja na presente na transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. Estavam presentes⁸² na solenidade de abertura da Conferência “146 prelados, entre cardeais, arcebispos e bispos, 6 religiosas, 15 leigos (somente 4 mulheres), e numerosos consultores de diferentes níveis” (DUSSEL, 1981, p. 70). Além disso, pronunciou o discurso de abertura o Papa Paulo VI, que se fez presente. Era necessária uma forma de

⁸² A delegação brasileira de bispos para participar da Conferência de Medellín foi eleita na X Assembleia Geral da CNBB, reunida no Rio de Janeiro, que, a época, ainda sediava a entidade, de 15 a 20 de julho de 1968. O episcopado brasileiro tinha dez vagas e foram eleitos os seguintes bispos: “1. D. Vicente Scherer – arcebispo de Porto Alegre (RS), com 159 votos; 2. D. Agnelo Rossi – cardeal-arcebispo de São Paulo (SP), com 156 votos; 3. D. Alberto G. Ramos – arcebispo de Belém (PA), com 119 votos; 4. D. Hélder P. Câmara – arcebispo de Recife (PE), com 108 votos; 5. D. José Newton de A. Batista – arcebispo de Brasília (DF), com 99 votos; 6. D. Fernando Gomes – arcebispo de Goiânia (GO), com 97 votos; 7. D. Vicente Zioni – arcebispo de Botucatu (SP), com 94 votos; 8. D. José de Castro Pinto – bispo-auxiliar do Rio de Janeiro (RJ), com 92 votos; 9. D. José Maria Pires – arcebispo da Paraíba (PB), com 91 votos; e D. Geraldo Penido – bispo de Juiz de Fora (MG), com 90 votos” (BEOZZO, 1996, p. 155). Além dos bispos eleitos, outros brasileiros (bispos, padres, religiosos) também puderam participar da Conferência de Medellín, nos seguintes segmentos: “a) participantes *ex-officio*, pelos encargos que desempenhavam no CELAM, num total de cinco bispos e um sacerdote: D. Avelar Brandão Vilela – arcebispo de Teresina (PI) e presidente do CELAM; D. Agnelo Rossi – arcebispo de São Paulo (SP) e presidente da CNBB; D. Aloísio Lorscheider – bispo de Santo Ângelo (RS), delegado da CNBB junto ao CELAM e recém-eleito secretário-geral da CNBB; D. Eugênio de Araújo Sales – administrador apostólico de Salvador (BA) e presidente do Departamento de Ação Social do CELAM; D. Cândido Padin – bispo de Lorena (SP) e presidente do Departamento de Educação do CELAM; Pe. José Ávila Coimbra – secretário executivo do Departamento de Ação Social do CELAM; b) Membros eleitos pela Assembleia da CNBB, em número de dez já citados anteriormente, com exceção de D. Lucas Moreira Neves, bispo auxiliar de São Paulo (SP), primeiro suplente que assumiu no lugar do Cardeal Rossi, cujo lugar já estava assegurado por ter sido eleito presidente da CNBB; c) Membros nomeados diretamente pelo Papa, num total de seis: D. João Resende Costa – arcebispo de Belo Horizonte (MG); D. Nivaldo Monte – arcebispo de Natal (RN); D. Geraldo Fernandes – bispo de Londrina (PR); D. José Freire Falcão – bispo de Limoeiro do Norte (CE); D. Tiago Ryan – bispo de Santarém (PA); D. José Gonçalves da Costa – bispo auxiliar do Rio de Janeiro e até então secretário-geral da CNBB; d) Um membro nomeado pelo Papa, entre os seis representantes do clero diocesano admitidos à Assembleia: Mons. José Maria Moss Tapajós, do Clero do Rio de Janeiro; e) Três membros da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) que integravam a delegação da CLAR: Pe. Antônio Aquino, SJ; Pe. Júlio Munaro, Camiliano; Pe. Frei Vital Wilderink, O. Carmelita; f) Quatro peritos, dentre os 15 indicados para a conferência: Pe. José Marins; Pe. Afonso Felipe Gregory; Frei Boaventura Kloppenburg; e Marina Bandeira” (BEOZZO, 1996, p. 155-157). Um fato curioso envolvendo um bispo brasileiro, que não fora eleito para participar da Conferência de Medellín, também é narrado por Beozzo (1996, p. 153): “Houve os que para lá se dirigiram (Medellín, na Colômbia), mesmo sem terem sido eleitos, forçando, sem êxito, a própria entrada na Conferência, como foi o caso do controvertido arcebispo de Diamantina D. Geraldo Proença Sigaud”.

aproximar os católicos latino-americanos às conclusões conciliares bem como problematizar situações de desigualdade que vigoravam no território na segunda metade do século XX.

A década de sessenta foi repleta de agitações políticas em boa parte dos países da América Latina. Cresciam os movimentos de esquerda, na tentativa de se opor aos modelos totalitários que estavam instalados em diversas nações. Além disso, a miséria e a pobreza eram acentuadas, o que levou muitas pessoas a condições desumanas. Era necessário que a Igreja da América Latina fizesse uma releitura do Concílio Vaticano II, levando em consideração as diversas realidades específicas, porém, com certas aproximações, como, por exemplo, a religiosidade popular. Para Carvalhal (2005, p. 2), “o encontro em Medellín voltou os olhos do episcopado latino-americano para as necessárias mudanças estruturais na América Latina, como prioridade de estimular as bases, atentando para os pobres e para as injustiças sociais”. Se no Concílio Vaticano II o protagonismo do leigo foi exaltado, particularmente no documento *Lumen Gentium*, em Medellín, frente as dificuldades que as nações da América Latina estavam envolvidas, principalmente os países assolados por ditaduras militares, exigiam dos leigos uma postura de defesa dos injustiçados sociais.

A Igreja latino-americana sentia a necessidade de voltar-se e tornar-se mais próxima de seus fieis. Crescia o entendimento que a realidade da América Latina era completamente diferente da realidade europeia, o que impulsionou o episcopado às adaptações entendidas como necessárias. Foi necessário desafiar-se e, para isso, não era “mais possível continuar com uma mera pastoral de conservação” (KLOPPENBURG, 1968, p. 625). Para Reichert (2011, p. 12), para a Igreja “não adiantava manter uma religiosidade que não respondia as verdadeiras necessidades dos povos da América Latina. Era necessário buscar uma profunda evangelização, uma participação maior na vida cultural e fomentar uma organização da pastoral”.

O capitalismo assolava os países de terceiro mundo e violentamente impunha medidas que alargavam distâncias econômicas. Os poucos ricos do mundo eram donos de fortunas incalculáveis, enquanto o número de pobres e miseráveis ampliava-se consideravelmente. Libanio (2000) apontou algumas metas pelas quais os bispos latino-americanos precisaram se comprometer, como exigência para tornarem-se próximos aos fieis, sob a pena de os mesmos se afastarem e sucumbirem, sendo que tais metas resultaram, inclusive, na adoção de um novo modelo de ser Igreja, não mais uma instituição com destaque nos centros urbanos, mas Igreja que se faz nas bases, nas periferias, a partir do contato direto com o povo que sofre:

Os bispos fazem algumas opções decisivas para o desenrolar da Igreja latino-americana até nossos dias. Rompem claramente com o esquema desenvolvimentista até então dominante no mundo político-econômico e na mentalidade eclesial,

desposando a recém elaborada teoria da dependência com a conseqüente conclusão da necessidade de uma libertação de tal dependência e de todas as estruturas de opressão para alcançar verdadeiro desenvolvimento. Captam a “irrupção do povo pobre e de fé” para dentro da sociedade e da Igreja, num anseio de libertação, cercado por um oceano de opressões. Libertação e opção pelos pobres com a conseqüente inserção no seu meio configuram os traços principais do imaginário de Medellín. Quanto à organização eclesial, escolhe-se o modelo das comunidades eclesiais de base como principal forma de expressão da Igreja no meio dos pobres, a imensa maioria do continente. Em termos teológicos e de visão pastoral, opta-se pela “libertação” (LIBANIO, 2000, p. 126-127).

Como vemos em Libanio (2000), com a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, ampliou-se também o debate acerca do movimento teológico denominado Teologia da Libertação, isto é, “um esforço de leitura de sua realidade e de sua história à luz da palavra de Deus e da experiência da Igreja no continente” (BEOZZO, 1996, p. 137) que, a partir da década de sessenta, alterou não somente a compreensão teológica da Igreja mas, principalmente, sua prática pastoral e social. Para Libanio (2000, p. 136), a teologia da libertação “pretende responder a nossa situação e não simplesmente reproduzir a teologia de outros países”. Se existiu o discurso de busca pela libertação é porque existiram situações de prisão e que geravam opressão, tornando impossível a vivência em paz entre os latino-americanos. Nesse sentido, o primeiro ponto do documento conclusivo da Conferência de Medellín problematizou as estruturas que conspiram contra a paz no continente:

1. [...] tensões entre classes e colonialismo interno, responsáveis pelas diversas formas de marginalização, pelas desigualdades excessivas entre as classes sociais, [...] pelas formas de opressão de grupos e setores dominantes; 2. tensões internacionais e neocolonialismo externo, [...] o documento denuncia, no campo econômico, a distorção crescente do comércio internacional, a fuga dos capitais econômicos e humanos, a evasão de impostos e o envio de lucros e dividendos, o endividamento progressivo, os monopólios internacionais e o imperialismo do dinheiro [...]; 3. Tensões entre os países da América Latina, agravadas pelo nacionalismo exacerbado e pela corrida armamentista (BEOZZO, 1996, p. 123).

Contudo, ao longo dos anos, grupos de bispos começaram a se opor com contundência contra a teologia da libertação, que ganhou um espaço de notoriedade não apenas no território latino-americano, mas, mundial. O discurso contrário partia da premissa de que não poderia haver outras teologias além das que já existiam na história e na Tradição da Igreja. A realidade latino-americana não poderia servir para uma nova reflexão teológica e pastoral. Além disso, pelo fato de que os teólogos da libertação se apropriavam dos problemas sociais, econômicos, políticos dos povos pobres e os problematizavam à luz das mensagens bíblicas, fez com que esses mesmos bispos que se fizeram opositores entendessem que a Igreja estava se afastando radicalmente de sua essência. Dom José Ivo, nas fontes em que pesquisamos, em momento

algum se apresentou objetivamente como um adepto ou simpatizante da Teologia da Libertação. Porém, subjetivamente, se acusou:

A Teologia da Libertação [...] não deve assustar ninguém. Se nós estudamos a palavra Jesus, veremos que quer dizer libertador. Jesus veio para nos libertar. Ele é o libertador. Mas a libertação é um fenômeno muito abrangente e não significa só libertação econômica ou política. Um conceito assim seria muito restritivo. Alguns ambientes de Igreja se puseram em defesa diante da teologia da libertação porque pensavam que ela postulava só libertação política ou econômica. Ela é muito mais profunda e bonita, isto é, é libertação do pecado, de tudo que é amarra, dos grilhões que nos aprisionam. A teologia da libertação se espalhou muito através de muitos livros que a expunham com a chave de compreensão baseada na libertação (LORSCHHEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 63).

Para o momento histórico da América Latina do final do século XX, marcado pelos modelos políticos de repressão, violação dos direitos humanos e silenciamentos, a teologia da libertação surgiu como uma forma de resistência dos povos, tendo como suporte a Igreja presente na América Latina. Um relato feito por dom José Ivo e que chama a atenção é uma referência do Papa João Paulo II, conhecido na historiografia eclesial, como um dos responsáveis pelo enfraquecimento da teologia da libertação e do modelo de comunidades eclesiais de base (CEBs), no qual o pontífice elogiou esta corrente teológica:

Numa de nossas assembleias gerais, quando eu era presidente da CNBB, veio de Roma, enviado pelo Papa, para nos trazer uma carta pessoal sua, o Cardeal Gantin. Na inauguração de nossa assembleia ele pediu-me para ler essa carta diante de todos os Bispos presentes. E na medida em que eu a lia o ambiente entre os Bispos ia se transformando. Em cada frase do Papa que eu lia aumentava a alegria dos Bispos e se transformavam os seus rostos. Quando eu terminei os Bispos bateram palmas por muito tempo. E o Papa dizia: *tenho que dar parabéns a Igreja do Brasil pelo bem que ela fez a Igreja com a teologia da libertação. Se ela não tivesse surgido teria que ser criada*. E disse ainda: *a teologia da libertação não só é útil como também necessária*. (LORSCHHEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 63-64, grifo do autor).

Como consequência da nova perspectiva teológica, isto é, o surgimento da teologia da libertação e suas provocações sociais, bem como impulsionados pelas conclusões conciliares e reflexões pré-Conferência de Medellín, a Igreja na América Latina passou por uma mudança estrutural. Até então, o centro do catolicismo, nas pequenas e médias cidades, eram as igrejas matrizes, e, nos bairros, capelas construídas com a única finalidade da realização de rituais litúrgicos. A partir da década de sessenta, houve uma mudança de foco: a comunidade deve ser o local de celebrar mas, também, de refletir sobre a vida, alegrias e dificuldades dos sujeitos que nela estão inseridos. As capelas, também chamadas de comunidades, estruturalmente se constituíam em mini paróquias, isto é, mantenedoras de burocracias eclesiais já

tradicionalmente perpetuadas nos grandes templos matrizes, e, de certo modo, distante dos problemas mais urgentes do povo, particularmente os mais pobres. A partir desse contexto e pelas mudanças já mencionadas, a comunidade passou a ser um local de lutas por direitos sociais e celebração da vida. Como celebrar a ressurreição de Jesus Cristo, ápice do catolicismo, se na comunidade as crianças estavam morrendo por falta de comida e saneamento básico? Como protagonizar nossos jovens se, no bairro, a escola não tem turmas para anos complementares? Como celebrar o dia do trabalhador, se faltava trabalho para meus familiares, amigos e vizinho? Essas são algumas perguntas que eram levadas para a comunidade eclesial de base e nela e a partir dela surgiam às reflexões. Para Beozzo (1996, p. 130), ainda que muitos grupos busquem se auto definir como comunidade eclesial de base, está claro, porém, que os mesmos que realmente se identificam são os “grupos que têm nascido das camadas mais pobres e marginalizadas do campo, da periferia das cidades, mais recentemente dos bairros operários”.

Numa linguagem muito simples, porém, não simplicista, Libanio (2000, p. 134) contribui para que possamos entender melhor o objetivo das comunidades eclesiais de base:

A maioria nasceu do círculo bíblico. Grupos de cristãos se reúnem para ler juntos, em comunidade, a Bíblia. Mas não se trata de uma leitura qualquer, como papagaios, que repetem materialmente as palavras da Escritura e querem aplica-las à força sobre a realidade. [...] As CEBs lêem a Bíblia, a Palavra de Deus, com o olho no texto, com um pé na comunidade de fé e com outro na realidade social. Assim, os olhos descobrem muito mais coisas na Bíblia do que se eles a lessem desligados da realidade e da própria comunidade. Com os pés bem plantados na luta do povo, nos movimentos populares, na vida de família e de trabalho, a cabeça pensa várias coisas, levanta uma série de perguntas, tem uma quantidade de problemas, para os quais a Bíblia tem uma palavra de resposta.

Se até o Concílio Vaticano II a centralidade total do protagonismo eclesial estava vinculada aos clérigos, a partir dele, particularmente com o documento conciliar *Lumen Gentium*, em que a Igreja passou a ser definida como “Povo de Deus”, e com a Conferência de Medellín, os cristãos batizados, que não faziam parte do ministério sacerdotal ou outra especial consagração, definidos como leigos, ganharam reconhecimento, ainda que, até os dias atuais, na prática, não participem de importantes decisões da Igreja como, por exemplo, a escolha de um novo Papa.

Nem todo leigo realmente conseguia um espaço nas comunidades, na estrutura tradicional das capelas, com o formalismo de atuações. Por isso, as CEBs se apresentaram como uma novidade, pois favoreciam a participação do leigo simples, pobre, até mesmo analfabeto. Para Libanio (2000, p. 135):

Essa participação do leigo implica também um maior compromisso com a vida do povo. E como esse povo vive na pobreza, e, algumas vezes, na miséria, segue-se necessariamente um processo de conscientização e organização do povo para lutar pela melhoria de sua vida. E nessas lutas e organizações populares os membros das CEBs desempenham papel importante. Por isso, pode-se dizer que as CEBs são um novo jeito de ser Igreja, onde a Palavra de Deus e a vida comunitária comprometida com a luta do povo são pilasstras que a sustentam.

O protagonismo dos leigos, particularmente dos mais empobrecidos, por meio da participação nas CEBs, impulsionadas pela teologia da libertação, só foi possível porque tais elementos contribuíram para que as pessoas empobrecidas tomassem consciência, não apenas de si, mas, dos motivos que as levaram a estar nas situações de desigualdade social: fome, pobreza, abandono, falta de recursos básicos para uma vida com dignidade, mas também, de submissão eclesiástica. Alves (1979, p. 159), ampliou essa reflexão:

O vazio de consciência do próprio valor, como pessoa e como comunidade, fazia com que o padre ocupasse um lugar enorme. A sua ausência deixava os fieis desorientados. O esquema sócio-econômico e religioso era profundamente dominador. As consciências dos fieis não tinham condições de sobrepor-se a tal situação, que os envolvia em todas as partes. Na raiz estava a dominação econômica, com as suas ramificações políticas, culturais e religiosas. O antes da criação das CEBs [...] era, portanto, caracterizado por uma passividade, desconfiança de si, falta de consciência do próprio valor e possibilidades, submissão e acatamento dos valores e normas ditadas de fora, da autoridade política e religiosa. [...] Ao adquirirem consciência de sua própria originalidade, como indivíduos e como grupo que participa da construção de algo que é seu – imediatamente a Igreja, mas mediatamente também a sociedade – as comunidades se transformam.

Anos mais tarde, questionado sobre a importância das comunidades eclesiais de base para a Igreja na América Latina, realidade teológica que conheceu profundamente, particularmente após assumir funções de destaque nacional junto a CNBB, o bispo José Ivo Lorscheiter fez o seguinte comentário:

CEBs é a sigla para dizer Comunidades Eclesiais de Base. Para entender bem esse conceito, quero apenas dizer três palavras que devem ser levadas em conta. Comunidades: nós não seríamos Igreja verdadeira se não soubéssemos viver em comunidade, em congregação, em conjunto. Igreja é povo de Deus. Eclesial: uma realidade de Igreja, vivenciadoras das realidades da Igreja, onde se deve celebrar e viver a fé e assumir ideais sociais da humanidade que quer ser Igreja. Base: estamos aí num nível inicial da realidade de Igreja. A palavra base pode ter muitas aplicações outras. [...] No Brasil já há séculos nós temos um outro conceito de comunidade que são as chamadas capelas, termo principalmente usado, por exemplo, no Rio Grande do Sul. A paróquia, portanto, subsiste em várias capelas, que nem sempre têm a beleza de uma comunidade de base, mas deviam tê-la (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 61-62).

A partir desta dinâmica das CEBs, novos problemas passaram a existir entre os católicos. Na realidade, não passaram a existir, pois já existiam, a grande diferença é que, iluminados pela reflexão bíblica, os problemas da vida refletiam em seus olhos e nos encontros nas comunidades iniciava o debate de alternativas para solucioná-los. Por isso, as comunidades eclesiais de base não se fecharam numa atuação somente interna das questões eclesiais, mas passaram a se aliar a movimentos populares, sindicatos, cooperativas, pois as dificuldades do povo eram as dificuldades das próprias comunidades de base. No Brasil, as comunidades eclesiais só não se manifestaram de forma mais contundente para a resolução de problemas sociais visto que o país vivia uma ditadura militar, marcada pela censura e repressão, com o falso discurso de manutenção da ordem nacional. Os militares passaram a identificar os grupos que se reuniam em pequenas comunidades como grupos subversivos. Sendo assim, era necessário monitorá-los, para que os mesmos não influenciassem a massa da população em movimentos de oposição.

Em sua pesquisa, Reichert (2011) abordou aspectos da implementação dos contributos de Medellín para a Igreja católica na arquidiocese de Porto Alegre. Vale ressaltar que dom José Ivo foi bispo auxiliar de Porto Alegre de 1966 até abril de 1974, e, entre as funções que lhe cabiam junto a arquidiocese, umas das mais relevantes foi tornar acessível para padres e leigos as conclusões Conciliares e de Medellín. Conforme Reichert (2011, p. 32), a Arquidiocese de Porto Alegre criou uma escola de formação para leigos, com o objetivo de aproximá-los das conclusões de Medellín, tendo como responsáveis “dom José Ivo Lorscheiter, coordenador da pastoral Arquidiocesana e diretor do Instituto de Pastoral Sul III e a Irmã Teresinha Ritter”.

Dom Alfredo Vicente Scherer foi o bispo brasileiro mais votado durante a Assembleia Geral da CNBB, em 1968, para participar da II Conferência do Episcopado da América Latina, o que facilitou a transmissão dos conteúdos ao seu bispo auxiliar dom José Ivo, sobre os aspectos mais relevantes e a maneira mais conveniente de apresentá-los a seus interlocutores. O que podemos, sim, e estamos fazendo, é levantando a hipótese de que dom Alfredo Vicente tenha dado indicações de pontos a serem mais desenvolvidos, visto este prelado ser tido como de uma postura eclesiástica conservadora, ou seja, buscava garantir seus interesses eclesiásticos.

E como um dos fortes e envolventes momentos de difusão do Vaticano II e de Medellín, a arquidiocese de Porto Alegre realizou, em 1970, um evento religioso denominado “Sínodo do Povo de Deus da Arquidiocese de Porto Alegre”, tendo como presidente da Comissão Central

do evento⁸³ o bispo auxiliar dom José Ivo que, conforme Reichert (2011, p. 58), foi o evento no qual dom José Ivo se destacou como uma importante liderança para a arquidiocese de Porto Alegre. Participaram do lançamento o arcebispo de Porto Alegre, representantes dos religiosos, membros de outras denominações cristãs, representantes dos movimentos laicos da arquidiocese. Contudo, tendo presente que neste período conturbado da história política brasileira alguns padres da arquidiocese estavam sob vigilância do governo militar em virtude de suas posturas políticas consideradas progressistas, subversivas e aliadas à correntes de esquerda, o lançamento do Sínodo não contou com a presença dos representantes militares, mesmo que o arcebispo metropolitano sempre tenha mantido um relacionamento de cordialidade com estes setores (REICHERT, 2011, p. 57).

Além disso, para Reichert (2011):

Estavam bem presentes as motivações do Sínodo na Comissão Central, pois reforçadas por Dom Ivo, quando diz que é a resposta da Igreja da Arquidiocese de Porto Alegre, pondo em prática aquilo que o Concílio Vaticano II e Medellín pedem que se criem grupos de Comunidade Igreja. Esta renovação acontece a partir de uma conscientização referente à realidade, sendo esta comunhão de engajamento corajoso, transformando a vida à luz da Palavra de Deus (REICHERT, 2011, p. 74).

Diante deste cenário eclesiológico de transformações e inovações, seja por meio da realização do Concílio Ecumênico Vaticano II e, particularmente, com a Conferência de Medellín para a América Latina, em que a teologia ganhou uma perspectiva de aproximação das realidades concretas, visando a libertação das injustiças, abandonando o foco teológico europeu que sustentou e submeteu os fieis latino-americanos por longos séculos, bem como pela organização das CEBs e sua busca pela conscientização, corroboramos com Beozzo (1996, p. 153), quando o autor afirma que:

Há na história da Igreja na América Latina um antes e um depois de Medellín. Naqueles poucos dias, consolidou-se a consciência de uma identidade eclesial latino-americana, ficando claros os imensos desafios e as novas tarefas que incumbiam aos cristãos da América Latina e às Igrejas de cada país frente à realidade, tanto eclesial, quanto econômica, política e social.

⁸³ A Comissão Central do Sínodo era composta pelas seguintes pessoas: “Dom Ivo Lorscheiter; Pe. Augusto Dalvit; Pe. Máximo Benvegnú; Irmão Pedro Ruedell; Irmã Catarina de David; Dr. Jorge Furtado; Dra. Derci Furtado; Sra. Suely Cestari; Sr. Carlos Haesbaert; Sr. José Francisco Miranda da Cunha; Srta. Maria de Lourdes Clezar” (REICHERT, L. **A Influência da Conferência de Medellín na vida eclesial da Arquidiocese de Porto Alegre no período de 1968 a 1979**. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5845/1/431683.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2016, p. 73).

Porém, no mesmo ano em que a Igreja na América Latina se protagonizou por meio da Conferência de Medellín, o Brasil se deparou com o avanço dos métodos repressivos dentro da ditadura que fora instalada em 1964. Ainda que sob a presidência de Castelo Branco (1964-1967), que ordenou “que nenhum padre fosse detido sem a prévia e expressa autorização da Presidência da República” (ALVES, 1979, p. 201), em dezembro de 1968, sob o governo de Costa e Silva (1967-1969), entrou em vigor o Ato Institucional número 5 (AI-5), em que “o aprimoramento do aparato repressivo do governo ensejou a intensificação das perseguições aos opositores, incluindo os membros do clero e, desse modo, levou a CNBB a adotar posições mais críticas em relação ao Estado” (GOMES, 2014, p. 51).

No capítulo seguinte procuraremos situar dom José Ivo Lorscheiter neste cenário de ditadura civil-militar no Brasil. A década de 1970 foi de grandes mudanças para a trajetória política e eclesial de dom José Ivo. Inesperadamente, foi eleito por duas gestões como secretário-geral da CNBB e, por igual período, como presidente da mesma entidade. Em virtude das funções que passou a exercer, se deparou com situações difíceis e que lhe exigiram uma postura determinada e entendemos que suas posições são resultado de uma virada de perspectiva eclesial, isto é, das mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, bem como da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano.

3 A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHETER DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

3.1 TENSÕES ENTRE O ESTADO AUTORITÁRIO E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: ASPECTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

O final da década de sessenta foi um período marcado por muitas dificuldades na relação Igreja católica e Estado brasileiro. Após a instalação da ditadura civil-militar no país, em 1964, justamente entre a segunda e a terceira sessão de realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, a Igreja, num primeiro momento, entendeu que o país rumava para a instabilidade e segurança, pois, como tratado no capítulo anterior, o temor estava relacionado à difusão das ideias comunistas e, com os militares a frente da nação, dificilmente os comunistas teriam êxito no país, tal como havia ocorrido em Cuba e que gerou temor em muitos outros lugares. Porém, com o passar dos anos, parte do clero passou a questionar o modelo ditatorial. Assim, a Igreja católica, que estava em um processo de readaptação de suas ações pastorais e teológicas, consequência das conclusões Conciliares e da Conferência de Medellín, bem como todos aqueles que questionassem atitudes do governo e se manifestassem publicamente, fossem clérigos ou leigos, ainda que indiretamente, passaram a ser considerados inimigos da pátria e, portanto, precisavam ser corrigidos. A violação dos direitos humanos foi uma das marcas que os vinte e um anos de ditadura deixaram para o país. Perseguições, sequestros, torturas das mais variadas formas, censura e mortes são alguns dos exemplos que podemos citar, como resultado da falta de tolerância e da opção por práticas repressivas.

Os membros da hierarquia da Igreja católica, em sua grande maioria, animados pelas conclusões Conciliares e, posteriormente, com a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano se depararam com um cenário muito difícil. Animados pela Teologia da Libertação e pela expansão das Comunidades Eclesiais de Base, muitos fieis, juntamente com sacerdotes e bispos, passaram a ser vistos como opositores do governo e inimigos do Brasil, pelo fato de problematizarem questões como a reforma agrária, tema este que o governo ditatorial relacionava ao comunismo. Juntamente com a população civil, lideranças católicas, ao tentar questionar e combater as práticas adotadas pelos governantes, foram violentadas das mais diversas formas por militares identificados, alguns destes foram identificados, outros, até os dias atuais estão desaparecidos e fazem parte das incógnitas da história recente do Brasil.

Se em 1964, leigos e eclesiásticos, tendo como protagonistas muitas mulheres católicas “que desceram às ruas, recitando o rosário e cantando hinos religiosos e patrióticos, suscitando o apoio de milhões de cidadãos e dando aos militares a sensação de que o povo estava com eles e era hora de agir” (FLORIDI, 1973, p. 216), a partir de 1968, muitos destes, arrependidos, se colocaram contra os militares, pois o modelo que havia se instalado, não trouxe liberdade, pelo contrário, a ordem era de submissão e repressão irrestrita.

Assim, após o golpe civil-militar, em 1964, nas “Marchas da família com Deus pela Liberdade”, a população que defendia a “Segurança Nacional e a necessidade de um programa de purificação ideológica e ética, afastando definitivamente do cenário político os elementos corruptivos e subversivos” (BARROS, 2003, p. 159), a partir de 1968, com a instalação do Ato Institucional número 5 (AI-5), “um golpe dentro do golpe” (BARROS, 2003, p. 169), ou, como definiu Enrique Dussel (1981, p. 184) “a repressão mais impressionante da história do Brasil”, afastava a Igreja dos interesses militares e a aproximava da população e as divergências se tornaram frequentes entre hierarquia católica e a governamental.

A Igreja católica passou por momentos de mudança de adesão. Se, primeiramente, o foco era criar uma unidade institucional, e, como resultado, nasceu a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, posteriormente, a mesma, por meio da reflexão de seus intelectuais e impulsionada por movimentos considerados progressistas em seu interior, buscou aproximar-se das realidades mais pontuais de seus membros, particularmente dos pobres e marginalizados, que estavam submetidos a um governo ditatorial. Além disso, surgiu na Igreja da América Latina a busca pela aproximação com as bases, grupo social e religioso que fora, secularmente, ignorado pela cúpula eclesiástica. O teólogo e ex-frade franciscano Leonardo Boff, um dos intelectuais da teologia da libertação que mais produziu textos problematizadores acerca da Igreja e o poder dos membros da sua hierarquia, contribuiu para identificar três etapas da Igreja na segunda metade do século XX que levam ao entendimento sobre a postura da Igreja, não apenas em questões internas, mas, também, frente a ditadura civil-militar brasileira:

Num primeiro momento, que vai de 1950 a 1965, trata-se da Igreja-grande-instituição que se renova e impõe a renovação. No segundo momento, de 1962-1970, é a Igreja-na-base a portadora da renovação, criando uma dinâmica qualitativamente diferente da anterior. No terceiro momento, de 1968 a 1975, nota-se um esforço de convergência: a instituição se apoia nas bases e as bases dão um novo sentido à instituição (LEONARDO BOFF apud DUSSEL, 1981, p. 183).

Porém, entendemos que boa parte da postura de oposição à ditadura por parte dos membros da cúpula católica brasileira não se deu apenas pelo fato de que fieis começaram a

sofrer com as atrocidades do governo ditatorial, mas, justamente, pelo fato de que os militares começaram a romper com “privilégios” (ALVES, 1979, p. 185) e violentar sacerdotes, freiras e bispos, isto é, pessoas de destaque dentro da instituição. Em sua longa pesquisa, dividida em três obras, Enrique Dussel (1981) elencou alguns atos de violência contra religiosos no Brasil, considerados subversivos e apoiadores da infiltração comunista no país:

Em agosto (1968), o sacerdote operário de São Paulo, Pierre Wauthiers, é expulso do país por participar de uma greve (p. 184). [...] Em Recife, no dia 15 de dezembro (1968), os padres Darrell Rupiper e Peter Grams foram encarcerados sem motivo. A tortura se estendeu até limites impensáveis (p. 186-187). [...] *Vozes*, a revista católica, deixa de aparecer no dia 3 de setembro de 1969, no meio de perseguições e por delatar as torturas que se vêm realizando desde 1968. Pelos mesmos motivos, D. Calheiros é encarcerado com 11 dos seus sacerdotes, acusado de subversão, por ter dado a conhecer uma carta pastoral denunciando as torturas (p. 187). [...] na noite de 26 para 27 de abril de 1969, um grupo prendeu o padre Antonio Henrique Pereira Neto, que até às 22:30h estivera em reunião, dialogando com padres e estudantes, e foi vilmente assassinado. Apareceu no dia seguinte amarrado numa árvore tendo sido arrastado e quase despido, e por fim assassinado com três balas. Tinha 28 anos; era capelão da Juventude Católica (JUC, JEC) de Recife, secretário de Dom Helder. O próprio palácio arquiiepiscopal de Manguinhos apareceu pintado com cartazes alusivos (p. 188). [...] Os bispos do Nordeste reunidos entre 25 e 26 de agosto (1969) denunciam as torturas que se vêm realizando. [...] o padre Soares do Amaral esteve preso quatro meses sem motivo (p. 188-189). [...] No dia 12 de setembro de 1968, a CNBB manifesta a sua solidariedade a D. Waldir Calheiros, que foi objeto do abuso da polícia militar. O bispo tinha defendido 16 sacerdotes acusados de subversão. [...] o dominicano Tito de Alencar, em fins de fevereiro de 1970, depois de doze horas de torturas “abriu as veias”. Tito ficará tão transtornado psicologicamente pelas torturas que acabará tirando-se a vida em Toulouse, para onde se retirou tempos depois. Ele mesmo relata as horas intermináveis de “pau-de-arara”, de choques elétricos por todo o seu corpo (inclusive boca e testículos), golpes em seus ouvidos, pontadas com facas, frio, fome durante muitos dias seguidos (p. 189-190). [...] a irmã Maurina Borges da Silveira testemunhou que “durante 19 dias esteve incomunicável em outubro de 1969. O arcebispo metropolitano de Ribeirão Preto, Dom Felício da Cunha Vasconcelos, obteve evidências incontrovertíveis de que a irmã Maurina tinha sido submetida a choques elétricos (p. 190). [...] Dom Helder era silenciado (p. 191). [...] No dia 17 de janeiro de 1970, Waldir Calheiros foi submetido a um interrogatório policial. [...] Em julho foi invadida a paróquia dos padres José Antônio Monteiro e Xavier de Maupeau, em Urbano Santos (São Luís). Pouco depois, eles são presos e torturados (4 de agosto). Confirma-se também a prisão do padre Geraldo Vieira Bonfim. Expulsam-se os padres Jean Talpe e Friedrich Schrage, por subversão entre os operários de Osasco (p. 193). [...] O ano de 1971 não trouxe novidades [...] De Volta Redonda, D. Waldir Calheiros denuncia as torturas sofridas pelo padre Natanael Campos e outros líderes de sua diocese. Em São Paulo, o padre Júlio Vicini e sua assistente Yara Spadini são encarcerados no dia 22 de janeiro (p. 195). [...] O padre Hélio Soares do Amaral é condenado a 20 meses de prisão no dia 20 de setembro, por utilizar o púlpito para propaganda subversiva. A arquidiocese de Fortaleza manda colocar em todas as portas das igrejas uma nota onde se denuncia o encarceramento do padre Daniel Jouffre. [...] Reunidos em Bacabal (1972), 23 bispos do Nordeste se solidarizaram com D. Frágoso, vítima de uma campanha difamatória por parte do governo. [...] No dia 10 de fevereiro invade-se uma pequena possessão do bispado de Mons. Casaldáliga, por ordem do Ministro Buzaid, porque o bispo tinha denunciado a injustiça que se comete com os camponeses e pelo silêncio que lhe havia imposto este ministro. Os camponeses são maltratados por “jagunços”, e o padre Jentel, que estava à frente dos camponeses, foi objeto de ameaças de morte. No dia 27 de abril, o *Jornal do Brasil* acusa Casaldáliga por ter lançado os camponeses contra a polícia. Seja como for, continua defendendo o padre Jentel contra o delegado Ivo de Albuquerque. Nesta mesma ordem de coisas,

o bispo de Campina Grande, D. Manuel Ferreira da Costa, fez ler em todas as igrejas de sua diocese um protesto porque o Major do Exército Antonio de Paulo Câmara lhe havia pedido uma missa em memória da Revolução. Ao negar-se, o Major o insultou, proibiu-o de assistir um ato público, e quando o bispo de fez presente, o prendeu e o fez voltar à força para a sua residência (p. 196-197). (Em 1972) Robert de Valicourt foi torturado, e com ele foram presos o bispo Avelar, de Marabá, a irmã Maria das Graças e o padre Riallard (DUSSEL, 1981, p. 186-197).

Ainda sobre relatos de membros da hierarquia católica que sofreram diretamente com o governo militar, em virtude de suas posturas de oposição às formas de violações dos direitos humanos, encontramos em Gomes (2014, p. 72) mais uma situação, ocorrida em 1976:

O bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, foi sequestrado e torturado por grupos armados de direita. Dom Adriano, assim como dom Waldyr, havia elaborado sua estratégia de oposição à ditadura com base na defesa dos direitos dos trabalhadores. A sua diocese, localizada na Baixada Fluminense, estava numa região com forte atividade industrial e graves problemas sociais. o envolvimento com o operariado fazia esse bispo ser facilmente identificado pelo regime como um defensor do comunismo.

Porém, tanto Gomes (2014), quanto Serbin (2001), são unânimes em definir como ponto decisivo para a crise entre Estado e Igreja o evento ocorrido em 1970, quando o agentes do Dops da Guanabara e do Primeiro Exército invadiram a sede do Ibrades, entidade criada pela CNBB, juntamente com a Conferência dos Religiosos do Brasil, e privaram da liberdade, por algumas horas, dom Aloísio Lorscheider:

Dirigido por Jesuítas, o Ibrades treinava Jocistas e outros militante de movimentos populares com a finalidade de implementar o movimento da Igreja por justiça social. [...] Quando entraram no centro de estudos, os agentes maltrataram vários religiosos, inclusive o padre Pedro Belisário Velloso Rebello, provincial dos jesuítas, e o padre Ormindo Viveiros de Castro, reitor da PUC-RJ. Os soldados também vasculharam os quartos privativos dos padres à procura de escritos subversivos, até mesmo os do diretor, padre Ávila, intelectual que anteriormente fora considerado pelos generais como possível ministro da Educação e que era visto por alguns dos membros do regime como um veemente anticomunista e “anti-Helder”. [...] Para as relações entre a Igreja e o Estado, o pior de tudo foi a detenção de dom Aloísio, secretário-geral da CNBB. Os agentes o mantiveram incomunicável por mais de quatro horas. [...] Os ataques à joc e ao Ibrades ressaltavam a arbitrariedade da violência do regime e o crescente desrespeito do Exército pela Igreja como instituição. A Igreja e o regime estavam à beira da ruptura (SERBIN, 2001, p. 190-192).

No acirramento das atitudes repressoras de setores do governo de um “Estado superpotente” (MORAIS, 1982, p. 116) contra membros da Igreja católica, não apenas dos leigos em geral, mas principalmente pelos atos terem atingido membros da hierarquia religiosa, numa tentativa de silenciar a instituição em seus próprios domínios de atribuições, a entidade representativa da Igreja no Brasil, a CNBB, passou a se posicionar de forma opositora ao

governo ditatorial vigente e a reivindicar com frequência e lutar pelos direitos humanos, isto é, “a nova expressão da prática da Igreja” (COMBLIN apud MORAIS, 1982, p. 116), temática ainda pouco desenvolvida no interior da instituição religiosa mas que, durante as décadas de setenta e oitenta, passou a ser objeto da cúpula católica e das comunidade eclesiais de base.

3.2 OS PRIMEIROS ANOS DE EPISCOPADO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER FRENTE À DITADURA INSTALADA NO BRASIL

Como vimos anteriormente, após a nomeação episcopal de dom José Ivo, sua trajetória eclesiástica sofreu uma guinada, não apenas pelas mudanças de atividades religiosas e aumento de funções junto à Igreja católica mas, sobretudo, pelas contribuições e orientações pastorais oriundas do Concílio Ecumênico Vaticano II e da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Além disso, o jovem bispo também se defrontou com um país no qual havia se instalado, também com o apoio de lideranças católicas, uma ditadura civil-militar e que durante vinte e um anos extirpou da nação a possibilidade legal de discordância e questionamento. Como um dos pontos altos do período repressivo, no dia 13 de dezembro de 1968, pouco tempo após a conclusão da Conferência de Medellín, que abordou em seu documento conclusivo aspectos sobre paz e justiça, foi instalado o Ato Institucional número 5 (AI-5), “institucionalizando-se, assim, o arbítrio” (MORAIS, 1982, p. 118). Dom José Ivo, após aprofundar-se nos documentos eclesiais e deparar-se com as diversas formas de violações que se instalavam, progressivamente foi ganhando espaço no cenário político-religioso nacional pois, a partir da década de 1970, assumiu funções de destaque junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O final da década de 1960 exigiu da Igreja católica atitudes mais radicais. Contudo, não houve uma uniformidade de pensamento no interior da CNBB, instituição representativa da Igreja no Brasil. A instalação do golpe civil-militar e, posteriormente, ditadura civil-militar, coincidiu com a mudança na presidência da CNBB, assumindo o poder um grupo de bispos com uma postura conservadora⁸⁴, “o que contribuiu para fortalecer o posicionamento inicial dessa frente aos militares” (GOMES, 2014, p. 45), mas que paulatinamente deparou-se com

⁸⁴ O novo presidente passou a ser dom Agnelo Rossi, conhecido por ter inclinações mais conservadoras, e a secretaria geral foi assumida por dom José Gonçalves, um burocrata dos negócios da Igreja. O antigo ocupante desse cargo, dom Helder, foi transferido para a diocese de Olinda e Recife, após uma bem articulada atuação de dom Jaime Câmara. Dom Vicente Scherer foi nomeado para cuidar dos assuntos leigos e, nessa posição, contribuiu para o desmantelamento da JUC, que estaria concluído em 1966 (GOMES, P. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 45).

tamanhas brutalidades que levou bispos tidos como conservadores a adotarem um discurso e postura diferenciados. Porém, inegavelmente, “entre os anos de 1964 e 1968, a CNBB voltou-se mais para os seus assuntos internos do que para questões políticas e sociais. [...] Os bispos calavam-se acerca do governo militar, da repressão e mesmo dos problemas sócio econômicos” (GOMES, 2014, p. 45).

Sobre a posição de dom José Ivo na década de 1960, não encontramos em nenhum autor pesquisado uma definição sobre a postura do religioso, isto é, se o religioso compunha o quadro de bispos conservadores, moderados ou progressistas. Entretanto, em nossa análise, entendemos que o jovem bispo, que ainda nem completara cinquenta anos de vida, em virtude de sua formação teológica, simpatizava com uma Igreja mais conservadora mas, em virtude dos grandes eventos da Igreja no período, passou por um processo de mudança de pensamento. Se retomarmos o tema central de sua Tese de Doutorado, na Universidade Gregoriana, em Roma, e novamente olharmos os capítulos da mesma, encontraremos um religioso preocupado com a manutenção da Tradição da instituição. Contudo, impulsionado pelo Concílio Vaticano II, particularmente, o mesmo precisou realizar uma atualização teológica, o que facilitará sua aproximação com movimentos progressistas da Igreja. Entretanto, nos deparamos com uma situação contraditória, apresentada por um veículo de comunicação, e a qual levantamos dúvida sobre sua veracidade.

No capítulo anterior, vimos que coube a dom José Ivo difundir as conclusões do Vaticano II e, mais precisamente, da Conferência de Medellín. O ano de 1968 trouxe consigo o AI-5 e, com ele, a intensificação da violação dos direitos humanos. Não bastasse, em setembro de 1969, entrou em vigor o Ato Institucional número 14, o qual deu nova redação a Constituição, porém, “acrescentando que não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar”⁸⁵. Alguns prelados e outras lideranças católicas se manifestaram favoráveis à nova lei. Contudo, uma reportagem veiculada pelo Jornal *O Estado de São Paulo*⁸⁶, apresenta dom José Ivo favorável à pena de morte, uma

⁸⁵ BRASIL. Ato Institucional Nº 14, de 5 de setembro de 1969. Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil, acrescentando que não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de guerra extrema, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar – esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício no exercício de cargo, função ou emprego na administração pública direta ou indireta. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5.09.1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-14-69.htm> Acesso em: 15 dez. 2016.

⁸⁶ No ano de 2002, durante os eventos alusivos aos cinquenta anos da CNBB, dom José Ivo Lorscheiter já apontava este jornal, juntamente com outros, como um veículo de comunicação que buscava macular a imagem de lideranças católicas, com ênfase nos eclesiásticos (LORSCHHEITER, D. J. I. Testemunho de alguns membros da atual e de

temática combatida nos últimos anos pela Igreja católica. Segundo o jornal⁸⁷, para dom José Ivo “a pena de morte nunca foi realmente rejeitada pelos princípios teológicos e morais da Igreja Católica”. E, ainda, ele teria acrescentado: “pessoalmente, no entanto, ponho em dúvida a eficácia da pena de morte para se conseguir os objetivos legítimos visados”. Porém, o mesmo jornal, dois anos depois⁸⁸, traz uma nota da CNBB, assinada por dom José Ivo, já secretário geral da CNBB, na qual refuta com veemência a possibilidade de pena de morte no Brasil. Nesta, temos uma perspectiva mais coerente da atuação e posicionamentos de dom José Ivo:

Sentimos o direito e o dever de esperar e pedir que a pena capital não seja aplicada, pois ela não parece medida adequada para tutelar a ordem pública ou reparar crimes cometidos. Gostaríamos de contribuir para que cessem os atos de terrorismo, especialmente quando eles culminam no trucidamento de preciosas vidas humanas. Não nos cansaremos de trabalhar pela justiça e de apoiar os que a buscam, mas não concordamos com a violência ou crueldade, quer revolucionária, quer repressiva. Apelamos para a índole feliz do povo brasileiro, a fim de que o País encontre finalmente o caminho pacífico do seu desenvolvimento. Lembramos que esta, e não outra, é a intenção e a legítima preocupação da Igreja, que será sempre melhor interpretada na medida que houver clarividência e objetividade por parte de todos (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/03/1971, p. 01).

Em 1969, dom José Ivo ainda não ocupava função de destaque em âmbito nacional junto à CNBB. Porém, pelo fato de ser subsecretário do Regional Sul da CNBB, compunha o grupo denominado de Comissão Central da CNBB. Este grupo reuniu-se em setembro de 1969, na cidade do Rio de Janeiro, tendo entre seus participantes, dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e dom José Ivo Lorscheiter. Na oportunidade, os trinta e oito bispos presentes assinaram e divulgaram um documento que, conforme eles, “seguia as linhas do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín”, e no qual abordaram aspectos acerca das violações dos direitos humanos, em amplo processo de crescimento no país. Inicialmente, a nota se apresenta como um “posicionamento da Igreja” para o momento que o Brasil atravessava. Além disso, reconheceu que o país estava em “regime de exceção, circunstancial e transitório”, contudo, já estava na hora do retorno da “normalidade jurídica, mediante uma Constituição capaz de consultar os reais interesses e anseios nacionais” (DECLARAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB, 1969, p. 359). No que diz respeito a proximidade com as realidades concretas do povo, como defendiam os teólogos da libertação e as comunidades

antigas presidências da CNBB. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 510).

⁸⁷ DAS SUCURSAIS E DO SERVIÇO LOCAL. Pena capital aguarda lei de regulamentação. **O Estado de São Paulo**, 11/09/1969, p. 5.

⁸⁸ DA SUCURSAL DO RIO. CNBB não quer pena de morte. **O Estado de São Paulo**, 23/03/1971, p. 1.

eclesiais de base, a nota dizia que a postura da Igreja “não pode ser indiferente à situação concreta do povo” (DECLARAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB, 1969, p. 360), isto é, a Igreja, os religiosos, devem se fazer presente junto às comunidades empobrecidas e violadas em sua dignidade e buscar a superação das injustiças.

Um dos aspectos mais fortes do documento foi a constatação explícita da Igreja dos atos de violência que cerceavam a liberdade de quem se posicionasse contrário ao governo ditatorial:

Verificamos, com profunda tristeza, o alargamento dos conflitos ideológicos no seio da família brasileira. Lamentamos as posições radicalizadas em suas variadas manifestações, como os movimentos terroristas de direita e de esquerda, atividades clandestinas, prisões, torturas, sequestros e, fruto trágico deste clima, a pena de morte. A precipitação e a violência dos inconformados trazem consigo males às vezes irreparáveis. A força pela força não promove a solidariedade, antes estimula a clandestinidade. Como pastores, grande será a nossa alegria quando tivermos a certeza de que a despeito das divergências das opiniões há lugar para todos na construção da cidade dos homens, a caminho da casa do Pai” (DECLARAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB, 1969, 360).

Por fim, o mesmo documento buscava apaziguar os ânimos dos brasileiros, um apelo de abnegação, para que não resistissem, não perturbassem a ordem social, pois talvez com isto a vida se normalizasse:

Todos os brasileiros a um verdadeiro desarmamento dos espíritos, de tal modo que se normalize a vida do País, de direito e de fato, no respeito aos valores humanos e divinos, [...] na eliminação dos sintomas de perturbação social pela aplicação dos princípios da justiça e da liberdade na responsabilidade (DECLARAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB, 1969, p. 361).

Tão logo foi concluída a reunião na CNBB, a Revista *Veja*, periódico que surgiu no auge período da ditadura com apoio dos setores militares que estavam no poder do país, publicou uma matéria⁸⁹ em que trazia à discussão aspectos sobre subversão e repressão, desafios para o novo presidente ditatorial. Apesar de ser uma revista que sempre procurou defender os interesses dos militares e das elites brasileiras que apoiaram o golpe civil-militar, na entrevista com José Ivo, bispo auxiliar de Porto Alegre, sugeriu ao presidente militar, que assumiu o poder em 1969, Emílio Garrastazu Médici, aspectos a serem mudados, visto as consequências após a implementação do AI-5:

Em primeiro lugar é necessário definir exatamente o que é subversão, para não confundi-la com quaisquer atitudes de inconformismo diante de situações injustas vigentes. Em segundo lugar, ninguém deveria ser punido sem direito de defesa. Em

⁸⁹ COMO conciliar repressão com liberdade? *Veja*, São Paulo, nº. 57, 08 out. 1969, p. 36.

terceiro, me parece não só anticristão, como contraproducente, marchar de repressão em repressão, com medidas sempre mais violentas (VEJA, 1969, p. 36).

Conforme o trecho atribuído a dom José Ivo, pela revista *Veja*, o prelado estava preocupando em problematizar um dos pontos mais refutados pelos setores militares que estavam no governo: a subversão. No entendimento dos dirigentes políticos, subversivos eram as pessoas que se opunham às diretrizes e/ou normativas apresentadas pelo governo. Para a Igreja, conforme expressou dom José Ivo, subversão não poderia ser confundida com inconformismo. Além disso, sob inspiração da Conferência de Medellín, os direitos humanos precisavam ser respeitados, sendo que, aquele que fosse detido pelos militares, deveria ter o direito de defesa, e não ser violentado de forma truculenta.

O texto da reportagem acima pode ser relacionado a alguns dos acontecimentos deste mesmo período, final de 1969, quando alguns sacerdotes, religiosos, seminaristas e leigos, não apenas em São Paulo, mas também no Rio Grande do Sul, foram, além de investigados, perseguidos e presos, sob a acusação de apoiarem atos terroristas e ações subversivas. Dom Alfredo Vicente, arcebispo de Porto Alegre, em sua alocução semanal junto aos meios de comunicação, trouxe à tona o que ocorrera. Conforme o arcebispo, alguns sacerdotes do clero metropolitano de Porto Alegre, além de outros padres que estavam hospedados em São Leopoldo e participavam de um curso denominado *Christus Sacerdos*, um religioso de uma congregação de ensino e um religioso dominicano, estudante de teologia, foram detidos e longamente interrogados.

O boletim informativo da Arquidiocese de Porto Alegre (*Unitas*), no mês de novembro de 1969, trouxe os nomes dos religiosos detidos: Irmão Antonio Cechin, da congregação dos Irmãos Maristas, diretor do Centro Juventude e Cultura, que, juntamente com sua irmã, Matilde Cechin, organizaram publicações de ensino religioso para professores, catequistas de crianças e jovens, a partir das conclusões Conciliares e de Medellín, buscando problematizar as realidades dos sujeitos envolvidos naquele processo formativo. Esse material foi proibido pela *Divisão de Segurança e Informações* do MEC e recolhidos por autoridades policiais “considerado de cunho nitidamente subversivo” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1969, p. 432). Contudo, o arcebispo de Porto Alegre pediu ao Inspetor Seccional do MEC a não suspensão e apreensão do material, visto que organizaria uma comissão para fazer as melhorias oportunas nas publicações (SCHERER, 1969, p. 433). A inspetoria comunicou a dom Alfredo Vicente que enviaria seu pedido a instâncias superiores, mas aquela determinação deveria ser cumprida. Dom Alfredo Vicente encaminhou uma mensagem para os grupos e escolas que já haviam adotado o material, dizendo para não executarem a ordem

recebida de suspender o material de ensino religioso e não se fazer “a divulgação do presente aviso pelos meios de comunicação social” (SCHERER, 1969, p. 433-434). Juntamente com Irmão Antonio Cechin, “fora detido seu irmão Eugênio Cechin e o Pe. Joannes Ludovicus Josephus Verdonschot, OFM, sacerdote holandês fazendo o Curso ‘*Christus Sacerdos*’, em S. Leopoldo” (CONSELHO PRESBITERAL, 1969, p. 447-449). Outros detidos foram “Pe. Edgar Jotz, pároco da igreja Santa Cecília e sr. Camillo Borrué Garcia, ex-seminarista jesuíta, ainda aluno da faculdade de Teologia Cristo Rei”. O religioso dominicano, Frei Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido como Frei Betto, expoente da teologia da libertação, que a época cursava o primeiro ano de teologia no Seminário Cristo Rei, em São Leopoldo, além de ter sido preso por um longo período, sofreu diversas sessões de tortura. Juntamente com mais dois dominicanos, Frei Ivo e Frei Fernando, organizaram o Livro *O canto na fogueira*⁹⁰. No final de novembro de 1969, ainda permaneciam detidos: Pe. Manoel Vasconcelos Valiente, pároco da Igreja da Piedade; Mons. Marcelo Carvalheira, do clero de Recife e Pe. Hermano Curten, OFM, sacerdote alemão, os dois últimos fazendo em S. Leopoldo o Curso *Christus Sacerdos*, e ainda o seminarista jesuíta Francisco Falcão e Castro, aluno da Faculdade de Teologia Cristo Rei.

A partir destes dados, entende-se que havia dois discursos do clero, um oficial e outro intramuros, quando dom Alfredo Vicente diz para os professores não executarem a ordem recebida de suspender o material de ensino religioso. Ao mesmo tempo em que tinha ouvido mouco, publicamente apresentava uma postura cautelosa, como na sua alocução: “as investigações das autoridades policiais não têm o objetivo de julgar e lavrar sentenças; cabelhes fazer levantamentos e conhecer da participação ou não de pessoas suspeitas ou denunciadas em fatos que as leis consideram delituosos e punem com sanções” (SCHERER, 1969, p. 425). Entretanto, logo a seguir, faz uma crítica a alguns meios de comunicação pelos julgamentos precipitados que levantavam uma “ideia errônea” acerca das prisões, visto que emitiam a “sentença” definitiva aos detidos, sem os devidos tramites necessário (SCHERER, 1969, p. 426).

As prisões que ocorreram no território geográfico da arquidiocese de Porto Alegre geraram ambíguas reações. Se de um lado, um grupo de católicos, entre leigos e eclesiásticos, regozijavam com as atitudes dos militares, por outro, um grupo, tendo à frente diversos sacerdotes, tomaram a iniciativa de pedir ao arcebispo que intercedesse pelos capturados. A medida não seria tão prontamente atendida, até porque o arcebispo metropolitano sempre

⁹⁰ BRITO, F. F.; LESBAUPIN, F. I.; CHISTO, F. C. A. L. **O canto na fogueira**: cartas de três dominicanos quando em cárcere político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

manteve relações de cordialidade com os militares que governavam o país e que atuavam na capital do Rio Grande do Sul. Neste período, ele também exercia o cargo de vice-presidente da CNBB, o que lhe exigia prudência antes de qualquer manifestação contrária, sob pena de comprometer a Igreja no Brasil como um todo. Assim, optou em convocar uma reunião extraordinária do Conselho Presbiteral para que o tema fosse amplamente exposto e, em conjunto, fossem buscadas alternativas.

Após os relatos dos acontecidos, coube ao coordenador do Conselho Presbiteral, dom José Ivo Lorscheiter, fazer três perguntas que resultariam em ações concretas: “1) Que fazer pelos detidos? 2) Que fazer para informar a opinião pública? 3) Que dizer aos fieis nas pregações do próximo domingo?” (LORSCHTEITER apud CONSELHO PRESBITERAL, 1969, p. 448). Com relação à primeira pergunta, “ficou decidido que o cardeal iria visita-los, com a permissão da Secretaria de Segurança Pública; seria constituído advogado para acompanhar os inquiridos [...]; seria estudada a proposta de transferir os detidos da prisão do DOPS para outro local”. Com relação à opinião pública, que de forma contundente divulgou informações inverídicas acerca das prisões, dando ênfase ao discurso dos militares de apoio dos presos ao terrorismo, “foi constituída uma comissão, integrada por D. Ivo, Allgayer e Pe. Dalvit, a fim de elaborar a Nota Oficial que, depois de aprovada, foi fornecida à imprensa” e, por fim, como o assunto circulava em todas as paróquias e comunidades da arquidiocese, para que a Igreja não cometesse os mesmos equívocos de alguns meios de comunicação, os sacerdotes que quisessem falar sobre o ocorrido, deveriam partir da Nota Oficial que fora também distribuída para a imprensa (CONSELHO PRESBITERAL, 1969, p. 448).

Entendemos que pelo fato de dom José Ivo ser um dos autores da Nota Oficial, publicada pela arquidiocese de Porto Alegre diante do ocorrido, é conveniente reproduzir na íntegra, visto que, a mesma aponta para uma atuação de dom José Ivo que irá ganhar um vulto ainda maior, particularmente após assumir funções junto à CNBB nacional:

Com respeito aos acontecimentos de que fala abundantemente a imprensa diária e aos quais se vêem envolvidos também diversos sacerdotes desta arquidiocese, o Conselho Presbiteral, reunido em sessão extraordinária, sob a Presidência do Senhor Cardeal Arcebispo Dom Vicente Scherer, julga oportuno e necessário fazer algumas reflexões e dar ao público os esclarecimentos que seguem: 1 – Reconhecemos à autoridade constituída o direito e a obrigação de zelar pela autêntica ordem pública e de punir as transgressões comprovadas, contanto que se observem as regras de justiça, o direito de defesa e os demais direitos da pessoa humana. Não invocamos quaisquer privilégios ou isenções, no campo das responsabilidades cívicas, para clérigos e religiosos. 2 – Condenamos formalmente a violência, o terrorismo e o banditismo, por serem atividades contra-producentes e incompatíveis com o espírito do Evangelho. Mas reconhecemos o valor cristão que pode estar inerente a uma bem intencionada e não fraudulenta guarida de refugiados, máxime se, no momento não tiverem suficientes informações para discernir tratar-se de crimes comuns ou de crimes

chamados públicos. 3 – Aos sacerdotes detidos sentimo-nos ligados na unidade do Sacerdócio de Cristo e no afeto de batalhadores pelo mesmo ideal de servir os homens e de promover o Reino de Deus, de justiça, amor e paz. Dada a honorabilidade da sua vida pregressa, parece-nos de justiça que se lhes faculte responderem em condições de liberdade às acusações contra eles formuladas. 4 – Apelamos para os meios de comunicação social para que continuem a dar os seus valiosos préstimos na adequada e objetiva informação do público, sem pré-julgamentos e sem generalizações. 5 – Às nossas comunidades católicas ousamos lembrar que acontecimentos como os presentes podem e devem levar-nos a uma conversão e purificação sempre maior, visto sermos criaturas imperfeitas, que procuram avançar penosamente, dia por dia, no aprimoramento de sua conduta. Esta purificação pode a Igreja efetuá-la em virtude da sua própria vitalidade sobrenatural, aproveitada com humildade e perseverança. Rejeitando quaisquer formas de ação revolucionária violenta, reafirmamos, contudo, com destemor, a necessidade de um esforço audaz e sem esmorecimento pelo bem comum, na busca de sua ordem social mais justa e mais humana. Pôrto Alegre, 14 de novembro de 1969 (CONSELHO PRESBITERAL, 1969, p. 448-449).

Poucos dias depois da publicação da Nota Oficial da arquidiocese, um grupo de sacerdotes da referida circunscrição eclesiástica emitiu outra nota, intitulada “Nota de membros do clero de Pôrto Alegre: subversão e terrorismo na Igreja de porto Alegre?” (CONSELHO PRESBITERAL, 1969, p. 453-455). Este documento redigido pelos sacerdotes é mais amplo que a Nota Oficial da arquidiocese, pois faz menção a alguns dos presos, inclusive buscando demonstrar a inveracidade de informações sobre a conduta e vida dos detidos. No dia 20 de novembro de 1969, diversos meios de comunicação publicaram a Nota do Clero da arquidiocese. O jornal *O Estado de São Paulo* traz o título: “No sul, os padres definiram posição”⁹¹, porém, não elenca nenhum parecer acerca da nota mas, apenas a transcreveu na íntegra.

De 17 a 20 de novembro de 1969, os bispos⁹², superiores de congregações religiosas e representantes do clero de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reuniram-se em Lages, Santa Catarina, para sua reunião ordinária do Regional Sul 3 da CNBB, contudo, o encontro também foi marcado por discussões acerca das prisões que haviam ocorrido no Rio Grande do Sul e que levou ao cárcere alguns religiosos. Dom José Ivo foi um dos bispos participantes, visto que ocupava o cargo de subsecretário do regional. Sobre os acontecimentos, os participantes da

⁹¹ DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. No sul, os padres definiram posição. **O Estado de São Paulo**, 20/11/1969, p. 9.

⁹² O jornal *O Estado de São Paulo* trouxe a lista com o nome dos bispos, dos dois estados, que participaram da Assembleia. São eles: “Cardeal d. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre; d. Antonio Zattera, de Pelotas; d. Antonio Cheuiche, bispo auxiliar de Santa Maria; d. Claudio Colling, de Passo Fundo; d. Augusto Petró, de Uruguaiana; d. Angelo Mugnol, de Bagé; d. Henrique Gelain, de Vacaria; d. Ivo Lorscheider e d. Edmundo Kunz, bispos auxiliares de Porto Alegre; d. Benedito Zorzi, de Caxias do Sul e d. Alberto Etges, de Santa Cruz, todos do Rio Grande do Sul. De Santa Catarina, participaram d. Afonso Niehues, arcebispo de Florianópolis; d. Anselmo Pietrula, bispo de Tubarão; d. Gregório Warmeling, de Joinville; d. José Gomes, de Chapecó; d. Honorato Piazzera, Coadjutor de Lajes; d. Orlando Dotti, de Caçador e outros religiosos” (DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. Frei faz palestra a portas fechadas. **O Estado de São Paulo**, 21/11/1969, p. 36).

reunião emitiram uma nota em que consideram “um momento tão grave da história do país” (PRONUNCIAMENTOS DO EPISCOPADO DA REGIÃO SUL 3, 1969, p. 419), e que era necessária uma abertura ao diálogo. Também participou do encontro Frei Domingos Maria Leite, superior geral dos Dominicanos, ordem da qual faz parte, até os dias de hoje, Frei Betto, e que falou aos participantes da reunião sob um “forte esquema de segurança, montado pelos religiosos”⁹³, e que impediu a presença de órgãos da imprensa. Ao final da exposição de Frei Domingos, ouviu-se uma longa salva de palmas, o que levava a crer que o que fora dito agradou aos participantes. Com o encerramento das atividades, dom José Ivo foi questionado por jornalistas sobre o discurso do superior geral, referindo-se ao caso de Frei Betto. Dom José Ivo “disse, discretamente, que o assunto tratado se referia a assunto de economia interna da Igreja e que os aplausos eram normais em reuniões como aquelas”⁹⁴.

O clima era tenso. Novas investigações, perseguições e prisões continuaram ocorrendo no Rio Grande do Sul, envolvendo não apenas sacerdotes, mas também cristãos leigos engajados em ações religiosas de cunho social. Na arquidiocese de Porto Alegre, dom José Ivo, subsecretário do Regional da CNBB Sul 3, procurava se manter informado da situação. Nas oportunidades em que tinha para difundir as conclusões Conciliares, bem como o documento da Conferência de Medellín, aproveitava para apresentar seus pontos de vista, visto que naquele “momento não nos desafiávamos para nos posicionar diante da nova situação política” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 39).

3.3 IGREJA CATÓLICA E ESTADO BRASILEIRO: CONFLITOS E TENTATIVA DE DIÁLOGO

Como vimos anteriormente, com a instalação do golpe civil-militar e o posterior período ditatorial no Brasil, os membros da hierarquia da Igreja católica brasileira assumiram posicionamentos diversos. Se, de um lado, prelados, como dom Alfredo Vicente Scherer, concordavam de que o novo modelo governamental era necessário e que a “Revolução” fizera bem ao país, visto que “fez cessar todo o clima de intranquilidade e de ataque sistemático às próprias bases da organização jurídica e democrática da Nação” (SCHERER, 1965, p. 96), por outro, alguns religiosos logo perceberam que o novo modelo não ia ao encontro das novas

⁹³ (DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. Frei faz palestra a portas fechadas. **O Estado de São Paulo**, 21/11/1969, p. 36).

⁹⁴ (DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. Frei faz palestra a portas fechadas. **O Estado de São Paulo**, 21/11/1969, p. 36).

reflexões que a Igreja católica vinha desenvolvendo, principalmente durante as sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965), “a mais ampla reforma da história da Igreja” (SERBIN, 2001, p. 99).

O brasilianista Kenneth Serbin (2001, p. 102), que desenvolveu uma das mais completas pesquisas historiográficas sobre a relação da cúpula da Igreja católica no Brasil com a ditadura civil-militar, entendeu esta polarização do episcopado e identificou dois campos políticos opostos: “à direita, ficavam os conservadores religiosos e sociais, que censuravam os perigos da mudança. À esquerda, estavam os militantes da ACB, os padres radicais e a liderança da CNBB, que apoiara as reformas sociais de Goulart”. Porém, ao mesmo tempo, o autor identificou um terceiro grupo, formado por prelados que compunham os dois acima, e “assumiram uma atitude neutra, defendendo uma posição de esperar-para-ver”. Nesta mesma linha, encontramos em Morais (1982, p. 66), o entendimento de que as divergências internas junto à CNBB eram resultado da existência de três grupos de bispos, sendo os do “conservadorismo (ou integrismo), o moderatismo e o progressismo”. Corroborando com Serbin (2001), encontramos na pesquisa de Paulo César Gomes (2014) a divisão do episcopado brasileiro, no advento do golpe, e primeiros anos de ditadura civil-militar, formado por dois grupos:

[...] o advento do golpe coincidiu com a chegada de um grupo mais conservador à direção da CNBB, através de uma eleição em 1964, o que contribuiu para fortalecer o posicionamento inicial dessa frente aos militares. [...] Nessa nova configuração, os bispos considerados progressistas ocupariam apenas cargos de importância secundária. [...] Os bispos calavam-se acerca do governo militar, da repressão e mesmo dos problemas socioeconômicos” (GOMES, 2014, p. 45).

Diante do agravamento da situação entre governo militar ditatorial e a postura da Igreja católica no Brasil, a década de 1970 começou com mudanças para a Igreja no Brasil, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, não apenas de visão, mas, principalmente de atuação. Os bispos, impulsionados pelas diretrizes apontadas pela Conferência de Medellín e no acompanhamento dos crescentes casos de violação dos direitos humanos, impulsionados pelo Ato Institucional nº. 5 (AI-5), “a ditadura sem disfarces” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 67), perceberam que a direção da instituição necessitava de mudanças, que deveriam contemplar a sua forma de atuação e de manifestação. Porém, não poderiam ser feitas quaisquer mudanças, era necessário colocar à frente da instituição bispos que tivessem ousadia e coragem para se posicionar de forma contrária e pública às arbitrariedades implementadas.

3.4 A COMISSÃO BIPARTITE E A PARTICIPAÇÃO DE DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER

Com a promulgação do AI-5, que levou ao fechamento do Congresso Nacional, bem como imprimiu uma crescente onda de cerceamento às liberdades individuais, as tensões entre membros da Igreja católica no Brasil e setores dos governos militares ditatoriais também se acirraram, com maior ênfase a partir de 1970, quando a presidência da CNBB, foi assumida por dom Aloísio e dom José Ivo. Se o temor do modelo comunista deixou militares e grupos conservadores da Igreja católica temerosos, as novas provocações provenientes do Concílio Ecumênico Vaticano II e da Conferência de Medellín impulsionaram a Igreja no Brasil, mas também em toda a América Latina, a adotar uma postura de repulsa às violações dos direitos humanos.

No âmbito político-ditatorial, diversos militares se notabilizaram pela estruturação do golpe civil-militar de 1964 e, conseqüente, para sua consolidação nos vinte e um anos de uma ditadura civil-militar no Brasil. Entre eles, destacamos o general Antonio Carlos Muricy⁹⁵ devido sua estreita relação com o clero católico. Um aspecto que permeou a vida de Muricy, e de outros militares que assumiram postos de chefia nos governos ditatoriais, diz respeito a sua formação católica, alicerçada em bases teológicas sustentadas pelo Concílio Vaticano I, que obteve respaldo por manifestações eclesiais da própria Igreja, em âmbito mundial, acerca dos riscos da instalação do comunismo nos países, tal qual já tinha ocorrido particularmente em Cuba. Conforme Kenneth P. Serbin (2001, p. 136), Muricy “permaneceu fiel à Igreja (católica) durante toda a sua vida. Praticava o catolicismo tridentino conservador da elite, ia regularmente à missa, confessava e recebia a comunhão, e mantinha laços estreitos com o clero”. Porém, sua prática religiosa não o impediu de ser um notável defensor da restrição da democracia, sob o pretexto de supressão da subversão (SERBIN, 2001, p. 157).

O general Muricy assumiu diversas funções militares até chegar ao posto de comandante da comissão Bipartite, objeto de reflexão deste subcapítulo. Ingressou na Academia Militar, em 1923; durante a Segunda Guerra Mundial, já possuía a patente de major; depois da Guerra, “foi promovido a tenente-coronel e trabalhou como chefe da Seção de Pessoal do gabinete do ministro da Guerra Canrobert Pereira da Costa, um anticomunista declarado”; foi comandante do quartel de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, em 1961; aliou-se ao grupo militar que tentou

⁹⁵ Para compreender a vida militar e religiosa do general Muricy, indico a leitura da obra: SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p. 134-156.

impedir a posse do presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, vindo a ser chamado de golpista, em 1963, por Leonel Brizola, referência na Campanha da Legalidade; comandou tropas para a ação durante o golpe de 31 de março de 1964”; a partir de 1969, passou a comandar todos os outros generais do país, bem como se tornou chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que ocupou até 1970, quando o presidente Médice o responsabilizou por “assumir o controle da Bipartite” (SERBIN, 2001, p. 138-158).

Neste período, em 1969, a elite militar e a religiosa, o chefe do Estado-Maior do Exército, Muricy, e o bispo de São Salvador e Primaz do Brasil, dom Eugênio de Araújo Salles, mantinha estreitas relações e tinham interesses em comum: eram anticomunistas. Segundo Serbin (2001, p. 159), tentaram “tirar o Brasil do atoleiro moral e político da violência e do conflito ideológico. O anticomunismo selava a amizade de ambos”.

Antes de ser criado cardeal, enquanto ainda Primaz do Brasil, dom Eugênio enviou, no dia de natal de 1968, poucos dias após entrar em vigor o AI-5, uma carta para o general Muricy, “de amigo para amigo”, onde mostrava-se profundamente preocupado com os rumos do País, sobretudo no que se referia às relações Igreja e Governo. Num tom de proximidade ao general, relatou suas preocupações com os resultados da última reunião da CNBB, onde foi constituída uma comissão para dialogar com o governo. Mas, para o cardeal, as discussões não avançavam, ficando reduzida a questão de compreensão conceitual como, por exemplo: o que seria considerado subversivo ou que deveriam ou não denunciar. O cardeal confessava ao amigo suas angústias e alentava o general dizendo conhecer as dele. Questionou porque o governo não promovia as autênticas reformas, caminho que conciliaria a Revolução com o Povo. E se dizia contente por ter ouvido o governo falar em Reforma Agrária, mas o fato de terem constituído um Grupo de Trabalho para realiza-la era decepcionante, pois não acreditava que poderiam promover mudanças. Em seguida, deposita plena confiança no amigo, mas não no AI-5, que afetava a ordem jurídica: “Se as pessoas fossem como você, eu poderia estar momentaneamente tranquilo. A realidade, entretanto, é outra e não há um prazo para o retorno à normalidade. Como sair dessa situação? Não vejo. Muricy, não deixe tocar no Supremo Tribunal Federal”. Dom Eugênio conta ao amigo general que na Bahia suas relações com os chefes militares são boas, o Estado está em paz, mas faz um apelo: “não permita que ela se enfraqueça, pois isso terá repercussões também na minha área. Muricy escreva-me, diga-me alguma coisa para que eu possa ver mais claro. O sofrimento é grande” (DOM EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES apud SERBIN, 2001, p. 161-162).

No dia 27 de dezembro de 1968, ou seja, dois dias após o envio da carta de dom Eugênio, o general Muricy respondeu ao prelado. Apresentamos alguns pontos que consideramos relevantes:

Em primeiro lugar desejo desde já lhe dizer que não estamos interessados em perseguir adversários e sim em construir um Brasil melhor, principalmente para os menos favorecidos. Continuamos cristãos e humanos e a Deus elevamos nossas preces para que ele nos ajude a não errar. [...] Naturalmente haverá sanções pois que elas, em vários casos, se impõem. Desejamos, entretanto, usar da maior justiça, e na medida apenas necessária. Conforme pretende o presidente os casos serão examinados com cuidado. [...] Sentimos crescer em todo o Brasil o recrudescimento da subversão agora melhor estruturada e agindo, particularmente, sobre a mente, quer dos jovens, nas escolas, quer dos alunos, nas diferentes áreas, inclusive a Igreja. Lutamos por evitar um retardamento na marcha para a Democracia plena. A tudo procuramos encontrar um caminho suave e de entendimento. [...] Já estavam em preparativos estudos para anistia, eleições diretas, modificação da lei de segurança, etc. Não tínhamos escolha – agimos. Embora a contragosto, agimos. Agimos para salvar a débil democracia brasileira, embora, paradoxalmente, tivesse o Governo que se armar de poderes extraordinários. Tenho passado todos esses dias, desde 12 de dezembro, a fazer um profundo e honesto exame de consciência. Estou convencido cada vez mais do acerto da medida (AI-5). O remédio é amargo, mas era necessário. [...] Por outro lado a questão com os católicos e o clero de esquerda nos preocupava e preocupa tremendamente. A Igreja e as Forças Armadas são os pilares básicos em que se assenta a Democracia no Brasil. [...] Dom Eugênio, precisamos realmente conversar. Precisamos encontrar um caminho. Pelo que vi pessoalmente imagino sua angústia e, ainda mais, a do Sumo Pontífice” (MURICY apud SERBIN, 2001, p. 165-166).

Da amizade que existia entre dom Eugênio e o general Muricy, das discordâncias que cresceram entre ambos, seja pelo AI-5 ou pelo entendimento militar de que crescia na Igreja uma ala do clero com posições de esquerda, surgiu a necessidade de se criar um espaço coletivo de discussão sobre as relações entre Igreja católica e Estado. Neste momento da história, dom José Ivo ainda não possuía funções de destaque nacional junto à CNBB, mas é bispo auxiliar de Porto Alegre, cargo que lhe facultava acompanhar dom Alfredo Vicente Scherer nas atividades do seu cargo de arcebispo metropolitano da capital gaúcha e de vice-presidente da CNBB.

A partir do mês de fevereiro de 1969, um grupo⁹⁶ formado por empresários, representantes de altos escalões militares do Governo ditatorial e clérigos, começaram a realizar, informalmente, encontros com “o objetivo de reduzir o antagonismo entre a Igreja e o Estado” (SERBIN, 2001, p. 204). Esses momentos de reflexão e debates acalorados passaram a ser chamados de encontros Tripartites. Segundo dom José Ivo, as:

⁹⁶ Participaram dos primeiros encontros da Tripartite: “[...] o coronel Octávio Costa, dom Eugênio, dom Aloísio, dom Agnelo, o empresário Augusto Antunes, Erick de Carvalho, presidente da Varig, e representantes das linhas aéreas Cruzeiro do Sul e das Furnas Centrais Elétricas” (SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 204).

Reuniões da Comissão Tripartite aconteceram tematicamente [...] na sede da CNBB, no Rio de Janeiro. [...] Nessas reuniões estudavam-se primeiramente alguns assuntos de ordem política: segurança nacional, o que circulava no país, o que era legítimo ou não em segurança nacional. [...] Depois se refletia o que o Governo achava exagerado nos pronunciamentos dos Bispos, dos Padres, dos Leigos engajados na Igreja e assim por diante (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 45).

O que teria contribuído para o agravamento das relações Igreja e Estado, em 1970, foi a invasão do Ibrades por agentes do Dops e do I Exército. Os coordenadores, padres da Companhia de Jesus (jesuítas), que ofereciam ali cursos para jovens da Juventude Operária Católica (JOC), foram agredidos, assim como os leigos, os quartos dos residentes e dos hóspedes foram revistados a procura de material de cunho subversivo. Dom Aloísio Lorscheider, na época, secretário geral da CNBB, foi detido, ficando por quatro horas incomunicáveis, o que resultou em uma nota da presidência da entidade assinada pelos demais cardeais brasileiros⁹⁷.

Esse primeiro momento de conversas coletivas e busca de entendimento entre os três setores, ou seja, a Tripartite, não durou por muito tempo. Contudo, após o fato ocorrido no Ibrades, surgiu a necessidade de retomar os encontros, não para abrandar apenas a tensão que agitava a Igreja católica, mas no intuito de demonstrar como o comunismo e a subversão estavam em expansão, que levaram a violenta ação dos militares no local de formação da Juventude Operária Católica. Assim, no início do mês de novembro de 1970, surgiu um novo grupo de debates, agora, não mais formado por três segmentos, mas apenas composto por representantes da Igreja católica e dos militares, a Comissão Bipartite. Então, com a aprovação do presidente Médici” (GOMES, 2014, p. 56), visto que ele presidente tinha “esperança de obter o apoio da Igreja” (SERBIN, 2001, p. 206), reuniram-se: Cândido Mendes, o general Antônio Carlos Muricy e o professor Tarcísio Padilha, com a aprovação do presidente Médici” (GOMES, 2014, p. 56). Segundo Gomes (2014, p. 55), a Comissão Bipartite se constituiu num “fórum secreto ao qual representantes da Igreja e do Estado passaram a recorrer para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil e, assim, amenizar o conflito que se intensificava entre eles”.

Representando a CNBB, participaram do primeiro encontro os bispos “dom Vicente Scherer, presidente interino da CNBB [...] acompanhado de dom Aloísio, dom Avelar, dom Eugênio e Cândido Mendes”. Já os militares se fizeram presentes tendo como líder o general

⁹⁷ Para ver o teor da carta da CNBB: SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 193.

Muricy, que “trouxe representantes dos mais importantes setores militares, ideológicos e políticos do regime: general Paula Couto do EME, coronel Omar do SNI, Padilha e Dantas Barreto, assessor do ministro Buzaid”. Como forma de denominar os dois grupos que compunham a Bipartite, os militares passaram a chamar os representantes da Igreja católica de “Grupo Religioso”⁹⁸ e se autodenominavam de “Grupo da Situação”, “o grupo do poder (nome mais tarde modificado para “Grupo Leigo”)”. O Grupo da Situação foi comandado por Muricy, que recebeu autorização e tinha liberdade de atuação nos encontros da Bipartite, assim com a anuência da presidência da República dava “ordens a oficiais da ativa de alta patente em nome do ministro Geisel, do Exército, e do próprio presidente” (SERBIN, 2001, p. 205-210).

Serbin (2001, p. 213) e Gomes (2014, p. 58) são unânimes ao afirmar que, ao todos, ocorreram 24 encontros da Comissão Bipartite, iniciados no governo do presidente Médici, contudo estenderam-se somente até o início do governo ditatorial de Ernesto Geisel. Um importante diferencial da Comissão Bipartite é que tal organização mantinha-se “estritamente secreta” (CANCIAN, 2011, p. 65), ou seja, apenas os participantes sabiam do teor dos debates, bem como dos encaminhamentos, fossem eles para o âmbito eclesial ou governamental. Porém, a partir da investigação de Serbin (2001, p. 214), não podemos negligenciar que, além dos encontros oficiais, a comissão Bipartite também participou de conversas informais que visavam a resolução de situações eminentes. Sendo assim, não há um único local de reuniões, mas as mesmas ocorreram em diferentes locais, tais como: a sede da CNBB no Rio de Janeiro, a Casa de Retiros dos Jesuítas, conhecida como Retiro da Gávea, Hotel Excelsior, gabinete do general Muricy, na residência do arcebispo do Rio de Janeiro, entre outros (SERBIN, 2001, p. 214-216).

Nos primeiros anos da Comissão Bipartite, dom José Ivo não participou das atividades da mesma, visto que não exercia cargo junto ao principal escalão da CNBB. Contudo, em 1971, logo após sua primeira eleição como secretário geral da entidade, foi designado pela CNBB para participar das reuniões da Bipartite. Como a maioria das reuniões ocorreram na sede da CNBB, isso facilitou para que dom José Ivo não fosse frequentemente visto em espaços de cunho político-militar. Além disso, no início da década de 1970, com a gestão da CNBB caracterizada por uma postura progressista, familiares de perseguidos, presos e desaparecidos

⁹⁸ Os bispos que participaram de reuniões da Comissão da Bipartite, com maior ou menor frequência, foram: dom Aloísio Lorscheider, dom José Ivo Lorscheider, dom Avelar Brandão Vilela, dom Lucas Moreira Neves, dom Eugênio de Araújo Sales, dom Alfredo Vicente Scherer, dom Fernando Gomes dos Santos, dom Paulo Evaristo Arns, dom Alerto Gaudêncio Ramos, dom Gilberto Pereira Lopes e dom Umberto Mozzoni (SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 225-226).

políticos passaram a procurar a entidade religiosa, no intuito de que a mesma contribuísse ou para cessar das perseguições ou elucidar desaparecimentos.

Serbin (2001, p. 222) identificou algumas características dos participantes da Comissão Bipartite: “os participantes [...] compartilhavam os benefícios sociais e econômicos de membros da elite do país”; “os participantes eram todos do sexo masculino, geralmente de pele clara e de educação bem acima da média brasileira”. Neste sentido, pelo fato de haver um grau de uniformidade entre os pares, facilitava com que o diálogo pudesse ocorrer, ainda que em muitos momentos, se dessem de forma acalorada, visto que os representantes do governo ditatorial criticavam a postura de membros da Igreja; da mesma forma, os representantes da Igreja se posicionavam frente a violação dos direitos humanos, com ênfase quando os direitos violados atingiam eclesiásticos.

Em sua pesquisa, Serbin (2001, p. 224) identificou a postura de dom José Ivo durante sua participação na Bipartite:

Dom Ivo Lorscheiter foi particularmente franco. Por exemplo, na quarta reunião, em julho de 1971, o general Muricy protestou contra as queixas públicas de dom Ivo sobre desigualdade econômica no governo Médici. Dom Ivo respondeu que o povo tinha “sempre menos” enquanto o governo tentava impor um clima de “euforia ingênua”. O economista e magnata da construção civil Moacyr Gomes de Almeida, estagiário da ESG, discordou da opinião do bispo. Afirmou que os salários estavam subindo e argumentou que “é muito importante que haja euforia e ingenuidade” para mobilizar a população em favor do desenvolvimento.

Entre os eclesiásticos não havia uma homogeneidade de pensamento com relação à Comissão Bipartite. Alguns prelados desconfiavam dos reais interesses dos militares e entendiam que os mesmos estavam preparando formas de silenciar definitivamente a voz progressista que começava a se expandir no seio da Igreja católica. Entre os discordantes e desconfiados estava dom José Ivo, contudo, foi dos prelados que mais participou das reuniões secretas. Dom José Ivo entendia que o real objetivo dos militares era “controlar a Igreja” e impedi-la de se aproximar das pessoas e situações de violação de direitos, tal como propunha a Conferência de Medellín. Além disso, os representantes da Situação, isto é, do governo militar, criticavam todo e qualquer documento eclesiástico que questionasse a forma vigente de governo, como, por exemplo, o documento “*Eu ouvi os clamores do meu povo*” (SERBIN, 2001, p. 227-337).

O enfraquecimento da Bipartite foi acontecendo gradualmente, particularmente em decorrência do não-cumprimento dos acordos entre Igreja e militares durante as reuniões. Dentro da Igreja, clérigos se posicionavam com veemência, em diversas partes do Brasil, na

defesa do povo, particularmente dos mais pobres. A cúpula da Igreja não conseguia abrandar rapidamente todos os ânimos de tais membros eclesiais. Assim, os representantes do governo ficavam enfurecidos pelo fato da Igreja não acalmar e/ou proibir drasticamente os posicionamentos destoantes dos combinados, o que favorecia prisões e torturas, mesmo que “as violações aos direitos humanos” tenham sido “uma das principais razões de ser da Bipartite” (SERBIN, 2001, p. 318). Para Serbin (2001, p. 316), “por ocasião do XXI Encontro (da Bipartite), em novembro de 1973, estabeleceu-se certa insatisfação de ambos os lados”.

Ainda em 1973, num dos encontros da Bipartite, em que casos de violação dos direitos humanos eram analisados, dom José Ivo reclamou “contra a censura à CNBB” (SERBIN, 2001, p. 352). Os militares entendiam que uma das maneiras mais eficazes de impedir o avanço das ideias progressistas eclesiais era impedindo que as vozes dos pastores se propagassem pelo território brasileiro. Assim fizeram, particularmente, com dom Helder Camara, mas também com outros prelados, visto que “dom Ivo apresentou exemplos (na reunião de julho de 1973) de ordens por escrito de censores como prova de como se proibiam reportagens sobre os bispos e sobre a CNBB” (SERBIN, 2001, p. 351), e com o jornal *O São Paulo* e com a Rádio Nove de Julho, ambos pertencentes à arquidiocese de mesmo nome. Na reunião do dia 5 de novembro de 1973, dom José Ivo teria dito que: “as rádios católicas ajudavam a integração nacional do Brasil” (SERBIN, 2001, p. 354).

Inegavelmente, “a Bipartite serviu de ponte entre uma era de apoio episcopal ao regime e a distensão. Foi uma solução política para uma crise cada vez mais violenta. [...] Foi um episódio central na história do Brasil autoritário” (SERBIN, 2001, p. 413). Dom José Ivo também foi um protagonista junto a Comissão Bipartite. Sua firmeza aliada ao cargo que exercia junto à CNBB contribuiu para que a Igreja pudesse se manifestar na defesa dos direitos humanos, não apenas de eclesiais mas, também de outras pessoas e setores que eram visados pelos representantes do governo ditatorial.

3.5 DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER: SECRETÁRIO GERAL E PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)

Em fevereiro de 1971, durante a XII Assembleia Geral Extraordinária, realizada em Belo Horizonte, o episcopado brasileiro realizou a votação para a nova composição da mesa diretiva, sendo que foram eleitos: para a presidência, o gaúcho e bispo da diocese de Santo Ângelo, dom Aloísio Lorscheider, da Ordem dos Frades Franciscanos, até aquele suas críticas aos militares eram muito acanhadas (GOMES, 2014, p. 54); e para a vice-presidente foi eleito

dom Avelar Brandão Villela, bispo de Teresina, e presidente da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM). Alocaram junto a secretaria geral⁹⁹ da instituição, o primo do presidente, dom José Ivo Lorscheiter, com 44 anos de idade (SERBIN, 2001, p. 224).

O jornal *Correio da Manhã* apresentou um trecho da entrevista coletiva de dom José Ivo, após sua eleição, na qual o prelado, ao retomar seu lema episcopal, procurou não se identificar como adepto das alas conservadora ou progressista da CNBB, quando disse que “o verdadeiro cristão é aquele que sabe extrair de seu tesouro coisas novas e velhas. É herege quem só defende um ponto, quer seja velho ou seja novo”¹⁰⁰.

A eleição dos primos bispos, para a direção da CNBB, de acordo com Alves (1979, p. 191), “alargou o campo de suas preocupações com os direitos do homem”. Para Gomes (2014, p. 58), os dois teriam enfrentado o auge do conflito entre Igreja e o Estado brasileiro:

Ao contrário de dom Aloísio, dom Ivo era muito direto quando se pronunciava contra os militares, e suas ideias não eram bem recebidas nem pelo Exército nem por alguns bispos mais conservadores. Os nove anos em que os dois ocuparam esses cargos coincidiram com o auge do conflito entre a Igreja e o Estado brasileiro.

A revista *Veja*¹⁰¹, apoiadora da ditadura instalada por meio do golpe civil-militar e opositora de quem problematizasse os rumos do país, desde sua criação, em 1968, por meio de

⁹⁹ Só d. Ivo Lorscheiter conseguiu maioria de dois terços, sendo eleito no primeiro escrutínio. D. Avelar e D. Aloísio foram eleitos em terceiro escrutínio, por maioria absoluta”. Além disso, o mesmo jornal trouxe a votação completa, por escrutínio, dos eleitos: “No primeiro escrutínio para a escolha do presidente, d. Aloísio Lorscheider obteve 86 dos 169 votos, sendo 79 dados a d. Vicente Scherer, dois a d. Paulo Evaristo Arns, um a d. Eugenio Sales e um em branco. No segundo escrutínio, votaram 170 bispos (d. José Grossi não votou no primeiro) e d. Aloísio teve 91 votos, contra 79 dados a d. Scherer. No terceiro e último, d. Aloísio foi eleito, sobrepujando d. Vicente por 106 a 65. Para a escolha do vice-presidente, também houve três escrutínios: no primeiro, d. Avelar Brandão teve 80 votos, d. Eugenio Sales, 68, d. Evaristo Arns, 13, d. Scherer 5, d. Ivo Lorscheider um, d. Manuel Lisboa de Oliveira um, d. Luciano Duarte um e d. Geraldo Sigaud um. No segundo, d. Avelar obteve 111 votos, d. Sales, 55, d. Arns, 2, d. Fragoso, um e d. Scherer, um. No terceiro, d. Avelar Brandão Villela foi eleito por maioria absoluta, com 132 votos contra 33 de d. Sales, um de d. Alair Melo, um de d. Arns e dois em branco. D. Ivo Lorscheiter foi eleito secretário geral no primeiro escrutínio, conseguindo maioria de dois terços, pois obteve 151 votos dos 168 votos. Os outros que receberam votos para o cargo foram d. Mario Gurgel, seis, d. Jaime Chemello, dois, d. Eugenio Sales, um, d. José Gonçalves da Costa, um, d. Valdir Calheiros, um, d. José Grossi, um, d. Lucas Moreira Neves, um, d. José D’Angelo, um, e d. Geraldo Pellauda, um, tendo havido ainda dois votos em branco (DA SUCURSAL DE BELO HORIZONTE. D. Aloísio Lorscheider é o presidente. **O Estado de São Paulo**, 14/02/1971, p. 23).

¹⁰⁰ MODERADOS ganham eleição para diretoria da CNBB. **Correio da Manhã**, 14 e 15/02/1971, p. 4.

¹⁰¹ Em 1971, a Revista *Veja* completou seu terceiro aniversário de circulação. Dom José Ivo, na condição de Secretário Geral da CNBB enviou à direção do periódico uma nota, em nome da entidade, na qual, além de dar ênfase que lê todas as notícias nela publicadas, percebe a fragilidade no que diz respeito à divulgação de matérias que envolvem aspectos da Igreja católica. Eis a nota: “Sr. diretor: VEJA é uma das revistas que leio semanalmente, em tôdas as suas seções. Ressalvada minha condição de leigo em técnica de jornalismo, declaro que tenho da revista uma impressão geral e global positiva: sinto-a ágil, presente nos assuntos do momento, variada, séria. Imagino e reconheço a especial dificuldade em tratar assuntos religiosos numa revista como VEJA. A dificuldade começa com a seleção da matéria: nem sempre o assunto de maior interesse publicitário corresponde ao maior interesse da religião. Finalmente, trata-se de interpretar e comentar os acontecimentos: e isso é um desafio para quem não é especialista em Teologia, História da Igreja, Organização e Vida Eclesiástica. Apesar de tudo isso,

seus artigos argumentativos, procurou persuadir seus leitores e assim incutir suas concepções ideológicas (SANTOS; SILVA, 2012, p. 2). Na edição de 17 de fevereiro de 1971, a chamada de capa da revista se referia ao clero católico brasileiro, com o título: “*Os bispos brasileiros: união acima da crise*”. O artigo dedicou extensas páginas acerca do episcopado brasileiro, inclusive indicando a eleição da nova presidência da CNBB, detendo-se mais nos aspectos físicos do presidente eleito, dom Aloísio, do que provocando uma reflexão dos leitores acerca de sua postura eclesial. Contudo, o artigo indicava a divisão do episcopado brasileiro em duas alas, “radicais e conservadores”¹⁰².

O fato de haver divergência de pensamentos entre os bispos brasileiros, contribuiu para que os ânimos se acirrassem. A própria reportagem diz que, durante a Assembleia Extraordinária, dom Paulo Evaristo Arns relatou uma situação de perseguição e prisão envolvendo sacerdote da arquidiocese de São Paulo, o que “gerou vaias conservadoras e aplausos liberais”¹⁰³. Também, durante o mesmo encontro, notou-se a postura de dom Helder Câmara “condenando ardorosamente o governo” e dom Geraldo Sigaud, o bispo brasileiro que comandava a oposição durante as sessões do Vaticano II e que fora impedido de entrar na Conferência de Medellín, “comandando os conservadores, atacando dom Helder, os radicais”, resultando numa Assembleia em que a tranquilidade foi perdida, pois os dois grupos “mal se cumprimentavam”.

Na tentativa de amenizar a tensão e dar aos leitores a impressão de tranquilidade, a reportagem atribui ao vice-presidente dom Avelar Brandão a afirmativa de que “a Igreja está unida no fundamental. Diverge-se apenas nas questões que Deus deixou ao juízo dos homens. Só os loucos e estúpidos não divergem”. Com relação ao secretário geral, dom José Ivo, o mesmo teria dito ao repórter da Revista que não gostaria de ser eleito para cargo junto a CNBB, pois poderia ficar parecendo “que existe uma dinastia Lorscheider”¹⁰⁴. Além disso, para o grupo responsável pela redação do texto, com a mudança de gestão da CNBB, “quase nenhuma mudança ocorreria na forma de tratamento e relações entre a Igreja católica no Brasil e o Estado brasileiro”¹⁰⁵. Contudo, segundo Alves (1979, p. 55), aconteceu o oposto, visto que, a partir da

ressalvadas restrições a um ou outro artigo, VEJA tem elevado respeito para com as coisas religiosas. Desejo, por ocasião do terceiro aniversário da revista, agradecer a distinção e a solicitude que vem dispensando à CNBB. Dom Ivo Lorscheiter, Secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” (LORSCHHEITER, D. I. Carta. VEJA, São Paulo, n. 157, 08/09/1971, p. 8).

¹⁰² SUAVES mestres da moderação. VEJA, 17/02/1971, p. 14.

¹⁰³ SUAVES mestres da moderação. VEJA, 17/02/1971, p. 17.

¹⁰⁴ SUAVES mestres da moderação. VEJA, 17/02/1971, p. 17.

¹⁰⁵ SUAVES mestres da moderação. VEJA, 17/02/1971, p. 16.

década de setenta o “setor progressista terminou por dominar completamente as assembleias da CNBB”.

Para dom José Ivo, o cargo de Secretário Geral da CNBB, no dia 17 de fevereiro de 1971, exigiu do prelado disposição, pois, passava alguns dias em Porto Alegre, cumprindo seu ofício de bispo auxiliar e os demais dias na sede da CNBB, no Rio de Janeiro e/ou visitando as dioceses e arquidioceses do Brasil. Contudo, o maior desafio foi assumir um cargo num período de transição da Igreja, no que diz respeito ao governo militar. Belmonte e Barichello (2004, p. 40-41) registram o relato de dom José Ivo sobre o início de trabalho:

Com o correr dos meses, dos primeiros anos, as coisas se tornaram mais desafiadoras para o povo brasileiro e para a Igreja. Nós queríamos sempre defender os direitos do povo brasileiro, é claro. Quando houve que políticos brasileiros foram cassados, muitos dos quais conhecíamos como homens realmente de valor e as liberdades foram limitadas, começou a haver um grande descontentamento do povo e da Igreja diante dessas novas situações que iam se desenhando. Nós observávamos esses primeiros tempos. Não houve documentos da CNBB sobre esse momento mas procurávamos defender os direitos da vida política e isso começou a se tornar cada vez mais claro. Quando houve esse cerceamento das liberdades políticas e começaram a haver prisões e cassações e apareceram as torturas, na CNBB, no Rio de Janeiro, muitas pessoas vieram pedir proteção e ajuda e isso criou animosidade nossa com os governantes. Isso não poderíamos evitar, afinal de contas era necessário salvaguardar os direitos humanos e, portanto, procurávamos ir ao encontro dos que eram injustamente presos e torturados. Isso se tornou delicado. [...] Naquele tempo, como Secretário Geral da CNBB, tínhamos um comportamento comum com o pensamento dos Regionais da CNBB. Eu procurava ir a todas as reuniões da CNBB no Brasil inteiro. Os Bispos queriam saber informações exatas. Como eu vinha do Rio de Janeiro, onde ficava a sede da CNBB naquele tempo, eu tinha informações bem concretas. E isso uniu os Bispos com a CNBB e entre todos, substancialmente. Diz-se, hoje, que esse trabalho que eu fiz como Secretário Geral da CNBB, foi de grande benefício para os Bispos nesse período.

Quando dom José Ivo assumiu seu primeiro mandato como secretário geral da CNBB, em 1971, os aparelhos repressores do Estado ganharam voracidade, sob a égide do AI-5, no governo do general Emílio Garrastazu Médici. Dom José Ivo, num relato sobre um encontro que ele e dom Alfredo Vicente tiveram com o presidente Médici deixa claro que a postura dos bispos do Brasil frente à situação política da época estava incomodando o presidente:

O Presidente não tinha muita conversa. Até que, a um certo momento, ele disse: “Já que dom Ivo está aí, eu vou lhe fazer um pedido bem insistente, portanto à direção da CNBB”. E prosseguiu: “Eu queria pedir aos senhores Bispos da CNBB, que parem de criticar os atos do governo, que parem de dar lições a nós, que estamos no governo. Esses assuntos são nossos, a administração da economia. E digo mais: se vocês não mudarem essa conversa, eu vou começar a dar catequese”. Então dom Vicente pediu que eu respondesse, já que o Presidente havia se dirigido diretamente à CNBB. E eu disse: “Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós não vamos mudar de discurso. Nós não queremos nos envolver em questões técnicas. O que nós queremos é analisar e, se for o caso, criticar os aspectos éticos, inclusive dos atos do governo, como é o caso dos direitos humanos, da falta de democracia, da censura à imprensa, tortura, prisões.

Estas coisas, nós temos que continuar a criticar. E eu ficaria muito feliz se o Sr. cumprisse o que prometeu: que agora, o Sr. vai dar a catequese, pois, como o Sr. sabe bem, a catequese não é só trabalho dos bispos, ou dos padres, ou das freiras. São os leigos, os pais de famílias, que devem ser catequistas. E o Sr. tem família, tem filhos, tem netos. Que coisa bonita o Sr. nos disse, que vai começar a dar catequese (LORSCHTEITER, 2003, p. 508).

Pelo relato se depreende que os bispos manteriam a postura crítica frente o governo ditatorial. No entanto, entendemos ser necessário retomar, o que no subtítulo anterior já nos referimos, acerca da posição da Igreja católica no Brasil, no que diz respeito a execução do que determinava o Ato Institucional número 14 (AI-14), que entrou em vigor em 1969, e que permitia a pena de morte de quem fosse acusado de subversão. Se alguns bispos, num primeiro momento, manifestaram-se favoráveis à pena de morte, a CNBB, a partir da posse da nova diretoria da entidade, em 1971, publicou uma nota dizendo que pretendia “abandonar sua posição tradicional e aos poucos evoluir para outra, radicalmente contra a pena de morte”¹⁰⁶. Talvez, esta polêmica tenha impulsionado dom José Ivo a se manifestar, claramente em sua adesão à defesa dos direitos humanos, temática que ganhava impulso na Igreja católica não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina: Conforme a matéria, dom José Ivo teria dito que:

Sem querer representar estritamente o pensamento de toda a CNBB, que, a rigor, são todos os 250 bispos do Brasil, julgo que, hoje em dia, a pena de morte deveria ser proscribida em qualquer circunstância. Na sua doutrina e prática, a Igreja Católica, especialmente em épocas passadas, admitia que a legislação de um país decretasse a pena de morte para crimes graves; inclusive era entregue ao “braço secular” quem fôsse comprovado herege e assim aparecesse gravemente danoso à ordem social, entendida na perspectiva do tempo. Penso que atualmente a evolução do pensamento e das atitudes da Igreja inclui a rejeição da pena de morte, e isso por diversas razões: 1 – a visão mais aprofundada da mensagem do evangelho, na linha do amor efetivo, do perdão, da tentativa de recuperação; 2 – consciência mais viva da dignidade da pessoa humana, com tôdas as suas conseqüências; 3 – o notável progresso de todo o regime penitenciário; 4 – a experiência da ineficiência da pena capital na prevenção do crime. Duas observações para terminar: 1 – Evidentemente a Igreja não quer que os crimes fiquem impunes; mas devemos encontrar formas adequadas de castigos e de tutela da ordem social. 2 – Sou do parecer que dificilmente um bispo defenderá hoje a aplicação da pena de morte num caso concreto, impondo-se um exame cuidadoso do texto e contexto das declarações (VEJA, 31/03/1971, p. 66).

Três meses depois, em junho de 1971, dom José Ivo fez novas críticas à pena de morte, falando não apenas em seu nome, mas da presidência da CNBB:

A presidência da CNBB têm externado muitas vêzes, nos últimos tempos, seu parecer claro contra a pena de morte. Ela não serve nem à sociedade, nem ao criminoso. Deve

¹⁰⁶ A PENA sem morte. VEJA, 31/03/1971, p. 66.

haver outros caminhos para defender e ressarcir a comunidade, bem como para punir e corrigir o delinquente (CORREIO DA MANHÃ, 27 e 28/06/1971, p. 5).

Além disso, com maior ênfase o jornal *Correio da Manhã*, trouxe a posição de dom José Ivo em matéria relacionada ao novo ordenamento jurídico que estava sendo preparado para entrar em vigo no país. Ignorando o apelo do presidente Médici, secretário geral da CNBB se manifestou em defesa dos direitos humanos, pois, segundo o prelado, o que a Igreja quer é que os direitos humanos “sejam preservados da mesma maneira como são descritos em diversas declarações universais e na Doutrina da Igreja”¹⁰⁷.

Devido a situação política nacional, os Direitos Humanos foi o tema da XIII Assembleia Geral da CNBB, realizada de 6 a 15 de fevereiro de 1973, sob a presidência de dom Aloísio, dom Avelar e dom José Ivo. Foi um importante evento para a conjuntura eclesial, visto que ganhou além de visibilidade, notoriedade, isto é, tornou-se um compromisso concreto da Igreja católica no Brasil. Deste evento, a CNBB divulgou um documento “mais combativo dos que tinha publicado até então, embora não tenha abandonado o caráter conciliador de seu discurso” (GOMES, 2014, p. 68), o qual constava de dezenove proposições e pelo qual os prelados indicavam a melhor forma de se buscar e identificar o que era a defesa desses direitos. Para o episcopado brasileiro da época:

O fato concreto que primeiramente nos aflige é a situação de marginalização em que ainda vivem milhões de nossos irmãos, que nem sequer têm condições de conhecer, e muito menos de gozar dos benefícios que os Direitos do Homem lhes garantem. [...] Lamentamos o alto preço humano que vem sendo exigido do povo brasileiro como condição de seu desenvolvimento econômico (DOCUMENTO DA XIII ASSEMBLEIA GERAL DA CNBB apud GOMES, 2014, p. 68).

Segundo Dussel (1982, p. 289-290), devido à gravidade da situação da pessoa humana os bispos propuseram que instituições de nível internacional, como Igrejas e organismos culturais pudessem “criar um tribunal mundial da dignidade humana, tendo como função julgar em plano moral os regimes que violam os direitos fundamentais da pessoa”.

O jornal *O Estado de São Paulo*¹⁰⁸ também noticiou as conclusões da XIII Assembleia Geral da CNBB, bem como o documento que se referia aos Direitos Humanos. Porém, o título da matéria “Igreja assume defesa dos Direitos”, buscava apontar que somente a partir daquele momento a Igreja se preocupava com tal temática, ignorando o que a instituição religiosa já vinha pleiteando, particularmente após a eleição de dom Aloísio, dom Avelar e dom José Ivo.

¹⁰⁷ IGREJA: ela quer ser ouvida sobre os novos códigos. *Correio da Manhã*, 27 e 28/06/1971, p. 5.

¹⁰⁸ IGREJA assume defesa dos direitos humanos. *O Estado de São Paulo*, 16/02/1973. p. 11.

Questionado pelo jornal sobre qual seria a programação que a Igreja no Brasil iria propor como forma de comemorar os vinte e cinco anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dom José Ivo informou que “não se fará festa sobre isso, pois queremos que nossas igrejas reflitam em torno do assunto”. Porém, no entendimento dos jornalistas da Revista *Veja*¹⁰⁹, a CNBB “não disse nada”, com relação aos Direitos Humanos, em sua XIII Assembleia Geral, ficando seus debates apenas acerca de questões internas da vida eclesial, como o aspecto da dimensão comunitária da Igreja particular e, por isso, “chegaram a definir o comunicado como um documento leve, de última hora e sem maiores pretensões”. Por meio do que fora escrito, conseguimos perceber que é clara a intenção da revista em retirar um dos focos da Assembleia dos Bispos, isto é, o tema dos Direitos Humanos, visto que o periódico sempre esteve aliado aos setores militares que governaram o país. Contudo, a mesma revista precisou, no mês de março de 1973, poucos dias após a conclusão da XIII Assembleia Geral dos bispos, publicar um novo artigo, agora sob o título “*Silêncio rompido*”¹¹⁰, na qual reconheceu que o documento conclusivo da última Assembleia foi um dos “mais extensos” e procurou “estabelecer, em 19 proposições, os deveres dos cristãos na defesa dos direitos humanos”. Como conclusão do artigo, a revista acrescentou que pelo documento conclusivo, os bispos “sugerem a criação de um Tribunal Mundial da Dignidade Humana, com a função de julgar eticamente os regimes que violem os direitos fundamentais do homem”. Em suma, percebe-se que estes dois periódicos, jornal *O Estado de São Paulo* e a revista *Veja*, ao relutarem tornar público que o documentos dos Bispos se configurava um avanço no debate sobre os direitos humanos, denotam que a ideia de criar um Tribunal Mundial colocava em cheque o governo brasileiro e as situações que afligiam, particularmente, o Brasil poderiam ter um outro desfecho.

No início de 1974, ainda durante a primeira gestão de dom José Ivo como Secretário Geral da CNBB, o Papa Paulo VI nomeou como sexto bispo diocesano da diocese de Santa Maria. Desde 1966, dom José Ivo desempenhou a tarefa de bispo auxiliar de Porto Alegre e, embora as transferências sejam normais dentro da sistemática da Igreja católica, levantaremos duas hipóteses que envolvem a transferência de dom José Ivo: 1ª) após assumir a secretaria geral da CNBB, a sua postura passou a ter maior destaque nacional, não apenas devido as críticas aos abusos do governo ditatorial mas, particularmente, pela ênfase na defesa dos direitos humanos, opondo-se, de certa forma, ao arcebispo de Porto Alegre, que manteve uma postura mais conservadora no interior da Igreja; 2ª) a sede da diocese de Santa Maria, localizada no município de mesmo nome, possuía o segundo maior contingente de militares do Brasil. Neste

¹⁰⁹ A IGREJA nas entrelinhas. *Veja*, 21/02/1973, p. 53.

¹¹⁰ SILÊNCIO rompido. *Veja*, 21/03/1973, p. 28.

sentido, a Igreja pode ter entendido que a presença de dom José Ivo, conciliando o cargo de secretário geral da CNBB e fazendo-se presente na vida da cidade e da região do centro do estado do Rio Grande do Sul, poderia inibir atos de maior violência e/ou elaboração de estratégias para perseguições a quem se opusesse aos ditadores. Infelizmente, não temos como precisar se nossas hipóteses alcançam a dimensão do ato de transferência de dom José Ivo. Porém, podemos dizer que foram longos anos em que o religioso precisou dividir seu tempo no atendimento espiritual de seus diocesanos e as tarefas junto à CNBB, pois, “nós, os Bispos, sabemos que temos uma tarefa local, em uma diocese, e somos esforçados nisso. Mas a conferência dos Bispos exige de cada Bispo uma dedicação e um devotamento a essa tarefa de congregamento e unidade dos Bispos no país” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 30).

O jornal *O Estado de São Paulo*¹¹¹, repercutiu a nomeação de dom José Ivo para bispo de Santa Maria, afirmando que “a decisão de Paulo VI foi considerada ‘um sintoma de grande prestígio’ para dom Ivo e, conseqüentemente, de aprovação do Papa à sua atuação, nos últimos três anos, como secretário geral da CNBB”.

Sobre sua transferência para a diocese de Santa Maria, o religioso disse:

Santa Maria, no conjunto do Rio Grande do Sul, sempre foi uma diocese muito prezada e considerada. Eu fui para Santa Maria com gosto de estar na terra da Mãe de Deus, na cidade onde nasceu e se desenvolveu a devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Então eu me dispus a ir. Mas tu tive apenas um medo. Me diziam: “é importante que você vá para Santa Maria lembrando-se que é uma cidade universitária. Procure dar muito apoio a essa situação”. Este foi meu receio porque fazer um trabalho apropriado com esse mundo universitário não é tão fácil assim. É científico, é psicológico, com estudantes e professores (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 30-31).

Além do cenário juvenil e estudantil que dom José Ivo preocupou-se em atender bem como bispo de Santa Maria, públicos extremamente visados pelos setores militares e que se manifestavam com frequência em oposição aos abusos da ditadura, dom José Ivo também tinha ciência de que a cidade abrigava um grande número de quartéis das Forças Armadas com um elevado contingente. Assim que tomou posse na diocese, o religioso buscou cumprir um papel de proximidade, mas nem sempre obteve o retorno que esperava. Ao referir-se a sua chegada à nova cidade, dom José Ivo disse que: “sabia que era uma cidade bastante grande em importância, mesmo pelos seus efetivos militares”. Além disso, no contato com os comandantes militares “sempre os procurei, visitei-os como era meu dever de Bispo de Santa Maria. Mas

¹¹¹ DA SUCURSAL, DO CORRESPONDENTE E DO SERVIÇO LOCAL. Igreja acha que Papa só quis prestigiar d. Ivo. *O Estado de São Paulo*, 08/02/1974, p. 13.

nem com todos tudo correu normalmente” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 44).

O jornal *O Estado de São Paulo*, contudo, continuou, na mesma reportagem, trazendo a manifestação de “círculos religiosos da Guanabara”, local da sede da CNBB no período da nomeação de dom José Ivo para a diocese de Santa Maria, em que afirmavam que não entendiam que a atitude da Santa Sé fosse tentar, “diplomaticamente, afastar dom Ivo do centro das decisões político-religiosas do Brasil, ‘num momento em que as possibilidades de um diálogo positivo com o novo governo Geisel são boas’”. Contudo, veremos que as tensões entre Igreja e Estado, no governo Geisel e na gestão de dom Aloísio e dom José Ivo se intensificaram.

Como memória, vale recuperar que poucos dias antes de dom José Ivo assumir o governo da diocese de Santa Maria, tomou posse como novo presidente ditatorial o gaúcho Ernesto Geisel. Na análise de Barros (2003, p. 181-188), Geisel perseguiu quatro estratégias fundamentais:

A primeira consistiu em garantir o apoio da maioria das Forças Armadas, buscando ao mesmo tempo reduzir a influência da “linha dura” e restaurar o profissionalismo como principal papel do corpo militar. [...] A segunda estratégia de Geisel consistiu em controlar o aparelho de repressão sem criar a imagem de um governo fraco e amolecido, incapaz de ser respeitado pela determinação militar. [...] A terceira estratégia visava abrir caminhos à restauração do processo democrático. [...] A quarta estratégia desenvolvida por Geisel tinha como meta manter o crescimento econômico com estabilidade de preços.

Apesar das pretensões de Geisel, muitas de suas metas não adquiriram concretude, pois:

Antes de deixar o governo, Geisel sancionou a nova Lei de Segurança Nacional, deixando, porém, uma proporção significativa de poderes arbitrários. Revogou o Ato Institucional n. 5. Restaurou o *habeas corpus*. Acabou com a censura. Permitiu que grande parte dos exilados políticos pudessem regressar ao Brasil. De outro lado, o aparelho de repressão, embora menos ativo e menos eficiente, permanecia quase intacto (BARROS, 2003, p. 187-188).

Como vimos, o presidente ditatorial Geisel assumiu o poder no mesmo ano em que dom José Ivo assumiu a administração da diocese de Santa Maria e, antes mesmo de sua posse, Geisel e a presidência da CNBB mantiveram reuniões para “estudar novos caminhos, ‘destinados a ampliar e melhorar as relações entre a igreja e o Estado’”¹¹². Esses encontros entre a presidência da CNBB e Geisel, bem como as manifestações públicas da CNBB foram frequentes, visto que, apesar da repressão ter enfraquecido neste período, ela não deixou de

¹¹² DAS SUCURSAIS E AGENCIAIS. Desde janeiro Geisel dialoga com a Igreja. *O Estado de São Paulo*, 28/02/1974, p. 5.

existir e continuou atingindo membros da cúpula da Igreja católica no Brasil. Em um relato de dom José Ivo, referindo-se a uma fala de Geisel sobre a cúpula da CNBB, representada por dom Aloísio e dom José Ivo, disse que, num determinado momento o presidente falara que “quanto aos Lorscheider, com o de Fortaleza, dom Aloísio, a gente podia se tratar e conversar. Mas o outro, lá de Santa Maria, este era difícil” (LORSCHHEITER, 2003, p. 508).

A notoriedade de dom José Ivo, à época, pode ser medida pela matéria vinculada à revista *Veja* e no jornal *O Estado de São Paulo*¹¹³, dois dias após a sua tomada de posse na diocese de Santa Maria¹¹⁴, em 1974, quando os meios de comunicação noticiaram que ele passou mal e precisou ser hospitalizado. A revista *Veja* publicou um artigo sobre a enfermidade do religioso, afirmando que “em meio a uma maratona de visitas e pregações em paróquias da região, dom Ivo foi internado às pressas no Hospital de Caridade Doutor Astrogildo [...] e que o paciente fora submetido com êxito a uma operação no abdome que lhe extirpara o baço”. Além disso, a reportagem indica que, no caso do prelado não se reestabelecer, Igreja indicará outro bispo para Santa Maria e para a CNBB, o que frustraria os planos de dom Alfredo Vicente “que via em dom Ivo a pessoa talhada para sucedê-lo”, na arquidiocese de Porto Alegre¹¹⁵.

Observamos que no seu discurso de tomada de posse, dom José Ivo não citou a presença do grande contingenciamento de militares que se fazia presente na solenidade. Posteriormente, dom José Ivo elencou uma lista de pessoas e grupos com os quais gostaria de contar como apoio para sua nova missão: o cardeal Alfredo Vicente Scherer, os padres seculares e religiosos da diocese, os seminaristas; Membros do Movimentos, Associações ou Organizações de Apostolados dos Leigos; os doentes que estavam nos lares ou hospitais; pede o auxílio da Virgem Maria e, também, pediu às autoridades civis e militares, “ que deis ao novo Bispo um generoso crédito de confiança e recebais dele a pública promessa de colaboração na busca do bem comum, dentro do respeito às atribuições específicas da Igreja e do Estado” (LORSCHHEITER, 1974, p. 5).

No final do mesmo ano em que assumiu a diocese de Santa Maria, em novembro de 1974, durante a XIV Assembleia Geral da CNBB¹¹⁶, dom José Ivo foi reeleito para seu segundo

¹¹³ DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. D. Ivo Lorscheiter é internado no sul. **O Estado de São Paulo**, 25/04/1974. p. 27.

¹¹⁴ O arcebispo de Porto Alegre, dom Alfredo Vicente Scherer empossou dom José Ivo, em celebração que ocorreu na Catedral Metropolitana de Santa Maria, no dia 21 de abril de 1974, tornando-se, assim, o sexto bispo da diocese de Santa Maria.

¹¹⁵ O BISPO doente. **Veja**, 01/05/1974, p. 72

¹¹⁶ Sobre a eleição da Direção da CNBB, a revista *Veja* trouxe a seguinte informação: “[...] dom Aloísio e dom Ivo foram reeleitos para a presidência e a secretaria geral, ao final de três disputados escrutínios – e consolidaram suas cruciais posições como líderes executivos da Igreja Católica no Brasil. Dom Aloísio venceu o hábel dom Avelar por 137 a 65 votos na disputa pela presidência, enquanto seu primo, dom Ivo, batia dom Juvenal Roriz, bispo de Rubiataba (GO), por 142 a 48. Para a vice-presidência, contrariando os prognósticos, dom Geraldo

mandato como Secretário Geral da CNBB. Para a revista *Veja*, “dom Ivo foi o grande executor do trabalho da CNBB nos últimos quatro anos”¹¹⁷. O referido periódico, mesmo tentando dar aos seus leitores uma visão tencionada e direcional da atuação da CNBB nos últimos anos, dizendo que a mesma era apenas “um atuante órgão doutrinário”, reconheceu, no mesmo artigo, que a postura da Igreja católica havia mudado, já que a entidade representativa da Igreja contava com uma direção progressista e que buscou colocar em prática as novas reflexões da instituição, particularmente por meio do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín.

Além disso, o jornal *O Estado de São Paulo*¹¹⁸ trouxe o que seria trechos de uma entrevista coletiva de dom José Ivo, sobre a continuidade da atuação da CNBB no contexto nacional, o qual teria dito que a presidência da CNBB reeleita iria:

Fortalecer a linha política – que ele (dom Ivo) prefere chamar de pastoral – seguida até agora pela Conferência, ou seja, o desejo de contribuir positivamente para o crescimento da Igreja e o bem do povo brasileiro. Segundo disse, a assembleia de Itaici serviu para provar a unidade da Igreja em torno dos mesmos objetivos e não em posição mais agressiva ou moderada como querem alguns. Ele próprio não sabe como classificar-se: se moderado ou agressivo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/11/1974, p. 21).

Durante o governo Geisel, as relações da Igreja com o Estado sofreram fortes abalos. Além de membros da cúpula, entre sacerdotes, religiosas e bispos sofrerem com perseguições, torturas e a tentativa de silenciamentos, a Igreja passou a se manifestar também de forma veemente contra ataques que visassem pessoas, católicas ou não, pois seus direitos precisavam ser respeitados.

Dom José Ivo fora reeleito para a segunda gestão como secretário geral da CNBB porque chamou a atenção de boa parte do episcopado por sua postura corajosa, juntamente com seu primo dom Aloísio, no enfrentamento de situações impostas por setores militares, sob a égide da presidência ditatorial. Neste sentido, era necessário criar alguma forma de constranger a presidência da CNBB, no sentido de que os ânimos se abrandassem e a Igreja católica voltasse a ter uma postura de resignação diante do modelo governamental vigente. Assim, em junho de 1975, diversos bispos do Brasil passaram a receber fotos nas quais dom José Ivo estaria em uma situação constrangedora com uma mulher. Para a Cúria de São Paulo, as fotos se tratavam de

Fernandes, arcebispo de Londrina (PR), derrotou o influente cardeal dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, também no terceiro escrutínio, por 117 a 85”. (OS BISPOS no Reino da paz. *Veja*, 04/12/1974, p. 84).

¹¹⁷ OS BISPOS no reino da paz. *Veja*, 4/12/1974, p. 85.

¹¹⁸ DA SUCURSAL DO RIO. D. Aloísio diz que provou sua maturidade. *O Estado de São Paulo*, 30/11/1974. p. 21.

“uma grosseira montagem”¹¹⁹. Em 1991, o jornalista Walter Clark, que por quase duas décadas trabalhou na *TV Globo*, publicou um livro no qual, além de falar sobre as relações de conveniências e acordos da empresa com os governos militares durante a ditadura brasileira, também noticiou o fato que envolveu dom José Ivo, isto é, que o religioso estaria mantendo um relacionamento afetivo com uma mulher no Rio de Janeiro, demonstrando que a atuação do prelado tinha gerado um clima negativo entre seus pares e fieis, que favoreceu a perseguição e a busca de difamação de um dos membros da cúpula da CNBB. Segundo Clark (1991, p. 258), ele fora convidado pelo general Ednardo D’Ávilla Mello, para um almoço na sede do II Exército, em São Paulo, e esperava encontrar entre os militares que o haviam convidado para a refeição, discursos combativos contra o comunismo ou receio pelo fato da população estar se mobilizando e articulando contra os governos ditatoriais. Após o almoço, Walter Clark teria sido chamado para uma sala separada pelo general Antônio Marques, um dos comensais convidados para o almoço, e na qual teria mostrado a foto de dom José Ivo, afirmando que era para ver “como são esses padres progressistas do Brasil!” (CLARK, 1991, p. 259). Ainda, conforme Clark (1991):

Era uma foto de Dom Ivo Lorscheiter, tirada com equipamento infravermelho, que registrava imagens no escuro. Dom Ivo aparecia sentado na platéia de um cinema, provavelmente, ao lado de uma vasta mulata. Me pareceu ser o Cine Azteca, do Rio, um lugar fácil de identificar porque tem uma arquitetura estranhíssima, réplica de um monumento asteca, não deve ter outro igual no Brasil. Não posso dizer se aquilo era uma montagem, ou se a foto era mesmo real, mas lá estava o bispo com a mulata, discreto, apenas sentado ao lado dela, sem abraçar, mãos dadas, nada disso. O general Marques olhava aquela foto com uma santa indignação. – “O senhor vê, seu Clark! Esses bispos ficam pregando contra a Revolução e nem cuidam da própria moral!” (CLARK, 1991, p. 259).

Se o general tinha razão ou não, é difícil saber, mas uma informação como esta seria útil para enfraquecer o poder da Igreja católica naquele período turbulento da história recente do Brasil e das relações Igreja e Estado.

A década de 1970 marcou o início da publicação, por parte da CNBB, tanto em âmbito nacional como por meio de seus regionais, de documentos que traziam à tona, particularmente, a temática do desrespeito aos direitos humanos, configurando-se, assim, em “documentos-denúncia”¹²⁰.

¹¹⁹ FALSO testemunho. **VEJA**, 18/06/1975, p. 23.

¹²⁰ Para ampliação acerca do entendimento dos “documentos-denúncia” da CNBB, indicamos: PREZIA, B. (Org.). **Caminhando na luta e na esperança**: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 58.

O episcopado de São Paulo, antes da publicação de “*Não oprimas o teu irmão*”, já tinha, em junho de 1972, divulgado o documento “*Testemunho da Paz*”, também conhecido como *Documento de Brodósqui*, pelo qual elencaram diversas situações que “não eram lícitas” aos homens, como efetuar prisões sem os devidos tramites legais, “privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la mediante ameaças”, a sobreposição, por qualquer autoridade, “à consciências dos juízes”. Além disso, o documento apresentou uma série de proposições do episcopado paulista, onde se colocam “sempre ao lado dos que estão sofrendo”, conclamam os fieis para um dia de jejum “pedindo a Deus pela paz e pela justiça” e concluem o documento com frases bíblicas em que caracterizam a punição de Deus para quem desrespeitar o irmão¹²¹.

O caso da morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências da Divisão de Operações Internas – Centro de Operações Internas (DOI-Codi), em 1975, e a tentativa de configurar a morte como um ato suicida, levou a manifestação pública do clero e milhares de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo. Com a presença de dom Paulo Evaristo Arns e lideranças de outras denominações religiosas, realizaram um ato ecumênico que gerou tensão entre a Igreja e o governo ditatorial, ainda que “sob intervenção de Geisel”, tivesse sido instaurado um inquérito investigativo acerca do ocorrido. Porém, “nada conseguiu apurar, pois o comando do 2º Exército resolvera acobertar os fatos reais e seus responsáveis” (BARROS, 2003, p. 180). Para Moraes (1982, p. 62), a morte de Vladimir Herzog “foi amplamente decisivo, quer para a evolução geral da desestruturação da máquina repressora, quer para a definição mais clara das atitudes eclesiais contra o desrespeito pelos Direitos Humanos”. Além disso, os bispos de São Paulo, após o assassinato de Vladimir, publicaram o documento “*Não oprimas teu irmão*”¹²², pelo qual “protestavam contra a ‘onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e [os] graves acontecimento que vêm estarecendo a população de São Paulo” (GOMES, 2014, p. 72).

Além do caso Vladimir Herzog, três outros graves eventos de violação dos direitos humanos atingiram diretamente a Igreja católica no Brasil, e exigiram da CNBB uma postura ainda mais combativa: o assassinato dos padres Rodolfo Lunkenbein; do padre João Bosco

¹²¹ CNBB – REGIONAL SUL 1 apud MORAIS, J. F. R. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982, p. 126-128.

¹²² Além destes, podemos acrescentar a lista dos “documentos-denúncias”: “*Marginalização de um povo – Grito das Igrejas*, dos bispos do Centro-Oeste (maio de 1973); *Eu ouvi os clamores do meu povo*, de dezoito bispos e superiores religiosos do Nordeste (agosto de 1973), e *Y-Juca-Pirama. O índio: aquele que deve morrer*, lançado por seis bispos e alguns missionários (dezembro de 1973). Outros documentos mais restritos tiveram igual impacto, como a Carta Pastoral de Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, intitulada *Como vemos a situação da Igreja frente ao regime atual* (junho de 1973) e a *Mensagem da ACO do Brasil* (1º de maio de 1973)” (PREZIA, B. (Org.). **Caminhando na luta e na esperança**: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 58).

Penido Burnier (DUSSEL, 1982, p. 303); e o sequestro de dom Adriano Mandarino Hypólito¹²³, com 58 anos, bispo católico de Nova Iguaçu, no dia 22 de setembro de 1976. Assim como

¹²³ O relato dos fatos ocorridos com o bispo de Nova Iguaçu foi escrito pelo próprio prelado e Márcio Moreira Alves (1979) recuperou e nós o transcrevemos, como forma de demonstrar a violência do ocorrido. Relata dom Adriano: “Na quarta-feira, 22 de setembro, 22 de setembro de 1976, pelas 19 horas, saí do meu gabinete na Cúria Diocesana. Tinha acabado o expediente normal meia hora mais tarde. O último atendido foi o nosso operário Fidélis, que foi assaltado no domingo anterior e vinha pedir um adiantamento em dinheiro. Desci à galeria, fiquei conversando ainda uns dez minutos com o Pe. Henrique David, da Catedral. No meu Volkswagen sedan já estavam sentados meu sobrinho Fernando Leal Webering, ao volante, e, no banco traseiro, sua noiva, Mairia del Pilar Iglesias. Pelas 19:15 me despedi, entrei no VW ao lado de Fernando e saímos. Tomamos o caminho de todos os dias, sem notar nada de extraordinário. Íamos para casa, no Parque Flora. Pilar, que aproveitava todas as tardinhas a carona, ficava no caminho, na rua Paraguaçu. Ao entrarmos na Rodovia Presidente Dutra (direção de São Paulo), um pouco depois do km. 13, como um caminhão passasse em alta velocidade, tivemos de nos manter no acostamento. Aí estava parado um Volkswagen vermelho, que atrapalhou um pouco a nossa entrada na Dutra. Passamos do acostamento para a rodovia e parece que VW vermelho seguia atrás de nós. (...) No ponto onde a rua Minas Gerais corta a rua Gama, na esquina à esquerda, estava parado um carro de faróis acesos, que procurou avançar com rapidez na nossa frente. Fernando avançou mais rápido, pelo que o repreendi. Dobramos, como sempre, à direita, pela rua Gama, daí entrando para a esquerda, na rua Benedita. Dois carros nos seguiam. Fernando observou: ‘Parecem malucos, ou estão brigando.’ Eu acrescentei: ‘Apreste mais para a gente não se envolver na briga.’ Ele acelerou e assim entramos à esquerda, na rua Moçambique. Neste momento um VW vermelho nos fechou. Passamos um instante e olhamos indignados. Logo recomeçamos a viagem, sem ainda percebermos a situação real. Eu estive certo de que era mesmo uma briga dos dois carros. Galgamos a rua Moçambique, que é ladeirosa e curta, e no topo dobramos à direita, para a rua Paraguaçu, que é onde mora Pilar, no fim, na penúltima casa antes de entrar na estrada de Ambaí. Eu disse a Fernando que se aproximasse mais do meio fio para Pilar poder saltar sem perigo e os briguentos poderem passar sem nos incomodar. Uns cinco metros antes do portão de Pilar, o VW vermelho nos cortou pela frente e um outro carro pelo lado. Saltaram cinco ou seis homens armados de pistolas, ameaçadores, e se aproximaram do nosso carro. Do meu lado um grita: ‘É um assalto. Saia logo, senão atiro.’ Hesitei um pouco, tentando saber do que se tratava. Com palavras abri uma porta de meu lado e me puxaram. Tropecei e caí, perguntando ainda: ‘Meu irmão, o que foi que eu lhe fiz?’ Com brutalidade, dois elementos me arrastaram e me atiraram no banco traseiro do carro deles, com pancadas na cabeça e no corpo, para eu me acachapar. Ainda vi, por dois ou três segundos, a cara do que ia no volante, chamando-me a atenção os óculos quadrados sem aro. O outro elemento, de cara redonda e rude, tinha as faces marcadas por cicatrizes de espinhas infeccionadas. Julgo ter visto ainda Pilar imóvel, na frente do portão da sua casa e algumas pessoas, imóveis também, nas portas da padaria que fica logo depois da casa de Pilar, na esquina da rua Paraguaçu com a estrada de Ambaí. Logo o elemento que estava ao lado do motorista se virou com pancadas para mim e me encapuçou. O capuz era de fazenda grossa, parecendo lona. Senti-me asfixiar. Amarrou o capuz, mas ainda pude ver as algemas: eram pretas, talvez de ferrugem. Ainda me algemando, deram o arranque com toda a violência, sempre batendo-me na cabeça e no corpo para eu me abaixar. Logo me algemaram, primeiro no pulso do braço direito, depois na mão esquerda. Senti que viraram pela estrada de Ambaí, na direção de Nova Iguaçu. Sempre me batiam, soltando palavras. A cena na porta da casa de Pilar deve ter durado uns oito ou dez minutos e foi muito violenta. Depois de uns poucos minutos de encapuçado, com as voltas do carro sempre em disparada louca, perdi totalmente a noção do espaço. Não consegui um só instante identificar os lugares por onde passávamos. Logo no começo, ouvi o elemento da direita dizer para o motorista: ‘Esse serviço vai render quatro milha.’ Daí a pouco começou a me apalpar, à procura talvez de arma ou de carteira. Como não encontrasse nem uma nem outra, começou a cortar os botões de minha batina, um por um. E quando descobriu os bolsos, esvaziou-os. Tirou o relógio cortando a pulseira do plástico. Depois de corrermos como loucos uns trinta ou quarenta minutos, paramos. Saíram do carro e daí a pouco mandaram que eu saísse também: ‘Saia...’ (com palavrão). Saí puxado. A primeira coisa que fizeram foi tirar toda a roupa, deixando-me inteiramente nu. Aí tentaram enfiar-me na boca o gargalo de uma garrafa de cachaça. Senti nos lábios o gosto e resisti. Não insistiram, mas um derramou a cachaça no capuz. Senti-me asfixiar e caí no chão estrebuchando. Pensei que ia perder completamente os sentidos, mas aos poucos me recuperei. Começaram os insultos e provocações. Havia um que rugia como uma fera. Outro me disse: ‘Chegou a tua hora, miserável, traidor vermelho. Nós somos da Ação Anticomunista Brasileira e vamos tirar vingança. Você é um comunista traidor. Chegou a hora da vingança para você, depois é a hora do bispo Calheiros, de Volta Redonda, e de outros traidores. Temos a lista dos traidores.’ Depois acrescentaram: ‘Diga que é comunista, miserável.’ Ao que respondi: ‘Nunca fui, não sou, nem serei comunista. O que eu fiz foi sempre defender o povo.’ De vez em quando me davam pontapés. A certa altura ouvi, numa distância que calculo de 20 metros, a voz de Fernando, que gritava: ‘Não façam isso comigo, eu não fiz nada!’ Tive a impressão que estavam batendo nele. Resolvi então falar: ‘Deixem o rapaz, ele não tem culpa de nada. O que foi que ele fez?’ Repeti ainda outra vez estas palavras ou

outros bispos vistos como progressistas por sua atuação político-religiosa voltada para o atendimento dos mais pobres: dom Adriano era um questionador acerca dos problemas sociais da Baixada Fluminense, região geográfica de abrangência de sua diocese. Sendo assim, começou a aproximar-se dos operários das fábricas e saber deles como era o salário, o tempo de trabalho, as condições de vida, o que o levou a ser identificado pelos militares como um defensor e apoiador do comunismo, além de incitar atos de subversão e de oposição às normas governamentais vigentes. Após o sequestro e sessão de tortura do religioso, o carro do mesmo foi levado até a frente da sede da CNBB, no Largo da Glória, no Rio de Janeiro, e foi explodido. Pouco tempo depois, uma bomba explodiu em frente a residência de Roberto Marinho, dono da *Rede Globo de Televisão*, empresa jornalística que, naquela tarde, havia gravado uma entrevista com dom Adriano.

Os meios de comunicação em âmbito nacional divulgaram o fatídico acontecimento. A revista *Veja*¹²⁴ trouxe, sob o título “*A noite dos atentados*”, uma longa reportagem sobre os acontecimentos, dando detalhes, relatados por dom Adriano, sobre o que teria ocorrido. Além disso, cita dom José Ivo, secretário geral da CNBB, teria dito que “o atentado foi da extrema direita”. O jornal *O Estado de São Paulo*¹²⁵, com o título “*CNBB diz que a ameaça não atemorizará a Igreja*”, citou trechos da nota que a CNBB havia divulgado no dia anterior e na qual dizia que:

[...] considera uma glória para a Igreja o fato de seus filhos serem objetos de sanha daqueles que, no seu fanatismo primário, são incapazes de compreender o profundo sentido cristão do compromisso com os oprimidos, confundindo-os com inspirações ideológicas que radicalmente repudiamos. [...] a Igreja conhece a sordidez das armas empregadas contra seus filhos, e num fato como esse, na sequência de outros fatos sangrentos, longe de se atemorizar, ela se enche de júbilo, na certeza de ser julgada digna da milenar tradição daqueles que selaram com o sangue o seu testemunho cristão (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/09/1976, p. 10).

semelhantes. Alguém retrucou: ‘Que nada! Quem ajuda comunista é comunista.’ Começaram a lançar spray no meu corpo. Eu sentia o borrifar e o frio do spray. Tinha um cheiro acre. Pensei que iam me queimar. Escutei alguém dizer: ‘É para cortar.’ Depois me disseram duas vezes: ‘O chefe deu ordem para não matar, você não vai morrer, não. É só para aprender a deixar de ser comunista.’ Houve um silêncio mais prolongado e me deram ordem de entrar novamente no carro. A cena tinha durado entre 30 e 40 minutos. (...) Nu e atado fiquei na calçada. Tentei desamarrar a corda, mas os nós estavam muito apertados. Passa um carro da esquerda para a direita, bem perto de mim. Faço um gesto com as mãos amarradas. Vêem, mas não param. Do outro lado, vejo andando três mulheres. Prefiro não fazer sinal nenhum. Passa um segundo carro, da esquerda para a direita também. Não me vê? Nisto se aproxima, do lado da rua onde me encontro, um rapaz. Chega perto de mim e eu peço: ‘O sr., pode me desamarrar? Eu sou padre e fui assaltado.’ Começa a me ajudar. Nisto chega um carro, que para e pergunta: ‘O que é que aconteceu?’ Digo o que foi. Um senhor salta, vem me ajudar a cortar as cordas e pergunta o que preciso. Respondo: ‘Uma calça.’ Promete ir buscar porque mora perto. Eram cerca de 21,45 horas. (...) No DEOPS fui interrogado pelo Dr. Borges Fortes. Soube então que o meu Volkswagen tinha explodido na frente da CNBB e que meu sobrinho tinha sido encontrado”. (ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 213-216).

¹²⁴ A NOITE dos atentados. **VEJA**, 29/09/1976, p. 20-23.

¹²⁵ CNBB diz que ameaça não atemorizará a Igreja. **O Estado de São Paulo**, 24/09/1976, p. 10.

O atentado de dom Adriano repercutiu internacionalmente. O Papa Paulo VI foi comunicado pelo Núncio Apostólico no Brasil, dom Carmine Rocco que, além de pedir que o mesmo acompanhasse as investigações, concedeu ao prelado sua “bênção apostólica”¹²⁶. Além disso, a Conferência do Episcopado Latino-americano (CELAM), emitiu uma nota na qual também condenou como “inqualificável” o atentado no qual foi agredido um bispo da Igreja católica por sua atuação em defesa dos mais pobres, sendo qualificado como comunista. Poucos dias após seu sequestro, dom Adriano declarou, em entrevista coletiva, o que lhe ocorrera e a bomba que explodiu em frente a sede da CNBB demonstrou a “perturbação da tranquilidade e um talvez consequente endurecimento do sistema político”¹²⁷.

Diante do silenciamento institucional por parte do governo ditatorial com relação ao sequestro de dom Adriano Hypólito, dom José Ivo, acompanhando em entrevista coletiva o sequestrado, disse: “a gente esperava pelos menos uma palavra de conforto pelo acontecido, mas o silêncio do governo foi total e estranho a nosso ver” (IVO LORSCHTEITER apud SÓTENOS, 2012, p. 12).

Enfim, diante dos fatos mencionados, a CNBB, por meio da Comissão Representativa dos Bispos do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro, de 19 a 25 de outubro de 1976, com a presença e participação ativa de dom José Ivo Lorscheiter, redigiram e, posteriormente, publicaram um de seus documentos mais incisivos de contrariedade ao modelo repressivo instalado no país e que atingiram diretamente a Igreja católica no Brasil, tanto leigos como sacerdotes, religiosas e, por último, bispo, intitulado *Comunicação Pastoral ao povo de Deus*, conhecido como *documento número 8*.

Num primeiro momento, os bispos manifestaram que não desejavam “fazer um documento de denúncia”, ainda que os fatos narrados ao longo do mesmo, naturalmente, denunciem as atrocidades. Porém, enfatiza que “ao cristão é proibido ter medo. É proibido ficar triste”. Dando continuidade, a Comissão Representativa da CNBB, em seu documento, pretende relatar fatos que já foram divulgados pelos meios de comunicação mas, também, incluir outros que permaneceram apenas de conhecimento da entidade. Além disso, busca problematizar as causas dos acontecimentos, perguntando se “aconteceram por acaso ou são frutos produzidos por alguma árvore que devemos procurar conhecer?” (CNBB, 1977, p. 5-6).

¹²⁶ DAS AGÊNCIAS, DA SUCURSAL E DOS CORRESPONDENTES. Solidário, o papa dá bênção a d. Adriano. *O Estado de São Paulo*, 28/09/1976, p. 19.

¹²⁷ A INTIMIDAÇÃO. *Veja*, 06/10/1976, p. 28.

Com relação aos fatos abordados, o documento recuperou o assassinato do padre Rodolfo Lunkenbein, em Merure, MT, em 1976, em virtude da postura do sacerdote de permanecer ao lado de indígenas da tribo dos Bororos devido a “demarcação da terra dos índios” (CNBB, 1977, p. 6); os detalhes do sequestro de dom Adriano Hypólito e denuncia que o Núncio Apostólico no Brasil, isto é, “o representante do Papa” no país, de início “fora impedido de entrar na sala onde o bispo prestava depoimento”, no DOPS (CNBB, 1977, p. 8); e, por fim, relata a morte do padre João Bosco Penido Burnier, que, acompanhado de dom Pedro Casaldáliga, foram até à delegacia de Ribeirão Bonito, em Barra do Garça, denunciar torturas que algumas mulheres do local estavam sofrendo. Padre Burnier “recebeu um soco e uma coronhada no rosto e um tiro de bala ‘dum-dum’ na cabeça” (CNBB, 1977, p. 9).

Além dos fatos narrados acima, o documento elencou mais alguns que “mostram a Igreja sendo coagida de forma permanente” (CNBB, 1977, p. 10). São eles: a censura imposta aos meios de comunicação em se tratando de dom Helder Camara; a censura imposta ao jornal da arquidiocese de São Paulo, *O São Paulo*; atentados contra a Ordem dos Advogados do Brasil, a “Associação Brasileira de Imprensa”, a “sede da Auditoria Militar, em Porto Alegre”, e o “Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas (CEBRAP)” (CNBB, 1977, p. 10). Os membros da Comissão Representativa enfatizaram no documento que, como Igreja católica, “não podemos deixar de lembrar que, durante os últimos anos, ocorreram prisões políticas arbitrárias que incluíam sequestros, maus tratos, torturas, desaparecimentos e mortes” (CNBB, 1977, p. 10). E, concluindo a narrativa de fatos, o documento cita a prisão de bispos, sendo dois brasileiros, juntamente com outros prelados e lideranças católicas, no Equador:

Uma demonstração do terrorismo político-militar, em nível latino-americano, foi a prisão de 17 bispos católicos, acompanhados de cerca de 20 assessores padres, religiosos e leigos, no dia 13 de agosto passado (1976), na cidade de Riobamba, no Equador, levados para a cidade de Quito pelas autoridades militares daquele país. Na ocasião, esses bispos, que incluíam brasileiros (Dom Cândido Padim e Dom Antônio Batista Fragoso), norte-americanos, chilenos, mexicanos, além de um paraguaio, um argentino e um venezuelano, endereçaram carta ao Papa na qual afirmavam que o objetivo do encontro era exclusivamente de ordem pastoral, para refletir juntos sobre problemas relacionados com a evangelização nas respectivas dioceses, no atual contexto histórico da América Latina (CNBB, 1977, p. 11).

Estes acontecimentos denotam as arbitrariedades que ocorreram no período, pode ilustrar a tensão das relações entre Igreja católica e Estado ditatorial, os redatores do documento afirmaram que “a ação perniciosa e nefasta, anônima ou pública, daqueles que tacham bispos, padres e leigos de subversivos, agitadores e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de torturas, contribui para a prática da violência” (CNBB,

1977, p. 11). Sendo assim, levam os leitores a identificarem alguns fatores que geravam a violência, indicando: os pobres que lotavam as cadeias e que não tinham o atendimento jurídico legal, em contraste com “poderosos”, que, pelo dinheiro e prestígios, passavam impunes, apesar da evidência de provas acusatórias, criando na sociedade brasileira o rótulo de que “só, ou acima de tudo, o dinheiro, e não o ser gente é fonte de direito” (CNBB, 1977, p. 12); policiais corruptos, que permaneciam impunes, apadrinhados por poderosos sob o pretexto “de que são elementos valiosos na repressão de crimes políticos, impedindo-se à justiça de cumprir o seu dever de assegurar o princípio da igualdade de todos perante a lei” (CNBB, 1977, p. 13); a “má distribuição da terra”, que gera especulação imobiliária, que expulsa os pequenos agricultores de seus recantos e, quando teimosamente resistem e tentavam persistir no local, “dão margem aos conflitos que se multiplicam”, sem contar os que fogem e tomam as cidades, alocando-se em lugares inóspitos e sem as mínimas condições de vida com dignidade (CNBB, 1977, p. 13); outra problemática diz respeito aos povos indígenas que, contavam com um Estatuto do Índio, mas que o mesmo tornou-se “letra morta”, visto que os indígenas passavam a “ser explorados como mão-de-obra barata” ou, seguiam os passos dos pequenos agricultores, saindo de suas comunidades e inchando as zonas urbanas das cidades (CNBB, 1977, p. 14). Para concluir, no documento foram citados os fatores que a CNBB entendeu como contributos para a crescente onda de violência: segurança nacional e segurança individual, sendo que a Igreja no Brasil, “colocar o Estado, o Governo, acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo” e, assim, a ideologia de segurança nacional ganhou impulso, sob o pretexto de “luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico”, resultando em uma “guerra anti-subversiva contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade” (CNBB, 1977, p. 15-16).

Na continuidade do *documento número 8*, os membros da Comissão Representativa da CNBB buscaram fazer analogias, para demonstrar que, apesar de algumas pessoas se dizerem cristãs, católicas, suas práticas se afastavam do ensinamento de Jesus, iluminado pelo Magistério da Igreja. Sendo assim, conforme o documento, “reconhecemos que, mesmo entre os cristãos, pode haver e há muitos a serviço do poder do mal. Reconhecemos também [...] que mesmo fora das Igrejas, [...] há pessoas lutando ao lado de Cristo” (CNBB, 1977, p. 17). Enfatiza que o dever do cristão é a superação da fome, das injustiças, ou seja, a defesa dos direitos humanos, pois “Cristo foi o grande defensor dos direitos humanos” (CNBB, 1977, p. 18).

Essa postura da Igreja, de demonstrar aos que professam a fé católica de que é necessária uma conversão de vida, uma mudança de práxis, foi o que resultou no agravamento da crise entre ela e o Estado ditatorial. Diz o documento:

A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direito do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Por que só alguns podem comer do bom e do melhor, e a maioria tem que dormir com fome? Por que alguns – até estrangeiros – podem adquirir, por dinheiro, milhares de hectares de terra para criar gado e exportar a carne, e nossa pobre gente não pode continuar cultivando o pedaço da terra onde nasceu e se criou ou já vive e trabalha há dezenas de anos? Por que somente alguns têm o poder de decisão? Por que uns ganham 30, 50, 100 mil cruzeiros por mês, e tantos não fazem mais do que o salário mínimo? [...] Por que alguns podem ir passear e conhecer o mundo todo, e a maioria não pode tirar férias e sair com a família? [...] Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo (CNBB, 1977, p. 19).

Notamos a mudança do discurso da Igreja católica no Brasil, ainda que o mesmo estivesse ocorrendo de forma lenta e progressiva. Não podemos esquecer que o *documento número 8* foi aprovado e publicado pela primeira vez em 1976, ou seja, doze anos após o golpe civil-militar e, posterior, implantação da ditadura civil-militar no Brasil. Contudo, o mesmo contribuiu para que a instituição procurasse se aproximar de realidades, até então, negligenciadas e/ou obscurecidas pelos setores militares de repressão. Como afirmou Serbin (2001, p. 24), “o abismo entre os militares e a igreja cresceu”.

A conclusão do *documento número 8* apontou algumas indicações da CNBB:

Não devemos lamentar a sorte de Dom Adriano, dos padres Rodolfo e João Bosco, do índio Simão. Seria bom se as autoridades descobrissem e punissem os responsáveis pelo sequestro, não para desagrarar o bispos, mas para o povo da Baixada poder confiar mais no Governo e ter a segurança de que não continuará sem proteção e sem defesa, nas mãos de tantos criminosos (CNBB, 1977, p. 21).

No dia 15 de novembro de 1976, ocorreram no Brasil eleições municipais. A presidência da CNBB optou em publicar o teor do *Documento número 8* somente após o resultado da disputa eleitoral, pois entendia que o mesmo poderia criar maiores atritos entre a cúpula da Igreja e o governo ditatorial (CNBB, 1977, p. 22). Assim, tão logo foram abertas as urnas para apuração dos votos e conhecimento dos vencedores, a CNBB divulgou seu documento, no qual apontou diversas situações de brutalidade e de desrespeito aos direitos humanos. No dia seguinte a eleição, o jornal *O Estado de São Paulo*¹²⁸ publicou o *documento número 8*, dando

¹²⁸ BISPOS exigem amplas reformas no país. *O Estado de São Paulo*, 16/11/1976, p. 27.

à sua matéria o título “*Bispos exigem amplas reformas no país*”, afirmando que neste documento “os bispos fazem um retrospecto de diversos episódios da vida nacional, principalmente daqueles que envolvem diretamente a Igreja”, bem como aproveitaram para denunciar “alguns fatos que não saíram nos jornais”, afirmando com ênfase que “ao cristão, é proibido ter medo. É proibido ficar triste”. O mesmo jornal fez questão de trazer o parecer de dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, prelado que por diversas vezes se colocou em oposição à direção progressista da CNBB, no qual o religioso teria afirmado que “o documento não teve sua aprovação integral”. Além disso, segundo dom Alfredo Vicente, “a situação descrita no documento e as conclusões que dele se tiram não me parecem corresponder à realidade global do país, nem, principalmente, verificar-se no Rio Grande do Sul”. O periódico também citou o que seria a manifestação de Armando Ribeiro Severo Falcão, Ministro da Justiça que, questionado sobre o teor e abrangência do documento, teria se limitado a responder apenas: “Nada tenho a declarar”.

Já no dia seguinte, o mesmo periódico trouxe outra matéria, com o título “*O governo enfrenta problemas contidos*”¹²⁹, na qual divulgou o documento oficial da Comissão Representativa da CNBB, que fora aprovado em outubro último, afirmando que tal texto “rompe com a trégua estabelecida” entre a Igreja e o governo militar e “que a corrente moderada da Conferência dos Bispos está ao menos momentaneamente superada”. Aqui o jornal aponta o acirramento das tensões, pois a diretoria da CNBB se manifestava abertamente contra o governo.

A revista *Veja*¹³⁰ trouxe uma página inteira com trechos do *documento número 8*, alegando que o mesmo foi resultado da reunião da Comissão Representativa da CNBB, em virtude do “agravamento das relações entre a Igreja e o governo brasileiro”.

O ano de 1977 começou, para a Igreja no Brasil, com a realização da XV Assembleia Geral da CNBB¹³¹, entre os dias 8 a 17 de fevereiro, num clima de jubileu, em virtude dos vinte e cinco anos da fundação da CNBB. Participaram da Assembleia aproximadamente 240 bispos do Brasil. Os prelados brasileiros, em virtude da repercussão do *documento número 8*, mas acima de tudo, na busca pela redemocratização, tema que ganhava espaço nos círculos populares e eclesiais, redigiram um novo documento, intitulado *Exigências Cristãs de uma*

¹²⁹ DAS SUCURSAIS. O governo enfrenta problemas contidos. **O Estado de São Paulo**, 17/11/1976, p. 3.

¹³⁰ SOBRE a violência. **Veja**, 17/11/1976, p. 33.

¹³¹ Durante a XV Assembleia, dom Candido Padin, que era bispo de Bauru, no estado de São Paulo, proferiu uma palestra na qual recuperou aspectos da evolução da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, e que contribuiu para que o documento número 10 ganhasse aspectos teóricos acerca de temas como Liberdade e Segurança. Para maiores detalhes sobre a palestra de dom Candido Padin: MORAIS, J. F. R. **Os bispos e a política no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982, p. 118-125.

Ordem Política, e que também ficou conhecido como *documento número 10*, entre a coleção de documentos da CNBB. Para Dussel (1982, p. 306), “o texto aparece num franco momento de debilitamento do Estado autoritário que já não tem a seu favor o ‘milagre brasileiro’”. Para Gomes (2014, p. 75), o *documento número 10* foi:

O mais emblemático do posicionamento da CNBB”, nesse período da história do Brasil, pois “foi uma crítica contundente dos bispos ao autoritarismo do governo, à audiência de participação popular na política brasileira e, também, um ataque direto à doutrina de segurança nacional, ao imputarem ao Estado a responsabilidade de assegurar a integridade dos direitos humanos. [...] Os bispos também chamavam a atenção para a importância da Igreja como mantenedora da ordem social, ao ressaltar sua autonomia, pois não queriam que a instituição fosse simplesmente instrumentalizada por estranhos à ordem eclesial. [...] Sua intenção era tanto criticar as intromissões do regime em seus assuntos como legitimar suas denúncias contra o arbítrio. Todavia, é importante reforçar que a CNBB nunca chegou a propor um rompimento com o Estado.

Segundo Barros (2003, p. 185), esse documento apontou para o “fracasso do regime militar em atender às exigências evangélicas de uma ordem política digna desse nome”. O mesmo contou com a aprovação de 203 bispos, sendo que apenas três votaram de forma contrária.

Dussel (1982, p. 306-307), analisou o *documento número 10* e concluiu que o mesmo:

Fixou-se especialmente na necessidade e direito dos cidadãos de “participar” do poder político, econômico e cultural – impossibilitado pelo autoritarismo e concentração das multinacionais –; na necessidade e direito à “liberdade e segurança” excluídas “nos regimes de exceção”: “Quando se inspiram numa visão de ordem social concebida como vitória constante sobre a subversão ou uma incessante revolução interna, tais regimes de exceção tendem a se prolongar indefinidamente”.

O jornal *O Estado de São Paulo*, que sempre gozou do apoio militar (ALVES, 1979, p. 232), e que em suas matérias procurou distorcer o que os bispos falavam, particularmente os considerados progressistas, aproveitou a oportunidade para estampar em sua capa, de 18 de fevereiro de 1977, uma manchete intitulada “*A CNBB vota texto político*”¹³². Porém, no mesmo exemplar, além de informar que o documento demonstrou a unidade do episcopado brasileiro que, em grande maioria aprovou, atribuiu a dom José Ivo o seguinte argumento: que “o documento é uma contribuição pastoral de importância e sem qualquer agressão, corajosamente comedida para um país que quer andar”¹³³, numa tentativa de transformar o documento apenas num texto de caráter meramente religioso, sem uma provocação ao modelo político ditatorial

¹³² DOS ENVIADOS ESPECIAIS. A CNBB vota texto político. *O Estado de São Paulo*, 18/02/1977, p. 1.

¹³³ DOS ENVIADOS ESPECIAIS. Unidade marca a votação do documento final da CNBB. *O Estado de São Paulo*, 18/02/1977, p. 15.

vigente. Na véspera da divulgação pública do *documento número 10*, o periódico *O Estado de São Paulo* o caracterizou como o “mais controvertido da XV Assembleia Geral”¹³⁴. Em sua capa de 25 de fevereiro, um dia após a divulgação do documento pela presidência da CNBB, *O Estado de São Paulo* fez questão, novamente, de dar como título “*CNBB divulga o seu texto político*”¹³⁵. Além disso, atribuiu a dom José Ivo a seguinte explicação sobre o documento: “o mesmo é um documento “de diálogo com toda a Nação e não especificamente com o governo”. As páginas 14 e 15 do jornal, do dia 25 de fevereiro de 1977, trouxeram a íntegra do texto do *documento número 10*.

A revista *Veja*¹³⁶, uma semana após a divulgação do documento, também fez questão de trazer informações sobre o texto, tido por alguns como controverso e que se distanciava das reais funções da Igreja católica. Em entrevista coletiva de entrega do documento para os jornalista, dom José Ivo teria afirmado que os bispos estavam “cientes de que não somos árbitros do comportamento social e político, mas devemos trazer nossa contribuição”. Mesmo sabendo que a Igreja católica estava atenta as constantes formas de repressão legitimadas pelos governos ditatoriais, dom José Ivo teria afirmado que “o documento não tem endereço certo [...] nem pretende ser mais do que uma reafirmação das constantes orientações sociais da Igreja, infelizmente tão pouco estudadas e menos seguidas”.

Entendemos ser importante para este trabalho apresentar alguns pontos que consideramos relevantes do *documento número 10*. Se na coletiva para a revista *Veja* dom José Ivo teria afirmado que o documento não tinha um endereço certo, na introdução do mesmo os bispos, além de dar um direcionamento, afirmam que se sentem “no direito e no dever de fazer chegar nossa palavra ao povo, porque todos somos chamados a construir uma Nação sempre mais justa, sempre mais fraterna”, visto que existem “problemas que preocupam o nosso País” (CNBB, 1977, p. 3).

No que diz respeito ao compromisso da Igreja, os bispos afirmaram que a mesma “tem que se comprometer com todos os homens, especialmente com os mais pobres” (CNBB, 1977, p. 4), isto é, com aquelas pessoas que normalmente eram os que mais sofriam as consequências da miséria e demais injustiças sociais.

Um aspecto que gerou forte resistência por parte dos grupos conservadores foi o fato de que o *documento número 10* conclamou os cristãos “a assumirem sua função específica na

¹³⁴ DAS SUCURSAIS E DO SERVIÇO LOCAL. Sai hoje o documento da CNBB. *O Estado de São Paulo*, 24/02/1977, p. 1.

¹³⁵ DAS SUCURSAIS. CNBB divulga o seu texto político. *O Estado de São Paulo*, 25/02/1977, p. 1.

¹³⁶ SEM endereço? *Veja*, 02/03/1977, p. 25.

construção da sociedade” (CNBB, 1977, p. 6-7), ou seja, já não era suficiente e nem aceitável que o governo do país não passasse por meios democráticos de decisão. Para isso, os bispos pretendiam “formar a consciência dos homens” (CNBB, 1977, p. 7), pois, se a doutrina de segurança nacional tinha conseguido inculcar na mentalidade de diversas pessoas em amplos setores, como cristãos, a Igreja precisava apontar um caminho oposto. Se o medo formado na sociedade de instalação do comunismo conseguiu se expandir, era necessário agora expandir a consciência da vida igualitária e fraterna. Por isso, as pessoas, particularmente o povo brasileiro, que vivia em uma ditadura desde 1964, passaram a sentir a “necessidade de paz baseada na justiça, de segurança, de ordem e de estímulo para o desempenho normal de suas atividades em vista do bem comum” (CNBB, 1977, p. 8). No entendimento dos bispos, a paz se faz por meio da justiça e não pela repressão e violação dos direitos humanos. Sendo assim, o Estado deve ser o “responsável pelo bem comum geral” e “pelo bem público dos indivíduos” (CNBB, 1977, p. 8). Na sequência, o *documento número 10* afirmou que não existe um modelo de Estado perfeito e/ou definitivo, visto que o Estado é uma “instituição fundada na própria natureza social dos homens” (CNBB, 1977, p. 9). Para o episcopado brasileiro, os modelos de Estado precisam ser continuamente avaliados e aperfeiçoados, para impedir que “os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas” (CNBB, 1977, p. 8-9).

Os bispos reafirmaram o entendimento de que ao Estado compete o bem comum, que é “o conjunto de condições concretas que permitam a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana” (CNBB, 1977, p. 11). Sendo assim, “é dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que deriva de sua responsabilidade pelo bem comum” (CNBB, 1977, p. 10).

No que diz respeito às formas de violência que governantes atribuem para se legitimar no poder do Estado, para os bispos, “toda força exercida à margem e fora do direito é violência” (CNBB, 1977, p. 10). Nesse sentido, o documento apresentou o que para os bispos é a compreensão acerca de um Estado de direito: “[...] se caracteriza por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozam de seus direitos, e tem possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente (CNBB, 1977, p. 10). Neste sentido, o episcopado, ao declarar que a Igreja tem de respeitar o Estado, argumenta que o mesmo não pode desrespeitar a liberdade religiosa.

Na sequência, o *documento número 10* apresentou um aspecto que demonstra quando o bem comum é deixado de lado: “a marginalização” (CNBB, 1977, p. 12). Em contraste, os

bispos apontam como elemento fundamental e necessário para o alcance do bem comum a participação de todas pessoas:

Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. [...] A participação supõe e exige o direito de se reunir e de constituir associações, [...] contanto que não atentem contra o bem comum. A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fosse reduzidos à condição de simples espectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema (CNBB, 1977, p. 13-14).

O documento número 10, apropriando-se das provocações de dom Candido Padin, na XV Assembleia Geral, trouxe um subtítulo denominado “Liberdade e Segurança” (CNBB, 1977, p. 15), com o qual procurou demonstrar, no entendimento da doutrina da Igreja católica, para que serve a segurança, aceitando-a como “um imperativo moral de sobrevivência da Nação”, mas que não pode levar o Estado a restringir de forma arbitrária “os direitos fundamentais das pessoas” (CNBB, 1977, p. 16).

Amplamente defendido pelos presidentes ditatoriais da segunda metade do século XX no Brasil, a ideia de desenvolvimento também veio a ser contemplada no documento. Para os bispos, “o desenvolvimento que responde às exigências do bem comum é o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social, cultural e religioso” (CNBB, 1977, p. 19).

Por fim, o documento encerrou afirmando que os prelados estavam contemplando “com sincera preocupação pastoral a complexidade dos problemas da realidade terrena” (CNBB, 1977, p. 21). Neste sentido, impulsionados pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, frente a real situação brasileira, precisavam se manifestar como representantes religiosos da maioria da população brasileira.

No ano de 1978, o episcopado do Rio Grande do Sul organizou e publicou uma cartilha denominada *Cartilha de Educação Política: sem você a coisa não vai*, da qual dom José Ivo é um dos signatários, dividida em nove temas e pela qual os prelados buscavam “conscientizar as nossas comunidades cristãs sobre a sua participação na vida política do país, inclusive exercendo o seu dever eleitoral, dentro de critérios iluminados pelo Evangelho e pela doutrina da Igreja” (CNBB – REGIONAL SUL 3, 1978, p. 1). A metodologia para a reflexão dos temas da cartilha seguia a forma de debate que as Comunidades Eclesiais de Base já estavam utilizando, a saber: a exposição do tema do encontro, seguida de leitura de textos bíblicos e do

Magistério da Igreja, com fundamentação historiográfica; apresentação de questionamentos e comparação com a realidade; e, por fim, proposições para serem implementadas pela/na comunidade.

No caminho da redemocratização e de abertura política do país, em 1979, encontramos uma narrativa de dom José Ivo sobre uma situação desconcertante com o, então presidente indicado, mas ainda não empossado, João Batista Figueiredo:

Dom Aloísio era presidente da CNBB, e estava em uma reunião com a Comissão Central em Brasília, e ainda iria celebrar, à tarde. De repente, antes da missa, caiu no chão. Como ele tinha se submetido a cirurgias cardíacas, nós nos assustamos. Ele foi socorrido e levado para o hospital. Foi internado na UTI, sem poder receber visitas. Quando anoiteceu, veio um telefonema do hospital, de um oficial das forças armadas, dizendo que o Presidente indicado, Figueiredo, queria visitar dom Aloísio, lá no hospital. Não sei como ele soube. E foi, com um grupo de guardas e oficiais e forçou a entrada no hospital. Houve até um problema sério com a direção do hospital, que tinha proibido qualquer visita. Mas ele entrou. Foi uma coisa muito sem graça. Então, esse oficial me telefonou, dizendo que o Presidente indicado, Figueiredo, já ia sair do hospital, onde visitou dom Aloísio, e que queria ir à CNBB. Mas eu respondi: “Obrigado pelo aviso, mas quero que o Sr. diga ao Presidente Figueiredo que ele não vai ser recebido aqui na CNBB. Ele fez um ato muito sem graça, sem educação, criou até uma crise lá no hospital. Por isso, ele não vai ser recebido aqui. Se depois de tomar posse como Presidente da República, ele quiser nos fazer uma visita, então nós o receberemos”. E, de fato, ele não insistiu e nunca reclamou a esse respeito. E sempre nos recebeu quando nós tínhamos de ir ao Planalto, e era bom para conversar. Com isso eu aprendi que nós, bispos, não devemos ser brutos, mas também não devemos ser frouxos. Os militares, apesar de tudo, tinham até respeito por nós, que não éramos subservientes, nem íamos calar as nossas posições éticas (LORSCHTEITER, 2003, p. 509).

Diante da manifestação de Figueiredo acerca do desejo de visitar a CNBB, no dia 8 de março de 1979, antes de sua tomada oficial de posse, fez uma visita de cortesia à sede da CNBB, após consentimento de dom Aloísio. Para os jornalista da revista *Veja*¹³⁷, a rápida visita entre os presidentes, isto é, o futuro presidente ditatorial do Brasil e o presidente da CNBB, “certamente não ajudou a resolver as questões práticas do contencioso acumulado nos últimos anos na fronteira entre a Igreja e o Estado”. Contudo, demonstrou o que ao longo da história tem se mantido: a permanente relação entre Igreja católica e Estado, mesmo que ambas não tenham mais compromissos como os garantidos pelo Padroado. Já o jornal *O Estado de São Paulo* trouxe a visita de Figueiredo à sede da CNBB com uma matéria intitulada “*Diálogo, a promessa de Figueiredo à CNBB*”¹³⁸. Durante a saudação de Figueiredo a dom Aloísio, o presidente externou que duas razões motivavam sua visita:

¹³⁷ A FAIXA de Figueiredo. *Veja*. 14/03/1979, p. 21.

¹³⁸ DA SUCURSAL DE BRASÍLIA. *Diálogo, a promessa de Figueiredo à CNBB*. *O Estado de São Paulo*, 09/03/1979, p. 4.

Primeiro, de homem cristão impulsionado pela minha fé, pela minha formação católica. Venho aqui como cristão, nessa visita de cortesia, reverenciar os dirigentes de minha igreja [...]. E venho também como o futuro presidente da República, que está aqui fazendo essa visita de cortesia para deixar bem patente a intenção do meu governo de manter um contato cordial e franco com Vossas Excelências, certo de que desses contatos haverá de surgir formas de entendimento mais objetivas e que redundem numa colaboração mútua de Vossas Excelências e dos homens do meu governo. [...] Eu quero crer que no futuro, seja direta ou indiretamente, eu e meus auxiliares continuaremos a conversar com Vossas Excelências, porque, se não houver esse diálogo, aqueles pontos em que nós não nos entendemos não serão solucionados. Eu tenho certeza de que no fundo nós todos, cristãos, queremos a mesma coisa. As maneiras de proceder é que talvez resultem, ou sejam melhoradas, por esse diálogo que nós vamos – eu tenho certeza – manter até o fim do meu governo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 09/03/1979, p. 4).

Para dom Aloísio, o encontro com Figueiredo “deixou clara a intenção tanto do governo como da Igreja de contribuir juntos para uma melhoria de vida da população brasileira”.

Conforme a revista *Veja*¹³⁹, “o gesto, inédito no currículo dos presidentes brasileiros”, foi tão significativo e desconcertante, que dom Aloísio e mais dois outros bispos se fizeram presentes durante a posse de Figueiredo, surpreendendo os membros do protocolo, que não tiveram tempo de incluir os nomes dos religiosos para serem anunciados.

De 12 a 28 de outubro de 1978, em Puebla de los Angeles, no México, se realizou a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Para este evento, dom José Ivo, secretário geral da CNBB, foi eleito pelo episcopado brasileiro como um dos representantes. Esta Conferência, além de destacar alguns pontos da Conferência de Medellín, “procurou clarificar algumas ideias e realidades importantes” (LORSCHETER, 1982, p. 338), bem como deu passos ainda mais significativos no entendimento de que a Igreja deveria estar cada vez mais próxima daqueles que sofriam com a marginalização e todo tipo de violação de direitos. Além disso, a Igreja na América Latina, sob o impulso da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, e a partir de uma releitura dos documentos Conciliares, entendeu que clérigos precisam dar maior espaço para que os leigos possam também serem protagonistas da/na Igreja. Dom José Ivo (1979), apontou como deveria ser a nova dinâmica eclesial, a partir de Puebla: “Nós, na América Latina, não devemos, mesmo agora, ter saudades do regime de cristandade que, aqui e acolá, ainda persiste e que talvez alguns de nós gostariam que se perpetuasse, por considerar talvez que seria mais cômodo ao Bispo ser chefe de tudo, também no mundo político. Mas esse clericalismo acabou” (LORSCHETER, 1979, p. 187).

¹³⁹ EM ritmo de abertura. *Veja*. 11/04/1979, p. 58.

Como ponto alto, no entendimento de dom José Ivo, sobre a Conferência de Puebla, destaca-se a “opção pelos pobres”:

Quem é o pobre, pobre mesmo, o mais pobre dos pobres? A questão foi muito discutida e, no fim, Puebla diz que, por mais que se queira falar, se pensa nos pobres no sentido sociológico. Nesses é que a Igreja pensou. Não é que os outros não sejam pobres, mas “pobre”, aqui, significa este pobre sociologicamente falando. Mas para se ajudar aos pobres, não se tem que ir primeiro aos ricos? Quem é que dá dinheiro aos pobres? Aí, alguém respondeu, em Puebla: “Vamos fazer a pergunta diferente? Quem é que dá dinheiro aos ricos?” É para dizer que temos que ser um pouquinho cautelosos. Aí foi dito também que a Igreja deve dar o exemplo de pobreza, de verdadeira solidariedade, e não cometer demagogia para com os pobres. Então ela poderá apresentar-se também aos ricos com credibilidade. Primeiro ela seja pobre, depois cuide dos pobres. [...] É certo que com os pobres não se quer chegar lá onde estão hoje os ricos. Senão, estaríamos contradizendo tudo (LORSCHHEITER, 1979, p. 191-192).

Em suma, para dom José Ivo (1982, p. 339), “Puebla, em grande parte, confirmou Medellín; em vários pontos foi além de Medellín; e em alguns casos procurou esclarecer conceitos que poderia prestar-se a distorções”.

Essa interpretação sociológica de dom José Ivo, impulsionada pelas Conferências de Medellín e Puebla, reafirmam seu caráter de adesão à uma postura progressista no interior da Igreja católica, o que chamou a atenção do episcopado brasileiro. Contudo, não significa que o prelado estava compactuando com os princípios comunistas. Ao contrário, dom José Ivo (1982, p. 469) afirma que “causa estranheza o fato de ainda se ouvirem manifestações que acusam a Igreja de fazer o jogo do comunismo ou de defender ideias comunistas ou de ser aliada de partidos comunistas”. Contudo, se o comunismo é um extremo que precisa ser combatido, o prelado também entendia que, a partir da Conferência de Puebla, surgiram críticas fundamentadas sobre “ideologias existentes do liberalismo capitalista, do marxismo coletivista e da doutrina de segurança nacional”. E conclui o prelado:

Não haja, pois, dúvida ou ambiguidade sobre isso: o cristianismo e a Igreja Católica são e devem ser anticomunistas. Mas, acrescente-se logo: o cristianismo e a Igreja Católica não são somente anticomunistas, mas são contra qualquer sistema ou regime ou modelo que ofenda a dignidade do homem (LORSCHHEITER, 1982, p. 470).

Se a Nação contou com um novo presidente, a CNBB, neste mesmo ano de 1979, elegeu o sucessor de dom Aloísio Lorscheider, sendo que foi eleito como novo presidente da entidade, em terceiro escrutínio, dom José Ivo Lorscheiter, durante a XVII Assembleia Geral do episcopado brasileiro, que ocorreu de 18 a 27 de abril de 1979.

Na edição de 11 de abril de 1979, a revista *Veja* trouxe uma longa matéria intitulada “*Em ritmo de abertura*”, na qual já indicava que o candidato “favorito” para ser eleito na Assembleia do episcopado era propriamente dom José Ivo. Além disso, a equipe jornalística de *Veja* realizou uma entrevista com o prelado, que, entre tantos aspectos, declarou que a principal característica de dom José Ivo era sua capacidade de “dialogar com quem quer que seja, com igual desenvoltura”¹⁴⁰. Na entrevista que *Veja* atribui ter sido dada por dom José Ivo, poucos dias antes de sua primeira eleição como presidente da CNBB, referindo-se à Igreja, o bispo, de acordo com as reflexões teológicas que se fortaleciam, particularmente na América Latina, teria dito: “a Igreja cristã, sendo uma instituição religiosa de fins transcendentais, não deixa, contudo de ter responsabilidade com respeito à promoção integral do Homem”. Além disso, o prelado não negou que a Igreja tivesse problemas com o governo brasileiro, porém, enfatizou que “à medida que se concretize a abertura política, esses problemas poderão ser superados”. O religioso também se referiu a visita de Figueiredo à sede da CNBB, e enfatizou que o presidente “proclamou que o diálogo deveria continuar”.

Dias depois, outra edição da revista *Veja*¹⁴¹, sob o título “*A eleição de dom Ivo Lorscheiter para a presidência da CNBB consagra a atual linha pastoral*”, trouxe detalhes do processo eleitoral. Para a vice-presidência da entidade, foi eleito dom Clemente José Carlos Isnard, bispo de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e para a secretaria geral, dom Luciano Pedro Mendes de Almeida. Conforme a revista, as eleições para a cúpula da CNBB não foram tão tranquilas, visto que:

Temperada pela presença de duas chapas rivais – uma representando a situação, de orientação progressista, outra arquitetada pela oposição, de tendência conservadora –, a escolha da nova diretoria da CNBB teve articulações de corredores, cabalas, apostas, torcidas e, naturalmente, comemoração final (VEJA, 02/05/1979, p. 80).

Além do comentário acerca da turbulência eleitoral, a revista *Veja* enfatizou que a eleição de dom José Ivo se concretizou para cumprir a previsão “de que a CNBB pretende consolidar as pontes que ultimamente têm sido lançadas entre ela e o Palácio do Planalto e preservar, ao mesmo tempo, a independência de seu trabalho pastoral”¹⁴². Porém, não havia um consentimento pleno sobre a eleição de dom José Ivo, visto que o bispo não fora eleito com a integralidade dos votos, pois, para alguns bispos, dom José Ivo “é muito inflexível. Não sabe

¹⁴⁰ EM ritmo de abertura. *Veja*. 11/04/1979, p. 59.

¹⁴¹ A ELEIÇÃO de dom Ivo Lorscheiter para a presidência da CNBB consagra a atual linha pastoral. *Veja*. 02/05/1979, p. 80.

¹⁴² A ELEIÇÃO de dom Ivo Lorscheiter para a presidência da CNBB consagra a atual linha pastoral. *Veja*. 02/05/1979, p. 81.

negociar”, o que dificultará o diálogo pretendido pelo presidente Figueiredo com a Igreja no Brasil. Contudo, *Veja* noticiou que tão logo foi informado da eleição de dom José Ivo para a presidência da entidade religiosa, o presidente Figueiredo enviou um telegrama para o religioso: “para cumprimentá-lo e expressar votos ‘para que durante sua gestão – que espero profícua – as relações entre o Estado e a Igreja no Brasil prossigam no mesmo clima de entendimento e boa vontade, para o bem de nossa Pátria e de nossa fé”¹⁴³.

A atuação de dom José Ivo frente a CNBB foi reconhecida pelos eclesiásticos como um fator importante, que contribuiu para que a Igreja se aproximasse de entidades, tal como a Ordem dos Advogados do Brasil, e buscasse a abertura política. Em função do cargo de presidente da CNBB, dom José Ivo precisou realizar muitas viagens internacionais. Em diversas ocasiões, era questionado sobre a situação do Brasil, que ainda vivia uma ditadura. Segundo dom José Ivo, nessas viagens lhe “perguntavam como a CNBB procurava responder as interrogações dos governantes e da população. Queriam saber como fazíamos diante da violação dos direitos humanos” (LORSCHETER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 52). Por meio de sua exposição, é possível perceber que, internacionalmente, as violações que ainda ocorriam no Brasil chamavam a atenção de setores representativos do mundo inteiro. Cabia ao presidente da principal entidade católica brasileira se manifestar e prestar esclarecimentos sobre os avanços e limitações nas relações entre Igreja e Estado.

Além disso, dom José Ivo procurou manter-se próximo da Santa Sé, pois, no final da década de 1970 e início da década de 1980, com a eleição do Papa João Paulo II (1978), a Igreja católica, em âmbito mundial, passou por um processo de resfriamento de sua atuação progressista. Ainda que o novo Papa tenha participado da abertura da Conferência de Puebla, o novo pontífice adotou uma postura de precaução e de cerceamento ao florescimento da Igreja na América Latina. Segundo Gomes (2014, p. 77), o Papa João Paulo II era “um declarado anticomunista, adotou uma orientação mais centralizadora para o Vaticano e logo condenou a Teologia da Libertação e seus ideólogos, repreendeu os bispos que a defendiam, censurou publicações e [...] subdividiu a Arquidiocese de São Paulo, como forma de diluir sua força”.

Em 1980, João Paulo II realizou sua primeira Viagem Apostólica ao Brasil. Dom José Ivo, na função de presidente da CNBB, acompanhou o Papa durante doze dias, em viagens por diversos estados brasileiros. Na pauta da viagem de João Paulo II, constava, também, um encontro com todo o episcopado brasileiro. Segundo dom José Ivo, o pontífice não lhe fazia perguntas diretas sobre a situação da Igreja no Brasil, visto que ambos viajavam em alas

¹⁴³ A ELEIÇÃO de dom Ivo Lorscheiter para a presidência da CNBB consagra a atual linha pastoral. **Veja**. 02/05/1979, p. 81.

separadas, na aeronave. Porém, dom Aloísio Lorscheider, que era arcebispo de Fortaleza, capital que receberia o encontro do Papa com o episcopado brasileiro, recebeu o teor do discurso do Papa. O mesmo não deveria ler antecipadamente, mas, fugiu à regra e leu o que o mesmo dizia. Segundo dom José Ivo, dom Aloísio teria informado que o que o Papa iria falar distanciava-se dos passos que a Igreja estava dando no Brasil, e que dom José Ivo deveria falar com o pontífice. Dom José Ivo relata seu diálogo com o Papa:

Em uma dessas horas em que o Papa estava sozinho, eu fui bem pertinho e lhe disse: “Eu vou dizer uma coisa bem delicada, eu sei. Eu nem sei se seria legítimo, pois sei que não tenho condições de dizer o que o Sr. deve ou não dizer aos bispos do Brasil, pois o Sr. é o Papa”. Então, eu contei minha conversa com dom Aloísio, e que havia passagens no discurso que iam ser um grande mal para os bispos do Brasil, para a CNBB, para o povo e, no fundo, para o Papa e a Santa Sé. Então o Papa pediu uma cópia do discurso, e que eu lesse e assinalasse, ainda no avião, o que precisava ser mudado. E isso foi feito rapidamente. Assinalei algumas passagens e fui levar ao Papa, e lhe disse: “Olha, Santidade, tem umas passagens que são exatamente a batalha contra a CNBB, que a imprensa aqui da curta direita faz. Então, isso vai fazer mal até ao Papa”. Então, ele chamou o redator em língua portuguesa, e mandou que fizesse as alterações. Ele depois me falou: “Foi bom o Sr. me dizer, porque eu vim ao Brasil para ajudar o Brasil, o episcopado, a CNBB, o povo, e não para estragar, e não para trazer problemas” (LORSCHETER, 2003, p. 510-511).

No site do *Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas*¹⁴⁴, encontramos uma síntese sobre a vida e trajetória político-religiosa de dom José Ivo Lorscheider. Com relação a este material de apoio, chamou-nos a atenção algumas ações assumidas pelo prelado após a posse junto a presidência da CNBB, como, por exemplo: sua participação na campanha da anistia, onde defendeu uma “anistia sábia, uma anistia digna deste nome”¹⁴⁵; a apresentação do documento *Subsídios para uma política social*¹⁴⁶, oriundo de um diagnóstico produzido pelo *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES)*, que fora entregue ao presidente Figueiredo, sobre a urgência da alteração do quadro político-econômico do país para “atender as necessidades da população”¹⁴⁷ e, caso não ocorresse a revisão de estrutura, poderia ocorrer um “colapso no país”; a contundência acerca das questões de reforma agrária, durante a XVIII Assembleia Geral da CNBB (1980), e a situação dos trabalhadores

¹⁴⁴ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ivo-lorscheider> > Acesso em: 27 jan. 2017.

¹⁴⁵ DAS SUCURSAIS, DOS CORRESPONDENTES E DO SERVIÇO LOCAL. Lorscheider sugere “uma medida sábia”. *O Estado de São Paulo*, 21/08/1979, p. 5.

¹⁴⁶ Dom José Ivo dá detalhes destes subsídios: “São dados, reflexões e sugestões que poderiam ajudar a diminuir os problemas sociais e os sofrimentos injustos de muitos brasileiros. [...] Os subsídios analisam as falhas do modelo econômico vigente, para depois afirmar: ‘Trata-se de tomar agora um pequeno número de decisões capazes de criar novas condições concretas sobre as quais será possível fundar reformas mais ambiciosas’” (LORSCHETER, D. I. *A Palavra do Pastor*. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 385-386).

¹⁴⁷ CNBB aprova “subsídios para a política social”. *O Estado de São Paulo*, 31/08/1979, p. 24.

rurais tendo, como resultado, a publicação do documento *A Igreja e o problema da terra*, que mereceu críticas de latifundiários e dos defensores dos que concentravam terras, acusando os religiosos progressistas que conduziam a CNBB de favorecerem a entrada do país definitivamente no comunismo, por meio das ideias marxistas¹⁴⁸.

Em abril de 1983, dom José Ivo foi reeleito para o cargo de presidente da CNBB¹⁴⁹. O jornal *O Estado de São Paulo*¹⁵⁰, na capa do dia 16 de abril, atribui ao prelado a constatação de que a XXI Assembleia Geral, que também o reelegeu, deixou transparecer que o episcopado brasileiro, mais do que nunca, estava “profundamente dividido” além “da acusação da CNBB ser um organismo dominado por um pequeno grupo de religiosos de tendência progressista que fala (e toma decisões) por todos os bispos”.

Ainda compondo esta investigação, entrevistas foram realizadas com dois bispos católicos, dom Angélico Sândalo Bernardino¹⁵¹ e dom José Maria Pires¹⁵², já que ambos acompanharam o trabalho de dom José Ivo junto a CNBB nos anos de ditadura civil-militar no Brasil. Assim, as fontes orais coletadas contribuem para compreender a atuação de dom José Ivo durante os anos em que esteve à frente da principal entidade católica no Brasil, bem como as influências de dom Alfredo Vicente Scherer e do Concílio Vaticano II nas suas decisões.

Dom Angélico, desde o início da entrevista, buscou demonstrar profunda admiração por dom José Ivo. Além de ter convivido com o prelado alguns anos no Rio Grande do Sul, visto que realizou seu curso de Teologia em Viamão, dom José Ivo fora seu professor. A convivência entre ambos se intensificou a partir do momento que dom Angélico também tornou-se bispo auxiliar de São Paulo. No período de atuação de dom José Ivo no conturbado e desafiador período da ditadura civil-militar no Brasil, a população passou a cobrar da CNBB uma postura

¹⁴⁸ DA SUCURSAL DE CAMPINAS. Bispo rejeita a tese sobre terras. **O Estado de São Paulo**, 14/02/1980, p. 14.

¹⁴⁹ Dom Ivo obteve 171 dos 257 votos em disputa, derrotando o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, que foi apresentado a sua revelia pela ala conservadora. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ivo-lorscheiter>> Acesso em: 27 jan. 2017.

¹⁵⁰ D. IVO rejeita críticas e fala em “decepção”. **O Estado de São Paulo**, 16/04/1983, p. 1.

¹⁵¹ Dom Angélico Sândalo Bernardino nasceu no dia 19 de janeiro de 1933, em Saltinho, no estado de São Paulo. Possui graduação em Filosofia, Teologia e Jornalismo. Sua ordenação sacerdotal ocorreu em 1959, e tornou-se bispo em 1974, assumindo como primeira missão episcopal a função de bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo. No ano 2000, foi nomeado como primeiro bispo da diocese catarinense de Blumenau, onde permaneceu até o ano de 2009, quando tornou-se emérito. Atualmente, dom Angélico reside na periferia da cidade de São Paulo, local este em que nos recebeu para a entrevista, realizada no dia 04 de agosto de 2015.

¹⁵² Natural do estado de Minas Gerais, nasceu em 1919, contando, atualmente, com noventa e oito anos. Com onze anos ingressou no seminário para tornar-se sacerdote, fato que ocorreu em 1941. Em 1957, foi nomeado bispo da diocese de Araçuaí. É um dos raros bispos brasileiros que participou das sessões do Concílio Vaticano II. Durante a última sessão conciliar, em dezembro de 1965, foi nomeado arcebispo da Paraíba, onde assumiu em 1966 e permaneceu até 1995, quando tornou-se bispo emérito daquela arquidiocese. Atualmente, reside na casa de sacerdotes jesuítas idosos e doentes, na periferia de Belo Horizonte, local onde nos recebeu no dia 05 de agosto de 2015, para a realização da entrevista.

de defesa dos direitos humanos de presos e perseguidos políticos. Neste processo, dom Angélico (2015) foi enfático em afirmar que dom José Ivo:

[...] foi um homem simplesmente simples, um homem reto, justo e não suportou realmente opressão, desrespeito às liberdades e como secretário geral e como presidente da CNBB ele sempre pôs, como a gente gosta de dizer, “a cara pra bater” e sempre ficou firme na defesa da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da integridade da pessoa humana, apoiando, decididamente, movimentos populares, reivindicações populares, apoiando na Igreja de uma maneira decisiva as comunidades eclesiais de base que, a partir, da Conferência dos Bispos da América latina e do Caribe, em Medellín, à luz do Concílio Vaticano II, as comunidades nuclearam o povo a partir da realidade sofrida e esse povo foi ganhando consciência e unido as pastorais sociais, que sempre encontraram em dom Ivo, franco e decisivo apoio, elas foram realmente criando um clima de restauração da democracia neste país. [...] ao tempo em que dom Ivo foi secretário geral, ao tempo em que ele foi presidente da CNBB, nós podemos dizer sem dúvida alguma, que vivemos um tempo glorioso de profetismo na Igreja no Brasil e a CNBB e o seu ilustre presidente e secretário geral dom Ivo, ela sempre foi a “voz daqueles que não tinham voz”, na defesa dos pobres, dos oprimidos, dos encarcerados injustamente pela ditadura militar, naqueles anos que nós continuamos a dizer terem sido anos de chumbo.

Um aspecto que chama atenção na entrevista de dom Angélico (2015), refere-se a dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, eclesiástico que indicou dom José Ivo para tornar-se seu bispo auxiliar, e que explicitamente, como já demonstramos nas páginas acima, foi um apoiador do golpe civil-militar, permanecendo por um longo período aliado aos presidentes ditatoriais brasileiros da segunda metade do século XX, mesmo após a CNBB passar a se manifestar com maior contundência em oposição ao modelo governamental vigente. Segundo dom Angélico (2015), dom Alfredo Vicente Scherer “não apoiou no segundo momento ao grande bispo auxiliar dele, dom Ivo. De tal forma que dom Ivo foi para Santa Maria”. Esta afirmação corrobora com a hipótese de que dom Alfredo Vicente Scherer indicou a transferência de dom José Ivo para a diocese de Santa Maria porque esta estava distante cerca de 300 km da sede metropolitana de Porto Alegre, no interior do Rio Grande do Sul, e o que poderia contribuir para a renúncia de dom José Ivo ao cargo de secretário geral da CNBB, visto que em Santa Maria, à época, não havia aeroporto, por exemplo, elemento fundamental para o deslocamento periódico do religioso para a sede da CNBB, em Brasília.

Ao questionarmos dom Angélico (2015) sobre a posição de dom José Ivo, como protagonista dentro da “ala progressista”, como é denominada por alguns autores o grupo de bispos que se opuseram às arbitrariedades dos militares, o entrevistado refuta a denominação: “Eu nunca gostei dessa classificação. Nunca! Eu sempre nos classifico como ‘seguidores de Jesus Cristo’ ou ‘necessitados de conversão’”. Porém, afirmou que a postura de dom José Ivo, à frente de encargos na CNBB, não foi de arbitrariedade, isto é, “ele não foi radical, de qualquer

radicalismo, que, afinal de contas, poderia ser condenável. [...] Ele foi um homem de Igreja, ele foi um discípulo missionário de Jesus, [...] afinal de contas, a gente tem que se perguntar: Jesus foi radical, ou não? Jesus foi progressista, ou não?”. Ou seja, ao mesmo tempo em que o entrevistado procura, em seu depoimento, resguardar a imagem de dom José Ivo, atividade muito comum entre eclesiásticos, indiretamente dom Angélico ao assemelhar a atuação de dom José Ivo ao fundador do cristianismo, que morreu por defender os pobres, marginalizados, questionar os poderosos do seu tempo, sendo considerado pelas autoridades do Império Romano como um subversivo da ordem política vigente, deixou claro que o prelado poderia ser considerado um “revolucionário”, “comunista”, aos olhos daquele governo ditatorial.

Dom Angélico (2015) concluiu sua entrevista, com o mesmo discurso eclesial, definindo dom José Ivo como “um apóstolo missionário de Jesus, um bispo que honrou a Igreja no Brasil e que, na CNBB, ele se portou como um autêntico profeta, sacerdote e pastor”.

Na entrevista realizada com dom José Maria Pires (2015), conhecido entre os eclesiásticos brasileiros pela alcunha de dom Pelé, por ser negro e ter sido nomeado bispo no período da história em que o jogador de futebol Emerson Arantes do Nascimento, Pelé, destacava-se no Brasil, foi possível encontrar outras características de dom José Ivo. Pelo longo período em que conheceu dom José Ivo e conviveu com o religioso, especialmente nos eventos promovidos pela CNBB, apresentou dom José Ivo como “um grande presidente da CNBB”. Por ser um dos bispos mais idosos do Brasil, foi nomeado ao episcopado ainda na década de 1950, ou seja, participou de todas as Assembleias da CNBB nas quais dom José Ivo fora eleito aos cargos de secretário geral e, posteriormente, presidente da entidade por dois mandatos consecutivos. Dom José Maria (2015) não disse se votou em dom José Ivo, porém, para o entrevistado, o que mais lhe marcou, quando rememora a figura de dom José Ivo, “foi sua coragem em enfrentar a ditadura”. Para dom José Maria Pires (2015), dom José Ivo não se opôs à ditadura:

[...] por estardalhaço, não. Aquela simplicidade, tranquilidade dele, ele tomava posições que eram em defesa da doutrina da Igreja e que entravam em choque com a ditadura. Foi realmente o homem que nós achamos que veio na hora certa. Dom Aloisio veio no momento certo, mas dom Aloisio era muito conciliador, que era uma virtude dele. Dom Ivo não era tão conciliador, dom Ivo queria que as coisas fizessem com toda a clareza e se fizesse com toda a verdade também.

Dom José Maria Pires (2015) afirmou, ainda, que foi apoiador da deposição do presidente João Goulart, por considerar que naquele período:

Antes do golpe de 64 estava a maior confusão: operário não trabalhava, estudante não estudava, era greve por toda a parte. Então, a gente estava precisando de um clima de paz, de tranquilidade. O golpe de 64 pareceu realizar isto.

Quando questionado sobre a atuação de dom Alfredo Vicente Scherer, foi enfático em afirmar que o arcebispo metropolitano de Porto Alegre era um bispo “conservador”. Porém, essa postura política de dom Alfredo Vicente Scherer não teria influenciado na transferência de dom José Ivo para uma diocese do interior do Rio Grande do Sul, mas aconteceu por “interesse da Igreja em alguns momentos e em alguns lugares”. Contudo, corroborando com dom Angélico Bernardino, dom José Maria Pires identifica dom José Ivo como um bispo de grande “impetuosidade”.

Pelo fato de dom José Maria Pires (2015) ser um dos poucos bispos brasileiros que participou das sessões conciliares e ainda estar vivo, perguntamos se o prelado recorda da presença do ainda padre José Ivo Lorscheiter na última sessão do Concílio Vaticano II, da qual ele participou como bispo nomeado. Entretanto, dom José Maria Pires afirmou que não o viu, justificando que ambos eram de regiões diferentes e as reuniões eram todas por regionais da CNBB, então, “dom Ivo, lá do regional Sul, e nós, do Nordeste 2 tínhamos muito pouco contato”. Porém, segundo dom José Maria (2015), é inegável que as conclusões conciliares foram fundamentais para a prática pastoral de dom José Ivo, bem como para sua atuação na defesa dos direitos humanos enquanto ocorria a ditadura no Brasil, período em que o religioso gaúcho também foi hostilizado e questionado por militares que estavam à frente do poder político, conforme relata o entrevistado:

Dom Ivo era um sujeito não só muito inteligente como muito prático. Então, aquelas coisas do Concílio iam longo entrando na vida e no coração dele. O Concílio Vaticano II teve uma influência muito grande sobre ele. Até pelas atitudes dele. Era um sujeito de atitudes conciliadoras. Ele se tornava uma fera diante dos direitos da Igreja. Não era uma fera de sair brigando, não, mas, aquela firmeza dele e aquela clareza também com que ele defendia os direitos da Igreja. Por outro lado, era uma pessoa assim que não queria ofender ninguém, se diziam alguma coisa contra ele não queria que a gente tomasse qualquer tipo de defesa. [...] o Vaticano II mudou completamente a visão da gente, visão de Igreja. Igreja não é simplesmente instituição, Igreja é povo, Povo de Deus; visão dum bispo e do padre, é alguém que não está aí com autoridade para mandar, não. Alguém que tem autoridade para poder ir à frente conduzindo um povo, então, realmente quem entra no espírito do Vaticano II, teve que ter também uma imagem e um comportamento bem diferente.

Por meio das fontes consultadas e de nossos informantes, percebemos que não havia um pensamento homogêneo entre os bispos brasileiros acerca dos governos militares e das violações dos direitos humanos. Dom José Maria Pires (2015) adentrou também neste aspecto, recuperando a atuação de dom José Ivo, principalmente no período em que o religioso foi

presidente da CNBB e que precisava falar para o episcopado, como um todo: “Dom Ivo era muito dessa linha de ir para frente, sem brigar com ninguém. As posições dele são posições muito avançadas, mas sem estar criticando, brigando com aqueles que tem posições diferentes”. Quando dom José Ivo presidia as reuniões da CNBB “ele assumia a mesa da presidência, manifestava a opinião dele, respeitava, primeiro o direito de todos poderem falar, segundo o direito de discordarem da posição dele”.

Para dom José Maria Pires (2015), dom José Ivo:

Fez o máximo, não só como bispo de Santa Maria, mas, sobretudo, como secretário e, depois, presidente da CNBB. A gente via a clareza dele, a simplicidade, a maneira como ele expunha as coisas e como ele ouvia também os outros.

Dom José Maria Pires (2015) concluiu sua entrevista afirmando que, nos anos de 1970, não havia ninguém melhor que dom Ivo para assumir a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

[...] na CNBB foi o presidente escolhido para a época. Naquela época não havia ninguém melhor que dom Ivo para assumir a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Por que não havia? Por que dom Ivo, primeiro, era um homem muito franco; depois, era um homem muito prudente. O que era pra dizer, ele dizia diretamente, seja você, seja o presidente da República, mas ele dizia diretamente. Agora, era muito prudente porque ele não dizia as coisas sem antes ter estudado, ter pensado, ter procurado saber. Então, dava pra gente uma segurança muito grande.

A respeitabilidade, a atuação e o protagonismo de dom José Ivo Lorscheiter, junto à CNBB, na defesa dos direitos humanos, permaneceram, não apenas até a conclusão de seu segundo mandato como presidente na principal organização católica no Brasil, mas durante todo o seu episcopado, particularmente na diocese de Santa Maria, onde permaneceu até sua morte, no dia 5 de março de 2007.

CONCLUSÃO

O desafio de realizar esta investigação historiográfica proporcionou-me, além de inquietações, muitos aprendizados significativos, pois, com esta, buscamos identificar e compreender a atuação de um líder religioso da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, dom José Ivo Lorscheiter, durante os difíceis anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), bem como reconhecer as tensões que historicamente existiram entre a instituição religiosa católica e o Estado brasileiro, particularmente a partir da segunda metade do século XX.

Ao estudar as relações que se mantêm historicamente entre a ICAR e o governo político brasileiro, com foco no período republicano, percebemos constantemente um jogos de interesses entre ambas as instituições com o intuito de sustentação de poder. Assim, partindo de uma recuperação bibliográfica, buscamos elementos que nos levaram a comprovar tal afirmação, visto que, não poucas vezes, resultaram em crises e instabilidades de cunho político-religioso. Ou seja, ao mesmo tempo em que a ICAR entendeu como positivo o final do período do Padroado e o início da República para sua autonomia institucional no território brasileiro, tal alteração retirou da instituição religiosa regalias que por longos anos se sustentaram, como, por exemplo, a hegemonia do catolicismo romano no Brasil, ao menos na literatura eclesiástica.

Contudo, com o passar dos anos e o crescente interesse por manutenção de poder e *status* político que envolvia ambas as instituições, ainda que a legislação vigente, expressa pelas Constituições republicanas, mantivesse o governo político distante da possibilidade de um possível retorno ao monopólio religioso do catolicismo, tais leis não foram suficientes para que, na prática, ocorresse uma reaproximação e conquista de espaços por meio de alguns líderes, no cenário político, com destaque para Getúlio Vargas, e no âmbito religioso, por meio do cardeal dom Sebastião Leme da Silveira Cintra.

Além disso, em âmbito mundial, fortalecia-se no interior da ICAR o discurso de temor e indicação de precaução com relação a possível instalação do comunismo em territórios geográficos até então hegemonicamente católicos. Assim, por meio da manifestação dos altos membros da cúpula católica, os Papas e o Estado brasileiro buscaram unir-se para impedir que tal modelo político-ideológico se instalasse no território nacional. Como resultado de práticas exageradas de precaução e incompreensões teóricas acerca do comunismo, bem como uma ação metodológica da instituição religiosa para manter seu *status quo*, o Brasil foi submetido a um golpe civil-militar, protagonizado pelas classes dominantes do país, contando com o apoio de setores e atores eclesiásticos.

Em nossa pesquisa, focamos nossa atenção na atuação de um líder religioso que circulou em espaços que foram além dos templos católicos, em virtude de funções que exerceu junto à ICAR e que exigiram uma atuação política contundente: dom José Ivo Lorscheiter. Filho de pequenos agricultores, com uma vasta formação eclesiástica, José Ivo permaneceu fora do Brasil por alguns anos, realizando estudos acadêmicos e seminarísticos na Europa, preparando-se para receber as ordens sacras e permanecendo próximo da sede oficial da ICAR, acompanhando de perto os rumores acerca dos possíveis riscos que o comunismo poderia acarretar para nações, até então predominantemente, católicas. Assim, foram de relevância em sua trajetória religiosa, as determinações do Concílio Vaticano I (1869-1870), que buscou consolidar, entre outros objetivos, uma nova orientação política para a ICAR. Tal evento religioso foi objeto de análise do jovem sacerdote José Ivo, em sua pesquisa de doutoramento em Teologia.

Após o regresso do padre José Ivo ao Brasil, no início da década de 1960, a instituição religiosa realizou um de seus mais importantes eventos contemporâneos, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), onde a instituição passa por uma profunda mudança de paradigmas, já que tal evento preocupou-se mais em aspectos pastorais do que em elementos dogmáticos, que incidiu diretamente na trajetória eclesiástica, política e pastoral de José Ivo. Durante a sessão de encerramento do Concílio Vaticano II, em 1965, o padre José Ivo já nomeado bispo auxiliar para a arquidiocese de Porto Alegre, deslocou-se até Roma, por solicitação de dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, para participar da sessão de encerramento do evento, o que denota a visibilidade das ações de dom José Ivo no cenário da Igreja.

Com a nomeação episcopal de dom José Ivo Lorscheiter, o clérigo ascendia no cenário religioso, pois, neste espaço, conforme Bourdieu (2004, p. 120), há necessariamente a dominação de classes inferiores, no caso da ICAR, de sacerdotes e cristãos leigos, o que Santos e Gonçalves (2016, p. 166) definiram como “poder de dominação”. Com a ordenação episcopal, em março de 1966, dom José Ivo foi investido de “poder simbólico” dentro da instituição religiosa, e procurou atualizar-se de acordo com as conclusões conciliares a ponto de ser, posteriormente, o encarregado no Rio Grande do Sul da realização de cursos de formação sobre o Concílio Vaticano II, por indicação do arcebispo metropolitano de Porto Alegre.

Com as mudanças pastorais que ocorriam no seio da ICAR em âmbito mundial, no Brasil também ocorriam tensões que exigiram da instituição religiosa posicionamentos de cunho político que visavam à busca pela manutenção de poder, pois, a instituição católica sempre manteve em seu interesse a manutenção do poder (BOURDIEU 1989, p. 7-8). Com o resultado de uma desconstrução política no Brasil, na década de 1960, o país foi submetido a

um golpe civil-militar, época em que Dom José Ivo residia no território da arquidiocese de Porto Alegre e mantinha contato direto com dom Alfredo Vicente Scherer que, publicamente, apoiara o golpe.

Com a explosão do golpe civil-militar, a entidade representativa da ICAR no Brasil, a CNBB, por meio de uma nota divulgada em 1964, posicionou-se favorável à troca de modelo governamental no país, pois entendia que as reformas propostas pelo presidente João Goulart, vistas como políticas populistas, favoreceria a implantação do comunismo no território nacional e, conseqüentemente, a subversão. Neste momento, dom José Ivo Lorscheiter compactuava com o pensamento expresso pela CNBB de apoio à tomada do poder pelos militares. No entanto, identificamos uma mudança de entendimento de dom José Ivo acerca do modelo político vigente no país. Ele trocou o apoio à substituição do governo de João Goulart para a tomada dos rumos do país pelos militares, como boa parte dos eclesiásticos brasileiros também o fizeram, a uma oposição contundente às formas arbitrárias de condução da nação, particularmente após a decretação do Ato Institucional número 5 e da realização da segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín, em 1968. Além disso, a ascensão do prelado dentro da principal instituição católica brasileira, a CNBB, primeiramente como secretário geral e, posteriormente, como presidente, ambas as funções desempenhadas em dois mandatos, foram fundamentais e decisivas para a mudança de atuação política do prelado.

Assim, progressivamente, dom José Ivo foi alterando sua visão acerca da política nacional. Essa alteração de comportamento ganhou maior impulso no início da década de 1970, quando o religioso foi eleito secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, visto que se defrontou com diversos casos de violações dos direitos básicos das pessoas, já que a entidade a qual dom José Ivo, acompanhado de seu primo dom Aloísio Lorscheider, passou a representar, era procurada por familiares de perseguidos e presos políticos, na tentativa de abrandar e resolver situações de conflito, desaparecimentos e/ou prisões dos militantes vistos como subversivos por setores da sociedade civil organizada.

A liderança de dom José Ivo e seu prestígio político contribuíram para que a ICAR, por meio da Conferência dos Bispos do Brasil, fosse uma entidade representativa dos anseios de pessoas até então vistas como inimigas do governo ditatorial. Ou seja, por meio da CNBB, a ICAR adotou uma postura de problematização e oposição às formas de violação dos direitos humanos. Essa postura gerou desconforto por parte do governante militar, visto que favorecia uma crise de legitimidade do mesmo.

Concomitantemente, dom José Ivo passou a participar das reuniões da Comissão Bipartite, espaço de diálogo entre representantes do governo ditatorial e da ICAR. Corroborou para o entendimento desses encontros, em nossa investigação, a obra do brasilianista Serbin (2001). Tais encontros, primeiramente, objetivavam ser um espaço de cobranças dos militares com relação a líderes católicos que criticavam e se opunham ao modelo ditatorial vigente. Contudo, tais encontros foram permeados por embates acalorados, principalmente após a presença e participação de dom José Ivo Lorscheiter. Se, por um lado, o governo ditatorial estava preocupado com as manifestações de eclesiásticos, em forma de críticas às posturas adotadas pelos que detinham o poder político, por outro, setores e líderes católicos progressistas bradavam oposição às formas de violação dos direitos humanos.

Ou seja, a Comissão Bipartite, inicialmente, buscou ser uma instância de diplomacia nas relações entre ICAR e Estado, porém, gradativamente, e pela presença de eclesiásticos que mantinham uma postura de crítica e oposição, como dom José Ivo, a mesma foi se fragilizando, ao ponto de resistir apenas vinte e quatro reuniões, visto que, se os militares participantes dos encontros secretos cobravam acerca da posição de clérigos católicos considerados opositoristas ao modelo político vigente e considerados subversivos, da parte da ICAR, principalmente após a Conferência de Medellín (1968), onde a instituição religiosa colocou-se mais ao lado da sociedade civil e de movimentos sociais, as cobranças eram acerca das violações dos direitos humanos, particularmente por meio da execução das determinações do Ato Institucional número 5.

Ao ser nomeado sexto bispo da diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1974, o prelado conciliou a nova função ao cargo de secretário geral da CNBB. Como a cidade de Santa Maria possuía um elevado número de militares, divididos em quartéis do Exército e da Base Aérea, o religioso não perdia oportunidade de dirigir-se a eles, ao menos oficialmente, pois desde sua posse, procurou aproximar-se dos comandantes militares, não em um sentido de subserviência mas, como líder religioso, manteve-se aberto ao diálogo.

Sua atuação político-religiosa destacou-se entre o episcopado, fato que possibilitou que o mesmo fosse eleito, por dois mandatos consecutivos, ao cargo de presidente da principal entidade católica brasileira. Esse encargo, além de ampliar sua agenda de compromissos, exigiu que o mesmo se posicionasse com veemência na defesa dos direitos humanos. Foram muitos os momentos de tensão que dom José Ivo enfrentou durante os anos de ditadura civil-militar, principalmente quando as violações ocorriam contra eclesiásticos.

A palavra de dom José Ivo tinha respaldo entre muitos católicos e alguns não-adeptos da religião, bem como frente aos setores militares que detinham o governo do país, em virtude

das funções que exerceu por quinze anos, no período da ditadura civil-militar. Contudo, constatamos em nossas investigações que algumas fontes documentais, de caráter conservador, procuraram criar, ao longo dos anos, uma falsa impressão da atuação de dom José Ivo, identificando-o como “comunista”, “apoiador e protetor de subversivos”, entre outras definições, como a revista *Veja* e o jornal *O Estado de São Paulo*.

O discurso de dom José Ivo não foi dissociado de sua prática. Ao contrário, mesmo quando apoiou, juntamente com grande parte do episcopado brasileiro, o golpe civil-militar, manifestou seu consentimento com a saída do governo por parte do presidente Goulart. Sendo assim, concordamos com Foucault (2008, p. 56) quando afirma que “os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. Em nosso entendimento, foi justamente esse o papel político-religioso de dom José Ivo Lorscheiter.

Consideramos que o estudo apresentado atingiu os objetivos propostos, pois visou realizar uma recuperação historiográfica, não apenas da atuação da ICAR no período da ditadura civil-militar, mas, principalmente, do papel de dom José Ivo Lorscheiter e de sua atuação frente a CNBB, bem como identificar a mudança de sua postura com relação ao governo vigente, após o golpe que depôs o presidente João Goulart.

Não é nosso objetivo esgotar o debate e a pesquisa sobre a atuação e trajetória de dom José Ivo neste período. Ao contrário, entendemos que, devido as funções exercidas pelo eclesiástico, novas possibilidades de abordagem podem ser realizadas, bem como novas fontes podem e devem ser consultadas. Pois, o historiador é um inconformado, está sempre questionando os acontecimentos, os atores e as possíveis consequências históricas nos diversos espaços-tempo.

REFERÊNCIAS

- AGASSO, D. **Papa João XXIII**: com a versão original do “Discurso à lua”. Trad. José Dias Goulart. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2013. Disponível em: <<http://www.paulus.com.br/loja/appendix/3257.pdf>> Acesso em: 2 out. 2016.
- ALMEIDA, H. P. O rosto da Igreja do Centro-Oeste. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- AZEVEDO, S. D. R. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Filogenese**, Marília, SP, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>> Acesso em: 3 jan. 2017.
- AZZI, R. **O altar unido ao trono**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BARROS, R. C. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BELMONTE, S. A.; BARICHELLO, E. M. R. (Orgs.). **Dom José Ivo Lorscheiter, o bispo da esperança**: sobre o passado, o presente e o futuro da Igreja. Santa Maria: Pallotti, 2004.
- BEOZZO, J. O. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II**: participação e prosopografia (1959-1965). 2001. 463 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. O Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- _____. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: PIERUCCI, A. F. O., et. al. **O Brasil republicano**, v. 4: economia e cultura (1930-1945). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Pacto das Catacumbas**: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015.

BERGER, P. **O Dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BESSEN, J. A. A Igreja no Regime de Padroado, da Capitania à Província. In: _____ **História de Nossa Senhora do Desterro na Ilha de Santa Catarina**: 1713-2013. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, 2013.

BIASOLI, V. O. F. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

BOFF, L. **Igreja**: carisma e poder. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BORIN, M. R. **Por um Brasil Católico**: tensão e conflito no campo religioso da República. 2010. 369 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

BOTELHO, M. A. “Cumprimentovossência”: solicitações morais a Jânio Quadros. **Revista Tempo Amazônico**, Amapá, v. 1, n. 2, p. 81-97, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://www.ap.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=50848> Acesso em: 12 set. 2016.

_____. A censura moral de Jânio Quadros nas representações da imprensa católica do Estado da Guanabara em 1961. **Boletim Historiar**, Sergipe, n. 8, p. 3-18, mar./abr., 2015. Disponível em: <<file:///D:/user/Downloads/3711-10423-1-PB.pdf>> Acesso em: 28 set. 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. A dissolução do religioso. In: BORDIEU, P. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C.; BONES, E. (Coords.). **João Goulart**: perfil, discursos e depoimentos (1919-2013). 2. ed. ampl. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

BRANDALISE, C.; HARRES, M. M. Os onze companheiros. **História Viva**, Osasco-SP, ano XI, n. 125, p. 27-31, mar. 2014.

CALIMAN, C. CNBB: nova consciência eclesial à luz do Concílio Vaticano II. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

CANCIAN, R. **Igreja católica e a ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CARLETTI, A. **O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias.** Brasília: FUNAG, 2012.

CARVALHAL, J. P. A influência da Igreja Católica na formação dos Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos (1970-1985). In: I Colóquio do LAHES, 1., 2005, Juiz de Fora/MG. **Anais do I Colóquio do LAHES**, Juiz de Fora: Laboratório de História Econômica e Social, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a38.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CATROGA, F. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). **Análise Social**, v. XXIV (100), p. 211-271, 1988 (1º). Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029596W8bRF8ng3Ap22XN2.pdf>> - Acesso em: 2 dez. 2016.

CLARK, W. **O campeão de audiência: uma autobiografia.** 2 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

CNBB. **Plano de Emergência para a Igreja do Brasil.** Caderno CNBB, nº 1. Rio de Janeiro: Liv. Dom Bosco, 1963.

_____. **Comunicação pastoral ao povo de Deus:** Documentos da CNBB – 8. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977.

_____. **Exigências cristãs de uma ordem política:** Documentos da CNBB – 10. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1977.

CNBB – REGIONAL SUL 3. **Cartilha de Educação Política:** sem você a coisa não vai. Porto Alegre: Comissão episcopal Regional da CNBB – Sul 3, 1978.

CONCÍLIO VATICANO II. Decreto Lumen Gentium: sobre a Igreja. In: COSTA, L. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II.** São Paulo: Paulus, 2002. Disponível em: <<https://portuapalavra.files.wordpress.com/2015/04/compendio-do-concilio-vaticano-ii.pdf>> Acesso em: 2 set. 2016.

DELGADO, M. P. **O “golpismo democrático”:** Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). 2006. 162 p. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/M%C3%A1rcio-de-Paiva-Delgado.pdf>> Acesso em: 2 out. 2016.

DIAS, R. **Imagens de Ordem:** a Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUSSEL, E. **De Medellín a Puebla:** uma década de sangue e esperança. Tomo 1: de Medellín a Sucre (1968-1972). São Paulo: Edições Loyola, 1981.

_____. **De Medellín a Puebla:** uma década de sangue e esperança. Tomo 2: de Sucre à crise relativa do Neofascismo (1973-1977). São Paulo: Edições Loyola, 1982.

FELIZARDO, J. J. **A Legalidade:** último levante gaúcho. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

FERNANDO, F.; IVO, F.; BETTO, F. **O canto na fogueira:** cartas de três dominicanos quando em cárcere político. Petrópolis: Vozes, 1977.

FICO, C. **O golpe de 64:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. **História do Brasil Contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

FLORIDI, U. A. **O radicalismo católico brasileiro:** para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Tradução de Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Hora Presente, 1973.

FONSECA, D. A. O surgimento do CELAM na América Latina. **Revista Brasileira de História das Religiões.** Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>> Acesso em: 13 set. 2016.

FONSECA, P. C. D. **Pensamento e Obra:** escritos por um humanismo cristão. S.l.: Editora Feplam, 1990. Disponível em: <file:///D:/user/Desktop/pensamento_e_obra.pdf> Acesso em: 1 out. 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

GOMES, N. A. Dom Ivo, autêntico líder ecumênico. In: MOMBACH, I. O. **Dom José Ivo Lorscheiter:** Bispo de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 2002.

GOMES, P. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira:** a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONZALES, S. Grupos dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica. In: PADRÓS, E. S. et. al. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):** história e memória. 3. ed. v. 1. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

HOBSBAWM, E. J.. **A era do Capital (1848 – 1875).** Tradução de Luciano Costa Neto. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1792-1878: Pio IX). **Carta Encíclica Syllabus Errorum:** contendo os principais erros da nossa época, Notados nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/>> Acesso em: 3 set. 2016.

_____. Papa (1878-1903: Leão XIII). **Rerum Novarum**: Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1976.

_____. Papa (1939-1958: Pio XII). **Humani Generis**: Carta Encíclica do Sumo Pontífice Papa Pio XII sobre opiniões falsas que ameaçam a doutrina católica. 1950. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_12081950_humani-generis.html> Acesso em: 1 out. 2016.

_____. Papa (1939-1958: Pio XII). **Fulgens Corona**: Carta Encíclica do Sumo Pontífice Papa Pio XII indicação do Ano Mariano. 1953. Disponível em:< https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091953_fulgens-corona.html> Acesso em: 3 out. 2016.

_____. Papa (1958-1963: João XXIII). **Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio**. 1962. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html> Acesso em: 10 out. 2016.

KLOPPENBURG, Boaventura. A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, RJ, vol. 28, fasc. 3, setembro, 1968.

LIBANIO, J. B. **Igreja contemporânea**: encontro com a modernidade. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LORSCHTEITER, D. J. I. **Homilia na santa missa da tomada de Posse**. Santa Maria: [s.n.], 1974.

_____. Puebla na caminhada da Igreja latino-americana. In: **Teocomunicação**. Revista Trimestral de Teologia, nº 44, Ano IX, 1979/2.

_____. **A Palavra do Pastor**. São Paulo: Paulinas, 1982.

_____. Testemunho de alguns membros da atual e de antigas presidências da CNBB. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MARINS, J. **Fomos a um Concílio**: a surpresa do Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2015.

MARTINA, G. **História da Igreja**: de Lutero a nossos dias (IV – A era contemporânea). Tradução Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MOMBACH, I. O. **Dom José Ivo Lorscheiter**: Bispo de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 2002.

MORAIS, J. F. R. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

MOTTA, M. Carlos Lacerda: de demolidor de presidente a construtor de estado. In: **Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 1-5, maio 2005. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1677.pdf> - Acesso em: 09 ago. 2016.

OLIVEIRA, P. A. R. A teoria do *trabalho religioso* em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, F. (Org.). **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PAIVA, A. G. Religião e política na trajetória de Carlos Lacerda. **Cadernos da Fael**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2001. Disponível em: <http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafael/vol1_num1/ARTIGO%20ADRIANA%20IUPERJ%20-%20CORRIGIDO.pdf> Acesso em: 11 ago. 2016.

PETERSEN, S. R. F. **“Que a união operária seja nossa pátria!”**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.

POLETTO, I. A CNBB e a luta pela terra no Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

PREZIA, B. (Org.). **Caminhando na luta e na esperança**: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

QUAINI, J. B. Homenagem a Dom José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria. **Informações Palotinas**: Informativo da Província Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria,RS, ano 59, n. 2, p. 10-48, jul./dez., 2002.

RAMBO, A. B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, M. N. (Org.). **Populações rio-grandense e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998.

RAMPON, I. A. **O caminho espiritual de Dom Helder**. São Paulo: Paulinas, 2013.

REICHERT, L. **A Influência da Conferência de Medellín na vida eclesial da Arquidiocese de Porto Alegre no período de 1968 a 1979**. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5845/1/431683.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2016.

RODEGHERO, C. S. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: EDUPF, 1998.

ROSA, L. R. O. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro**: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. 2011. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2011.

ROSSI, D. A. **A filosofia do comunismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1958.

ROY-LYSENCOURT, P. O *Coetus internationalis Patrum* no Concílio Vaticano II: apresentação e resultados de uma pesquisa. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 38, p. 1051-1079, abr./jun., 2015.

SANTOS, I.; SILVA, R. J. O discurso da Revista Veja e a construção da imagem do PT. **Recorte – Revista Eletrônica**, ISSN 1807-8591, ano 9, n. 1, 2012. Disponível em: <

file:///D:/user/Downloads/Dialnet-ODiscursoDaRevistaVejaEAConstrucaoDaImagemDoPT-4791911.pdf> Acesso em: 13 set. 2016.

SANTOS, C. A.; GONÇALVES, M. A. A Instituição Igreja Católica e suas Relações de Poder em um contexto da Historiografia. In: SILVA, R. O.; SOARES, F. A. A. **Diálogos: estudos sobre teoria da história e historiografia**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social da ditadura**. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SESBOÛÉ, B.; THEOBALD, C. **A Palavra da Salvação**. A doutrina da Palavra de Deus. A justificação e o discurso da fé. A Revelação e o ato da fé. A Tradição, a Escritura e o Magistério. Trad. Aldo Vannucchi. Tomo 4. São Paulo: Edições Loyola, 2006. Disponível em: <

https://books.google.com.br/books?id=IaPd9kV3AngC&pg=PA185&lpg=PA185&dq=A+Tradi%C3%A7%C3%A3o+sou+eu+Papa+Pio+IX&source=bl&ots=XKEiziN_u2&sig=es6sySxqu-oRLC9b3q8nryfj5PE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj0rpm4yOzPAhVIdT4KHeMJDSEQ6AEIJAC#v=onepage&q=A%20Tradi%C3%A7%C3%A3o%20sou%20eu%20Papa%20Pio%20IX&f=false> Acesso em: 02 out. 2016.

SILVA, A. A. Carta Pastoral do Primaz do Brasil. **Idéias e Fatos**. Petrópolis, RJ, ano 58, jan. 1964.

SILVA, I. A. A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio. **Revista Alceu**, v. 13, n. 25, p. 37-49, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo3_25.pdf> Acesso em: 19 ago. 2016.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial: história completa**. [S.l.]: Editora Contexto, [19--]. Disponível em: <
file:///D:/user/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o/A%20primeira%20guerra%20mundial.pdf> Acesso em: 2 Set. 2016.

SÓTENOS, A. F. A Igreja vigiada: a visão da comunidade de informações sobre a atuação político-religiosa da bispo d. Adriano Hipólito 1974-1985. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO & PESQUISA, 15. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio** – ISBN 978-85-65957-00-7. Disponível em: <
http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1331824196_ARQUIVO_ArtigoAigrejavigiada1974-1985.pdf> Acesso em: 13 mar. 2016.

SOUZA, J. J. V. **Círculos Operários: a Igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

STRAGLIOTTO, P. O. A presença da CNBB nas macrorregiões: o sul. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

TAMBARA, E. Educação e Positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, H. C. (Organizadoras). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VISENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ZINHOBLER, R. Do Vaticano II à atualidade. In: LENZENWEGER, J. et. al. **História da Igreja Católica**. Tradução Fredericus Stein. São Paulo: Loyola, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ci21dqSmjJYC&pg=PA295&lpg=PA295&dq=Cardeal+Giovanni+roncalli+n%C3%BAncio+fran%C3%A7a&source=bl&ots=6RW0_coLP9&sig=T7yDJCdgVweZIwp7GFqGzMvQdQ&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwii_vCKx4fQAhXHEJAKHQfHBhgQ6AEIMDAD#v=onepage&q=Cardeal%20Giovanni%20roncalli%20n%C3%BAncio%20fran%C3%A7a&f=false> Acesso em: 25 set. 2016.

WASSERMAN, C. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, C.; GUAZZELLI, C.A.B. (Orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DOCUMENTAIS

Correspondências

DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Portaria de dom Alfredo Vicente Scherer**. Porto Alegre, RS, 1960, 1 p.

DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de 8 de novembro de 1962**: carta de dom Alfredo Vicente Scherer a dom Aloísio Lorscheider. Porto Alegre, RS, 1962, 1 p.

DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de 8 de novembro de 1962**. Carta de dom Alfredo Vicente Scherer ao sr. Mons. Ivo Lorscheiter. Porto Alegre, RS, 1962, 1 p.

DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de 8 de novembro de 1962**. Carta de dom Alfredo Vicente Scherer ao prezado sr. Dom Edmundo. Porto Alegre, RS, 1962, 1 p.

DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de 7 de julho de 1963**. Carta de dom Alfredo Vicente Scherer a dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil. Porto Alegre, RS, 1963, 1 p.

DOM ALFREDO VICENTE SCHERER. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de 8 de novembro de 1962**. Carta de dom Alfredo Vicente Scherer ao prezado sr. Mons. Ivo Lorscheiter. Porto Alegre, RS, 1962, 1 p.

Entrevistas

BERNARDINO, A. S. **Angélico Sândalo Bernardino**. Entrevista [ago. 2015]. Entrevistador: Thiago Alves Torres. São Paulo, 2015. 41,56 min. Entrevista concedida ao autor.

PIRES, J. M. **José Maria Pires**. Entrevista [ago. 2015]. Entrevistador: Thiago Alves Torres. Belo Horizonte, 2015. 36,21 min. Entrevista concedida ao autor.

Legislação

BRASIL. Decreto N° 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o Padroado e estabelece outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm> Acesso em: 2 set. 2016.

BRASIL. Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 2 out. 2016.

BRASIL. Ato Institucional N° 14, de 5 de setembro de 1969. Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil, acrescentando que não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de guerra extrema, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar – esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício no exercício de cargo, função ou emprego na administração pública direta ou indireta. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5.09.1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-14-69.htm> Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 2 set. 2016.

Periódicos

Jornal Correio da Manhã

IGREJA: ela quer ser ouvida sobre os novos códigos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, GB, ano LXXI, n. 23.960, 27 e 28 jun. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=18933&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 9 dez. 2016.

MODERADOS ganham eleição para diretoria da CNBB. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, GB, ano LXX, n. 23.677, 14 e 15 fev. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=18933&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em 8 dez. 2016.

Jornal O Estado de São Paulo

BISPOS exigem amplas reformas no país. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 97, n. 31.182. 16 nov. 1976. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19761116-31182-nac-0027-999-27-not>> Acesso em: 20 dez. 2016.

CNBB aprova “subsídios para a política social”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 100, n 32.044, 31 ago. 1979. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790831-32044-nac-0024-999-24-not>> Acesso em: 18 já. 2017.

CNBB diz que ameaça não atemorizará a Igreja. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 97, n. 31.138. 24 set. 1976. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760924-31138-nac-0010-999-10-not>> Acesso em: 15 dez. 2016.

DA SUCURSAL DE BELO HORIZONTE. D. Aloísio Lorscheider é o presidente. **O Estado de São Paulo**, ano 92, n. 29.405. 14 fev. 1971. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710214-29405-nac-0023-999-23-not>> Acesso em: 11 dez. 2016.

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA. Diálogo, a promessa de Figueiredo à CNBB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 31.896. 09 mar. 1979. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790309-31896-nac-0004-999-4-not>> Acesso em: 2 jan. 2017.

DA SUCURSAL DE CAMPINAS. Bispo rejeita a tese sobre terras. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 101, n. 32.184, 14 fev. 1980. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800214-32184-nac-0014-999-14-not>> Acesso em: 18 jan. 2017.

DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. D. Ivo Lorscheiter é internado no sul. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 95, n. 30.391. 25 abr. 1974. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740425-30391-nac-0027-999-27-not>> Acesso em: 21 dez. 2016.

DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. Frei faz palestra a portas fechadas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.026. 21 nov. 1969. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691121-29026-nac-0001-999-1-not>> Acesso em: 12 dez. 2016.

DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE. No sul, os padres definiram posição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.025. 20 nov. 1969. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691120-29025-nac-0009-999-9-not>> Acesso em: 12 dez. 2016.

DA SUCURSAL DO RIO. CNBB não quer pena de morte. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 92, n. 29.435. 23 mar. 1971. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710323-39435-nac-0001-999-1-not>> Acesso em: 10 dez. 2016.

DA SUCURSAL DO RIO. D. Aloísio diz que provou sua maturidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 95, n. 30.578. 30 nov. 1974. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19741130-30578-nac-0021-999-21-not>> Acesso em: 12 dez. 2016.

DAS AGÊNCIAS, DA SUCURSAL E DOS CORRESPONDENTES. Solidário, o papa dá bênção a d. Adriano. **O Estado de São Paulo**, n. 97, N. 31.141. 28 set. 1976. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760928-31141-nac-0019-999-19-not>> Acesso em: 15 dez. 2016.

DAS SUCURSAIS. CNBB divulga o seu texto político. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 31.268. 25 fev. 1977. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770225-31268-nac-0001-999-1-not>> Acesso em: 27 dez. 2016.

DAS SUCURSAIS. O governo enfrenta problemas contidos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Ano 97, N. 31.183. 17 nov. 1976. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19761117-31183-nac-0003-999-3-not>> Acesso em 26 dez. 2016.

DAS SUCURSAIS E AGENCIAIS. Desde janeiro Geisel dialoga com a Igreja. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 95, n. 30.343, 28 fev. 1974. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740228-30343-nac-0005-999-5-not>> Acesso em: 20 dez. 2016.

DAS SUCURSAIS E DO SERVIÇO LOCAL. Pena capital aguarda lei de regulamentação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 28.965. 11 set. 1969. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690911-28965-nac-0005-999-5-not>> Acesso em: 10 nov. 2016.

DAS SUCURSAIS E DO SERVIÇO LOCAL. Sai hoje o documento da CNBB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 31.267. 24 fev. 1977. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770224-31267-nac-0001-999-1-not>> Acesso em: 23 dez. 2016.

DOS ENVIADOS ESPECIAIS. A CNBB vota texto político. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 31.263. 18 fev. 1977. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770218-31263-nac-0001-999-1-not/busca/CNBB+vota+texto+pol%C3%ADtico>> Acesso em: 23 dez. 2016.

DOS ENVIADOS ESPECIAIS. Unidade marca a votação do documento final da CNBB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 31.263. 18 fev. 1977. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770218-31263-nac-0015-999-15-not>> Acesso em: 23 dez. 2016.

DA SUCURSAL, DO CORRESPONDENTE E DO SERVIÇO LOCAL. Igreja acha que Papa só quis prestigiar d. Ivo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 95, n. 30.327, 08 fev. 1974. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740208-30327-nac-0013-999-13-not>> Acesso em: 15 dez. 2016.

DAS SUCURSAIS, DOS CORRESPONDENTES E DO SERVIÇO LOCAL. Lorscheiter sugere “uma medida sábia”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 100, n 32.035, 21 ago. 1979. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790821-32035-nac-0005-999-5-not/busca/Lorscheiter>> Acesso em: 17 jan. 2017.

D. IVO rejeita críticas e fala em “decepção”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.161, 16 abr. 1983. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19830416-33161-nac-0001-999-1-not/busca/Lorscheiter>> Acesso em: 20 jan. 2017.

IGREJA assume defesa dos direitos humanos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 94, n. 30.026. 16 fev. 1973. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730216-30026-nac-0011-999-11-not>> Acesso em 12 dez. 2016.

Revista Veja

A ELEIÇÃO de dom Ivo Lorscheiter para a presidência da CNBB consagra a atual linha pastoral. **Veja**. São Paulo, n. 556, 02 mai. 1979.

A FAIXA de Figueiredo. **Veja**. São Paulo, n. 549, 14 mar. 1979.

A IGREJA nas entrelinhas. **Veja**, São Paulo, n. 233, 21 fev. 1973. Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/233?page=52§ion=1&word=1973>> Acesso em: 11 dez. 2016.

A INTIMIDAÇÃO. **Veja**, São Paulo, n. 422, 06 out. 1976.

A NOITE dos atentados. **VEJA**, São Paulo, n. 421, 29 set. 1976.

A PENA sem morte. **Veja**, São Paulo, n. 134, 31 mar. 1971. Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/134?page=66§ion=1&word=1971>> Acesso em 13 dez. 2016.

COMO conciliar repressão com liberdade? **Veja**, São Paulo, n.º. 57, 08 out. 1969. Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/57?page=36§ion=1&word=1969>> Acesso em: 11 dez. 2016.

ELEIÇÕES na CNBB. **Veja**, São Paulo, n. 324, 20 nov. 1974.

EM ritmo de abertura. **Veja**. São Paulo, N.º. 553, 11 abr. 1979.

FALSO testemunho. **VEJA**, São Paulo, n.º. 354, 18 jun. 1975.

LORSCHHEITER, D. I. Carta. **Veja**, São Paulo, n. 157, 08 set. 1971. Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/157?page=8§ion=1&word=1971>> Acesso em: 12 dez. 2016.

O BISPO doente. **Veja**, São Paulo, n. 295, 01 mai. 1974.

OS BISPOS no reino da paz. **Veja**, São Paulo, n. 326, 4 dez. 1974.

SEM endereço? **Veja**, São Paulo, N.º. 443, 02 mar. 1977.

SILÊNCIO rompido. **Veja**, São Paulo, n. 237, 21 mar. 1973.

SOBRE a violência. **Veja**, São Paulo, n. 428, 17 nov. 1976.

SUAVES mestres da moderação. **Veja**, São Paulo, n. 128, 17 fev. 1971. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/128?page=12§ion=1&word=1971> Acesso em 14 dez. 2016.

Revista Unitas

A REGISTRAR. Dom José Ivo Lorscheiter – Nôvo Bispo-auxiliar. **Unitas**. Porto Alegre, ano LV, Fasc. 1, 1966.

A REGISTRAR. **Unitas**. Porto Alegre, ano LVIII, fasc. 10, 1969.

ATOS DA SANTA SÉ. Bula de Nomeação de Dom José Ivo Lorscheiter, Bispo Titular de Tamada, e Auxiliar do Arcebispo de Pôrto Alegre. **Unitas**. Porto Alegre, ano LV, Fasc. 1, 1966.

BALÉM, J. M. Os bispos de Porto Alegre. **Unitas**, Porto Alegre, ano LVIII, fasc. 1, 1969.

CONSELHO presbiteral. **Unitas**. Porto Alegre, RS, ano LVIII, fasc. 10, 1969.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB. **Unitas**, Porto Alegre, ano LVIII, fasc. 8, 1969.

DESPACHOS. **Unitas**. Porto Alegre, ano LVII, fasc. 1, 1968.

DESPACHOS. **Unitas**, Porto Alegre ano LVII, fasc. 11, 1968.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Ofício Circular nº 16/69. Ofício Circular às Escolas Católicas. **Unitas**. Porto Alegre, RS, ano LVIII, fasc. 10, 1969.

PRONUNCIAMENTOS DO EPISCOPADO DA REGIÃO SUL 3. **Unitas**. Porto Alegre, RS, ano LVIII, fasc. 10, 1969.

SCHERER, A. V. Carta à Inspetoria Seccional do Ministério da Educação e Cultura. **Unitas**. Porto Alegre, RS, ano LVIII, fasc. 10, 1969.

SCHERER, A. V. Dom José Ivo Lorscheiter – Vigário-geral do Arcebispado. **Unitas**. Porto Alegre, ano LV, Fasc. 1, 1966.

SCHERER, A. V. Méritos da Revolução. **Unitas**. Porto Alegre, ano LIV, Fasc. 1, 1965.

SCHERER, A. V. O veredicto da justiça. **Unitas**. Porto Alegre, ano LVIII, fasc. 10, 1969.

TRADUÇÃO. **Unitas**. Porto Alegre, ano LV, fasc. 1, 1966.